

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES**

MÁYRA BELEM TAVARES DE BRITO

**DISPUTA NO TERRITÓRIO: ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DA COBERTURA
JORNALÍSTICA DO *GAZETA ONLINE* (2017-2019) SOBRE O PARQUE
TECNOLÓGICO DE VITÓRIA**

VITÓRIA
2022

MÁYRA BELÉM TAVARES DE BRITO

**DISPUTA NO TERRITÓRIO: ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DA COBERTURA
JORNALÍSTICA DO *GAZETA ONLINE* (2017-2019) SOBRE O PARQUE
TECNOLÓGICO DE VITÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, linha de pesquisa Comunicação e Poder, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rafael da Silva Paes
Henriques

VITÓRIA
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B862d Brito, Máyra Belem Tavares de, 1982-
DISPUTA NO TERRITÓRIO: ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO GAZETA ONLINE (2017-2019) SOBRE O PARQUE TECNOLÓGICO DE VITÓRIA / Máyra Belem Tavares de Brito. - 2022.
229 f. : il.

Orientador: Rafael da Silva Paes Henriques.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Jornalismo. 3. Territorialidades. 4. Parque Tecnológico. 5. Tríplice Hélice. I. da Silva Paes Henriques, Rafael. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES**

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

No dia vinte e um do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, por meio de plataforma virtual, iniciou-se o exame público do trabalho de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO da candidata **Máyra Belém Tavares de Brito**, intitulado “Disputa no território: Análise do Discurso Crítica da cobertura jornalística do Gazetaonline (2017-2019) sobre o Parque Tecnológico de Vitória”. A banca examinadora, sob a presidência do Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques (Orientador

– PÓSCOM/UFES), foi composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. Ruth de Cássia dos Reis (Examinador Interno – PÓSCOM/UFES) e Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi Almeida (Examinador Externo – PPGEL/UFES). A banca, após o exame do trabalho da candidata, considerou-a:

APROVADA (X)

REPROVADA ()

Observações:

A banca destacou o mérito do tema e a qualidade do aporte teórico-metodológico da dissertação. Destacou-se, também, o elevado rigor da abordagem na análise do material empírico.

Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques

Profa. Dra. Ruth de Cássia dos Reis

Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi Almeida



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo



Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por RAFAEL DA SILVA PAES HENRIQUES - SIAPE 2623361
Departamento de Comunicação Social - DCS/CArEm
21/03/2022 às 17:03

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/382931?tipoArquivo=O>



Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por RUTH DE CASSIA DOS REIS - SIAPE 297883
Departamento de Comunicação Social - DCS/CArEm
21/03/2022 às 18:16

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/383007?tipoArquivo=O>



Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por MICHELINE MATTEDI TOMAZI - SIAPE 2582032
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHNEm
21/03/2022 às 19:58

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/383071?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

À Força do Universo, que me move a cada dia, com toda a sua energia. Há um renascer a cada novo passo quando seguimos a vida com amor e coragem!

À minha família, que, estando em Minas, aceitou as minhas ausências e as minhas presenças divididas. À minha mãe, Lúcia, que vem superando tantos desafios; ao Haroldo, pela companhia; ao meu pai, Orlando, que me liga todos os dias com muito carinho; meu irmão César e minha cunhada, Ana Cláudia, que são meu porto seguro e representam a tradução de um amor simples e bonito de se ver. À minha sobrinha, que está chegando para fazer renascer a nossa esperança! Vivemos, juntos, momentos fortes e de muito aprendizado nos últimos tempos.

Ao Marcelo, por me incentivar desde o dia em que tomei a decisão de fazer o mestrado, por sempre acreditar em mim e apostar que sou capaz de muito mais! Você me dá sorte e me faz ser mais forte! É a prova viva do valor dessa jornada, pois a família Madureira considera o estudo a coisa mais importante da vida!

Ao Guilherme e à Ísis, minha afilhada, familiares e amigos especiais: é por vocês que busco inspiração para viver os melhores sentimentos de afeto e cumplicidade. À tia Inês, por me ajudar com tanta alegria, e ao tio Lázaro, por me inspirar em muitas escolhas. A tia Helena e ao tio Geraldo, pela força da presença e cuidados. Ao tio José Cornélio e à Flávia, pelas orações poderosas.

Na Ufes, encontrei uma turma parceira e alegre, disposta a ajudar. E eu me encontro muito em lugares assim. Eu me sentia MUITO FELIZ andando pelo *campus*, almoçando no RU e olhando aquela imensidão de livros na biblioteca. Ter a oportunidade de estudar numa universidade federal é algo que realmente eu queria viver! Foi um dos presentes grandiosos dessa vida! E me desafiar foi incrível!

Agradeço ao meu orientador, Prof. Rafael Paes, pela tranquilidade com que conduziu todo o processo. Essa paz e compreensão me ofereceram um alento necessário quando o caos estava instalado e precisei de tempo para respirar. Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, pela partilha de conhecimentos, histórias de vida e dedicação. Fiquei muito impressionada sobre como evoluiu o jeito de fazer pesquisas com as novas tecnologias desde a minha graduação!

Agradeço à minha colega e amiga Stéphanie, por me ajudar na importante tarefa da coleta de dados, pela parceira nos trabalhos mais desafiadores e pelo espírito tão colaborativo. À Profa. Ruth Reis, por se dedicar à academia com um amor maternal!

Sou grata à divina cidade de Vitória, que me acolheu há seis anos, quando vim da “Cidade do Divino” e escolhi recomeçar a minha vida aqui. Muita luz e sorte de

bênçãos me ampararam, abrindo as janelas para um mundo muito novo e diferente de tudo o que havia vivido. Todos os lugares por onde passei me ensinaram muito e agradeço por isso: à Prefeitura de Vitória/Companhia de Desenvolvimento de Vitória, quando comecei a tomar contato com o projeto do Parque Tecnológico de Vitória; incubadora Tecvitória, Azys Inovação e, agora, o *hub* de inovação Base27, cuja equipe me apoiou tanto nos últimos meses!

Um muito obrigada especial a André Gomyde (responsável pela oportunidade de me abrir o portal para esse mundão da Ciência, Tecnologia e Inovação; Denis Ferrari, por ser coração e inteligência sagaz (obrigada por me apoiar no mestrado e por me ensinar tanto!); Francisco Carvalho, que me ofertou tantas oportunidades e por ser um empreendedor aguerrido e sem fronteiras; a Wilson Calmon, um gigante de alma e eterno aprendiz. Aos amigos que fiz e me ajudaram tanto nesta caminhada: Jéssica Yamada, Flaviane Souza, Jaider Morais, Michele Janovik, vocês são seres humanos admiráveis! A todas as pessoas empreendedoras que conheci e com quem tive oportunidade de aprender. Essa vitória é de todo o ecossistema de inovação capixaba, que luta há anos para se reinventar!

Obrigada à Profa. Joelma De Riz, uma grande aliada e amiga em toda essa jornada, desde quando comecei a construir meu projeto de pesquisa. Nisso, agradeço à linda amiga Katherine Atiè, que, sendo uma grande mulher, apresentou-me para ela e para muitas outras mulheres maravilhosas.

Agradeço, ainda, aos meus “anjos da guarda” Otto Roberto, Andréa, Carluce, Aparecida, D. Isabel e Zezé, que me apoiaram na ideia de mudar o mundo, começando pelo condomínio onde moramos e fizemos um grande trabalho juntos. Que time!

Pouco mais de três anos no mestrado representaram uma vida! Impossível caber tudo neste espaço, porque transborda o coração.

Antes do nome

Não me importa a palavra, esta corriqueira.
Quero é o esplêndido caos de onde emerge a
sintaxe,
os sítios escuros onde nasce o “de”, o “aliás”,
o “o”, o “porém” e o “que”, esta incompreensível
muleta que me apoia.
Quem entender a linguagem entende Deus
cujo Filho é Verbo. Morre quem entender.
A palavra é disfarce de uma coisa mais grave,
surda-muda,
foi inventada para ser calada.
Em momentos de graça, infrequentíssimos,
se poderá apanhá-la: um peixe vivo com a
mão.
Puro susto e terror.

Adélia Prado, minha conterrânea de
Divinópolis, Minas Gerais, no livro “Bagagem”.

Ao Prof. Álvaro Abreu, idealizador do Parque Tecnológico de Vitória. Ao estado do Espírito Santo e a tantas pessoas que me acolheram e me apresentaram ao universo infinito da Ciência, Tecnologia e Inovação.

RESUMO

Desde o início dos anos 1990, Vitória discute a instalação de um parque tecnológico que, argumentam seus defensores, trará maior dinamização à economia local. Todavia, o empreendimento ainda não se concretizou, configurando um imbróglio que se acirrou nos últimos dois anos, por causa da definição sobre o uso do terreno destinado à sua instalação, se exclusivo ou incluindo também residências. Na reformulação do Plano Diretor Urbano (PDU) 2018-2028, inicialmente, defendia-se a primeira opção e, posteriormente, estiveram, de um lado, pesquisadores, universidades e empreendedores que defendem o investimento em ciência, tecnologia e inovação (CTI) e, de outro, agentes públicos que personificam a pouca consistência de políticas de desenvolvimento dessa área no município. Essa reviravolta manteve o uso misto do terreno – pequeno, em comparação com outros parques tecnológicos no Brasil –, tornando-se lei. A emenda que manteve o uso misto, todavia, posteriormente foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Sendo a comunicação um dos elementos fundamentais para o funcionamento efetivo de sistemas de inovação, como preconiza a teoria das hélices, esta investigação analisou as relações de poder que perpassaram os discursos em torno do Parque Tecnológico de Vitória no período 2017-2019. De caráter exploratório e abordagem qualitativa, a pesquisa se constitui em uma análise de discurso crítica (ADC), realizada nos moldes do proposto por Fairclough (2001). O *corpus* constituiu-se de 31 textos publicados pelo portal *Gazeta Online*, os quais, foram mapeados em três categorias principais: expectativa pela construção do Centro de Inovação, marco-zero do Parque Tecnológico de Vitória (2017); intensificação do embate em torno da modalidade de uso do terreno no âmbito da discussão do novo PDU (2018) e desdobramentos após a aprovação do novo PDU (2019). Do conjunto, sete textos, todos classificados como unidades informativas, foram submetidos à ADC, recebendo, portanto, um olhar mais aprofundado, buscando analisar a prática discursiva, a prática textual e, ainda, o discurso como prática social. A análise permitiu constatar um retrocesso ainda maior na viabilização do projeto após a votação do PDU 2018-2028. Notamos que os textos publicados pelo *Gazeta Online* se restringiram ao papel de noticiar os fatos sobre o embate, que não se limita ao planejamento e construção de prédios para o PTV. Nos textos, o debate mostrou-se reduzido ao conflito de interesses entre grupos, sem alcançar a dimensão que o tema abrange e incorpora, passando ao largo da discussão sobre a importância do tema CTI no contexto contemporâneo. Entendemos que a efetivação do PTV tende a ficar comprometida enquanto a sociedade como um todo – setor governamental de várias esferas e instâncias, setor produtivo e população em geral – não se engajar na pauta CTI tendo como fim o desenvolvimento da coletividade. Nesse sentido, a comunicação, somada com os elementos da tríplice hélice, é parte fundamental no processo de orquestração e desenvolvimento do ecossistema de inovação.

Palavras-chave: jornalismo; territorialidades; análise de discurso crítica; parque tecnológico; tríplice hélice.

ABSTRACT

Since the early 1990s, Victoria (Espírito Santo, Brazil) has been discussing the installation of a technology park that, according to its supporters, will bring greater dynamism to the local economy. However, the venture has not yet materialized, configuring an imbroglio that has become more acute in the last two years, because of the definition on the use of the land intended for its installation, whether exclusive or also including residences. In the reformulation of the Urban Master Plan (PDU) 2018-2028, the first option was initially defended and, subsequently, there were, on one side, researchers, universities and entrepreneurs who defend investment in science, technology and innovation (STI) and, on the other, public agents who personify the little consistency of development policies in this area in the municipality. This turnaround kept the mixed use of the land - small in comparison with other technology parks in Brazil - becoming law. The amendment that maintained the mixed use, however, was later suspended by the Court of Justice of Espírito Santo. As communication is one of the fundamental elements for the effective functioning of innovation systems, as advocated by the propeller theory, this research analysed the power relations that permeated the discourses around the Technology Park of Victoria in the period 2017-2019. Of exploratory nature and qualitative approach, the research is constituted in a critical discourse analysis (CDA), carried out along the lines proposed by Fairclough (2001). The corpus consisted of 31 texts published by the Gazeta Online portal, which, were mapped in three main categories: expectation for the construction of the Innovation Center, zero-point of the Metropolitan Technology Park of Victoria (2017); intensification of the clash around the modality of land use within the discussion of the new PDU (2018) and developments after the approval of the new PDU (2019). From the set, seven texts, all classified as informative units, were submitted to Critical Discourse Analysis (ADC), receiving, therefore, a deeper look, seeking to analyze the discursive practice, the textual practice and, also, the discourse as social practice. The analysis allowed us to verify an even greater setback in the viability of the project after the vote on the PDU 2018-2028. We noticed that the texts published by Gazeta Online were restricted to the role of reporting the facts about the clash, which is not limited to the planning and construction of buildings for the Victoria Technology Park (PTV). In the texts, the debate was reduced to the conflict of interests between groups, without reaching the dimension that the theme encompasses and incorporates, bypassing the discussion on the importance of the Science, Technology and Innovation (CTI) theme in the contemporary context. We understand that the effectiveness of the PTV tends to be compromised while society as a whole - governmental sector of various spheres and instances, productive sector and population in general - does not engage in the Science, Technology and Innovation (CTI) agenda having as a purpose the development of the collectivity. In this sense, communication, together with the elements of the triple helix, is a fundamental part in the process of orchestration and development of the innovation ecosystem.

Keywords: journalism; territorialities; critical discourse analysis; technology park; triple helix.

LISTA DE SIGLAS

ADC – Análise de Discurso Crítica

Adin – Ação direta de inconstitucionalidade

Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores

CDTIV – Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória

CDV – Companhia de Desenvolvimento de Vitória

Certi – Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras

CTI – Ciência, tecnologia e inovação

CMV – Câmara Municipal de Vitória

EUA – Estados Unidos

Grudi – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso

lasp – Associação Internacional de Parques Científicos e Áreas de Inovação

ICT – Institutos de Ciência e Tecnologia

Ifes – Instituto Federal do Espírito Santo

LC – Linguística Crítica

LSF – Linguística Sistêmico-Funcional

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PCTP – Parques de Ciência, Tecnologia e Pesquisa

PD – Pesquisa e Desenvolvimento

PDU – Plano Diretor Urbano

PIB – Produto Interno Bruto

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PPS – Partido Popular Socialista

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTV – Parque Tecnológico de Vitória

TJES – Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

ZPT – Zoneamento do Parque Tecnológico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Investimento dos países em PD em relação ao PIB (2014-2018).....	46
Figura 2: Gerações de parques científico-tecnológicos.....	55
Figura 3: Distribuição dos parques tecnológicos pelo mundo	57
Figura 4: Distribuição dos parques tecnológicos no Brasil	58
Figura 5: Evolução do modelo tríplice hélice	65
Figura 6: Proposta de disposição dos edifícios do Parque Tecnológico de Vitória ...	68
Figura 7: Redimensionamento do PTV (2016)	70
Figura 8: Redimensionamento do PTV (2017)	70
Figura 9: Divisão do terreno do PTV	72
Figura 10: Centro de Inovação, primeiro edifício do PTV	76
Figura 11: Estudos sobre o PTV	77
Figura 12: “Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória”	126
Figura 13: Leonardo Dadalto em discurso na CMV – ameaça e superioridade	136
Figura 14: “Licitação para Parque Tecnológico será relançada”	140
Figura 15: “Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel”	146
Figura 16: “Grupo Dadalto: ‘Venda de imóveis pode esperar 2028’	152
Figura 17: “Novo PDU: aprovado uso misto do Parque Tecnológico”	161
Figura 18: “Empresários: Fábrica de Ideias não resolve o problema”	168
Figura 19: “Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória”	176
Figura 20: “Parque Tecnológico: ‘Vamos parar e esperar o que vai acontecer’”	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Concepção tridimensional do discurso na ADC proposta por Norman Fairclough.....	90
Quadro 2: Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough	96
Quadro 3: Materiais obtidos na busca no portal <i>Gazeta Online</i>	104
Quadro 5: Prática discursiva – elementos e dimensões de análise	124
Quadro 6: Tópicos, elementos e pontos da análise textual.....	138
Quadro 7: Tratamento dado à liquidação extrajudicial de financeira da família Dadalto	156

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 TERRITORIALIDADE E JORNALISMO: O PODER EM MOVIMENTO	25
1.1 O PORTAL DE NOTÍCIAS <i>GAZETA ONLINE</i>	30
1.2 A MÍDIA E O DISCURSO JORNALÍSTICO	34
1.3 ACONTECIMENTO E METACONTECIMENTO	39
2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PARQUES TECNOLÓGICOS	45
2.1 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL	45
2.2 PARQUES TECNOLÓGICOS	51
2.2.1 Conceito, surgimento e panorama	51
2.2.2 Governança multiator	59
2.3 PARQUE TECNOLÓGICO DE VITÓRIA	66
3 ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA, UMA ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICA	81
3.1 ORIGEM DA ADC	82
3.2 DEFINIÇÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ADC	84
3.2.1 Teoria social do discurso	87
3.3 DIMENSÕES DA ADC	89
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	101
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	101
4.2 MÉTODO	102
4.3 ETAPAS DA PESQUISA	102
4.3.1 Seleção do problema social	102
4.3.2 Definição do <i>corpus</i> analisado	103
4.3.3 Análise das práticas discursivas e dos textos	110
4.3.4 Análise da prática social	111
5 ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O PARQUE TECNOLÓGICO DE VITÓRIA	112
5.1 PUBLICAÇÕES DO JORNAL <i>GAZETA ONLINE</i> SOBRE O PTV NO RECORTE TEMPORAL EM ANÁLISE	112
5.1.1 Expectativa pela construção do Centro e Inovação (2017)	112
5.1.2 Embate e decisão na CMV sobre definição do uso do terreno no PDU (2018)	118
5.1.3 Desdobramentos da decisão da CMV pela manutenção do uso misto (2019)	120

5.2 ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA.....	124
5.3 ANÁLISE DA PRÁTICA TEXTUAL.....	138
5.3.1 Ano de 2017: A “novela” do parque chegará ao fim?	139
5.3.1.1 Texto 1 – “Licitação para Parque Tecnológico será relançada”	140
5.3.1.2 Texto 2 – “Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel”	146
5.3.2 Ano de 2018: a intensificação da briga	151
5.3.2.1 Texto 3 – “Grupo Dadalto: ‘Venda de imóveis pode esperar 2028’”	151
5.3.2.2 Texto 4 – “Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico”	161
5.3.2.3 Texto 5 – “Empresários: Fábrica de Ideias não resolve o problema”	168
5.3.3 Ano de 2019: De volta à “estaca zero”?	175
5.3.3.1 Texto 6 – “Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória”	175
5.3.3.2 Texto 7 – “Parque Tecnológico: ‘Vamos parar e esperar o que vai acontecer’”	181
5.4 DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: IDEOLOGIA E HEGEMONIA.....	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS.....	209
ANEXOS – TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS	219
TEXTO 1 – GAZETA ONLINE, 20/01/2017	219
TEXTO 2 – GAZETA ONLINE, 26/09/2017	221
TEXTO 3 – GAZETA ONLINE, 20/03/2018	222
TEXTO 4 – GAZETA ONLINE, 27/03/2018	225
TEXTO 5 – GAZETA ONLINE, 04/04/2018	226
TEXTO 6 – GAZETA ONLINE, 18/07/2019	228
TEXTO 7 – GAZETA ONLINE, 19/07/2019	231

INTRODUÇÃO

No mundo todo, diversas cidades estão investindo na criação dos chamados parques tecnológicos, os quais, lastreados na economia do conhecimento, podem abrigar empresas e entidades acadêmicas e de fomento que, trabalhando em conjunto, desvendam caminhos de inovação para o setor produtivo e sociedade em geral. Apesar da inconsistência das políticas voltadas para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Brasil (MARCIAL, 2015), atualmente, existem 43 empreendimentos desse tipo em funcionamento no País (BRASIL, 2019).

A discussão sobre o parque tecnológico na cidade de Vitória, o qual, em determinado momento do percurso, teve caráter metropolitano, ocorreu no início dos anos 1990, mesma época que em Florianópolis. Entretanto, transcorridos mais de 30 anos desde então e apesar da existência de área e destinação de recursos para a construção da infraestrutura física inicial, o município ainda não conseguiu concretizar a instalação de tal empreendimento. A pauta é discutida por pesquisadores, universidades e empreendedores que defendem a ideia de que a capital capixaba precisa criar alternativas para dinamizar sua economia e, ainda, por representantes públicos que vêm demonstrando atuação pouco consistente na formulação de uma política para, efetivamente, garantir o desenvolvimento da CTI no município.

Como parte deste quadro, o período de 2016 a 2018 foi marcado por intenso debate e com reviravoltas em uma decisão fundamental para a efetiva instalação do Parque Tecnológico de Vitória (PTV). Tal decisão refere-se especificamente à modalidade de uso do terreno destinado à instalação do empreendimento, situado em Goiabeiras. O Plano Diretor Urbano (PDU) então em vigor, aprovado pela Lei 6.705/2006, previa que a área destinada ao parque deveria ter ocupação mista, incluindo residências e estabelecimentos comerciais. No início de 2017, a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), por meio da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), passou a mobilizar os atores sociais envolvidos na reformulação do PDU 2018-2028, para que essa modalidade de uso fosse modificada, de modo que a área ficasse destinada exclusivamente ao parque.

A área em questão possui aproximadamente 332 mil m², sendo constituída por partes cedidas pela União e PMV e, ainda, por uma parte de propriedade privada, que seria

usada no parque em função de contrapartidas negociadas entre seus donos e o poder público municipal. Na mesma época do “Encontro da cidade”, realizado em agosto de 2017, em que os 243 delegados votaram todas as propostas para o novo PDU antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal de Vereadores (CMV) de Vitória, a PMV foi procurada por representantes dos proprietários desta parte do terreno, os quais introduziram elementos novos na negociação. Eles solicitaram que o uso da área se mantivesse na modalidade mista, pois poderiam viabilizar o empreendimento imobiliário mais rapidamente, se, em meio a empresas de tecnologia, fosse permitida, também, a construção de unidades residenciais. Isso anteciparia a obtenção de retorno financeiro, diferentemente do que ocorreria se tivessem de esperar o desenvolvimento e maturação do parque, que, normalmente, é um processo mais longo (FIGLIOLI; PORTO, 2012).

O que se viu desde então foi um retrocesso nas ações de defesa do uso exclusivo do terreno para o parque, então alinhadas com esforço com todas as instituições envolvidas. A partir daí, o discurso oficial assumiu direção diametralmente oposta: representantes da PMV aceitaram negociar com os proprietários, ou seja, manter o uso misto da área, já considerada pequena, se comparada à de outros parques que existem no Brasil. Assim, mesmo aprovado o uso exclusivo pelos delegados no “Encontro das cidades”, na CMV, os parlamentares votaram a favor do uso misto. A PMV, diante disso, retrocedeu, voltando a defender o uso exclusivo. Tal situação culminou, em março de 2018, na aprovação do uso misto pelos vereadores de Vitória, decisão vetada pelo prefeito, que, por sua vez, teve o veto derrubado em agosto de 2018.

A PMV, diante disso, questionou essa decisão perante o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) por meio de ação direta de inconstitucionalidade (Adin). A decisão da corte saiu em julho de 2019, suspendendo três alterações por emenda feitas na lei do PDU, uma das quais referente ao parque. Isso posto, a instalação do PTV se arrastará até 2028, quando um novo PDU para a cidade de Vitória será aprovado.

O processo de discussão sobre a instalação do parque, nessa perspectiva, configura-se como um campo de poder sobre o qual se propõe a refletir na perspectiva filosófica das territorialidades. Como o fenômeno extrapola o espaço geográfico, é importante

que sejam estudados os processos de comunicação e redes de circulação nele envolvidos, pois estes influenciam a percepção da sociedade, as ideologias que a perpassam e os movimentos de resistência nas discussões relativas a um tema que impacta o futuro da cidade e das pessoas que nela vivem, exercendo influência nos diversos contextos desse território.

As reuniões sobre o assunto na comunidade de Goiabeiras, as manifestações enquanto os delegados do PDU tratavam a questão no “Encontro da cidade”, as reuniões da PMV com a governança do parque, com os proprietários do terreno e na plenária da CMV foram oportunidades de debate que contribuíram para a decisão final de se usar a área do parque tecnológico de forma mista. Outros espaços também foram ocupados pelo tema, como redes sociais e reportagens publicadas nos jornais locais.

É importante que o jornalismo, sobretudo aquele dedicado à ciência, alinhe-se ao seu propósito e possa “[...] assumir de vez o seu papel como agente de emancipação e de resistência, de crítica à desterritorialização e ao fetichismo tecnológico” (BUENO, 2001, p. 188), pois “[...] a importância da ciência e da tecnologia para o cidadão do novo milênio, extremada pelo advento da Sociedade da Informação e da Nova Economia, requer de todos, e especialmente dos multiplicadores de opinião, uma tomada de posição [...]” (BUENO, 2001, p. 169).

Apesar do contexto um pouco mais favorável, dada a quantidade de assuntos relevantes de CTI para a própria economia, Bueno (2009) observa que ainda existem muitas lacunas na mídia brasileira em relação às questões ligadas a ciência, tecnologia e inovação. Falta, em sua visão, uma cultura de comunicação que não se renda às pressões de empresas e governos, sendo premente a necessidade de “[...] ampliar o conjunto de preocupações para incorporar, especialmente, o debate sobre a relação entre divulgação científica e poder” (BUENO, 2009, p. 123).

No caso do PTV, os jornais locais procederam à cobertura dos fatos. Porém, a partir de uma análise empírica, notávamos que tal divulgação ocorria sem que fosse demonstrada uma compreensão mais aprofundada da importância do assunto para a cidade. É possível que a própria fragilidade das políticas públicas de Vitória para a área de CT&I tenha contribuído para tal abordagem. Ademais, Bueno (2001) sublinha

que os exemplos encontrados nos meios de comunicação de massa, não apenas no Brasil como em outros países, nem sempre destacam o caráter emancipador da CTI, ilustrando um quadro que é, muitas vezes, pintado com cores que lhe são desfavoráveis.

Segundo Van Dijk (2003), setores estratégicos, como a imprensa, costumam ser controlados pelas elites conservadoras de alguma forma. O discurso da imprensa constitui-se, em razão disso, em um tipo de discurso da elite que intervém na esfera pública e participa na formação de consensos políticos, propiciando a perpetuação de poder na sociedade. Portanto, analisá-lo é um caminho para compreender os mecanismos pelos quais a linguagem é utilizada a favor de um determinado segmento social ou de um ponto de vista específico.

Diante disso, a questão que norteia a pesquisa aqui proposta é: **que relações de poder perpassaram os discursos sobre o Parque Tecnológico de Vitória que circularam no *Gazeta Online* no período de mobilização pelo uso exclusivo da área destinada à sua instalação?**

Nesse sentido, o **objetivo geral** da pesquisa é analisar os discursos que circularam no *Gazeta Online* sobre o Parque Tecnológico de Vitória no período de mobilização, votação e desdobramentos sobre a modalidade de uso da área destinada à sua instalação. Esse objetivo se desdobra nos seguintes **objetivos específicos**: a) identificar publicações do jornal *Gazeta Online* sobre o tema Parque Tecnológico de Vitória antes, durante e depois da aprovação do novo PDU pelo Poder Legislativo de Vitória (período 2017-2019) b) analisar os textos selecionados no *corpus* nesse período, pelo viés teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC), para compreender como os possíveis embates e desdobramentos sobre o parque podem ter contribuído para desmobilizar as ações em torno do planejamento nessa fase; c) investigar se o tema foi subnoticiado, considerando o potencial macro do projeto para situar o Espírito Santo, no médio prazo, no mapa da ciência, tecnologia e inovação nacional e internacional, caso houvesse uma política pública efetiva e alinhada aos interesses do ecossistema de inovação em formação, o qual vislumbra o desenvolvimento econômico e social do estado.

O campo em que se situa a problemática desta pesquisa se configura como um território de poder. Enraizados na geografia, os conceitos de território e territorialidades são abordados na perspectiva de outras áreas do conhecimento, conforme Haesbaert (2010). Na definição deste autor, enquanto o território é um processo de apropriação mais simbólico, carregado das marcas do vivido, do valor do uso, constituindo-se no espaço-tempo vivido, que é múltiplo, diverso e complexo, a territorialidade seria o processo de comunicação, sob uma perspectiva mais concreta, funcional e vinculada ao valor de troca. A territorialidade, portanto, se amplia para além do conceito de Estado-nação, sendo uma estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio de um domínio da área, ocorrendo em vários graus e em inúmeros contextos sociais, sendo “[...] uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados” (SACK apud REIS; ZANETTI, 2017, p. 12).

No universo da territorialidade, o PTV opera de maneira singular na história da capital capixaba. As particularidades das situações presentes no percurso para sua instalação corroboram uma análise que permeia questões de ordens política, social e econômica, que acabaram impactando fortemente o futuro da cidade e de sua população, sobretudo no momento recente, que por força de lei, definiu os rumos desse território para a próxima década.

As questões relacionadas ao território com o qual lida a pesquisa estão, portanto, circunscritas no âmbito das ações humanas, por isso mesmo, envoltas de intenções e sentidos e, conseqüentemente, imersas em relações de poder, tensões e disputas, demarcadas, sobretudo, na era da globalização. Esse entendimento ancora-se no postulado de Foucault (1979, p. 175), para quem é no campo do poder e nos seus contrassensos e desarmonias que a vida humana está calcada. Tal poder, conforme o filósofo, é revelado pelo controle e pela disputa de espaço, no qual “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”.

O pensamento foucaultiano é basilar para a análise crítica de discurso, abordagem teórico-metodológica usada para a consecução da pesquisa. Como objeto de estudo das Ciências Sociais, a ADC ajuda a expandir a compreensão sobre fenômenos

sociais complexos. Trata-se de uma abordagem teórico-metodológica que concentra seus esforços na relação dialética entre discurso e sociedade, visto que a vida social é textualmente mediada, pois as diversas práticas implicam textos (MARTINS, 2018). Por meio da análise das relações estruturais manifestas nos discursos, a ADC revela as condições de produção que os caracterizam, buscando evidenciar seu caráter ideológico e desvelando as assimetrias de poder, com vistas a mudanças sociais.

O *corpus* analisado na pesquisa compôs-se de 31 notícias publicadas nos anos de 2017 a 2019 no jornal digital *Gazeta Online*. Essa escolha se justifica a) pelo fato de 2017 ser sido o ano que antecedeu a votação do PDU – processo de discussão durou quase três anos, de 2015 a 2018 (VITÓRIA, 2018); b) por 2018 ter sido marcado como o ano da aprovação final da emenda ao PDU na CMV – cuja decisão foi vetada pelo então prefeito Luciano Rezende (Partido Popular Socialista – PPS/Cidadania), derrubada, na sequência, pelos vereadores – e, ainda, pela construção do Centro de Inovação, que até março de 2022 ainda não estava em funcionamento; c) por 2019 ter sido o ano em que saiu a decisão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) suspendendo as alterações no PDU aprovadas pelos vereadores, incluindo aquela que se referia à modalidade de uso misto na área do PTV. Essa delimitação temporal atende ao que sublinha Fairclough (2001), para quem é preciso analisar se o *corpus* reflete de forma adequada, mediante diferentes tipos de situação, a diversidade da prática e as mudanças na prática. É preciso, ainda, atentar para eventual existência de algum ponto crítico e momentos de crise no *corpus*.

Importante salientar que os discursos sobre a modalidade de uso da área do PTV não se limitam às falas diretas e indiretas identificadas nos textos jornalísticos, mas também são percebidas na própria construção das matérias e seus desdobramentos em outros textos informativos e opinativos. Isso possibilitou-nos observar como se dá a própria construção de sentido sobre o tema pelas instituições e grupos envolvidos e, por consequência, como ocorreram as disputas e o direcionamento ideológico e hegemônico por meio das matérias. Nesse sentido, foi possível pensar sobre as representações e identidades envolvidas no processo de planejamento do PTV, como elas se inserem em discursos e práticas de poder para defender os respectivos interesses e, ainda, como são arquitetadas as estratégias dialógicas que conduzem aos desdobramentos das questões levantadas.

A análise dos discursos no conjunto de textos permitiu identificar o que desfavoreceu a unicidade dos debates a respeito do uso exclusivo do terreno do PTV e desmobilizou o discurso em prol de uma transformação que poderia impactar positivamente a realidade de Vitória, da Região Metropolitana da Grande Vitória e do Espírito Santo, pela descoberta de novos potenciais calcados na CTI e advindos do ecossistema em formação e das conexões com outros ambientes e mercados nacionais e internacionais de pesquisa e inovação.

No que tange à estrutura, além desta introdução, esta dissertação está organizada como segue.

O Capítulo 1 apresenta conceitos fundamentais sobre território e territorialidade, espaço público e privado, acontecimento e metaacontecimento, para trazer reflexões sobre a importância de se analisar o discurso jornalístico acerca do PTV.

No Capítulo 2, trazemos um breve panorama sobre a área de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, a qual vem sofrendo com investimento escasso. Em seguida, apresentamos alguns conceitos relacionados aos parques tecnológicos, estruturas cuja origem se deu nos anos 1950, vinculados a universidades norte-americanas, cuja operacionalização depende de uma governança de múltiplos setores, como postula a teoria das hélices, que, inicialmente, propunha esforços coordenados de três atores e, posteriormente, incluiu outros dois, dentre os quais os meios de comunicação. Depois de destacar alguns números e experiências de alguns parques tecnológicos instalados no Brasil, o capítulo se dedica a tratar, especificamente, do PTV, relatando alguns fatos marcantes de uma discussão que já dura três décadas.

O Capítulo 3 apresenta os fundamentos da Análise de Discurso Crítica, perspectiva teórica de Norman Fairclough, à luz da qual fizemos a análise de parte dos textos que compõem a cobertura jornalística do *Gazeta Online* sobre o PTV no período 2017-2019.

O Capítulo 4 discorre sobre o percurso metodológico para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, caracterizamos os instrumentos de coleta e análise dos dados que compuseram o *corpus* (notícias, reportagens e entrevistas), os quais estão intrinsecamente atrelados à ADC.

Quanto ao Capítulo 5, procedemos, na primeira parte, à análise dos 31 textos encontrados no *Gazeta Online* sobre o PTV, do que emergiram três categorias distintas a cada ano do recorte temporal (2017-2019) usado na pesquisa. Isso contribui para contextualizar o leitor sobre como o portal de notícias, em linhas gerais, tratou o assunto em cada um dos três anos. Feito isso, na segunda parte do capítulo, submetemos sete desses textos à ADC, analisando, nesta ordem, a prática discursiva, a prática textual o discurso como prática social, nos moldes do modelo tridimensional de Fairclough (2001).

1 TERRITORIALIDADE E JORNALISMO: O PODER EM MOVIMENTO

Pode-se considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta.

(FAIRCLOUGH, 2001, p. 144)

O campo em que se situa a problemática desta pesquisa se configura como um território de poder, estando as questões a ele relacionadas circunscritas no âmbito das ações humanas, e por isso mesmo, envoltas em intenções e sentidos e, conseqüentemente, imersas em relações, tensões e disputas em um contexto histórico e social demarcados pelo território simbólico do jornalismo. Para a investigação sobre a cobertura de um jornal local, é importante que seja feita uma reflexão sobre alguns conceitos importantes que permeiam a prática jornalística, como **t**-território e **a**-territorialidade, **d**-discurso jornalístico, espaço público e privado, objetividade, acontecimento e metaacontecimento, além de outros.

O jornalismo é um campo complexo, como alerta Traquina (2005) ao explicar que, muitas vezes, ele é reduzido ao domínio técnico da linguagem e seus formatos, sendo os jornalistas postos como empregados de uma fábrica de notícias, mas, na verdade, integrantes de uma das mais difíceis profissões e com grande responsabilidade social. Desde o século XIX, o jornalismo é chamado de “Quarto Poder”. Parte desse contexto o nosso interesse em buscar responder a quais foram as relações que perpassaram os discursos sobre o Parque Tecnológico de Vitória, no *Gazeta Online* no período de mobilização pelo uso exclusivo da área há anos destinada à sua instalação.

O entendimento sobre o poder ancora-se no postulado de Foucault (1979, p. 175), por meio do qual o poder é difuso e, invariavelmente, exercido nas diversas relações sociais, não residindo, efetivamente, em lugar nenhum, nem no Estado, na polícia, na política, na mídia nem em qualquer outro espaço no qual normalmente se procura localizá-lo; o “[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”.

Essa é a concepção de poder que orienta a pesquisa, que, ao focar na cobertura jornalística do portal *Gazeta Online*, aponta para alguns indícios e marcas das

questões mencionadas, quase nunca explicitamente reveladas nos contextos, daí a importância de se estudar os discursos, como sugeriu Fairclough (2001), que tem nos conceitos de poder elencados por Foucault (1978) um dos eixos de inspiração para a criação do seu modelo teórico-metodológico.

A pesquisa se fundamenta, ainda, nos conceitos de território e territorialidades, que, enraizados na Geografia, são abordados na perspectiva de outras áreas do conhecimento, conforme explicita Haesbaert (2005, 2006). Nesta investigação, apropriamo-nos do conceito de território na tentativa, por um lado, de compreender a disputa política, no sentido concreto do termo, por uma área na zona norte de Vitória, mas, também, com o objetivo de descrever a dimensão simbólica de território, que inclui a interpretação dos diversos sentidos das cidades e dos sujeitos que nela circulam. O território, diferentemente do espaço, é a produção a partir desse espaço e pressupõe um local de relações, tal como afirma Saquet (2011). É nesse sentido que tomamos como pressuposto a noção de que a área destinada ao PTV é mais do que um simples espaço para construção de prédios, constituindo-se como um território:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2006, p. 1-2).

Da mesma forma, entendemos que a compreensão de territorialidade ajuda a desvendar a querela sobre o terreno para além das questões unicamente políticas de disputas entre as iniciativas pública e privada. O território é a porção do espaço geográfico apropriada socialmente, já a territorialidade é o conjunto de relações estabelecidas pela sociedade. Na comparação com a ideia de território, Haesbaert (2006), por exemplo, define territorialidades como um processo ainda mais flexível, de apropriação simbólica, carregado das marcas do vivido, do valor do uso, constituindo-se no espaço-tempo vivido, que é múltiplo, diverso e complexo. Na mesma direção, em Sack (1986 apud REIS; ZANETTI, 2017, p. 12), a territorialidade não se restringe ao conceito de Estados-nação, mas é uma estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio de um domínio da área, ocorrendo em vários graus e em

inúmeros contextos sociais, sendo “[...] uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão inter-relacionados”.

Nesta pesquisa, analisamos o impasse estabelecido sobre um território que revela o processo de defesa de interesses antagônicos entre o público e o privado, gerando uma disputa discursiva em relação à modalidade de ocupação e uso da área destinada à instalação do PTV. O ápice mais recente dessa questão ocorreu no período que abarca os anos de 2017 a 2019, quando aconteceu a sensibilização, votação e os desdobramentos em torno do tema no último PDU. Esta, todavia, não é a primeira disputa relacionada ao empreendimento, cuja história remonta aos anos 1990 e desvela o próprio modo como governos, iniciativa privada e outros setores da sociedade, tais como instituições de classe e de fomento à pesquisa, lidam com temáticas emergentes como a CTI, adiando ou impedindo o andamento do projeto idealizado para aquela área. A pauta ganhou as páginas do *Gazeta Online*, jornal local, território simbólico o qual, sendo midiático, pressupomos que deva prevalecer em sua atuação a defesa do interesse público. Todavia, como será visto no Capítulo 5, na prática, o portal contribuiu para reforçar o impasse estabelecido entre os atores.

Em meio a esse contexto, cabe a reflexão sobre os conceitos de espaço público e espaço privado, para compreendermos a função social do jornalismo, que, para Silva (2006), é considerado um espaço público (instituição e meios de produção), mas também uma esfera pública, um círculo hermenêutico, produtor de sentidos em meio à dinâmica incessante da informação. O jornalismo pauta o cotidiano social, mas também por ele é pautado.

De acordo com Silva (2006), existem quatro subespaços sociais que são interfaces mediadas pela esfera pública, considerada parte constitutiva do próprio processo democrático de uma sociedade civil hipercomplexa. O primeiro deles é o espaço privado, que é recluso e reservado, mas sobre o qual incidem os efeitos do espaço político. O espaço comum se refere à circulação de pessoas em lugares como ruas, praças e mercados, nos quais cidadãos interagem no cotidiano.

O espaço público é o lugar da discussão, no qual são pautados os problemas relativos aos interesses públicos. Silva (2006) afirma que a imprensa é o cerne do espaço público, o qual é a arena que as sociedades democráticas criam para validar e

legitimar as vontades do público acerca do que é melhor para o coletivo social. Já o espaço político é o campo da decisão e da deliberação e, portanto, tem a função de legalizar o que foi legitimado pelo consenso, que pertenceria ao Estado. Para Silva (2006), o espaço público também possui a qualidade de ser um espaço político, por ser um campo mediador de interações e inflexões entre os mais variados recortes dos espaços que compõem o espaço social.

Todas essas relações, de alguma forma, traduzem o conceito de territorialidade, o qual, conforme assevera Raffestin (1993), está relacionado à interdependência entre o mundo, os seres vivos, articulados a um coletivo. Para Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade “[...] reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”, sendo conceituada como “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (p. 160). Diferentemente do que ocorre na territorialidade das demais espécies animais, a territorialidade humana é “dinâmica”, pois os elementos que a constituem são sujeitos à variação no tempo, além de outras contingências. Ao olhar para os fatos em torno do parque e seus desdobramentos, fica evidenciado o quão mutante são os acontecimentos em uma sociedade. O conceito de acontecimento será discutido mais adiante neste capítulo.

O uso e a apropriação do espaço promovem os processos de territorialização, os quais podem ser notados na disputa que se instaurou sobre a modalidade de emprego do terreno destinado ao parque, promovida entre os atores nela envolvidos. Defendemos a ideia de que as correlações híbridas sobre o conceito de território até aqui explicitadas, pode ser concebida a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, desde o poder mais material das relações econômico-políticas ao poder simbólico das relações (HAESBAERT, 2006).

Nesta investigação, especificamente, o coletivo é formado por atores dos setores público e privado, universidades, instituições de classe, além de outros que compõem (ou deveriam compor) a Tríplice Hélice, conceito abarcado no universo dos parques tecnológicos e que será apresentado mais detalhadamente no Capítulo 2. Assim, território e territorialidade são conceitos importantes para a compreensão da

emaranhada rede de relações de poder que atravessaram o período de quase 30 anos transcorridos desde a idealização do PTV.

No universo da territorialidade, o PTV é um imbróglio na história da cidade de Vitória. As particularidades das situações presentes no percurso para sua instalação, como identificado nos textos publicados pelo portal *Gazeta Online* analisados neste estudo, corroboram uma análise que permeia questões de ordens política, social e econômica. Tais questões acabaram impactando fortemente o futuro da cidade e de sua população, sobretudo nos anos recentes, em que o tema CIT foi incessantemente discutido em nível mundial como oportunidade de transformação social e econômica. Todavia, a cidade de Vitória, via dispositivos legais, adiou a definição dos rumos do território do parque para o final da corrente década, quando um novo PDU for votado, se ainda houver fôlego e sentido para o projeto seguir adiante.

Nesse contexto, para além da cobertura dos fatos sobre o parque pelo jornal *Gazeta Online* e acolhendo as considerações de Bueno (2001), o jornalismo, precisa atuar como agente multiplicador de opinião que colabora para a emancipação do cidadão em relação ao tema ciência e tecnologia. Conforme o mesmo autor, no Brasil, o jornalismo científico se inicia no fim do século XVIII e sua evolução decorre da multiplicação dos cursos de Jornalismo e da transformação da indústria da comunicação, que segmentou e ampliou as publicações em veículos especializados.

Nos últimos 30 anos, as áreas científicas também se desenvolveram, ampliando os espaços para sua divulgação e capacitação dos comunicadores científicos e profissionais da imprensa. Apesar do contexto um pouco mais favorável, poucos veículos de informação geral possuem editorias de CTI e, mesmo nos principais centros geradores de assuntos relacionados a essa pauta, a cultura observada nos veículos de comunicação é de subordinação às pressões de empresas e governos, sendo premente trazer à luz como o poder perpassa a divulgação científica (BUENO, 2001).

No caso do PTV, conforme veremos no Capítulo 5, o portal *Gazeta Online* se restringiu à cobertura dos fatos. A partir de análise empírica, contudo, foi possível observar que tal divulgação ocorreu sem que fosse demonstrada uma compreensão mais aprofundada da importância do assunto para a sociedade. Talvez, a discussão desta

pauta na mídia tenha seguido um tom que “[...] costuma ser promocional [...] um assunto para consumo e entretenimento [...], em vez de tema importante para a agenda econômica e social” (FRANÇA apud AFONSO, 2008, p. 43). É possível, ainda, que a própria fragilidade das políticas públicas de Vitória para a área de CTI tenha contribuído para tal abordagem.

1.1 O PORTAL DE NOTÍCIAS *GAZETA ONLINE*

O objeto empírico desta pesquisa, o portal de notícias *Gazeta Online* é um dos veículos da Rede Gazeta, sediada em Vitória, com veículos que atuam em todas as regiões do Espírito Santo. O portal passou a ser uma versão digital do jornal A Gazeta, um dos jornais mais antigos do Espírito Santo, o qual circulou fisicamente até julho de 2019. A Gazeta surgiu em 1928, tendo sido criada por Ostílio Ximenes, pelo empresário do setor imobiliário, e seu sócio, o jornalista Adolpho Luis Thiers Vellozo (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005).

Curiosamente, A Gazeta iniciou a sua atuação para dar suporte comercial ao setor imobiliário, especificamente, servindo à venda de lotes em Camburi, bairro de Vitória, que, naquele momento, estava se expandindo e se valorizando. O objetivo inicial do veículo, portanto, não era contar o cotidiano da sociedade capixaba, mas atender os interesses específicos dos proprietários. Embora seu papel inicial fosse o de aquecer o mercado imobiliário, essa missão não se cumpriu, mas o jornal acabou ganhando o interesse do público (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005).

Por oposição ao governo da época, o periódico em questão foi impedido de continuar a circular, retornando algum tempo depois, pois apoiava o movimento do Governo Getúlio Vargas, que chegou ao poder. Esse foi um momento em que o jornal A Gazeta passou por crescimento, como os principais veículos de comunicação do Brasil. A sede própria foi adquirida nessa época e o jornal se instalou na Rua General Osório, no Centro de Vitória. Em seguida, foi vendido para diversos grupos de empresários, antes de ser assumido por Carlos Lindenberg, que, pela compra paulatina de ações, tornou-se seu maior acionista (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005).

Quando a família Lindenberg assumiu o controle majoritário de A Gazeta, sua sede estava na mesma rua (General Osório), mas em outro local. O cunhado de Carlos

Lindenberg assumiu a direção da empresa, realizando uma gestão centrada nos custos e no controle, o que garantiu a permanência do periódico. A redação tinha poucos jornalistas, que se dividiam em outras atividades paralelas, com as quais garantiam a maior parte de suas rendas. O maquinário era composto por dois linotipos e uma impressora rotoplana Magone. Não havia diagramação e editorias definidas, de modo que os profissionais da redação e da gráfica faziam o jornal de forma intuitiva. (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005).

Na década de 1960, o jornal passou por forte crescimento e, então, foi construído, na mesma rua em que ele já funcionava, o Edifício A Gazeta, com 13 andares, um parque gráfico moderno para a época, com a impressão pelo sistema *off-set* e a instalação do fotolito. A contratação de funcionários especializados foi ampliada, profissionalizando a diagramação. Editorias foram criadas, sendo realizados, ainda, investimentos em equipamento de *telex* e em veículo para uso nas reportagens (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005).

Após esse período, a empresa proprietária do jornal A Gazeta passou a se chamar Rede Gazeta de Comunicações, ao qual uma emissora de TV foi integrada em 1976, sendo denominada TV Gazeta, 18ª afiliada da Rede Globo. O portal *Gazeta Online* foi criado em 1996, assim como a Rádio CBN. Mesmo depois dos primeiros anos da chegada da internet comercial ao Brasil, em 1999, o grupo inaugurou um novo parque gráfico, com investimentos na ordem de 15 milhões de dólares, situado em um prédio próximo à sede atual, que fica na Rua Chafic Murad, Bento Ferreira, também em Vitória. O equipamento usado permitia a impressão colorida de até 70 mil exemplares por hora, com redução significativa de perdas pela tecnologia utilizada. Essa foi a terceira revolução vivenciada pelo jornal A Gazeta, na qual o jornal teve seu maior investimento em informatização em todas as etapas do processo (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005).

Bourguignon, Rezende e Arruda (2005) pontuam que, mesmo com o progresso técnico e administrativo, A Gazeta, que, aos domingos, chegou a vender quase 100 mil exemplares, estava perdendo seus leitores no fim dos anos 1990, quando o jornal *A Tribuna* ultrapassou sua vendagem. Ao mesmo tempo, crescia o número de assinaturas de jornais de fora do Estado, como Folha de São Paulo e Jornal do Brasil. A queda nas vendas foi acentuada em 1995, com a morte do diretor de redação, Paulo

Torre, que dirigiu A Gazeta no ápice das vendas. Em 2000, a direção da empresa passou pelo processo de sucessão, sendo assumida pela terceira geração da família, especificamente, por Carlos Lindenberg Neto. Até então, a gestão ficava a cargo de seu pai, que ocupou a função por 38 anos.

Em 2001, o grupo lançou o jornal popular *Notícia Agora*. Em 2008, ao comemorar 80 anos, o jornal A Gazeta ganhou novo *layout*, formulado a partir do conceito *web 2.0*, inaugurando uma redação multimídia. À época, A Gazeta era o único jornal em formato *standard*, com divisão em cadernos e suplementos semanais, inclusive infantil, estando dedicado ao público AB no Espírito Santo (REDE GAZETA, [S.d.]). Circulava diariamente em todos os municípios capixabas, bem como em cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Brasília. A redação tinha em torno de 90 jornalistas e sete sucursais (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005).

Em 2013, o jornal investiu na tecnologia de tinteiros digitais para melhorar a qualidade da impressão em até 85%, inaugurando, no ano seguinte, a nova redação multimídia, com produção de conteúdo em processo contínuo e distribuição para todas as plataformas da Rede Gazeta. Em 2016, o portal *Gazeta Online* comemorou 20 anos e inaugurou o *Gazeta Lab*, com o objetivo de desenvolver projetos inovadores em parceria com universidades e faculdades da Grande Vitória. O aplicativo A Gazeta Digital foi lançado em 2017 e funcionava como uma *timeline* com as notícias mais recentes publicadas no *Gazeta Online*. Os assinantes de A Gazeta passaram a ter acesso ao jornal pelo *app*, disponível para dispositivos *Android* e *iOS* (REDE GAZETA, [S.d.]).

Em 2018, a Rede Gazeta comemorou seus 90 anos, contados a partir da criação do jornal impresso, congregando 16 negócios paralelos. Na ocasião, foi lançando o movimento “Somos capixabas”, valorizando o povo e a cultura do Espírito Santo. No dia 31 de julho de 2019, o jornal A Gazeta anunciou que deixaria de ser impresso diariamente, circulando fisicamente somente aos sábados, na Grande Vitória e em algumas cidades do interior. Até então, estavam sendo impressos 10 mil exemplares, enquanto o portal *Gazeta Online* alcançava uma média de 140 mil visitas por dia. No mesmo ano,

Autointitulando-se o maior grupo de comunicação capixaba, a família Lindenberg [...] [detinha], além dos jornais impressos, de um portal de notícias

e outro de anúncios, oito rádios, uma empresa de soluções digitais, a Ative, e mais quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo, com dois portais de notícias locais (G1 Espírito Santo e o Globo Esporte Espírito Santo, também afiliados à Rede Globo). O padrão de concentração de propriedade (horizontal, vertical, cruzada, em cruz) reflete seu monopólio como “agente de legitimação” da construção hegemônica (SARMENTO, 2019, acesso em 16 set. 2021).

A decisão sobre a descontinuidade das edições impressas de A Gazeta gerou críticas ao conglomerado de comunicação no meio jornalístico, sob a acusação ao grupo de visar somente ao lucro e à alta rentabilidade, bem como à redução de custos, promovendo demissões em massa. O grupo, por seu lado, justificava a decisão afirmando a inviabilidade comercial e a baixa quantidade de impressão em decorrência das mudanças nos hábitos de consumo da informação. Na análise de Sarmiento (2019), o cenário era próprio das transformações no jornalismo em função da crise do capital, de caráter global. Por essa via, em nome das compensações financeiras, as empresas deixam de lado aspectos públicos cívicos e a função na agenda da democracia.

De acordo com informações constantes do *site* da Rede Gazeta, a decisão foi pautada em pesquisas realizadas durante um ano e meio em parceria com instituições mundiais para conhecer mudanças de hábito de consumo, além da já mencionada inviabilidade econômica e da constatação de que o jornal impresso passou a ser um meio ineficiente de distribuição da informação. A descontinuidade dos jornais impressos A Gazeta e Notícia Agora foi tomada, conforme Carlos Lindenberg Neto, em entrevista a Sarmiento (2019, acesso em 16 set. 2021), com a finalidade de

[...] liberar recursos essenciais da empresa para investirmos ainda mais em tecnologia de ponta, na modernização da nossa redação e em novos serviços digitais”, quando o atual *Gazeta Online* for substituído por um novo *site* que contará, segundo a empresa, com tecnologias inéditas.

Na versão digital, A Gazeta pode ser acessada pelos leitores em geral por meio do *site* www.agazeta.com.br, sendo alguns conteúdos liberados apenas mediante assinatura. Esse novo projeto foi intitulado TDigital e está pautado em conceitos de monitoramento de conteúdo, performance das notícias e mensuração de tráfego. Quando este estudo estava sendo produzido, A Gazeta participava do programa de transformação digital da Associação Nacional de Jornais e da Associação Nacional dos Editores de Revistas, realizado em parceria com o *Meta Journalism Project* e o Centro Internacional para Jornalistas. O programa envolve

outros 24 veículos, entre jornais e revistas, selecionados para receber mentorias e acessar fundos de inovação para apoiar as redações no desenvolvimento de projetos, produtos e melhorias de processos. A própria Rede Gazeta tem feito um movimento intenso, há alguns anos, com o intuito de ressignificar o próprio modelo de negócio, investindo em tecnologia e inovação (REDE GAZETA, [S.d.]).

1.2 A MÍDIA E O DISCURSO JORNALÍSTICO

A mídia, como um campo complexo nos estudos da comunicação, constitui um espaço de discurso, por trazer à tona as disputas de valores, interesses políticos e econômicos em uma dada sociedade. Esse campo atravessa lutas heterogêneas, estabelecendo e revelando inúmeras relações de poder nesses territórios. Os jornalistas, nesse sentido, funcionam como verdadeiros operadores sociais (HENRIQUES, 2009). Nesta pesquisa, a imprensa local é coadjuvante na discussão de um tema que ilustra essas questões, a qual perpassa três décadas.

A mídia se refere ao conjunto de meios de comunicação de massa, responsáveis por mediar a comunicação humana, a exemplo da televisão, rádio, internet, jornais, revistas, cinema etc. Para Silva (2006), a mídia é o espaço público principal da sociedade moderna, plural e complexa, e, embora haja críticas em torno da sua atuação – pelo próprio modelo de negócio e comercialização de conteúdos e por priorizar interesses de grupos econômicos hegemônicos –, é considerada uma das principais instituições de transmissão de informação, difusão de mensagens e entretenimento sobre diversos aspectos sociais.

A mídia é compreendida por Charaudeau (2013, p. 12) como uma empresa de fabricar informações, sendo impelida “[...] a tomar posição sobre o que deve ser a informação, sobre a maneira de tratá-la, é aqui que aparece um problema deontológico”, ou seja, relacionado aos deveres que meios de comunicação e seus respectivos profissionais cumprem no exercício de suas atividades. Os fenômenos sociais são apropriados pela mídia, que os associa à lógica da informação e da comunicação que ela domina e a qual opera, embora a convergência dos hábitos de consumo de mídia tenha se transformado ao longo do tempo.

Nesse sentido, a mídia não se restringe a uma definição como um simples meio, um suporte de informação ancorado na tecnologia, uma vez que ela é responsável por pautar os assuntos e temas, elaborar informações, divulgar conhecimentos e entreter. A mídia é capaz de colaborar na formação das percepções sobre o mundo em que vivemos e, mais do que isso, incentivar e estimular nossas ações individuais e coletivas. Portanto, a mídia tem poder e representa uma das formas de poder presentes nas sociedades. Foucault (1969) afirma que essa força exercida pela mídia, muitas vezes, não está na superfície, não é visível, por isso a importância de revelar o que está por trás, ou seja, o que se encontra oculto em dado contexto social.

O produto da mídia é a informação e o consumidor é seu receptor, sendo que há um fluxo de poder desigual nessa relação constituída pela mídia tradicional. Para Charaudeau (2013), a máquina midiática possui três lugares de construção do sentido, pautados no funcionamento do ato da comunicação: a produção, que se refere às práticas mais ou menos institucionalizadas, com *status* e funções dos atores que produzem discursos de representação norteados por objetivos econômicos; o produto, que precisa ser reconhecido pelo receptor para que aconteça a troca comunicativa, sendo que o sentido construído é o resultado de uma cointencionalidade; a recepção, ou seja, o alvo da comunicação, o lugar dos efeitos esperados, a partir do qual o público interpreta as mensagens de acordo com as condições em que se situa. Para o mesmo autor, esses três lugares de construção do sentido se definem como em um jogo de espelhos: tal como as imagens incidem umas sobre as outras, cada lugar está em relação com os demais.

A noção de campo defendida por Bourdieu (2002) contribui para analisarmos a mídia e o objeto desta pesquisa, visto que tal conceito diz respeito a um território favorável ao exercício de um poder considerado simbólico em uma rede de relações, e, com efeito, um poder invisível, com a cumplicidade de quem não quer saber que o exerce ou mesmo tem consciência de que está sujeito a ele.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2002, p. 11).

Para Bourdieu (2002), o campo é um espaço social, um campo de forças, de exercício do poder; não está sujeito apenas à atuação física, abarcando a produção simbólica criada para atender aos interesses das classes dominantes e seus sistemas de dominação. A mídia é, por excelência, um espaço poderoso de produção de poder, daí o poder da comunicação, como também defendeu Castells (2015).

Para Couldry (2010), a mídia é parte integrante da paisagem cotidiana. Suas práticas foram configuradas como um modelo determinado, do qual o paradigma da comunicação de massa se apropriou. O modelo “um para muitos” sempre envolveu um misto de comunicação centralizada e interpessoal. O referido autor, em contrapartida à predominância da mídia, questiona se ela tem futuro, considerando que o desenvolvimento da mídia digital colocou em jogo esse paradigma. Produtores e consumidores se confundem nesse universo simbólico contemporâneo. Embora haja inclusive, conclusões extremas sobre a obsolescência e até o fim do modelo centralizado, a ser substituído por um modelo colaborativo. Todavia, o que Couldry (2010) se propõe a fazer é uma reflexão sobre os novos desafios para a legitimação da mídia.

Na esteira disso, o jornalismo também passa por essas transformações. Segundo Bentes (2015), a produção de conteúdos e o campo da comunicação compõem o capitalismo do conhecimento. O chamado capitalismo cognitivo (ou pós-industrial), no campo da economia, modificou-se, como também ocorreu com os processos da comunicação. O modelo industrial deu lugar a um paradigma biotecnológico (uma problematização do vivo e das redes), que influencia os processos de produção de conhecimento, no qual o discurso jornalístico está incluído.

As diversas formas de discurso, dentre as quais estão aquelas relacionadas aos territórios dos meios de comunicação, contribuem para reafirmar disputas econômicas e de poder na sociedade. Como um lugar de circulação e produção de sentidos, o jornalismo, por meio das notícias, ancora-se em sua própria história e essência para reiterar sua relevância social, uma vez que busca se constituir com legitimidade para relatar os acontecimentos cotidianos. Traquina (2005, p. 25) afirma que

[...] é significativo refletir sobre a evolução que as diversas abordagens do jornalismo como um “espaço” aberto aos diversos agentes sociais. Afinal, o jornalismo é um “contrapoder” ou um “poder” a serviços dos “poderosos”? [...] O jornalismo é apenas um espaço fechado de reprodução ideológica do

sistema dominante, ou pode ser um espaço aberto a todos os agentes sociais na luta política e social?

Nesse contexto, esta pesquisa busca pensar, também, sobre a importância de analisar o discurso jornalístico, uma vez que ele está envolto em outras questões além das regras do uso da língua e, portanto, como assevera Charaudeau (2013), ele não é a língua. Cada discurso representa uma relação e a linguagem comporta várias dimensões. Como observa o mesmo autor, “o discurso da informação é uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo social, sem o qual não existiria reconhecimento identitário” (p. 12).

Brandão (2004, p. 7) afirma que “a língua é um fato social, cuja existência se funda na necessidade de comunicação”. Parte dessas constatações a justificativa para utilizarmos, nesta pesquisa, a Análise de Discurso Crítica como teoria e método para analisar textos jornalísticos, uma vez que o discurso está envolto em questões que estão muito além da sua compreensão basilar. Para Fairclough (2001), que postulou a teoria da ADC na qual nos ancoramos, vemos a vida social como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos: econômicas, políticas, culturais etc. Situados em posições diferentes, os atores sociais veem e representam a vida social também de modo distinto, com discursos distintos, portanto, relevantes de serem analisados. Outro importante autor filiado a essa linha teórica, Van Dijk (2017, p. 19), que contribui para as reflexões realizadas no âmbito desta pesquisa, afirma que a ADC é:

[...] um tipo de investigação de análise de discurso que estuda, em primeiro lugar, o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente, o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político.

Foucault (1969) é cirúrgico ao dizer que não existe nenhum enunciado livre, independente e neutro, pois um enunciado sempre faz parte de um conjunto ou série e desempenha um papel em relação aos outros, integra-se, sempre, no jogo enunciativo no qual assume participação, mesmo que esta seja considerada irrelevante. Desse modo, o discurso aparece como um bem (finito, limitado, desejável e útil) possuidor de regras e condições de apropriação e de uso. Ao falarmos de discurso, o poder é sempre uma questão posta, pois é objeto de luta – e uma luta política.

Foucault (1969) avalia, ainda, a formação dos discursos na sociedade, os quais são formados pelos sujeitos, objetos e conceitos. Nesse sentido, o discurso extrapola a representação somente do mundo, para ganhar a dimensão da significação do mundo, que é construído e constituído de significados. Compactuando com essa percepção, Fairclough (2001) aponta três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: sua contribuição para a construção das identidades sociais e posições do sujeito e os tipos de eu, a construção das relações sociais e também dos sistemas de conhecimento e crença. Para este autor, existe uma relação dialética entre discurso e estrutura social na constituição dos discursos, que não são um jogo livre de ideias, mas uma prática social enraizada em estruturas sociais concretas, para as quais essas práticas são orientadas e por elas se orientam. O discurso, nesse sentido, é um modo de prática política e ideológica, a qual sustenta as relações de poder. É nesse contexto de pluralidades que o discurso jornalístico está inserido.

Em vez do termo “discurso relatado”, Fairclough (2001) utiliza a expressão “representação do discurso”, que se adequa bem ao texto jornalístico. Quando se relata um discurso, escolhe-se uma forma de representá-lo em detrimento de outra, justamente porque o que está sendo representado não se restringe à escrita ou à fala e as escolhas gramaticais nela abarcadas, mas os aspectos do evento discurso acompanhados da organização discursiva têm relevância. De acordo com uma circunstância, mudam-se as palavras, o tom da voz, a maneira de se expressar, as ordens das frases.

Os tipos de discurso diferem não somente no modo como eles representam o discurso, mas também nos tipos de discurso que eles representam e nas funções do discurso no texto representador. Desse modo, há diferenças no que é citado, quando, como e por que, entre sermões, ensaios científicos e conversações. Uma variável principal a respeito de como o discurso é representado é se a representação vai além do ideacional ou conteúdo da “mensagem” para incluir aspectos do estilo e do contexto dos enunciados representados (FAIRCLOUGH, 2001, p. 153).

Na sociedade contemporânea, a mídia se configura como um dos principais meios para se exercer o poder, que é simbólico e, portanto, capaz de produzir, receber e transmitir significados. As indústrias da mídia, segundo Thompson (2014), influenciam as dinâmicas de apropriação e também são capazes de interferir no curso dos acontecimentos, influenciando ações e criando eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas. Quando os produtos da mídia são vistos como

resultado de objetivos comerciais ou governamentais, o poder é exercido também em articulação com o poder econômico e político, o que poderá se revelar nos textos jornalísticos que selecionamos para analisar. Para o autor, as influências em uma relação de poder são recíprocas, mas tendem a ser maiores por parte de um ator sobre outro.

1.3 ACONTECIMENTO E METACONTECIMENTO

Como vimos, a mídia, como dispositivo por onde circulam sentidos e significados sobre o mundo, é capaz de influenciar as percepções, por meio de enquadramentos, da argumentação dos discursos, dos recursos audiovisuais que emprega, dentre outros fatores. Mais que isso, a mídia pode incentivar e estimular as nossas ações individuais e coletivas, o que fortalece seu poder de dar visibilidade a consensos e dissensos sociais.

O jornalismo, nesse contexto, cumpre o papel de informar os acontecimentos para a sociedade, atendendo ao interesse desta em se manter em dia sobre o que nela acontece. Segundo Traquina (2005), pode-se dizer que o jornalismo é um conjunto de “estórias”: “estórias” de vida, “estórias” das estrelas, “estórias” de triunfo e tragédia. Os acontecimentos são “estórias” e as notícias são assim construídas. São narrativas que não estão desconectadas de “estórias” e narrativas passadas.

Como defende Traquina (2005, p. 20), o principal produto do jornalismo contemporâneo é a notícia, que “[...] não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenções dos jornalistas [os quais] [...] são os modernos contadores de ‘estórias’ da sociedade contemporânea, parte de uma tradição mais longa de contar ‘estórias’” (p. 21). Nesse sentido, “os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias e, por consequência, na construção da realidade” (p. 26).

O jornalismo se mantém no desafio permanente de divulgar os acontecimentos. Pode ser explicado pela frase que responde à pergunta que muita gente se faz todos os dias – “[...] o que aconteceu/está acontecendo no mundo?, no Timor? No meu país?, na minha ‘terra’” [...] (TRAQUINA, 2005, p. 20). Mesmo que não queiramos, ingênua e anacronicamente, atribuir todo o poder aos jornais e aos demais veículos e que

reconheçamos que o processo de significação obedece mais a uma lógica de uma dupla afetação (afetar e ser afetado) entre sistemas e usuários, pretendemos destacar que, na cultura midiática, a qual marca a atualidade, as formas de enunciação obedecem a contingências dos dispositivos:

[...] são organizados e dinamizados processos que reformulam as condições de enunciar a realidade, esta não mais como um fenômeno representável pela linguagem, mas que se constitui no próprio agenciamento enunciativo dos novos modelos de interação (FAUSTO NETO, 1999, p. 94).

Segundo Henriques (2009), a prática jornalística procura, de alguma forma, dar conta das experiências do mundo, tornando-as disponíveis para todos. Tal atividade, mesmo envolta em críticas e questionamentos, é um caminho para a realidade, um lugar no qual há a partilha e a reverberação de valores e saberes pelas sociedades contemporâneas, por meio de modos de codificação peculiares e pela linguagem com a qual o jornalismo opera. O jornalista é um tradutor dos acontecimentos no processo de transformar fatos em notícias. A partir de alguns critérios, “o jornalismo seleciona, classifica e hierarquiza a realidade, determinando aquilo que tem importância”, explica Henriques (2009, p. 8). A mídia é, portanto, um “meio de campo” entre a sociedade e as experiências que envolvem o mundo. Tais pontos são reafirmados quando o autor pontua que,

se na sua atividade, o jornalista realiza o esforço de tornar os fatos mais compreensíveis e interessantes, não nos parece que o jornalismo se isenta completamente da operação de estabelecer algumas ligações entre os acontecimentos, e muito menos que os jornalistas possam ir aos fatos totalmente desprovidos de interesses (HENRIQUES, 2009, p. 15).

Sendo assim, é preciso reconhecer que esse complexo processo de produção de sentido realiza uma inegável ação interpretativa da realidade em que vivemos, uma emaranhada teia de convocações, filiações e incitamentos. Para Foucault (1969), não estando as forças envolvidas nessa teia sempre visíveis, é importante buscar o que está oculto nos contextos sociais em que ocorrem os fenômenos abordados pelo jornalismo.

O conceito foucaultiano “acontecimento discursivo” é elaborado na obra “Arqueologia do saber”, em que o filósofo faz uma articulação entre discurso, acontecimento e o não discursivo (FOUCAULT, 1969). Para ele, o acontecimento se transforma e se adequa às novas configurações que assume no percurso. O acontecimento discursivo

refere-se ao quão possível é a emergência dos enunciados. Segundo o filósofo, quando o enunciado se torna um acontecimento, é possível perceber como ele tem potencial para ser história. O acontecimento discursivo é, digamos, uma condição para que o discurso exista, consistindo no momento anterior ao enunciado, que caracteriza essa emergência, um espaço de atuação que recobre tanto o aspecto discursivo (como condição preliminar) quanto o não discursivo (composto por acontecimentos políticos, institucionais e econômicos). Ambos esses aspectos se influenciam no sistema discursivo, sendo importante entender as articulações entre as práticas discursivas e as que estão postas “fora” do discurso. Segundo Foucault (1969), há uma materialidade encontrada nas situações não discursivas a qual contribui para o surgimento de um discurso, havendo, portanto, uma coexistência entre o discursivo e o não discursivo, ou seja, mesmo que não estejam ditas, algumas questões estão postas em uma relação social.

Segundo Foucault (1998), as diversas instituições que compõem a sociedade produzem as suas verdades. O poder simbólico torna-se necessário para o exercício de qualquer poder, sendo que, na esfera social, na qual há disputa pelo domínio da verdade, alguns grupos possuem mais recursos para exercitar. Esse filósofo busca revelar o funcionamento do poder, questionando a ideia de um discurso verdadeiro, ao apontar a existência do que ele chamou de “vontade de verdade”, que se perpetuou por séculos na história humana.

Foucault (2008) questiona a dominação que se exerce a partir do controle do discurso, marcado por uma dispersão de acontecimentos enunciativos que podem ser retomados ou esquecidos ao longo do tempo. Para ele, “[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008, p. 31). Há a presença de uma carga sócio-histórica imbuída nos enunciados, estando ela permeada por memórias. Esses discursos vão além do aspecto linguístico, visual e dos sentidos; os enunciados são, ao mesmo tempo, materiais e simbólicos. É no campo discursivo que buscamos compreender como esses aspectos enunciados se formam e se estabelecem na existência social, para compreendermos as suas relações.

O jornalismo, da mesma forma, está imbricado com o acontecimento, dele necessitando para garantir a produção jornalística. Ao mesmo tempo, o acontecimento

é codependente do jornalismo, do qual carece para ganhar a dimensão necessária para alcançar o público. Nesse contexto, a cobertura jornalística, como um campo complexo nos estudos da comunicação, constitui-se em um espaço de práticas discursivas, por trazer à tona as disputas de valores, interesses políticos e econômicos da sociedade (FAIRCLOUGH, 2001). Esse campo atravessa lutas heterogêneas, estabelecendo e revelando diversas relações de poder que se dão nesses territórios. Nesta pesquisa, o jornal local é palco de acontecimentos que ilustram e revelam muitas dessas relações, como será visto no Capítulo 5.

Ainda nesta órbita, o que é comum à rotina cotidiana não pode ser considerado um acontecimento, segundo Rodrigues (1993, p. 27), sendo este definido como aquilo que “[...] irrompe a superfície lisa da história” em meio a diversos outros fatos. O acontecimento está diretamente ligado à imprevisibilidade e, portanto, à condição de se tornar notícia, integrando-se ao discurso jornalístico. Sua natureza é especial e incomum, o que o torna digno de ser registrado na memória. No discurso jornalístico,

[...] o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação. Por isso, uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre, mas os factos são soberanos (RODRIGUES, 1993, p. 27).

Segundo o mesmo autor, há vários registros da notabilidade dos fatos. Um deles é o excesso, quando ocorre algo extremo, como uma guerra ou um massacre que se torna notável em uma proporção excessivamente gritante. Essa notabilidade pode decorrer de uma atitude louvável, impactante, como a história de Aracy de Carvalho, que, no início do regime nazista, quando os judeus perderam seus direitos e sofreram segregação, foi capaz de atuar com os recursos de que dispunha como funcionária do Ministério das Relações Exteriores na Europa para salvar a vida de judeus que migraram para o Brasil. Ela burlou e desafiou o sistema desumano de Hitler, por entender que era justo agir assim (RODRIGUES, 1993).

Outro registro da notabilidade, de acordo com Rodrigues (1993), é a falha, como na explosão de um foguete; em um acidente natural ou não; quando uma arma, ao ser apontada contra alguém, não dispara; no divórcio de uma celebridade. Além disso, também é registro de notabilidade a inversão de funcionamento de algo inesperadamente fora do previsto. Exemplos nesse sentido são: o ataque de um civil a um assaltante armado ou alguém que acorda do leito de morte depois de já ter sido

dado como morto, ou quando se levanta em seu próprio velório, ou, ainda, um tanque de guerra que passa sobre o carro de um cidadão que saiu ileso, ganhando notoriedade mundial.

Há, ainda, uma segunda categoria de acontecimentos, segundo Rodrigues (1993): os chamados metaacontecimentos (ou acontecimentos segundos), provocados pela própria existência do discurso jornalístico. Os registros dos metaacontecimentos só aparentemente coincidem com os registros dos acontecimentos referenciais anteriores. Os registros de excesso, falha e inversão são pretextos, formas referenciais simuladoras das figuras discursivas que definem os metaacontecimentos. Estas continuam a dar-se como fatos, mas sua emergência é, toda ela, inscrita na ordem do discurso, na ordem da visibilidade simbólica da representação cênica.

Conforme sublinha Rodrigues (1993, p. 29), “[...] o que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o fato de ele próprio ser dispositivo de notabilidade”, razão pela qual tem nos dispositivos da informação a fonte e a urgência. O discurso jornalístico, como vimos, é regido pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação recorrente e desmedida. É sempre uma ordem ditada em função das dimensões associadas do querer, saber e poder dizer.

Notamos, assim, interseções com esta pesquisa, pela maneira como os acontecimentos em torno do Parque Tecnológico de Vitória tiveram a força de metaacontecimentos, pela própria dinâmica que se incorporou entre os atores participantes que disputaram o direito de dizer, almejando o respeito às suas posições e à defesa de seus respectivos interesses. Esses metadiscursos são considerados por Rodrigues (1993) como “face perversa da informação”, da transformação logotécnica da linguagem em acontecimento dissuasor da explosão do imprevisível do mundo contemporâneo. A lógica não é explosiva, como nos acontecimentos referenciais, mas implosiva; não é à morte nem à violência real a que os metadiscursos visam, mas ao direito à visibilidade, à encenação de quantos, na ordem midiática, não consideram respeitados os seus direitos à palavra, à manifestação, ao verbo.

Na visão de Silva (2006), é a apuração feita pelo jornalismo que torna determinado fato um acontecimento, que, por sua vez, é negociado entre os veículos de

comunicação e as pessoas que estão inseridas no processo produtivo da notícia. Há uma interação entre a equipe interna e as fontes de acordo com os objetivos, para que os jornalistas operem para que o acontecimento ganhe notoriedade.

2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PARQUES TECNOLÓGICOS

O que pode aparecer como uma inocente clarificação do significado de 'empreendimento' pode ser interpretado mais propriamente como uma definição política e ideologicamente motivada.

(FAIRCLOUGH, 2001, p. 158)

Neste capítulo, inicialmente, trazemos um breve panorama sobre a área de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, a qual vem sofrendo com investimento escasso. Em seguida, apresentamos alguns conceitos relacionados aos parques tecnológicos, estruturas cuja origem se deu nos anos 1950, vinculados a universidades norte-americanas, cuja operacionalização depende de uma governança de múltiplos setores, como postula a teoria das hélices, que, inicialmente, propunha esforços coordenados de três atores e, posteriormente, incluiu outros dois, dentre os quais os meios de comunicação. Depois de destacar alguns números e experiências de alguns parques tecnológicos instalados no Brasil, o capítulo se dedica a tratar, especificamente, do PTV, relatando alguns fatos marcantes de uma discussão que já dura três décadas.

2.1 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL

O contexto atual assume posição relevante no enfrentamento dos problemas com que o mundo se depara na chamada era da gestão do conhecimento e da inovação¹. Cada vez mais impulsionado pela interação entre vários campos, até 2030, o progresso científico estará centrado no desenvolvimento e tratamento científico de informação a partir de grandes bancos de dados – o *big data*, que, globalmente, já em 2012, movimentava cerca de U\$70 bilhões –, além do barateamento dos dispositivos de armazenamento de dados em massa (MARCIAL, 2015). A Quarta Revolução Industrial, também conhecida como indústria 4.0, tem sido alicerçada por outras tecnologias, como robótica, internet das coisas, inteligência artificial e *blockchain*, que

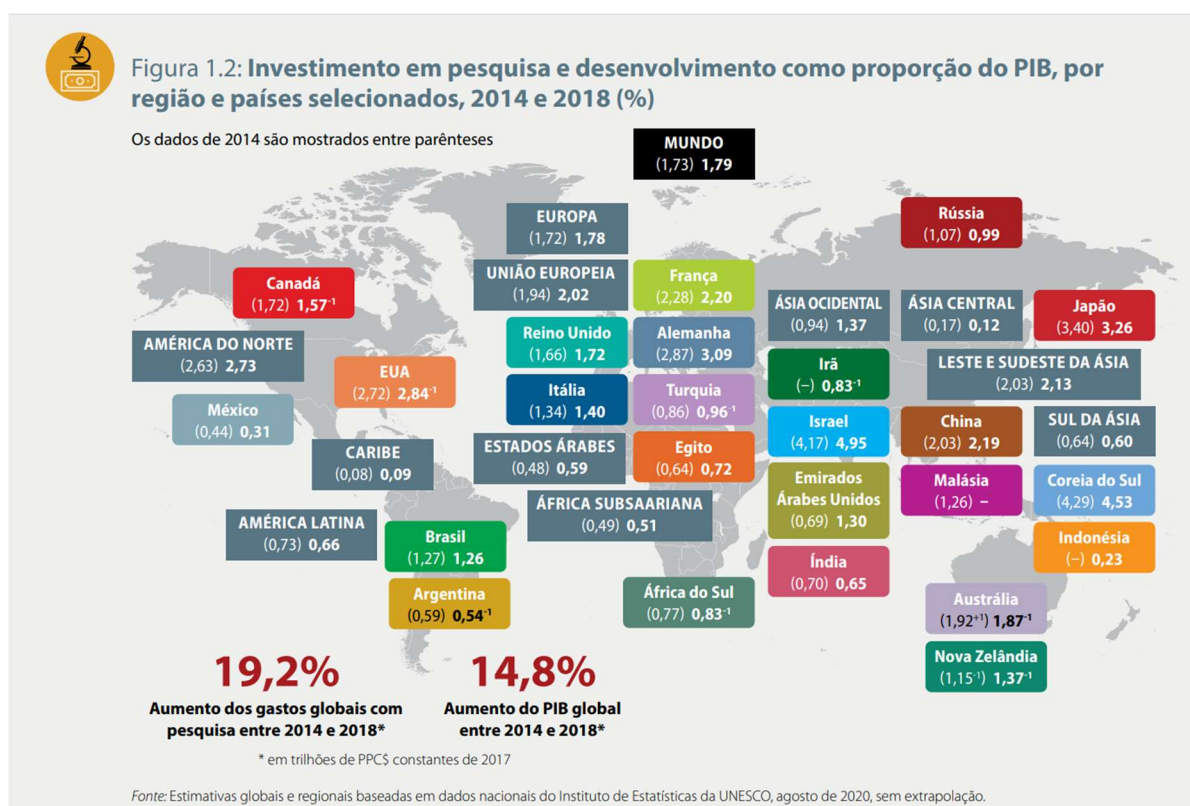
¹ Para a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (apud BRANDÃO; BRUNO-FARIA, 2013, p. 229), inovação consiste na “implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”.

estão se associando à nanotecnologia, à biotecnologia e às ciências cognitivas (UNESCO, 2021b).

De 2013 a 2018, o Relatório de Ciências da Unesco (2021b) destaca aumento global de 20% em investimento em ciência, tecnologia e inovação (CTI). No entanto, por sua maior disponibilidade de recursos humanos e financeiros, os países desenvolvidos se situam na vanguarda do desenvolvimento nesses quesitos. O mesmo documento aponta que 80% dos países investem menos de 1% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em Pesquisa e Desenvolvimento (PD), sendo que os investimentos dos Estados Unidos (EUA) e da China somam 63% (UNESCO, 2021b), o que explica o destaque desta na exportação de bens e serviços de alta tecnologia e no aumento de pedidos de patentes (MARCIAL, 2015).

A Figura 1 apresenta um comparativo no investimento em PD de acordo com o PIB para o período de 2014 a 2018.

Figura 1: Investimento dos países em PD em relação ao PIB (2014-2018)



Fonte: Unesco (2021b, p. 9).

O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2018) apresentou proposta de adequação, à realidade brasileira, das metas globais da Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável, a qual situa a necessidade de “construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação” como o nono entre os 17 objetivos. No entanto, nos anos recentes, a formulação e a manutenção de políticas públicas para CTI no país têm sofrido ataques mais duros.

Um dos entraves é que as políticas criadas no Brasil são similares às de outros países, mas, na prática, os resultados alcançados são modestos. Houve declínio nos investimentos nas universidades federais – 90% operam com perdas reais em comparação com 2013, com encolhimento de 28,5% no repasse total de verbas pelo Ministério da Educação (MORENO, 2018). Dados de 2014 a 2018 apontam que o Brasil registrou queda da ordem de 50% no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e redução de 16% dos recursos aplicados em ciência. Paradoxalmente, os pesquisadores brasileiros mantêm o número de trabalhos científicos (UNESCO, 2021a). Tal situação levou a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal a avaliar os cortes que a área de CTI vem sofrendo – em 2018, foram repassados R\$ 3,4 bilhões, quase um terço do valor de 2010 –, os quais impactam negativamente a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social (CORTE..., 2018).

Diante da participação insignificante no registro de patentes e de investimentos pouco expressivos em PD, a análise de Turchi e Morais (2017) é de que o setor público ajudou a dinamizar o ecossistema de inovação, mas com apoio pulverizado e descontínuo. Por isso, também é entendimento da Financiadora de Estudos e Projetos (apud TURCHI; MORAIS, 2017), empresa pública criada na década de 1960 para fomentar o setor, que o país precisa de uma política de Estado estável e permanente de financiamento de pesquisas e de capacitação de cientistas. Além disso, para ampliar os investimentos em CTI, a agência defende a necessidade de se diminuir os atritos entre os setores público e privado, esse último com participação desanimadora nos investimentos.

Apesar do pouco investimento por parte de atores do setor privado, o apoio pulverizado do governo, a distância da universidade com o mercado e a presença

tímida de incubadoras² e aceleradoras³ de empresas para incentivar a criação e o desenvolvimento de *startups*⁴, observa-se maior mobilização para apoiar a criação de novos negócios no país nos anos mais recentes, mas de forma bastante heterogênea no território nacional (BRASIL, 2019). Todavia, dada a interdependência dos diversos atores que congregam esses novos arranjos e pela necessidade de se pensar alternativas de geração de riqueza que não estejam situadas exclusivamente no setor industrial e *commodities*, como é o caso do Espírito Santo, a participação do poder público como agente impulsionador da CTI torna-se fundamental para orquestrar os diversos atores do ecossistema. É importante salientar que a relação entre público e privado configura-se como um campo de força que é delimitado pelo espaço e pela ação política, sublinhando, em consonância com Souza (2009), quanto à indissociabilidade entre território e poder.

O percurso brasileiro para desenvolver a legislação nacional e políticas públicas de CTI tem sido longo e a construção coletiva envolve diversas instituições como o MCTI, órgão da administração federal direta que auxilia em diversas áreas do desenvolvimento nacional, contando com 26 instituições vinculadas como unidades de pesquisas, agências e autarquias. Criada em 1967, a Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública vinculada ao MCTI cujo objetivo é financiar estudos e projetos de desenvolvimento econômico por meio de recursos não reembolsáveis, acessados por meio de editais. As fundações de amparo à pesquisa também

² Incubadoras objetivam “[...] auxiliar empreendimentos em fases iniciais, oferecendo suporte por meio da disponibilização de espaço para locação por período limitado e serviços administrativos e assistenciais nas áreas como marketing, finanças, recursos humanos, entre outros. Inclui, também, acesso a uma rede de provedores de serviços especializados, instituições financeiras, instituições de pesquisa e órgãos governamentais. Assim, estimulam e apoiam a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura básica compartilhada, de formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de negócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade” (INCUBADORAS, S. d., acesso em 4 fev. 2022).

³ Organizações que visam a “[...] acelerar a criação de novas empresas, fornecendo aporte financeiro, educação e orientação para os empreendedores durante um período limitado de tempo. Assim, são organizações que colaboram para a aceleração do sucesso dos empreendimentos, impulsionando as *startups* para rapidamente enfrentarem as realidades do mercado e determinar se o empreendimento é realmente viável, com o objetivo de tornar a startup exponencial” (ACELERADORAS, S. d., acesso em 4 fev. 2022).

⁴ “Uma *startup* é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza. Um cenário de incerteza significa que não há como afirmar se aquela ideia e projeto de empresa irão realmente dar certo – ou ao menos se provarem sustentáveis. Ser repetível significa ser capaz de entregar o mesmo produto novamente em escala potencialmente ilimitada, sem muitas customizações ou adaptações para cada cliente. Ser escalável é a chave de uma *startup*: significa crescer cada vez mais, sem que isso influencie no modelo de negócios” (SEBRAE, 2014, acesso em 27 fev. 2022).

viabilizam recursos para o desenvolvimento de pesquisa, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Essas e outras entidades, dentre as quais as universidades, dedicam-se a estimular e a definir as políticas científicas e tecnológicas do país e ajudaram a estruturar as diversas iniciativas de apoio e fomento (UNESCO, 2021a), como a Estratégia Nacional de CTI, a Política de desenvolvimento Produtivo e Sala de Inovação, o Marco Legal das Startups (Lei Complementar 182/2021) e o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A iniciativa que criou o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação visa a garantir mais estímulo e flexibilidade para gerar conhecimento que possa se converter em desenvolvimento para o país, promovendo atividades científicas e tecnológicas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social; estimulando a cooperação e interação entre os setores público, privado e empresas, bem como a atividade de inovação nas empresas e instituições de ciência e tecnologia; simplificou procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adotou o controle por resultados em sua avaliação.

No Espírito Santo, algumas empresas privadas estão criando seus ambientes de inovação, como os *hub's*⁵ Base27, da Vale, do Sicoob e da Fucape; *Brooder*, aceleradora do Grupo Avista; iniciativas da Arcelor Mittal, líder na produção de aço no mundo, como o AçoLab, que conecta *startups* e empresas, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento e o iNO.VC, que desenvolve soluções em inteligência artificial, nuvem, robótica, 3D, *big data*, além de muitas outras que surgiram nos últimos três anos.

Para Freitas (2018), o fortalecimento do ecossistema capixaba tem ocorrido ao longo do tempo pela criação de novos ambientes, como aceleradoras e *coworkings*⁶. Assim,

⁵ “Conexão é a palavra-chave para um *hub* de inovação. Dessa forma, esse ambiente pode contribuir para simplificar a estruturação do negócio e estimular a cultura empreendedora. Assim, os hubs de inovação conectam as diferentes partes do ecossistema e montam um grande quebra-cabeça. Portanto, serve também como um grande espaço de colaboração. Além disso, podem propiciar o encontro entre empreendedores, startups, empresas e investidores, como também de universidades, instituições de fomento e prestadores de serviços públicos e privados focados em startups” (HUBS..., S. d., acesso em 4 fev. 2022).

⁶ *Coworkings* são “[...] espaços físicos compartilhados que reúnem profissionais que trabalham fora do escritório convencional, que geralmente são empresários independentes, *freelancers*, empreendedores e profissionais autônomos que buscam algum tipo de interação. Assim, são espaços compartilhados com foco na promoção de networking. Além disso, oferecem diversos serviços, como salas de *conferências*, copa, salas de reunião, treinamentos, cursos e eventos” (COWORKINGS, S. d., acesso em 4 fev. 2022).

destacam-se a Fábrica de Ideias, que pertence à PMV e, por meio de convênio, havia sido cedida na gestão de Luciano Rezende (Partido Popular Socialista – PPS/Cidadania) ao Instituto Federal do Espírito Santo⁷ (IFES, 2021), que mantém 13 incubadoras, distribuídas pelo interior do estado; a incubadora TecVitória, instalada há quase 30 anos em um laboratório vinculado à Ufes; aceleradoras privadas, como a *StartSe*, e a rede de empreendedores Azys Inovação. Além disso, funcionam na cidade diversos *coworkings*, como *Nest*, *Freework*, *Premium Office* e *Space 22*, bem como o FindesLab, da Federação das Indústrias do Espírito Santo, inaugurado em 2019, e o SebraeLab, com projetos de incentivo à criação e desenvolvimento de *startups* e capacitação de ambientes de inovação em parceria com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). Mais recentemente, em 2021, foi criado o projeto do Centro de Inovações do Ifes, que será implantado nos galpões do antigo Instituto Brasileiro do Café, situados em Jardim da Penha. Registram-se, ainda, iniciativas como o Movimento Capixaba pela Inovação, Vale da Moqueca e o grupo de empreendedores e desenvolvedores, o Ilha Valley.

O governo do estado também possui iniciativas como o Lab.Ges, que incentiva a cultura da inovação na gestão pública e desenvolve projetos que ajudam a melhorar os serviços públicos no Espírito Santo, inclusive com iniciativas nacionalmente reconhecidas, como o Concurso de Inovação no Setor Público, organizado pela Escola Nacional de Administração Pública (PRÊMIO..., 2019). Também há o *hub* de inovação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, denominado Epicentro, que opera como espaço de estímulo à inovação.

De acordo com o mapeamento realizado pelo Sebrae (2021), o Espírito Santo possui aproximadamente 50 *habitats* de inovação⁸, sendo uma aceleradora, seis *coworkings*, 15 *hubs*, 20 incubadoras, dois polos de inovação, Inova Serra e do Ifes, dois centros de inovação (sendo um deles o do PTV, ainda sem funcionamento, como será visto mais adiante), uma *corpore venture*⁹ e três Núcleos de Inovação Tecnológica. Os

⁷ A PMV fez o distrato na gestão de Lorenzo Pazolini (IFES, 2021).

⁸ “Os *habitats* de inovação são espaços diferenciados, propícios para que as inovações ocorram, pois são *locus* de compartilhamento de informações e conhecimento, formando *networking*, e permitem minimizar os riscos e maximizar os resultados associados aos negócios. O *habitat* de inovação permite a integração da tríplice e procura unir talento, tecnologia, capital e conhecimento para alavancar o potencial empreendedor e inovador” (TEIXEIRA, 2016, p. 8).

⁹ “Investimentos em iniciativas internas em novos negócios, investimento (*limited partnership*) em fundos independentes de *venture capital* e investimento direto em *startup* (*corporate venture capital*),

ambientes de inovação estão concentrados na capital, que somam 56% do total, mas há representações nas demais regiões, como Colatina, São Mateus, com a recente criação do *Bússola Hub*, Barra de São Francisco, Linhares e João Neiva. Desses, duas iniciativas estão temporariamente inativas e uma encerrou as atividades.

Para Lana (2020), as principais políticas e práticas de incentivo à inovação no segmento tecnológico em setores-chave para o Espírito Santo ainda não estão bem definidas, seja pela dificuldade de compreensão dos papéis, interação e níveis dos atores envolvidos, justamente pela complexidade e ambiguidade desse processo. Cientes de que a cooperação e a soma de esforços os tornam mais fortes do que se estivessem atuando sozinhos, o governo estadual elaborou um plano para desenvolver redes de inovação até o ano de 2030, para estimular redes de ciência, tecnologia e inovação integradas em conexão com as potencialidades locais, mas as metas não estão bem estabelecidas.

No contexto das discussões sobre inovação, situam-se os parques tecnológicos, estruturas caracterizadas a seguir.

2.2 PARQUES TECNOLÓGICOS

2.2.1 Conceito, surgimento e panorama

Como elemento das dimensões político-econômicas, é importante apresentarmos alguns conceitos sobre parque tecnológico. Segundo a Associação Internacional de Parques Científicos e Áreas de Inovação (Iasp), os parques tecnológicos integram uma política pública criada a partir de uma parceria público-privada, a qual acolhe uma comunidade empreendedora atuante na criação de novas empresas (IASP, 2022). As áreas de inovação constituem-se em

[...] locais concebidos e selecionados para atrair pessoas com mentalidade empreendedora, talento qualificado, negócios intensivos em conhecimento e investimentos, através do desenvolvimento e combinação de um conjunto de ativos infraestruturais, institucionais, científicos, tecnológicos, educacionais e sociais, juntamente com valor serviços agregados, aumentando assim o

[que são] investimentos de fundos corporativos diretamente em startups externas ou startups originadas de *spin-offs*)” (SEBRAE; ANPROTEC, 2018, acesso em 27 fev. 2022).

desenvolvimento econômico sustentável e a prosperidade com e para a comunidade (THE ROLE..., [S.d.]).

Nas áreas de inovação, os Parques de Ciência, Tecnologia e Pesquisa (PCTP) figuram como sendo altamente especializados. Sua gestão envolve a participação de especialistas, sendo pautada no intuito de gerar riqueza para o seu entorno, promovendo a cultura da inovação e da competitividade das empresas e instituições de conhecimento que neles estão instaladas. Focados em empresas e instituições de pesquisa, empresários e pesquisadores, os PCTP's estimulam a criação de novos negócios por meio de incubadoras e o crescimento de iniciativas nascentes, trabalhando em uma rede global que reúne empresas inovadoras e instituições de pesquisa, facilitando a internacionalização dos negócios (THE ROLE..., [S.d.]).

Parques tecnológicos também são definidos como instituições que promovem ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo por meio de ações planejadas e estruturadas e que congregam empresas, universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) e que podem contar com apoio de programas governamentais. Esses atores devem atuar “[...] de modo sinérgico para a realização, de forma integrada e cooperativa, de projetos e atividades de desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo” (FARIA *et al.*, 2021).

A Lei 13.243/2016, que trata de estímulos para o desenvolvimento de CTI, refere-se aos parques científicos e tecnológicos como

[...] um complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICT's, com ou sem vínculo entre si (BRASIL, 2016).

O Espírito Santo não possui uma legislação nesse âmbito, mas, a partir da aprovação da Lei de Inovação (Lei 7.871/2009), o município de Vitória passou a contar com o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, que, à época de sua criação, já estava envolvido no processo de viabilização do PTV. Essa lei municipal entende parque tecnológico como

[...] complexo organizacional de caráter científico e tecnológico orientado por demandas sociais e de mercado, estruturado de forma planejada, concentrada e cooperativa, promotor da cultura do empreendedorismo e da inovação, da competitividade comercial, industrial e tecnológica, e, da capacitação empresarial com vistas ao incremento da geração de riqueza,

agregando empresas de base tecnológica, empresas e instituições inovadoras e instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de natureza pública ou privada, com ou sem vínculo entre si (VITÓRIA, 2009).

Em estudos científicos, parques tecnológicos têm sido definidos como empreendimentos imobiliários planejados, com uma organização gestora institucionalizada, a qual visa à promoção da inovação por meio de mecanismos de transferência de conhecimento e da articulação e/ou oferecimento de serviços tecnológicos de interesse das empresas (FIGLIOLI; PORTO, 2012). São apontados como ecossistemas¹⁰ com potencial para promover interação entre as instituições e para transformar o conhecimento científico em desenvolvimento social e econômico (PESAMOSCA; PEREIRA; BARRICHELLO, 2018).

Os conceitos apresentados pelas instituições são complementares e sofreram atualizações ao longo dos anos, o que também modifica as nomenclaturas, para categorizar alguns modelos (parque tecnológico, parque científico e tecnológico). As modificações foram incorporadas pelo poder público, que sugere a inclusão da formulação de políticas públicas para o desenvolvimento dos parques (BRASIL, 2019).

À parte as definições sobre parques tecnológicos, neste estudo, procedemos à análise discursiva da cobertura jornalística de um dos embates da implantação do PTV, com o intuito de compreender a realidade macro que envolve esses empreendimentos como vetores do conhecimento e do desenvolvimento econômico de cidades e regiões. Assim, entendemos que os parques tecnológicos se constituem em territórios simbólicos e, nesse sentido, é importante ter em conta o cenário da ciência, tecnologia e inovação descrito no tópico anterior, para compreendermos alguns contextos e desafios desse universo que tem um longo caminho pela frente, mas já alcançou alguns marcos.

No que diz respeito à compreensão dos parques como um empreendimento imobiliário, esse entendimento viabiliza a construção de infraestruturas e apoia empresas residentes ou associadas na gestão e marketing de projetos, o que promove a imagem, gera renda e cria um ambiente favorável para as empresas. Em ambos

10 O conceito de ecossistema de inovação, recorrentemente dito no meio, é uma metáfora que se associa ao conceito do ecossistema biológico. Referência na construção dessa relação conceitual atrelada ao mundo dos negócios, Moore (1993) afirma que as organizações trabalham de modo cooperativo e competitivo (“coopetem”), com o objetivo de criar novos produtos visando a satisfazer os consumidores, ao mesmo tempo em que incorporam inovações.

aspectos, o alinhamento de objetivos entre as instituições fundadoras e os atores sociais ajuda a alinhar expectativas (TORRES; ALVES; VIDAL, 2017).

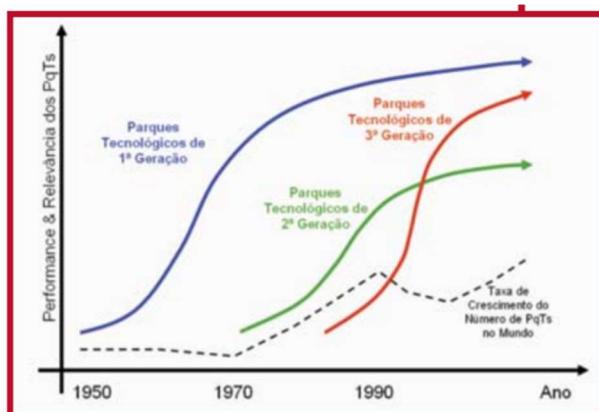
Os parques tecnológicos são importantes para favorecer as relações entre instituições, por apoiarem a cooperação e o desenvolvimento da CTI. Podem ser instrumentos de transformação para as indústrias tradicionais, na medida em que ampliam a interação, favorecendo a inovação e, conseqüentemente, potencializando a transformação do conhecimento científico em desenvolvimento socioeconômico. Além disso, nem sempre as indústrias possuem infraestrutura, profissionais qualificados e recursos suficientes para realizar pesquisa (sobretudo as que demandam equipamentos de alto custo), desenvolvimento e inovação no modelo fechado, de modo que a inovação aberta¹¹ otimiza os investimentos, além de potencializar os resultados quando equipes internas e externas trabalham juntas (FONTANELA *et al.*, 2021).

Parques tecnológicos são relevantes e estimulam transformações pelo mundo afora. Embora possam ter ciclos longos de desenvolvimento, possuem elevado potencial de geração de riqueza. Conforme Hora *et al.* (2019), sua criação tem sido estratégia para o desenvolvimento econômico e social de cidades e regiões, como aquelas que estão trilhando uma caminhada mais acelerada de progresso e transformações, como a China, e sobretudo de países de desenvolvimento mais recente, como Brasil, Tailândia, África do Sul e Irã. Os mesmos autores constataram, inclusive, um crescimento no interesse de pesquisadores acadêmicos sobre os parques tecnológicos em nível mundial após 2015, apesar de temas como gerenciamento de riscos, estratégias organizacionais e de atração de investimentos nos parques tecnológicos ainda serem pouco estudados.

Os PCTP's podem ser classificados em três gerações, conforme mostra a Figura 2.

¹¹ Conceito de Henry Chesbrough, proposto em 2003, consiste em “[...] uma estratégia de inovação que envolve buscar recursos externos para desenvolver inovações de forma colaborativa. Isso significa repensar o modelo convencional de inovação, que é mais fechado [...]” (O QUE É INOVAÇÃO..., 2021, acesso em 27 fev. 2022).

Figura 2: Gerações de parques científico-tecnológicos



Fonte: ABDI e Anprotec (2007).

As primeiras iniciativas de criação de parques são relativamente recentes e, no contexto internacional, remontam a meados do século XX. A criação do primeiro parque tecnológico ocorreu em 1951, nos EUA, sendo ele o *Stanford Research Park*. Esse parque se constituiu a partir de uma parceria entre a Universidade de Stanford e a administração da cidade de Palo Alto, na Califórnia, onde surgiu o conhecido e pujante Vale do Silício, que, conforme dados do MCTI (BRASIL, 2019), congrega mais de 2.000 empresas de tecnologia. O *Stanford Industrial Park* inspirou a primeira geração de PCT's, denominada *science push* ou parques pioneiros.

Na Europa, os primeiros parques nasceram no início da década de 1960. Foram criados de forma espontânea, para estimular a interação das universidades com as empresas de base tecnológica. Seguem uma vocação regional, oferecem recursos financeiros, humanos e infraestrutura. Contaram com apoio do governo e muitos destes parques se tornaram referência no desenvolvimento tecnológico mundial, pela sua atuação estratégica (ABDI; ANPROTEC, 2007). Geralmente foram construídos separados do contexto do centro econômicos das cidades. Nesta geração de parques, a inovação era considerada um resultado da ciência, ou seja, surgia da PD e as soluções eram direcionadas para as empresas relacionadas ao parque, as quais geralmente o ocupavam. A abordagem é linear e os resultados das pesquisas são considerados matérias-primas para as empresas.

A segunda geração de parques, os *market pull* ou parques seguidores, surgiram na década de 1970. Continuavam vinculados às universidades, mas nem sempre estavam próximos fisicamente aos *campi*. À época, já começavam a surgir parques

de outras instituições que não as universidades. Foram criados de forma estruturada e planejada, com suporte estatal, e visavam ao relacionamento das universidades e empresas e também à criação de empresas inovadoras que ocupassem os espaços físicos adjacentes ao parque, com o objetivo de ali formar um polo tecnológico e empresarial. O grande foco desta geração é o atendimento às demandas advindas do mercado. Esses parques se espalharam pelos EUA e Europa até a década de 1990, apresentando, no entanto, resultados mais modestos que os da geração anterior, com impacto de caráter mais regional (ABDI; ANPROTEC, 2007). São parques da segunda geração, por exemplo, o *Sophia-Antipolis*, na França, o *Area Science Park* na Itália; o *Technologiapark*, na Alemanha, e o *Bilbao Technology Park*, na Espanha (FARIA *et al.*, 2021).

Os parques de terceira geração (ou estruturantes) surgiram a partir da década de 1990 e se mostram mais conectados com a cidade. Esse modelo acumulou experiências das gerações anteriores e está associado ao processo de desenvolvimento econômico e tecnológico de países emergentes. Nesta geração, os parques participam, ao mesmo tempo, das atividades locais e até globais de inovação. Buscam o desenvolvimento sustentável, dedicando-se às políticas de desenvolvimento urbano, regional e ambiental, bem como à competitividade, atuando como catalisadores da sociedade do conhecimento. Muitos desses parques são agentes de transformação da cidade e do estado em que se situam, com renovação e revitalização de espaços urbanos (ABDI; ANPROTEC, 2007).

Fundada em 1984, a IASP (2022) formou uma rede mundial de quase 350 instituições representantes de parques em 73 países, reunindo 115 mil empresas inovadoras. Em seu *site*, é possível conhecer os parques e distritos de inovação associados à instituição, conforme Figura 3.

Figura 3: Distribuição dos parques tecnológicos pelo mundo



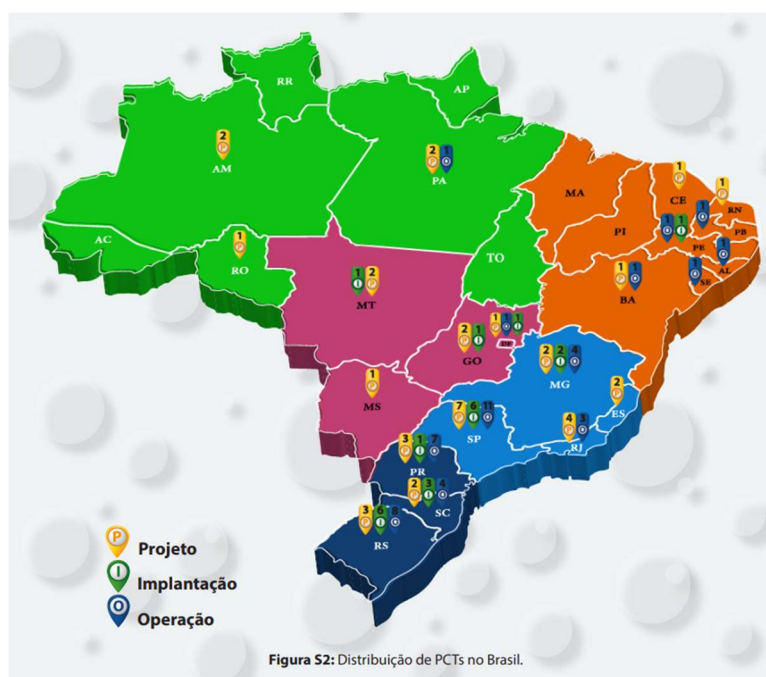
Fonte: Iasp (2022).

No Brasil, os primeiros parques surgiram na década de 1980 (MCTI, 2019). O Parque Tecnológico da Ciatec (1985, São Paulo), o Parque Tecnológico de Bodocongó (1993, Paraíba), o Parque Tecnológico Alfa (1995, Santa Catarina) e o Polo de Tecnologia Bio-Rio (1995, Rio de Janeiro) são algumas das iniciativas pioneiras de ambientes integrados de inovação (ANPROTEC, 2008). Diversos desses PCT's, portanto, são de terceira geração. Nesse grupo, destaca-se o Porto Digital, localizado em Recife (PE), que trouxe uma nova dimensão e atuação para o centro e área portuária da cidade, os quais, até então, encontravam-se em estado de abandono, situação enfrentada por muitas capitais antigas, inclusive Vitória. A região, próxima ao "Marco Zero", na capital pernambucana, trouxe impacto para o turismo e para a economia, com revitalização de galpões expositores de artesanatos e criação de grandes bares e restaurantes (REVITALIZAÇÃO..., [S.d.]).

O patrimônio arquitetônico do Bairro do Recife possui grande diversidade de estilos, onde se fundem o colonial, o eclético, o industrial e o moderno. O bairro recebeu mais de R\$ 90 milhões de investimentos para renovação urbana ao longo da última década. A legislação municipal, estadual e federal, bem como a participação ativa do setor público, facilita e estimula os investimentos privados voltados para a estruturação de um ambiente de negócios de escala mundial. O Porto Digital [PD] complementa as ações de revitalização, no esforço de demonstrar que é possível combinar o desenvolvimento tecnológico com a preservação da história e da cultura. Dessa forma, O PD recuperou diversos edifícios de destaque, de forma a adequar a infraestrutura do bairro para receber empresas modernas, ao mesmo tempo em que mantém suas características arquitetônicas (REVITALIZAÇÃO..., [S.d.]).

Os PCT's têm evoluído quantitativa e qualitativamente no Brasil. O estudo "Indicadores de Parques Tecnológicos do país", parceria entre MCTI e Universidade de Brasília, o qual apresentou a evolução do segmento de parques tecnológicos no Brasil, que, no ano 2000, contabilizava dez, saltando, em 2017, para 103, um aumento de 930%. Do total contabilizado, 37 estavam em fase de projeto, 23 encontravam-se em implantação e 58 já estavam operando. A Figura 4 indica a localização e distribuição dos parques no mapa do Brasil, conforme essas três categorias, destacando, ainda, a quantidade de parques em cada estado (BRASIL, 2019).

Figura 4: Distribuição dos parques tecnológicos no Brasil



Fonte: Brasil (2019, p. 16).

Conforme o mesmo estudo, o conjunto de parques brasileiros soma 1.337 empresas e gera mais de 38 mil postos de trabalho, sendo que 11% das vagas são preenchidas por profissionais com mestrado ou doutorado. O levantamento indica que, embora estejam presentes em todas as regiões brasileiras, precisamente em 20 estados e no Distrito Federal, há uma concentração de parques nas regiões Sul e Sudeste do país (BRASIL, 2019). É nessas duas regiões que também estão concentrados os investimentos em ciência e tecnologia, sendo que os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul possuem mais parques, cultura empreendedora, densidade de empresas e ambiente regulatório, além de investimentos do poder público e de empresas com referência mundial. Nesses estados, há um ecossistema

empreendedor mais consistente – forte interação entre atores diversos, além de uma sociedade civil empreendedora com alto nível educacional (CRUZ *et al.*, 2019).

Retomando a Figura 4, é preciso tomar os dados com cautela, visto que um ponto a se observar no mapa é que, em fase do projeto, o Espírito Santo aparece nesse documento com duas iniciativas, descritas como “Parque Tecnológico de Vitória” e “Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória”, que, na verdade, referem-se a um único empreendimento, o qual, como será visto no próximo tópico, ainda não saiu do papel para efetivar sua operação.

Uma parte significativa dos estudos sobre a viabilidade dos parques que constam do mapa da Figura 4 estiveram sob a responsabilidade da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi), organização independente e sem fins lucrativos dedicada, criada em 1984, em Florianópolis. A Fundação Certi é considerada uma das instituições pioneiras na promoção do ecossistema e de ambientes de inovação no Brasil, dedicando-se constantemente ao fomento e crescimento regional e nacional, a fim de promover a inserção de organizações inovadoras, como os parques, no mercado, por meio de cooperação com entidades parceiros do país e do exterior. A instituição foi responsável por realizar o Estudo de Viabilidade do PTV, abordado mais amplamente adiante, neste capítulo.

2.2.2 Governança multiator

Na avaliação de Pesamosca, Pereira e Barrichello (2018), o Brasil acordou tardiamente para a inovação tecnológica; gera muito conhecimento, mas ainda não é capaz de produzir uma política para sua utilização. Aulicino e Petroni (2018), por sua vez, entendem que o país ainda não adentrou a era do conhecimento, cuja vivência tem estado restrita a uma reduzida parcela da população. Nesse contexto, a participação das instituições de ensino e pesquisa é fundamental para a transferência de conhecimento para a iniciativa privada, o que permite o surgimento de novas tecnologias, refletindo em desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, melhorias para a sociedade (CERTI, 2008). Essas instituições são atores importantes nos processos de constituição e manutenção dos parques. Constituem-se como parceiras que compartilham estruturas de laboratórios, convênios, pesquisadores, beneficiando, também, a carreira de estudantes (CRUZ *et al.*, 2019).

As primeiras iniciativas de criação de parques tecnológicos, como visto no tópico anterior, ocorreram dentro da *Stanford University*, região conhecida como Vale do Silício, onde se localiza também um dos maiores institutos tecnológicos do mundo, o *Massachusetts Institute of Technology* e a *Harvard University*, além do *Rout 128*, nas proximidades de Boston (GOULART, 2019). No Reino Unido, destaca-se o *Cambridge Science Park*, fomentado pelo *Trinity College*, da Universidade de Cambridge.

No Brasil, algumas universidades encabeçam esse processo e, na avaliação de Cruz *et al.* (2019), os parques conectados às universidades possuem impactos positivos na produtividade das pesquisas e da aplicação das tecnologias. Elas investem recursos financeiros e estruturais, promovem a articulação com atores, ordenam estratégias e objetivos e fazem cumprir a tendência de economias avançadas, que estão ancoradas na informação, conhecimento e na necessidade de aumento do nível de especialização, uma vez que o desenvolvimento da sociedade contemporânea é impulsionado pela inovação (PESAMOSCA; PEREIRA; BARRICHELLO, 2018).

A Universidade Vale do Rio Sinos, localizada no Rio Grande do Sul, viabilizou a incubadora e o condomínio de empresas, inaugurando, em 1999, o parque Tecnosinos. Mesmo com o envolvimento de representações empresariais, foi difícil atrair empresas para o parque na época da implantação. No Tecnosinos, há um conselho gestor formado por representantes do poder público municipal, da universidade e da associação empresarial com participação societária igualitária, sendo as três partes responsáveis pelo aporte de investimentos para a implantação (PESAMOSCA; PEREIRA; BARRICHELLO, 2018).

Outro parque ligado a universidade é o Tecnopuc, constituído pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2001, embora seu planejamento tenha sido iniciado na década de 1980. Esse empreendimento assume caráter de extensão na universidade e envolveu o poder público, por meio de acordo e incentivos federais de projetos cooperativos empresa-universidade e apoio financeiro. A iniciativa privada ampliou a demanda de projetos de PD para a universidade, fundamental para a ampliação e estruturação de cursos de pós-graduação, relacionamento com o setor empresarial, evolução para o modelo de universidade empreendedora, profissionalização na área de inovação e empreendedorismo, dentre outras ações, assumindo um papel central o processo de construção do parque. As empresas, por

sua vez, investiram na fase de implantação na reforma ou construção dos espaços, sendo doados à universidade, considerando um cálculo para permanecerem no espaço com um prazo de carência (PESAMOSCA; PEREIRA; BARRICHELLO, 2018).

Na Universidade de Brasília, o parque tecnológico está em operação desde 2014, embora sua implementação tenha sido planejada em 1986. Mais recentemente, tornou-se um órgão complementar à universidade, o que garantiu mais agilidade e autonomia, também financeira, aos processos, além de facilitar a captação de recursos públicos e privados, aproximando a comunidade acadêmica das organizações de base tecnológica e inovadoras de alta qualificação e criando oportunidades para novos projetos de pesquisa de ponta. O parque busca estimular e gerenciar o fluxo de conhecimento e tecnologia entre a universidade, empresas e governo, atuando no fortalecimento das estruturas de PD e inovação do país. Incentiva a criação e o crescimento das empresas inovadoras por meio de mecanismos de incubação e mentorias, nas quais especialistas orientam as empresas e empreendedores em determinados processos, e proporciona outros serviços, como espaço e instalações estruturadas. Selecionadas via edital público, as próprias empresas que integram o parque apresentam propostas relacionadas a projetos a serem desenvolvidos em cooperação com a universidade e absorvem os alunos (GOULART, 2019).

No Espírito Santo, o Ifes vem implementando núcleos incubadores em vários de seus *campi* instalados no interior do estado. A Ufes, por sua vez, implantou a incubadora somente em 2014 e até 2018 não havia graduado empresas. Além disso, a iniciativa está focada somente no Campus de Goiabeiras, o que não impacta as unidades do interior. As incubadoras compõem o ecossistema de inovação e podem contribuir para o desenvolvimento regional ao envolver diversos agentes, por incentivar novos negócios, geração de emprego e renda, incentivo à criação de novos produtos e serviços avançados tecnologicamente. Entretanto, em relação a espaço físico, sustentabilidade e quantidade de empresas, as incubadoras capixabas ainda estão muito distantes de outras incubadoras do país (FREITAS, 2018).

Conforme Freitas (2018), o provimento de recursos para as incubadoras tem sido insuficiente, o que compromete o desenvolvimento consistente e inviabiliza que as inovações aconteçam. O apoio governamental a essas organizações precisa ser

constante e as agências de fomento precisam estar conectadas com as necessidades dessas estruturas, garantindo a contratação de bolsistas e lançamento de editais de fomento. Por esse motivo, a autora propôs, por exemplo, a criação de políticas públicas de apoio à implantação de incubadoras, visando à coordenação e regulação das atividades do ecossistema de inovação. Ao mesmo tempo, é importante que as incubadoras não fiquem reféns somente de uma fonte de recurso, o que normalmente ocorre e que atuem sobre outro ponto crítico, o planejamento estratégico, não observado nas incubadoras capixabas (FREITAS, 2018).

Parques tecnológicos ligados a universidades têm sido apontados como representativos para essa categoria no Brasil. Por exemplo, o Tecnopuc e o Tecnosinos se destacam ao lado do Sapiens Parque, localizado em Florianópolis, Santa Catarina, cuja modelagem é suportada pelas diretrizes por uma política de desenvolvimento da inovação e econômico em busca de produção de conhecimento (BOIANI *et al.*, 2019).

Dentre os diversos parques em funcionamento no Brasil e no mundo não há um modelo único ou específico que seja mais viável. Cada um constrói a governança, entendida como a estrutura da gestão do empreendimento e sua configuração (como associação, fundação, dentre outras), representando o modo como o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos (GOVERNANÇA, [S.d.]). A governança compreende uma gestão estratégica e uma gestão operacional de acordo com as respectivas realidades locais e, por esse prisma, é considerada uma condição determinante para o sucesso do empreendimento.

A base física dos PCTP's pode ser concentrada no mesmo território ou não, podendo estar próximo ou distante dos centros urbanos. As dimensões da área também são bastante variáveis e podem abranger um ou mais municípios. Além disso, as fontes de recurso para implantação e operação também são diferentes (CERTI, 2008). Estudando modelos de financiamento de parques tecnológicos brasileiros, portugueses e espanhóis, Figlioli e Porto (2012) pontuam que as instituições que geram os parques coordenam os interesses dos participantes do empreendimento, que possuem um longo prazo de maturação e, portanto, não são tão atrativos para a iniciativa privada na fase de implantação. Tanto no Brasil quanto nos países europeus, o investimento público perpassa todas as fases dos parques tecnológicos, desde o

seu planejamento. Na etapa de operacionalização (fase para manutenção da organização gestores, que presta os serviços diversos) também há demanda de investimento público, podendo ocorrer a descontinuidade, em função do risco político. Para evitar isso, é preciso buscar alternativas que minimizem essa possibilidade (atuação na operação imobiliária, prestação de serviços tecnológicos e de marketing).

Muitos parques não avançaram além da placa indicativa no terreno. Os principais desafios para alcançar melhor desenvolvimento desses ambientes de inovação são a obtenção de recursos financeiros, a escassez de profissionais com experiência em gestão desse modelo de negócio, a necessidade de criação de uma cultura voltada à inovação e a aproximação entre ciência e mercado (BRASIL, 2019).

Cruz *et al.* (2019) pontuam que PCTP's são catalisadores de produtos, geração de emprego, estimulam a geração de novos negócios de base tecnológica, incentivam o empreendedorismo e facilita a transferência de conhecimento e de tecnologia no processo de inovação, mas a implantação e seu bom funcionamento são desafiantes. Mesmo os parques mais avançados ainda possuem desafios na gestão, conforme afirmam esses autores.

Em análise sobre o papel do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (Pará), idealizado em 2007, Chaves (2021) observou que, apesar das iniciativas de atração, o parque está aquém de sua proposta inicial e ainda não impacta a economia do Estado, tampouco atrai cientistas locais para nele atuar, o que dificulta a criação e transferência de conhecimento, tecnologia e inovação. A iniciativa, conforme o autor, permanece sendo uma “bolha”, apesar de terem sido aportados recursos consideráveis para o seu desenvolvimento ao longo dos anos e da existência de políticas públicas e estrutura física definidas.

Torres, Alves e Vidal (2017) estudaram oito parques tecnológicos distribuídos pelo Brasil, México, Argentina, Colômbia e Uruguai e notaram que, embora os modelos de negócio fossem diferentes, havia uma questão comum: as parcerias com diversos atores (empresas, universidades, centros de pesquisa, governo e investidores), sendo que o número de instituições envolvidas está diretamente ligado à diversificação das fontes de financiamento e à possibilidade de aprendizagem, pelas diferentes experiências. Ocorre, porém, que a complexidade na articulação dos diversos atores,

dentre outros fatores estratégicos, ainda é um grande desafio para tornar o parque relevante em seu propósito de ampliar a competitividade do Estado.

Desse modo, os desafios vão além quando se vislumbra a efetividade das ações em torno da construção de um ecossistema de inovação pautado no conceito de tríplice hélice, o qual reitera a importância da proximidade entre universidades, centros de pesquisa, empresas e mercado, gerando conhecimento e recursos humanos qualificados no funcionamento de parques tecnológicos de modo que atuem para dinamizar a economia local e nacional. Representa, assim, a relação entre três agentes principais: indústria, as universidades e o poder público, que precisam atuar em sinergia (BOIANI *et al.*, 2019).

O modelo tríplice hélice ou *triple helix* foi proposto na década de 1990, por Etzkowitz e Leydesdorff (1998), tornando-se conhecido internacionalmente. Essa teoria argumenta que é possível conciliar o desempenho de múltiplos papéis de uma esfera institucional sem descaracterizar ou prejudicar a sua atuação original. “Na interseção das esferas entre os atores, o que antes era competição e cooperação torna-se ‘co-opetition’” (BRASIL, 2021, p. 24).

Trata-se, desse modo, de uma mudança importante de paradigma na produção de inovação, definida, principalmente, como um modelo de análise da inovação em uma economia baseada no conhecimento, com foco nos processos de transformação nas relações entre universidade (gerar e transmitir conhecimento, empreendedorismo e inovação), indústria (produção) e governo (regular empresas e universidades), em um arranjo sistêmico que traz impactos sociais e econômicos. A tríplice hélice propõe uma dinâmica e processo que resultarão em um ecossistema de inovação. No Brasil é patente o desafio de transformar o conhecimento científico, que está em um processo mais desenvolvido, em inovação tecnológica.

Na visão dos propositores do conceito de tríplice hélice no âmbito das discussões sobre parques tecnológicos,

É uma falácia clássica, de “concretude deslocada”, que um Parque Tecnológico dotado de um conjunto de edifícios ou um formato institucional formal fechado como um Tecnopolo possam substituir essa dinâmica interativa. Infelizmente, essa é a mensagem mais frequentemente captada por visitantes ao Vale do Silício em busca uma “solução rápida” para criar uma conurbação baseada no conhecimento, sem que haja uma reestruturação institucional profunda, sem uma nova formação institucional e

sem perspectiva e compromisso de longo prazo. Tais esforços costumam ser informados por uma abordagem sistêmica de inovação evolutiva que vê as auto-organizações como tendo funções especializadas, que necessariamente exigem organizações capazes de atravessar fronteiras ou intermediários que naveguem entre as esferas institucionais, com lógicas específicas (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 27).

O modelo da tríplice hélice evoluiu e pode-se falar de hélices múltiplas, conforme mostra a Figura 5.

Figura 5: Evolução do modelo tríplice hélice

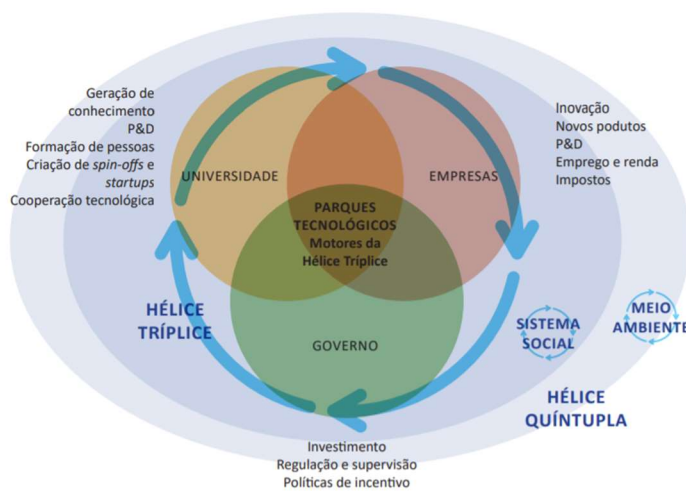


Figura 2.1. Elementos conceituais dos modelos de inovação da Hélice Tríplice e Hélice Quíntupla e os parques tecnológicos como organizações intermediárias.
Fonte: Adaptado⁽²⁾.

Fonte: Faria (2021, p. 25).

A quarta hélice representa a sociedade civil e explica as contribuições dos meios de comunicação às mudanças de tecnologia relacionadas ao empreendedorismo e à inovação, daí a importância das coberturas jornalísticas como a que foi analisada neste estudo e, também, de submetermos tais textos ao olhar minucioso da ADC, revelando aspectos que, à primeira vista, parecem uma cadeia de acontecimentos naturais, mas que estão perpassados por ideologias, poder, controle e hegemonia de determinados grupos. Há, também, a hélice quíntupla, que adiciona ao modelo anterior o novo papel de sustentabilidade do sistema de inovação (PERIZ-ORTIZ *et al.* apud CRUZ *et al.*, 2019). No que tange à quarta hélice, Aulicino e Petroni (2018) apontam que a participação da sociedade no processo prospectivo para o desenvolvimento da região é essencial ao progresso dos parques tecnológicos, que não devem ser implantados somente em regiões mais desenvolvidas.

Logo, é relevante que os atores do ecossistema compreendam a importância do trabalho colaborativo, o qual deve resultar na sensação de pertença ao

empreendimento, estando o conjunto dos participantes focados em um mesmo objetivo para o parque tecnológico, promover o desenvolvimento da comunidade, gerando transformação social e econômica, e não na defesa de interesses particulares ou setoriais. A seguir, discorreremos sobre o PTV, o qual envolve uma disputa discursiva que ressalta a falta da existência da tríplice hélice.

2.3 PARQUE TECNOLÓGICO DE VITÓRIA

As discussões e estudos sobre a viabilidade do Parque Tecnológico de Vitória no início dos anos 1990. Foi idealizado pelo então professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Álvaro Abreu (FERNANDES, 2018), que também é um dos fundadores da incubadora TecVitória, criada na mesma época. Todavia, até o início de 2022, o funcionamento do parque, previsto para acontecer a partir da construção do Centro de Inovação, ainda não havia se iniciado.

A responsabilidade pela gestão do projeto do PTV, desde o início do processo, é a Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV), empresa pública municipal, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima e que tem o próprio município de Vitória como único acionista. As atividades da CDTIV se iniciaram em 1987, sendo então denominada Companhia de Desenvolvimento de Vitória. A vinculação da empresa ao parque tecnológico se dá em função de ser ela a responsável pelo desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação na cidade de Vitória. Nesse sentido, a CDTIV apoia a incubadora de empresas TecVitória e cuida do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia, por meio do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (VITÓRIA, [S.d.]), e é responsável pela contratação de estudos relacionados ao PTV.

O primeiro estudo sobre o PTV foi realizado na gestão do prefeito Vitor Buaiz (Partido dos Trabalhadores – PT), no período 1989-1992, indicando a necessidade de serem asseguradas, no município de Vitória, condições para estimular e viabilizar o desenvolvimento de um complexo de empresas de base tecnológica, a exemplo do que era praticado crescentemente em muitas cidades do mundo, como Tel-Aviv, Lisboa, bem como nas que compõem o Vale do Silício. Com esse intuito, uma área de 24 hectares (posteriormente ampliada para 33 hectares) foi reservada para a futura implantação de um parque tecnológico. Situando-se no bairro Goiabeiras, nas

proximidades do *campus* principal da Universidade Federal do Espírito Santo, a área continha poucas edificações à época (CERTI, 2008).

A gestão municipal seguinte (1993-1996) esteve a cargo de Paulo Hartung, na época, vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no início da qual um novo estudo foi apresentado. Todavia, no período após 1994, segundo a CDTIV (2021), o tema levou dez anos para entrar na pauta política novamente. Segundo o MCTI, essa situação é recorrente em empreendimentos com essa característica, configurando-se uma descontinuidade que ocorre, principalmente, porque tais empreendimentos são projetos de políticos, em vez de políticas públicas (BRASIL, 2019).

Além disso, como visto no tópico anterior, parques tecnológicos requerem o envolvimento de múltiplos atores sociais, sendo classificados como de gestão complexa. A integração entre academia, setor produtivo e governo e a aplicação da produção científica pelas empresas, transformando conhecimento em desenvolvimento econômico ainda são grandes desafios a serem superados no país (CNPQ, 2020). Tais desafios, na visão de Boiani *et al.* (2019), podem ser enfrentados com estudos sobre governança de parques, sistemas nacionais e regionais de inovação, tríplice hélice e redes de inovação, que poderiam incentivar o desenvolvimento e melhoria das relações entre os atores, favorecendo a maturidade das parcerias.

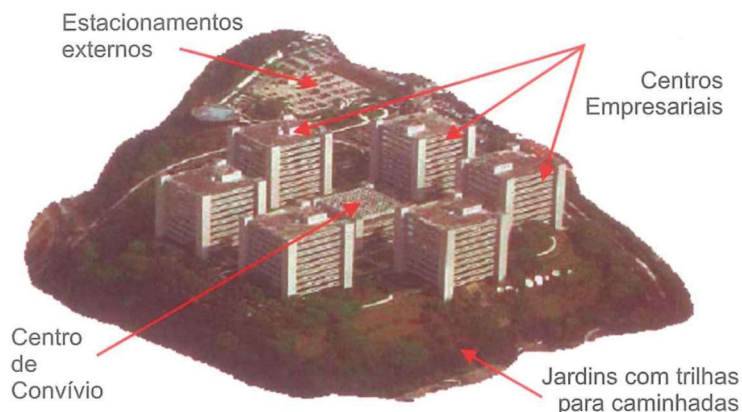
Somente no último ano da gestão de Luiz Paulo Vellozo (PSDB, 1997-2004), prefeito sucessor de Hartung, a CDV, em articulação com o Governo do Estado e parceiros de diversos setores (empresas e universidades e TecVitória), foi realizado o primeiro Planejamento Estratégico do Arranjo Produtivo de Tecnologia da Informação de Vitória. Foi criado, também, o Conselho de Coordenação do Polo de Software de Vitória e assinada a Carta de Vitória, a qual estabelece compromissos quanto à implementação do Polo de Software e do PTV (CERTI, 2008), resultando nas “Diretrizes preliminares para o Parque Tecnológico de vitória”, apresentado em novembro de 2004. Tal documento definia como o parque atuaria:

[...] o Parque Tecnológico de Vitória deve ser concebido como um *habitat* de inovação em setores intensivos em conhecimento, atuando como um ente do novo paradigma que emerge em âmbito mundial, a Sociedade do Conhecimento. [...] O Parque deve atuar como uma comunidade, não como

um conglomerado de empresas e de pessoas isoladas (SPOLIDORO, 2004, p. 9).

A Figura 6 apresenta a proposta da disposição dos prédios na Zona do Parque Tecnológico em uma área então chamada de Espaço de Integração I.

Figura 6: Proposta de disposição dos edifícios do Parque Tecnológico de Vitória



(Foto: R. Spolidoro)

Fonte: Spolidoro (2004, p. 10).

Em 2008, a CDV contratou novo estudo de viabilidade do empreendimento, o qual, por envolver recursos do governo estadual (à época, da ordem de R\$ 250 mil), passou a ter uma denominação mais abrangente: Parque Tecnológico da Região Metropolitana de Vitória. Realizado pela Certi (2008), o estudo indicou as áreas econômicas estratégicas para a atuação do parque e incluiu fatores socioambientais e culturais na pauta de seu planejamento. No que tange aos modelos jurídicos para a governança do parque, o estudo considerou “[...] a variedade das situações existentes em relação à propriedade das áreas destinadas ao parque e que envolvem questões de direito público e privado” (CERTI, 2008, p. 25).

No período 2005-2012, quando João Coser (PT) era o chefe do Executivo municipal, as obras do parque, então previstas para se iniciar em 2008, foram adiadas e, segundo as previsões da época, não seriam iniciadas antes de 2010 (CDTIV, 2021). As obras iniciais referiam-se ao Centro de Inovação, prédio indicado como “marco zero” do parque, no qual se concentraria sua administração central. O estudo da Certi (2008) apontou sua localização no Setor I, definido da seguinte forma:

Neste setor os investimentos públicos compreenderiam a infra-estrutura, **um grande prédio, denominado Centro de Inovação** do Parque Metropolitano de Vitória (que poderá abrigar a incubadora TecVitória, administração do parque, auditório, centro de serviços e convivência e outras funcionalidades), complexo educativo, cultural e ambiental (museu ecológico e da cultura Capixaba - Laboratório Vivo) e o Circus (equipamento focado na educação e entretenimento, unindo jogos, tecnologia e conceitos da economia da experiência, é uma nova maneira de promover aprendizado e comunicação). Este setor também apresenta potencial para receber o Aquário Municipal, equipamento que contaria com investimentos privados (CERTI, 2018, p, 58, grifo nosso).

Convém ressaltar que, apesar do imbróglio que vivencia em relação à criação de seu parque tecnológico, já abordado por Freitas (2018) e Oliveira, Botelho e Avellar (2019), Vitória se tornou a primeira cidade brasileira a ter uma lei de inovação (Lei nº 7.871, de 21 de dezembro de 2009), contando, desde então, com o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, formulado para pressionar a bancada federal capixaba e o governo federal pela criação de um cenário favorável para a cidade (CONDE, 2010).

Retomando a linha do tempo do PTV, em 2010, houve a assinatura de convênio que definiu os segmentos em que o parque atuaria e, neste caso, foram incluídos aqueles em que o Espírito Santo possui maior potencial: petróleo & gás, mineração, transporte marítimo, agronegócio, além de telemedicina, a qual, com a pandemia de covid-19, experimentou intenso crescimento (ALTA..., 2022). No ano seguinte, foi incluído o primeiro termo aditivo no convênio, o qual previa um estudo de viabilidade e impacto na vizinhança. Em razão de aporte financeiro por parte do governo estadual, o projeto se expandiu e, em 2012, foi redimensionado, o que provocou a mudança de posição do Centro de Inovação para outra parte do terreno.

Uma vez que o Centro de Inovação passou a ocupar um terreno da prefeitura no projeto, o processo licitatório para sua construção se deu, mas não sem idas e vindas. Ainda em 2010, houve, também, a liberação do recurso para contratação de consultorias de arquitetura que fariam alteração no modelo de edifício do Centro de Inovação, cujo projeto arquitetônico foi apresentado somente em 2014. Entretanto, com a saída do Executivo estadual das discussões e financiamento do parque, as edificações voltaram ao tamanho originalmente previsto e a denominação do parque voltou a abarcar somente Vitória, o que pode indicar uma disputa política que comprometeu o andamento do projeto, além do desperdício de recurso público.

Algumas matérias apresentam as imagens dos projetos redimensionados, com estruturas ora imponentes, ora modestas, como mostram a Figura 7 e a Figura 8.

Figura 7: Redimensionamento do PTV (2016)



Fonte: Parque... (2016).

Figura 8: Redimensionamento do PTV (2017)



Fonte: Vailant (2017).

Em 2013, foi iniciado o processo de escrituração do terreno, projetos de abastecimento de água, saneamento, energia e foi adicionado um novo termo aditivo, o qual solicitou a prorrogação do prazo de execução da obra para 2015. No ano seguinte, houve indicação de aumento na contrapartida financeira do município e realização do termo de cooperação com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia para a obra de construção. A aprovação do novo projeto arquitetônico e

finalização dos impasses do terreno do centro de inovação somente ocorreu em 2015, quando o recurso já estava disponível para o início das obras (CDTIV, 2021).

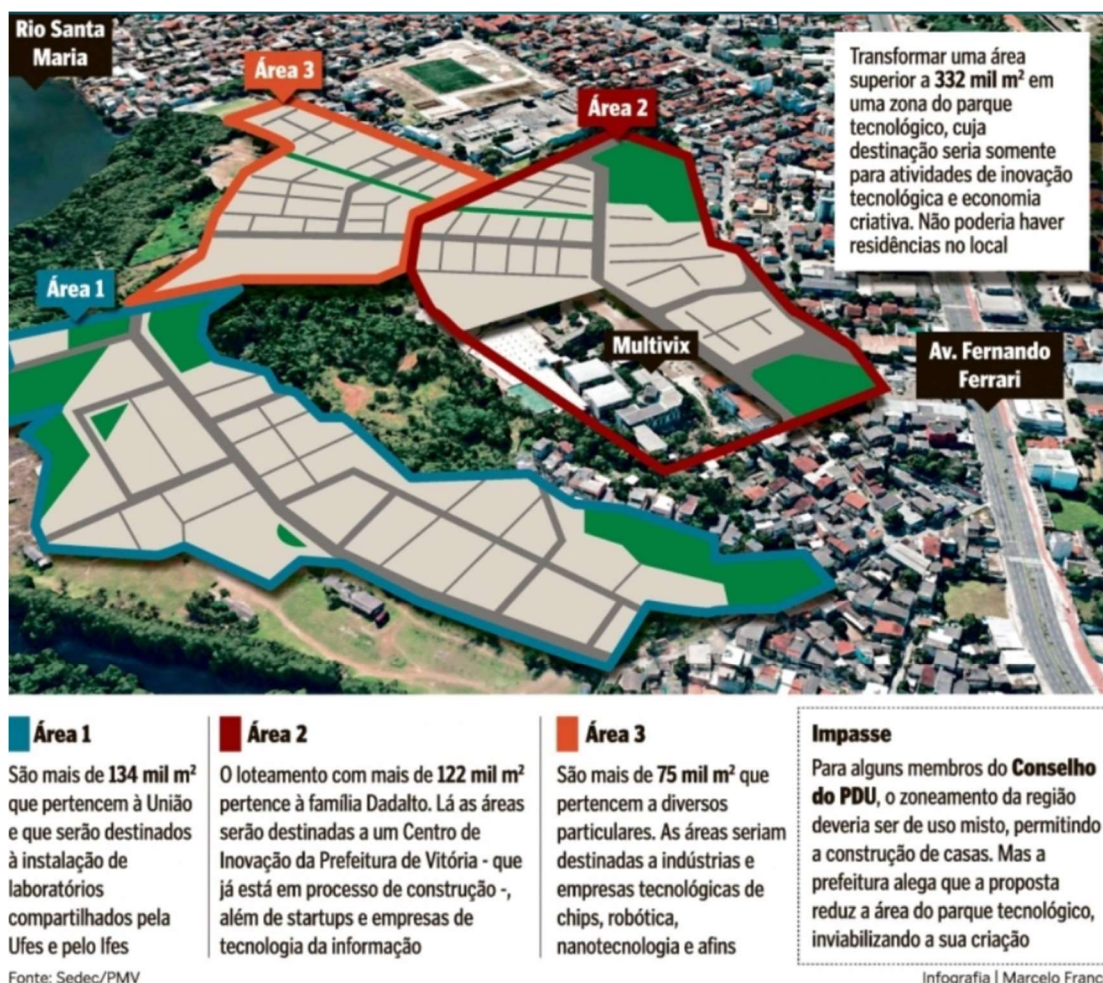
Assim, 2016 foi dedicado ao processo de licitação para contratação da empresa que faria a obra do primeiro prédio, o Centro de Inovação, cujo projeto arquitetônico passou por readequação para atender a preceitos de sustentabilidade. Em setembro de 2017, as obras do Centro de Inovação foram iniciadas, sendo assim divulgadas pela PMV:

A noite desta última segunda-feira (25), em Goiabeiras, registrou um momento histórico: o início oficial das obras do Centro de Inovação, primeiro prédio do projeto Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória, cujas obras já são aguardadas há 30 anos. Em clima de festa, embalada pelo congo da banda Panela de Barro e pela música suave do Quarteto da Fafi, o evento teve como símbolo "Yara, o Carro Autônomo", projeto experimental da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O Centro de Inovação, orçado em R\$ 5,4 milhões, com recursos federais já depositados na conta da Prefeitura, será construído em Goiabeiras, em um prazo de 15 meses, numa área de 2.098 metros quadrados (VITÓRIA, 2017b, acesso em 22 nov. 2020).

Em 2017, foi concluída a contratação da empresa responsável por essas atividades e também foi feito o terceiro termo aditivo, que solicitava a ampliação do prazo de execução do prédio para 2019. A obra, no entanto, somente veio a ser concluída tempos depois, sendo mais uma vez fora do prazo previsto, desta vez, em decorrência da pandemia de Covid-19.

Para entender melhor o contexto dos episódios de adiamento do início do projeto, é preciso entender a configuração do terreno. Segundo informações compiladas no Estudo de Viabilidade do Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória, realizado pela Fundação Certi (2008), o terreno destinado ao parque possui aproximadamente 332 mil m², estando dividido em três setores (Figura 9).

Figura 9: Divisão do terreno do PTV



Fonte: Fernandes e Sá (2016).

À época da publicação da reportagem especial que continha o infográfico da Figura 9, o texto destacava o impasse referente à modalidade de uso entre os atores, já que representantes do setor imobiliário no Conselho do PDU defendiam que o zoneamento da região deveria ser de uso misto, permitindo a construção de casas na área. Mas a PMV defendia que a proposta reduziria a área do PTV, inviabilizando a sua criação (FERNANDES; SÁ, 2016, 2016).

O estudo de 2008 foi o que demonstrou ter mais embasamento e dados técnicos para apontar os possíveis caminhos para a implementação do PTV, pelo fato de que a Fundação Certi, responsável pela sua condução, é de reconhecida expertise na condução desse tipo de consultoria e participou do processo de desenvolvimento de mais de 20 parques no país. Na proposta estratégica de ocupação das áreas (Figura 9), foi definida a distribuição do terreno para as instituições (governamentais, acadêmicas e de mercado) e atividades que estariam presentes no parque. No item

governança, o estudo destaca as peculiaridades nos oito terrenos que integram a área total destinada ao parque, discutindo as condições ou possíveis impasses que poderiam limitar o andamento do projeto em cada uma das áreas e indicando possíveis diretrizes para a estruturação de cada setor (CERTI, 2008; FERNANDES; SÁ, 2016).

A propriedade do terreno é, em parte do município. Nessa parte, mais tarde, veio a ser construído o Centro de Inovação. Outra parte (Setor II) corresponde a áreas invadidas e propriedade privada (área com mais de 122 mil m²), identificada como sendo de Osvaldo Dadalto. A família Dadalto emerge, então, como protagonista de um impasse que levou a um atraso de mais alguns anos para a construção do parque. Isso porque o estudo da Fundação Certi (2008) apontou que o desenvolvimento do projeto do parque requereria a desapropriação, estando a área sem qualquer problema que impedisse isso, haja vista o interesse público no empreendimento:

Por ser uma área de propriedade privada, asseguram ao seu titular uma série de poderes, princípios absolutos, de usar, gozar e dispor da referida área. **A exceção feita se houver interesse do Poder Público, que nesse caso cabe desapropriá-la e indenizar o seu proprietário.** [o terreno] Não apresenta qualquer impeditivo legal para a venda, locação, doação, permuta ou outra forma de aproveitamento e exploração por parte de seu proprietário (CERTI, 2008, p. 39, grifo nosso).

Além de aventar a possibilidade de desapropriação, o estudo também sugeria a negociação com o proprietário, com especial atenção para a adoção, por parte do poder público, de estratégias com o intuito de

[...] obter o comprometimento, por parte do proprietário da área correspondente ao Setor II, no desenvolvimento do empreendimento. A sugestão é a de se criar alternativas de atração para o proprietário da área de forma a agregar valor a sua propriedade e, conseqüentemente, tornar o seu negócio mais atraente e permitir uma melhor diluição dos riscos que ele (proprietário) deve arcar (CERTI, 2008, p. 39, grifo nosso).

Nesse sentido, os esforços deveriam ser direcionados a sensibilizar e convencer a família Dadalto de que a destinação da parte que lhe cabe no terreno, sendo exclusiva a empreendimentos de base tecnológica, representaria uma oportunidade no longo prazo. Isso porque tais empreendimentos, do que se nota no que ocorre em várias regiões do mundo, tendem a ser mais valorizados, ao longo do tempo, do ponto de vista imobiliário (CERTI, 2008). A negociação nesse sentido, todavia, não se concretizou. A possibilidade de desapropriação, apesar de aventada no estudo, não

foi discutida, pelo menos mais recentemente. Na época da votação do último PDU, em 2018, o representante da família Dadalto foi quem procurou pelo prefeito para propor uma negociação, fato que foi mencionado em um dos textos que compõem o *corpus* de análise, como será visto no Capítulo 4.

O proprietário, baseando-se exclusivamente em seus interesses, seguiu defendendo a manutenção do uso misto do terreno, tal como já estava no PDU que vigorou no período 2008-2018. Sua justificativa é a de que, se fosse permitida a inclusão de projetos residenciais no local, a comercialização dos terrenos que estão na parte que lhe cabe ocorreria mais rapidamente. No entanto, os atores envolvidos no PTV (comunidades empreendedora e científica e outros atores que defendem o fortalecimento da ciência, a tecnologia e a inovação) seguiram com o entendimento de que o uso misto do terreno, como propõe o proprietário, descaracterizaria a intenção do projeto (CORRÊA, 2018), que, conforme o estudo realizado pela Certi (2008, p. 39), deveria abarcar

[...] empreendimentos de base tecnológica e atividades de apoio desde que vinculadas aos empreendimentos de base tecnológica. [...] estão previstas as atividades de apoio que são livrarias, papelarias, restaurantes, bares, lanchonetes, laboratórios, escritórios profissionais liberais, firmas de consultoria e projetos, agências bancárias, prestação de serviços de informática, estabelecimentos científicos e centros de pesquisa [...].

Para a configuração descrita, no entanto, o uso exclusivo do terreno onde seria instalado o parque dependia de mudança no PDU, cuja revisão foi iniciada em 2015. O PTV foi aprovado pelos moradores da região de Goiabeiras em uma assembleia territorial realizada em dezembro de 2016, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Mascarenhas de Moraes, em Maria Ortiz, ocasião em que foi apresentada a proposta da nova minuta do plano, a qual não permitia residências no local destinado à construção do parque (VITÓRIA, 2018).

Foi durante a discussão do PDU, entre 2015 e 2018, que houve a definição sobre a manutenção ou mudança da modalidade de uso da área, que ocorreu durante o “Encontro da cidade”, quando os 243 delegados foram favoráveis ao uso exclusivo do terreno. Essa era a última etapa de mobilização e debates antes de a proposta seguir para a Câmara Municipal de Vitória. Todavia, naquele momento, após o contato inicial com o prefeito, representantes que defendiam o uso exclusivo, aceitaram ouvir a sua

proposta de projeto (FERNANDES, 2019), a qual compõe o conjunto de textos analisados em nossa pesquisa.

Baseando-se em interesse de cunho privado, a família buscava a possibilidade de comercializar a parte que lhe cabia na área também para fins residenciais, o que, segundo defendia, traria retorno financeiro com mais rapidez. Conforme noticiou o *Gazeta Online* em 13 de dezembro de 2016, tratava-se de um “descontentamento do setor imobiliário”, que não aceitava o uso da área como de uso exclusivo para o parque, como vinha sendo defendido pela PMV e demais atores.

A votação das emendas ao novo PDU foi finalizada em 18 de março de 2018, quando os vereadores da CMV, contrariamente ao que vinha sendo inicialmente defendido pela PMV e demais representantes, votaram pela manutenção do uso misto da área destinada ao parque, como estava no PDU anterior, Seção VI, arts. 90 e 91 e anexo 9.23 da Lei Municipal 6.705/2006.

O então vereador Max da Mata (PSDB), que também votou pela derrubada do veto, à época fez analogias entre as garagens das casas que seriam construídas no bairro Goiabeiras com o movimento empreendedor que ocorreu no Vale do Silício, destacando que grandes empresas internacionais foram criadas nas garagens de residências, razão pela qual ele teria visto no uso misto da área destinada ao PTV uma possibilidade a mais de crescimento para a cidade. A visão do parlamentar mostra o nível da desinformação a respeito da criação de *habitats* de inovação e do fomento à inovação como política pública, e não como “brincadeira de fundo de quintal” que favoreça, de forma aleatória, o desenvolvimento planejado de uma cidade, embora seja sabido que muitas empresas comecem em espaços pequenos e com pouca estrutura (VEREADORES..., 2021).

Encaminhado o resultado à PMV, o prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania) veta a proposta, reafirmando que tal decisão prejudicaria o desenvolvimento do parque. Retornada ao legislativo, ocorre a derrubada do veto. Assim, a emenda com uso misto se transforma em lei e as discussões sobre o parque voltaram à estaca zero (A GAZETA, 19/07/2019).

Diante da aprovação, pelos vereadores de Vitória, da minuta que alterou, no PDU, a modalidade de uso misto para o terreno do PTV, a PMV questionou essa decisão

perante o Tribunal de Justiça do Espírito Santo por meio de Adin. A decisão da corte, em julho de 2019, foi pela suspensão das três alterações por emenda feitas na lei do PDU, inclusive a que se referia ao terreno do parque. Como a decisão do Poder Judiciário sobre parte da lei do PDU em vigor não pode ser derrubada pelo Poder Legislativo, a modalidade de uso do Zoneamento do Parque Tecnológico (ZPT) precisa aguardar a discussão do próximo PDU para a cidade de Vitória. Assim, decisões sobre a instalação do PTV terão de aguardar até 2028.

A disputa pela forma de uso do terreno contribuiu para gerar os impasses já foram mencionados comprometeu o andamento do projeto do PTV nos moldes do que era pretendido pelas comunidades empreendedora e científica e por outros atores que defendem a ciência, a tecnologia e a inovação. O que se tem atualmente no PTV é o Centro de Inovação, cuja obra, segundo informações levantadas pela CDTIV (2021), foi executada sem um planejamento de ocupação e programas de incentivo, ou seja, não foram seguidas as orientações do plano de estudo da Certi (2008) nem do plano de operação do MCTI, que também previu recursos para o início das atividades do parque, de modo que se tem um prédio em uma grande área vazia, mas a operação inicial, conforme mencionado, não está ocorrendo até o início de 2022.

Figura 10: Centro de Inovação, primeiro edifício do PTV



Fonte: registro de Leonardo Silveira (ARRUDA; THEBALDI, 2020).

A linha do tempo a seguir identifica os cinco momentos em que foram realizados os estudos sobre a viabilidade do PTV.

Figura 11: Estudos sobre o PTV



Fonte: CDTIV (2021).

Há três décadas, portanto, os atores têm solicitado o apoio dos gestores públicos para que tal pauta ganhe a notoriedade que merece. É importante destacar que, o estudo realizado em 2019 pela CDTIV, portanto, pós-votação do novo PDU, não apresentou informações novas em relação à questão do PTV. Nele, o parque é abordado superficialmente, apesar de elaborado no contexto da discussão sobre cidades inteligentes (CDTIV, 2021). Desde 2021 até 2024, a gestão administrativa de Vitória ficará a cargo de Lorenzo Pazolini (Republicanos), o qual, até fevereiro de 2022, não havia se manifestado sobre o parque nos canais de comunicação da PMV.

Especificamente, o estudo de 2008 é mais minucioso em relação ao anterior realizado em 2004, pois aponta, detalhadamente, as diretrizes para a definição de categoria de parque, objetivos e estratégia de implantação, possíveis campos de atuação, análise da estrutura de capital, viabilidade econômico-financeira, projeções, cronogramas e os impactos socioeconômicos do empreendimento. Como o estudo de 2004, o de 2008 aponta diversas áreas (fruticultura, telecomunicações, metalomecânica, turismo, pesca e aquicultura, mármore e granito, saúde, educação, mercado financeiro, agronegócio, dentre outras) como potenciais viáveis para o desenvolvimento do Espírito Santo (SPOLIDORO, 2004; CERTI, 2008), cuja economia ainda está ancorada em *commodities* agrícolas e minerais (FREITAS, 2018).

Além disso, os dois estudos apontaram a cidade de Vitória como referência em qualidade de vida e forte potencial para desenvolvimento de negócios de alto valor agregado. Os novos mercados possibilitariam situar a economia local em um patamar mais dinâmico e a implementação do parque e o envolvimento equilibrado das organizações sociais ligadas à ciência e tecnologia seriam alternativas para isso (SPOLIDORO, 2004; CERTI, 2008). A proposta de diversificação e transição da matriz econômica de Vitória, da região metropolitana e do Espírito Santo como um todo identifica o PTV como um elemento importante (OLIVEIRA; BOTELHO; AVELLAR, 2019).

Todavia, Oliveira, Botelho e Avellar (2019) caracterizam o conflito em torno do terreno do PTV como um problema de articulação e coordenação do poder político municipal e das demais instituições envolvidas no projeto, apontando essas questões como limites práticos para a implementação de políticas públicas de inovação. Em outras palavras, as questões políticas mudam conforme as estratégias de cada governo, impedindo a evolução efetiva da implementação do parque, que não se resume, meramente, à construção e instalação dos espaços físicos, mas de articulação público-privada e da atuação focada entre os atores nos mesmos objetivos, além da criação de programas de incentivo ao empreendedorismo e inovação, transformações nas diretrizes da Educação Básica e Profissional, conexão dos centros de pesquisa das universidades e faculdades com as demandas do mercado e, ainda, planejamento político estruturado e eficiente, aumento do número de *startups* e ampliação dos investimentos de capital privado, dentre outras ações convergentes.

As relações descritas até aqui traduzem o conceito de territorialidade, a qual, conforme assevera Raffestin (apud REIS; ZANETTI, 2017), está relacionado à interdependência entre o mundo, os seres vivos, articulados a um coletivo. Neste caso em específico, o coletivo é formado por atores dos setores público e privado, universidades, agências financiadoras, dentre outros atores. O território, por sua vez, diferentemente do espaço, é a produção a partir desse espaço e pressupõe um local de relações, tal como assevera Saquet (2011), para quem enquanto o território é a porção do espaço geográfico apropriada socialmente, a territorialidade é o conjunto de relações estabelecidas pela sociedade.

Casos como PTV não são incomuns, considerando, também, a já mencionada complexidade para se desenvolver este modelo de empreendimento:

Destaca-se que, considerando o longo prazo para maturação de parques tecnológicos, desde suas discussões iniciais e concepção até a sua construção e operacionalização, não é incomum que iniciativas sejam projetadas por um grupo, porém descontinuadas posteriormente, com mudanças na equipe de planejamento e gestão destes ambientes de inovação. De forma similar, alterações na gestão de prefeituras ou estados também podem impactar o desenvolvimento ou a paralisação de iniciativas de parques (BRASIL, 2019, p. 33).

O território destinado ao PTV passa, nessa perspectiva, a ser estudado como produto das relações sociais, que têm fundamento na comunicação, cooperação, trocas, formas de socialização, possuindo elementos concretos e abstratos. Nessa medida, deve ser compreendido a partir do processo histórico e das relações de poder nele estabelecidas, sendo, por isso, multidimensional, estando em um movimento contínuo na vida cotidiana. Assim, território e territorialidade são conceitos importantes para a compreensão da rede de relações de poder que marca o período de 30 anos transcorridos desde que iniciadas as primeiras discussões sobre o parque e, mais especificamente, o período de mobilização, votação e desdobramento do PDU, que ocorreu de 2015 a 2018 para definir a modalidade de uso de sua área.

O período que este estudo abarca, no entanto, vai de 2017 a 2019, portanto, um ano anterior à votação do PDU, o ano em que a emenda do parque foi votada (2018) e um ano após isso, contemplando a análise dos desdobramentos da decisão no Poder Legislativo de Vitória. Essa delimitação temporal se justifica em função de que esse foi o período em que os embates em torno do modo de uso do terreno (exclusivo para o parque ou misto, com residências) ocorreram, pois o PDU precisaria ser modificado para definir o uso exclusivo.

Conforme Raffestin (apud REIS; ZANETTI, 2017), o uso e a apropriação do espaço promovem os processos de territorialização, os quais podem ser notados na disputa que se instaurou sobre o uso do terreno destinado ao parque tecnológico, promovida entre os atores nela envolvidos. As correlações híbridas sobre o conceito de território podem ser concebidas a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, desde o mais material das relações econômico-políticas ao poder simbólico das relações.

No universo da territorialidade, as particularidades das situações presentes no percurso para a instalação do PTV corroboram uma análise que permeia questões de ordens política, social e econômica. Os discursos revelados pelo *Gazeta Online* contribuíram para impactar os possíveis caminhos para o desenvolvimento da cidade e de sua população, como veremos nos capítulos seguintes, por meio de análises dos discursos. Esse impacto ocorreu, sobretudo no momento mais recente da história do parque, sobre o qual essa pesquisa se debruça e que por força de lei, definiria os rumos desse território para esta década, definição essa foi suspensa pelo Poder Judiciário em 2019.

3 ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA, UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A metodologia de uma pesquisa está ancorada nos paradigmas que a orientam. Nessa perspectiva, Lago e Benetti (2010) alertam para a necessidade real de adequação concreta entre teoria, problematização, objeto e método e, não apenas uma ação protocolar. Observando as orientações de Gil (2008), os procedimentos técnicos para essa dissertação foram a pesquisa bibliográfica com base em livros, dissertações e artigos científicos e também a pesquisa documental no jornal local *Gazeta Online*. Com base nesses textos jornalísticos, a pesquisa objetivou analisar a disputa discursiva que ocorreu no ápice do processo de votação do PDU da cidade de Vitória de 2018, no qual foi definida a modalidade de uso (mista ou exclusiva) do ZPT. Nesse processo, fizemos uso da Análise de Discurso Crítica¹² (ADC), formulada por Norman Fairclough (2001), cuja escolha permitiu avaliar a disputa de poder entre os sujeitos envolvidos na fala, em um exercício imersivo e contextualizado, estudando-se o discurso de modo a explicitar a posição sociopolítica e advogar pela intervenção ativa nas práticas sociais que investigamos.

Nas considerações de Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 35), o trabalho de Fairclough foi teoricamente inovador, sendo o método por ele proposto voltado à natureza textual do discurso, assumindo que “os textos são objetos que constroem significados para as pessoas, relacionando-se com outros objetos do contexto local e mesmo translocal”. A ADC não se configura uma análise neutra, mas carrega em si o compromisso de transcender as questões linguísticas para analisar, também, as questões sociodiscursivas, o que exige, por parte do pesquisador, um equilíbrio entre esses dois aspectos.

Para um melhor entendimento dessa abordagem, este capítulo discorre sobre sua origem e evolução de sua aplicação nos estudos, sublinhando seus principais

¹² Por vezes, a teoria aparece como Análise Crítica do Discurso (ACD). No entanto, ambas as siglas ADC e ACD são utilizadas para identificar essa abordagem e os estudos nela baseados, possuindo o mesmo significado; a diferença decorre meramente de tradução. Nesta dissertação, faz-se o uso de ADC, como proposto por Izabel Magalhães, pioneira no Brasil no uso dessa abordagem. A autora faz uso da ADC desde a década de 1980, tendo sido aluna de Norman Fairclough na Universidade de Lancaster, no Reino Unido, onde cursou doutorado e pós-doutorado.

aspectos e a justificativa para sua escolha como referencial teórico-analítico neste estudo.

3.1 ORIGEM DA ADC

A teoria da ADC surgiu no fim dos anos 1980, a partir das contribuições de Fairclough, dos linguistas Ruth Wodak e Teun Van Dijk, que se tornaram referências importantes para as linhas de Análise de Discurso Crítica, a qual se inicia com uma inclinação transdisciplinar, por dialogar com diversas áreas do conhecimento. No início dos anos de 1990, depois da realização de um simpósio que ocorreu em Amsterdã, organizado pelos linguistas mencionados e também por Gunther Kress e Theo van Leeuwen, a ADC se consolidou como uma rede internacional de estudos (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

É importante considerar que falar em ADC significa fazer referência a vários pesquisadores que lideraram suas respectivas abordagens heterogêneas, mas que concordam em alguns princípios de análise que se convergem neste campo de estudo como se nota mais adiante. Assim, embora cada membro dos primórdios dessa linha de estudos tenha seguido caminhos específicos, o que os unia era o propósito de lutar pela transformação social, buscando alternativas para a desigualdade e opressão (MELO, 2018).

O termo análise de discurso crítica foi cunhado por Fairclough (2001) em 1985, em um artigo intitulado “*Critical and descriptive goals in discourse analysis – Objetivos críticos e descritivos na análise do discurso*” (MELO, 2018), publicado no periódico “*Journal of Pragmatics*”. Como professor emérito da Universidade de Lancaster, no Reino Unido, esse teórico é considerado um dos fundadores da ADC, dedicando-se a estudar, na sociedade capitalista, de que maneira os textos, sobretudo os midiáticos, são influenciados pelas relações de poder, cuja manutenção e aceitação decorrem do fato de que “[...] ele não só pesa como uma força que diz não, mas que de fato, ele permeia, produz coisas, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 7-8). Tomando isso como premissa, Fairclough (2001) buscou compreender a posição que a linguagem ocupa nas relações sociais bem como incentiva os processos de mudança social.

Sob a perspectiva conceitual-metodológica elaborada pelo linguista britânico para a compreensão e aplicação do conceito de Análise de Discurso Crítica, as contribuições vêm sendo prioritariamente abordadas a partir dos estudos de outros autores. Embora esses estudos tenham se concentrado na Europa, influenciaram consideravelmente os pesquisadores de outras regiões, como na América Latina. No Brasil, os estudos na área foram liderados pela professora da Universidade de Brasília Dra. Izabel Magalhães.

A origem da ADC remonta à Linguística Crítica (LC), desenvolvida na década de 1970, também na Inglaterra, com estudos liderados por Roger Fowler, Gunther Kress e Bob Hodge (FAIRCLOUGH, 2001). A LC está mais dedicada ao uso da linguagem em instituições, analisando as relações estruturais, enquanto a ADC possui forte relação dialética entre linguagem e sociedade, como explicam Vieira e Macedo (2018, p. 56):

O sujeito da linguagem transforma e é transformado pelas práticas discursivas, ora se conformando às ordens do discurso, ora contestando-as, ora ressignificando-as e transformando-as. Para a LC, as representações linguísticas apenas refletem as estruturas sociais, mas o contrário não ocorre. Logo, considera-se que a ADC adicionou a preocupação com o exercício de poder nas relações sociais aos estudos linguísticos. Em termos de metodologia para a análise de textos e para a crítica social, a ADC lançou mão dos conceitos da linguística funcional, aos quais a LC não recorre.

Algumas bases filosóficas nortearam os estudos críticos de Fairclough, como o marxismo ocidental, atrelado à Escola de Frankfurt, a filosofia da linguagem de Bakhtin, além das filosofias de Gramsci, Bhaskar e, principalmente, Foucault (BARROS, 2018). A noção de campo simbólico, elaborada por Bourdieu (2002), também contribui para a análise dos discursos, por ser ele considerado território favorável ao exercício do poder, envolto numa rede de relações e, com efeito, um poder invisível, com a cumplicidade de quem não quer saber que o exerce nem mesmo tem consciência de que está sujeito a ele. A produção simbólica, conforme o pensamento de Bourdieu, atende aos interesses das classes consideradas dominantes, sendo, como será visto no próximo capítulo, uma questão latente entre os atores envolvidos no histórico do PTV.

3.2 DEFINIÇÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ADC

Em seus diferentes gêneros, o texto – e somente ele – incorpora as práticas socioculturais de um grupo. Portanto, pelas lentes da ADC, frases descontextualizadas não trazem elementos suficientes para uma análise. Texto e sociedade caminham em interconexão. Nesse sentido, Fairclough (2001) entende que a ADC se constitui em um método de pesquisa social e científica ou, ainda, como uma perspectiva teórica sobre a língua e, de maneira geral, sobre a semiose que envolve todas as formas de produção de sentido, as quais incluem, além da língua, a linguagem corporal e as imagens, integrando o processo de análise social. Por esse ângulo, Vieira e Macedo (2018, p. 49) asseveram que a ADC consiste em uma

[...] teoria e método para mapeamento de conexões entre o uso da linguagem e as relações de poder na sociedade. [...] não apenas propõe uma reflexão teórica acerca do funcionamento da linguagem nas práticas sociais, como também propõe modos para a análise de textos.

Fairclough (2001) se dedica a observar a influência das relações de poder sobre os textos, tanto o seu conteúdo quanto a sua estrutura. A vida social é uma rede interconectada de práticas sociais, de ordens política, econômica, cultural do cotidiano, as quais são consideradas por Fairclough (2001) como práticas de produção.

Dentre as diversas possibilidades de análises, o quadro teórico da ADC é indicado para o uso na pesquisa científica social, especificamente, no estudo da mudança social, considerando que os conceitos de poder, discurso, ideologia e hegemonia são basilares para o seu delineamento e para desvendar mecanismos de poder com os quais se constitui o discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, passamos, a seguir, a discorrer sobre eles.

Entendido como prática social, o discurso é uma forma de ação no mundo e não há como pensá-lo de maneira estática. Fairclough (2001) o considera como um modo de ação por meio da representação e da relação entre estrutura social concreta e discurso, que são compreendidas como uma prática social por meio da construção discursiva. Desse modo, o discurso aparece como um bem (finito, limitado, desejável e útil) possuidor de regras e condições de apropriação e de utilização. O discurso

extrapola a mera representação do mundo, para ganhar a dimensão da significação do mundo.

A construção dos significados representacionais indica uma sincronia entre dialética e discurso, a construção dos significados representacionais em gêneros e estilos, que determinam as ações e identidades dos atores sociais. O movimento circular, representado pelo espiral, diz respeito à dimensão dialética do discurso. Assim, ao alcançar camadas mais profundas da análise tendendo ao ponto das categorias de análise adotadas na pesquisa, que é a interdiscursividade e a representação dos atores sociais, esses movimentos buscam estudar o fenômeno da língua através de um recorte, portanto, são diacrônicos e obedecem a uma determinada fase ou época da história (PEREIRA; SARAIVA; RESENDE, 2019, acesso em 12 dez. 2020).

Entendido como prática social de representação e de significação do mundo que ajuda a constituir identidades sociais, sistemas de crença e relações sociais, o discurso não é a língua em si; “a língua é um fato social, cuja existência se funda na necessidade de comunicação” (BRANDÃO, 2004, p. 7), logo, o discurso está envolto em questões que vão além das regras do uso da língua. Na mesma direção, Foucault (1969) argumenta que não existe nenhum enunciado livre, independente ou neutro, pois ele sempre faz parte de um conjunto ou série e desempenha um papel em relação aos outros. Além disso, o enunciado sempre se integra em um jogo, no qual sua participação ocorre, mesmo que de forma considerada irrelevante. Reside aí, conforme Charaudeau (2013), a importância da análise do discurso.

O discurso se posiciona além da linguagem, pois envolve as questões ideológicas e de poder, sendo considerado um modo de ação e representação da sociedade, sobre o mundo e sobre as pessoas, passível de constantes transformações, visto que todos esses também vivenciam constantes mudanças. O discurso é, assim, a intervenção da linguagem na prática social. Em ADC, “discurso é linguagem como forma de prática social, e não puramente individual ou situacional” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 57), constituindo-se nas relações que revelam o poder, valores e crenças.

Conforme Vieira e Macedo (2018), a abordagem de Fairclough preocupa-se com a prática da representação pela linguagem, que, por sua vez, é mediada e moldada por valores impregnados na linguagem. Esta, nesse sentido, é identificada como um elemento da prática social que contribui para a manutenção e a transformações do mundo. Conforme os mesmos autores, a ADC pode ser compreendida como o estudo da linguagem em uso, isto é, das ações produzidas pelos sujeitos com os textos no

interior das atividades sociais. Ou seja, os textos orais e escritos participam das ações intermediando e organizando as práticas humanas.

Assim como a análise textual, a estrutura social da ordem do discurso, concepção foucaultiana incorporada por Fairclough (2001), é parte fundamental na ADC. A intenção se focaliza, portanto, na compreensão sobre como se dá a continuidade ou a mudança na ordem do discurso, bem como o que ocorre nas entrelinhas dos textos. Magalhães, Martins e Resende (2017) elencaram aspectos-chave para a compreensão do discurso sob o ponto de vista da ADC, a saber:

- a) discurso e conhecimento se relacionam na medida em que se constituem, havendo, portanto, um processo na formação discursiva;
- b) o discurso é distinto da linguagem, sendo que a linguagem interfere na prática social;
- c) o discurso é um modo de ação, ou seja, como as pessoas representam e agem sobre a realidade em que vivem – há uma relação dialética nesse constituição;
- d) a estrutura social é uma condição e um efeito da prática social e do discurso;
- e) o discurso contribui para a construção das identidades sociais, dos sistemas de conhecimento e crença e das relações sociais;
- f) a investigação se concentra no discurso, mas estruturas menores (expressões, termos, frases, período gramatical) podem ser examinadas;
- g) o processo discursivo traz à tona a heterogeneidade dos textos, uma vez que,

A rigor, não há pureza ou singularidade neles. Eles são constituídos em uma continuidade discursiva, de sorte que vão se sucedendo, uns fazendo referência a outros, incorporando sentidos, projetando outros para novos textos que o sucederão articulando silêncios e interditos, evidenciando regularidades, limites, e permitindo o reconhecimento das formações discursivas a que os textos em questão pertencem (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 41).

Sendo assim, observar o discurso permite analisar e interpretar uma realidade plural no tempo e no espaço. O período escolhido para a análise em nossa pesquisa nos remete, com clareza, aos pontos elencados pelas autoras, uma vez que os textos jornalísticos estão ancorados em uma trama de situações, na qual os atores envolvidos com o parque trazem novos elementos para os pontos em questão,

conduzindo os fatos a outros caminhos e dimensões do discurso, como será visto no Capítulo 4.

3.2.1 Teoria social do discurso

Ao investigar a linguagem, a ADC a situa em um contexto específico, bem como os resultados das ações e dos discursos que sustentam e moldam a prática social. Trata-se de uma abordagem que, portanto, lança mão de dois olhares, um para o texto e outro para a realidade social, “[...] de forma que a investigação da ação por meio de textos orais e escritos em contextos específicos construa a coerência do significado” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 9). A ADC, por esse prisma, dedica-se a observar as questões sociais e as dinâmicas de poder e de controle, considerando a relação entre a sociedade e o discurso como ação social que é capaz de criar, divulgar significados e crenças ideológicas, bem como produzir e transformar as relações que permeiam todas as esferas sociais, levando em conta que há uma relação dialética entre a sociedade e o discurso, que se moldam reciprocamente (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Por seu lado, Van Dijk (2017) define a ADC como um tipo de investigação que estuda o abuso do poder social e como esses são produzidos e resistidos nos contextos sociopolíticos, nos quais não há estabilidade, sendo movimentos de constante transformação. Assim, o poder constitui-se em outro conceito básico da ADC, está atrelado à dominação e a linguagem; não emana de um sujeito, mas do conjunto de relações que permeiam o corpo social. Há uma dimensão política que se manifesta na estrutura social. O poder revela assimetrias nas relações sociais e está fortemente atrelado ao conceito de hegemonia, o que significa que os textos estão imbuídos de efeitos ideológicos que podem reverberar nas mais diversas relações sociais, sobretudo nas relações de dominação. A hegemonia é

liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente como equilíbrio estável. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Estabelecida por meio de alianças, a hegemonia pode ser compreendida como um consentimento que vai além da dominação. Abarca, também, o poder que determinada classe social exerce sobre as demais e a ideologia, que acomoda uma intenção e que nem sempre é explícita, sendo, normalmente, “naturalizada”, o que justifica, inclusive, a relevância do trabalho dos analistas do campo social.

A luta hegemônica está localizada numa frente ampla, incluindo instituições da sociedade civil (educacionais, sindicais, dentre outras) com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. O conceito de hegemonia contribui para analisar a prática social à qual pertence o discurso nas relações de poder. A análise dessas relações permite observar se elas reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemônias existentes. As hegemônias têm dimensões ideológicas, então é possível avaliar, segundo Fairclough (2001), o investimento ideológico das práticas discursivas.

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução, ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

A linguagem serve-se para a manutenção de relações de poder e não está livre de disputa, ou seja, “o poder está a todo momento sendo disputado, reafirmado e perseguido, seja por aqueles que o detêm, seja por aqueles explorados em razão de sua condição social” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 44).

As representações ideológicas da hegemonia passam pela relação de consentimento, que produz a naturalização de práticas sociais. Para Fairclough (2001), a ideologia constitui sujeitos e atua pelo posicionamento das pessoas como sujeito social, em todas as instâncias sociais, assumindo papel fundamental na luta pelo poder. Thompson (2002) define hegemonia como as maneiras como o sentido age no estabelecimento das relações de dominação, sustentando-as. Este autor apresenta os modos gerais de operação da ideologia perante as relações de dominação da seguinte forma: legitimação (relações representadas como legítimas); dissimulação (ocultadas, obscurecidas ou negadas); unificação (construção de identidades coletivas); fragmentação (indivíduos e grupos potencialmente ameaçadores ao grupo dominante) e reificação (retratação de uma situação transitória, que se torna permanente e natural).

A ideologia, então, pode ser entendida como atrelada ao favorecimento de grupos que estão no poder para defender as ideias e crenças que são usadas a seu favor. Do ponto de vista da ADC, nem todo texto é ideológico e ao analisá-lo é preciso identificar quem está dizendo o que, para quem e com qual intuito. As vozes representadas impactam o processo ideológico, daí a importância de observá-las. Uma afirmação é considerada ideológica, olhando-se para os efeitos que ela provoca e se tais efeitos contribuem para sustentar ou alterar as relações de poder (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Na interconexão dos conceitos basilares de sua proposta de análise, Fairclough (2001) apresenta o discurso em relação à ideologia e ao poder, situando aquele em uma concepção de poder como hegemonia e na evolução das relações de poder como luta hegemônica. As ideologias, segundo o mesmo autor, estão embutidas nas práticas discursivas e no senso comum e se tornam “naturalizadas” ou automatizadas. A transformação, então, depende da luta frente às ideologias, o que remolda práticas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação das relações de dominação.

3.3 DIMENSÕES DA ADC

Fairclough (2001) propõe uma Análise de Discurso Textualmente orientada, a qual abarca os conceitos descritos no tópico anterior. Proposto no início dos anos 1990, é possível notar que seu modelo passou por pelo menos três mudanças mais significativas. Não se trata da inserção de novos conceitos, mas na forma como eles se articulam no processo de análise. Este tópico apresenta essas proposições, ressaltando que, por uma questão de oferecer ao leitor um melhor entendimento acerca do *modus operandi* da ADC, trazemos mais detalhadamente a sua primeira versão, o modelo tridimensional, ao qual se seguiu o modelo bidimensional e a última fase de seu pensamento, em que o autor focaliza a face linguística da análise por meio da Linguística Sistêmico-Funcional.

No modelo tridimensional da ADC, são consideradas três perspectivas: o texto, a prática social e a prática discursiva, sobre os quais discorreremos após o Quadro 1, que sintetiza a primeira proposta de Fairclough (2001).

Quadro 1: Concepção tridimensional do discurso na ADC proposta por Norman Fairclough

Dimensão	Aspectos a serem observados	Elementos de análise
Texto	Análise textual Relação entre palavras e sentidos	Vocabulário, gramática, coesão e estrutura
Prática discursiva	Produção, distribuição e consumo	Coerência, força e intertextualidade
Prática social	Aspectos ideológicos	Explicação sobre os sentido das palavras, metáforas, estilo e pressuposições
	Aspectos hegemônicos	Econômico, político, ideológico e cultural, advindo da prática social

Fonte: adaptado do modelo de Fairclough (2001, p. 101).

Segundo Fairclough (2001), o texto se refere à descrição do discurso, enquanto as práticas discursivas e a prática social servem à sua interpretação. No que diz respeito ao primeiro, sua análise nos eventos discursivos considera quatro categorias, as quais podem ser pensadas

[...] em escala ascendente: o **vocabulário** trata principalmente das palavras individuais, a **gramática** das palavras combinadas em orações e frases, a **coesão** trata da ligação entre orações e frases e a **estrutura** textual trata das propriedades organizacionais de larga escala do texto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103, grifos nossos).

A seguir, as categorias do texto são apresentadas mais minuciosamente, da mais ampla para a mais específica, destacando-se os questionamentos que o analista deve fazer em cada um.

No **vocabulário ou léxico**, consideram-se as palavras individuais, havendo a seguinte subdivisão:

- a) **Significado de palavras:** quais são as palavras-chaves que dão significação ao texto? Qual o significado delas no texto?
- b) **Criação de palavras:** o texto possui itens lexicais novos? Qual o significado deles?
- c) **Metáfora:** quais estão presentes no texto? Há contraste entre as metáforas usadas no texto quando são usadas em outro lugar?

A unidade principal da **gramática** é a oração ou oração simples. Subdivide-se em:

- a) **Transitividade:** quais os verbos presentes no texto? Quem são os sujeitos desses verbos? O que cada verbo indica: relação, ação ou passividade? Quais escolhas de voz são feitas: ativa ou passiva?
- b) **Tema:** que temas estão presentes nos parágrafos do texto? Como esses temas estão distribuídos ao longo do texto: eles se conectam ou destoam?

A **coesão**, por sua vez, diz respeito à maneira como as orações e frases são ligadas para formar o texto, definidos como conectivos e argumentação pelo autor, o que implica que o analista deve observar: como são organizados os parágrafos? Há repetição de palavras? Usam-se sinônimos próximos? Que conjunções são usadas para criar os enunciados? Quais são os mecanismos de referência e substituição usados (pronomes, artigos definidos, demonstrativos, etc.)? Qual a mensagem transmitida no texto a partir desses aspectos?

A **estrutura** refere-se à maneira ou ordem como os elementos ou episódios são organizados de modo a constituir o texto. Os tópicos dessa análise se subdividem em:

- a) **controle interacional:** quem são os participantes do texto? Quem são os falantes do texto? Há simetria no grau de controle entre os participantes?
- b) **Controle de tópicos:** os participantes do texto possuem a mesma autonomia para sugerir tópicos? Como é desenvolvida a conversa dentro do texto no sentido da escolha de temáticas? Quais são as agendas presentes no texto?
- c) **Ethos:** quais características usadas para descrever os participantes do texto? Essas características constituem que tipo de identidade social?

A segunda dimensão de análise do modelo de Fairclough (2001) se refere às práticas discursivas, as quais analisam o discurso como modo de prática política que estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas, como classes, blocos, comunidades e grupos. No interior destes, também existem relações de poder e o discurso da prática como ideologia é capaz de constituir, naturalizar, manter e transformar os significados do mundo, de posições diversas, nas relações de poder.

Na prática discursiva, o autor se concentra nos processos de produção, distribuição e consumo dos textos, que "são produzidos de formas particulares em contextos sociais

específicos" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107), ou seja, de acordo com fatores sociais, diferentes tipos de discurso são criados. Uma matéria jornalística, por exemplo, é produzida numa rotina complexa, que envolve diversos atores em momentos diferentes. Some-se a isso o fato de que aquele que escreve pode assumir a fala de outro participante ou a própria fonte assume a palavra, gerando uma ambiguidade no texto, uma vez que as representações, muitas vezes, confundem-se ou se fundem. Essas escolhas são orientadas intencionalmente.

Além disso, para Fairclough (2001), o processo de produção e interpretação são restringidos socialmente, em sentido duplo. De um lado, pelos recursos disponíveis por parte de quem produz o discurso, influenciados pelas estruturas e convenções sociais que regulam aquela prática e, ainda, pela ordem de discurso, intencionalmente selecionada, e pela prática social e lutas antecedentes à produção do discurso. Por outro lado, aquele que consome o discurso está mergulhado na prática social, da qual não se desvencilha quando, eventualmente, também assume o papel de distribuidor do discurso.

A distribuição, por sua vez, pode ser simples ou complexa e se refere às formas como os discursos são reproduzidos em novas versões para públicos distintos. No processo de consumo, por fim, os textos são consumidos em contextos diferentes na sociedade. Os processos de leitura e interpretação da matéria jornalística, por exemplo, são diferentes do que ocorre em textos como uma receita de bolo ou um discurso de formatura); o texto jornalístico é produzido para o coletivo, possuindo uma forma de distribuição específica e seu consumo exige graus de atenção e envolvimento diferentes de outros tipos de texto. Daí a importância de considerar, segundo Fairclough (2001), a prática discursiva, para se fazer conexões entre a natureza dos processos discursivos em situações particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte.

Segundo Fairclough (2001, p. 101), as práticas discursivas "[...] são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder". A interpretação é um processo entre pessoas e não se pode pressupor que elas tenham consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). No processo da prática discursiva,

a produção ocorre de maneira não consciente, automática, o que garante a eficácia ideológica.

Os textos são produzidos de formas particulares, em contextos sociais específicos, sendo consumidos em contextos sociais diversos. Logo, tanto a produção quanto a interpretação são aspectos sociocognitivos, embora haja a limitação do efeito do contexto no sentido, sendo que a redução da ambivalência não é sempre a mesma. Por isso, é fundamental identificar o contexto antes mesmo de interpretar a força do enunciado, uma vez que as realidades sociais são passíveis de várias interpretações, não sendo possível fazer uma única leitura das ideologias contidas nos textos. A interpretação oferece mapas mentais com informações das realidades sociais (FAIRCLOUGH, 2001).

Ampliando as dimensões do processo de interpretação, Fairclough introduz mais três elementos de análise na prática discursiva, a saber: força, coerência e intertextualidade, que se somam aos quatro elementos da análise textual (vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual). Juntos, eles compõem os sete elementos de análise dos textos. A força é o componente que instiga a ação social realizada, também denominada ato de fala. Assim, uma mesma frase pode ser interpretada como uma imposição, questionamento, afirmação. E contexto é um fator preponderante na ambivalência da força, sendo que a posição sequencial do texto é capaz de trazer elementos para a mensuração dessa força.

A coerência, por sua vez, envolve propriedades das interpretações, mas não dos textos em si, sendo uma “[...] parte importante do trabalho ideológico dos textos e do discurso na interpretação dos sujeitos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). É preciso fazer conexões e inferências para que a leitura à qual se pretende conduzir que tenha sentido. Pelos princípios interpretativos, relacionados de forma “naturalizada” aos diversos tipos de discurso, tais conexões tornam-se possíveis.

Fairclough (2001) ressalta a importância da intertextualidade para a análise, referindo-se a ela como combinação de uma voz a outras vozes de um enunciado, gerando um movimento dialógico do texto. A intertextualidade, nessa perspectiva, corresponde à construção de um texto a partir de vários discursos e gêneros discursivos, se os textos são convencionais ou inovadores. Na produção, a intertextualidade põe luz sobre o

histórico do texto, conectando presente e passado. Na distribuição, os textos se movimentam e são transformados (de uma música, cria-se uma paródia; de uma notícia, cria-se uma charge), mas quem produz o texto, como já mencionado, é socialmente limitado e restringido, conforme as relações de poder. No consumo, a intertextualidade indica a importância dos textos que são trazidos pelos intérpretes para o processo de leitura. A intertextualidade revela o quão heterogêneos são os textos. Nela, manifestam-se outros textos estão explícitos, por meio de marcações (aspas, traços). Constitui-se em uma dimensão textual que possibilita a interdiscursividade, que Fairclough (2001) chamou também de intertextualidade constitutiva (conectada às ordens do discurso) para tratar das convenções discursivas.

Os diversos ambientes – políticos, econômicos e institucionais em que ocorrem a produção, distribuição e consumo do texto, incluem-se na prática discursiva. Uma notícia, rituais religiosos, uma palestra, um boletim médico são exemplos de gêneros discursivos. Nessa via, a prática discursiva caminha com a prática social, estando a primeira atrelada à linguagem e à produção de textos pelos atores sociais que participam ativamente das práticas sociais e a influenciam. Embora a mudança social esteja ocorrendo constantemente, porque a sociedade também se modifica no mesmo ritmo,

[...] nem sempre a mudança é algo positivo, que atende aos interesses da maioria e, sobretudo, das pessoas que estão em desvantagem em relação ao poder. Quando se trata da esfera pública, é possível que uma mesma situação permaneça durante um longo tempo – o controle do poder restrito a um mesmo grupo político, por exemplo –, o que não significa que aqui e ali não ocorram pequenas alterações no sistema político e na dinâmica do processo político. Também em outras esferas sociais, mudanças podem ocorrer apesar do conservadorismo do sistema (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 126).

A prática social, terceira dimensão da ADC diz respeito a toda atividade, individual ou coletiva, que tem nas instituições sociais o seu fundamento, a exemplo, podemos citar a escola, a religião, a mídia, a política e o trabalho. Para além disso, traz à tona os contextos sociais e suas implicações que influenciam o curso das práticas sociais (posição social dos participantes, mecanismos de controle, momento histórico e sua dinâmica precisam ser analisadas). As práticas sociais são analisadas sob os conceitos de ideologia (sentidos, metáforas e pressuposições) e hegemonia (dominação de grupos, estado de subordinação que geram consentimento e

orientações políticas, culturais, econômicas e ideológicas). Tais elementos permitem, segundo Vieira e Macedo (2018), investigar e revelar de que forma a linguagem atua na vida social.

É no fim da década de 1990, em parceria com Chouliaraki, que Fairclough, ao recontextualizar abordagens da Ciência Social Crítica na ADC, promove uma fusão, levando a dimensão da prática discursiva para dentro da prática social. Assim, a prática discursiva passa a ser um dos momentos da prática social (RESENDE; RAMALHO, 2004), refletindo a natureza enredada e fluida da modernidade tardia, conectada à evolução dos meios de comunicação, que não está restrita à internet, mas abarca, também, rádio e TV, constituindo-se em uma temporalidade em que tempo e espaço são desconectados um do outro (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Assim, o modelo de análise tridimensional passa a ser bidimensional, mantendo como baliza do processo de análise os conceitos já apresentados – discurso, poder e controle, ideologia e hegemonia. Trata-se, assim, da proposição de uma análise social demarcadamente de caráter emancipatório (RESENDE; RAMALHO, 2004), pelo aprofundamento da questão social, sem, no entanto, desconectá-la da questão linguística:

É útil, contudo, fazer uma ressalva: com o aprofundamento da questão social na ADC, é importante salientar a necessidade de nos mantermos atentos aos dados linguísticos, que devem, necessariamente, sustentar a análise do ponto de vista das práticas sociais. Sobretudo, é preciso cuidar para não se separar as análises linguística e social – afinal, o objetivo é mapear conexões entre o linguístico e o social em uma análise verdadeiramente integrada (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 204).

Posteriormente, na terceira fase de sua produção, considerando a impossibilidade de separar as questões linguísticas e sociais nas análises de discurso críticas, Fairclough retoma novamente o modelo de Halliday, trazendo novas ressignificações. As diretrizes se situam na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), para uma segunda adequação de suas reflexões sobre o percurso da análise, em que se dedica a focalizar a face linguística da ADC¹³.

¹³ Conforme Resende (2006), desde seus estudos iniciais, Fairclough fundamentou-se na LSF e organizou os pressupostos sobre o discurso a partir dos seguintes aspectos: função ideacional (que foi mantida), representando a experiência sobre o modo de refletir a realidade, a função interpessoal (que

O Quadro 2 sintetiza os principais momentos da Teoria Social do Discurso de Fairclough, os quais estão organizados em três fases.

Quadro 2: Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough

Fases	Transição 1980-1990	Fim da década de 1990	Anos 2000
Modelo	Teoria Tridimensional, impulsionado pelas teorias da filosofia da linguagem de Bakhtin e das ideias de poder e discurso de Foucault.	“Enquadre” de Chouliaraki e Fairclough (1999)	Reformula a base na Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday. Já havia fundamentações desde os estudos iniciais em ADC.
Algumas obras	“ <i>Language and power</i> ” (1989) e “Discurso e mudança social” (1992)	“ <i>Discourse and late modernity: rethinking critical discourse analysis</i> ” (1999)	“ <i>Analysing discourse: textual analysis for social research</i> ” (2003)
Contribuições	Análise textual, análise discursiva e análise social	A Teoria Tridimensional foi alterada, conforme o livro “ <i>Discourse in late modernity</i> ”, no qual Chouliaraki e Fairclough reduzem a atenção sobre a prática discursiva e se aproximam da ideia de o discurso ser uma dimensão da prática social.	Fairclough focaliza a face linguística da análise por meio da LSF (no trabalho analítico é impossível separar a análise linguística da social).
Processo	Em cada uma dessas fases do pensamento de Fairclough, as ideias não são rejeitadas, mas apresenta tendências ou aprofundamentos de perspectivas em sua análise de discurso crítica nas teorias seguintes.		

Fonte: elaborado a partir de Oliveira (2015) e Massutti (2021).

A ADC defendida por Fairclough cumpre o papel de investigação de uso do poder estabelecido nas relações sociais em diversos âmbitos, buscando identificar e trazer luz sobre como, em diversos contextos, os conceitos ideológicos são produzidos por meio dos discursos e combatidos, como em um jogo de forças. Além-se mais especificamente aos processos contemporâneos de transformação social,

foi dividida entre identitária e relacional), que traduz a forma como as identidades sociais são estabelecidas no discurso e como acontece a representação e negociadas nas relações sociais entre os participantes do discurso e função textual (também mantida), que representa aspectos semânticos, gramaticais e estruturais da língua. Foi em 2003 quando Fairclough recontextualizou as bases da LSF, criando três novas categorias a partir da anterior: significado representacional; significado identificacional e significado acional; e significado acional.

influenciados por fenômenos tais como globalização, neoliberalismo e sociedade da informação, que também permeiam a discussão sobre a instalação do parque tecnológico. Nesse contexto, “a mídia tem papel central na maioria dos países capitalistas na modernidade tardia” (MARTINS, 2018, p. 159).

Todas as mudanças advindas da globalização e as transformações no capitalismo impactaram a sociedade e a forma como a mídia interage em prol do consenso social. Na esfera pública, os meios de comunicação são fundamentais, pela construção de imagens que representam os grupos sociais e os atores em disputa. Sendo assim, o discurso ganhou cada vez mais relevância na conjuntura contemporânea, dando-se em um “[...] espaço de confronto, de construção e desconstrução do consenso social [que] não é apenas um sucedâneo da *ágora* dos gregos acrescida dos desenvolvimentos tecnológicos [...]” (MARTINS, 2018, p. 160), com mudanças que alcançam a economia, a vida cultural e diversas instâncias sociais. Em função disso, a análise da prática discursiva passa a ser considerada um dos momentos da análise da prática social. Com a fusão dessas dimensões, o modelo de Fairclough passa a se caracterizar como bidimensional, conforme dito anteriormente.

Nesse contexto da modernidade tardia, os textos produzidos pelos meios de comunicação de massa têm sido uma das áreas de maior aplicação da ADC, sobretudo os textos da imprensa nos diversos gêneros do jornalismo. Martins (2018, p. 59) defende o papel da ADC como instrumento teórico-prático de investigação do discurso nela veiculado, no qual, segundo ele, “[...] desaguam expectativas e demandas que movimentam a sociedade”.

Considerando a relevância das contribuições de Fairclough para as pesquisas do campo social, esta pesquisa utiliza seu modelo teórico-metodológico para analisar os discursos presentes em um veículo de comunicação local, o jornal *Gazeta Online*, em uma fase específica do planejamento do PTV, o qual, no momento em que este estudo foi finalizado, já se estendia por aproximadamente três décadas.

Nessa dinâmica, é importante levar em conta que o processo de disputa de poder é instável e acompanha um movimento constante de transformações na sociedade, a qual “[...] produz a realidade. Ao analisá-la, compreendemos a sociedade, suas

articulações e hegemonias. Dessa forma, a análise nasce do social e volta a ele” (BESSA; SATO, 2018, p. 129). Por isso, outro ponto a ser considerado é que

O processo discursivo sendo vinculado a questões de poder e ideologia está sujeito, portanto, às lutas em torno da fixação de sentidos. O que prevalece numa determinada conjuntura? Como isso se dá? O que é determinante nesse sentido? São perguntas que dependem de uma análise do contexto social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 140).

As questões discursivas que envolvem a sociedade não advêm de um jogo livre de ideias aleatórias, mas “de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais, materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93). A conjugação das forças que compõem o texto, então, nem sempre é aparente e sua origem pode ser evidenciada, assim, como contrassensos, visto que há o processo de análise aqui proposto “[...] caminha [...] em duplo sentido – tanto normativo (aplicando juízos de valor) em seu ponto de partida, quanto explanatório, ao desvelar os mecanismos e articulações sociais que perpetuam as relações de poder” (BATISTA JÚNIOR; SATO; MELO, 2018, p. 13). Assim, se os discursos públicos não são neutros, desprovidos de intenções, devem ser alvo de uma análise crítica, o que permite apreender o potencial de manipulação que nele existe.

Como visto, a linguagem, fenômeno social, estabelece uma relação com a sociedade, em razão do que se faz necessário articular a análise de textos à análise de caráter social. Os setores estratégicos, como a imprensa, costumam ser controlados pelas elites conservadoras de alguma forma. Segundo Van Dijk (2003), o discurso da imprensa, que intervém na esfera pública e participa na formação de consensos políticos, propiciando a reprodução do poder na sociedade, constitui-se um tipo de discurso da elite.

Portanto, torna-se relevante analisar o campo discursivo da imprensa, que materializa os discursos da elite, ajudando-nos a compreender os mecanismos pelos quais a linguagem é usada em favor de um ponto de vista específico ou de um segmento (ou grupo) da sociedade, já que, “Por meio de notícias, tem-se acesso a uma representação do mundo mediada pela linguagem” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 178).

Por ser um método de análise e uma teoria acerca do discurso, a abordagem proposta por Fairclough (2001) permitiu uma análise do *corpus* do ponto de vista textual e

social, revelando as entrelinhas de uma disputa que se arrasta há décadas. Essa disputa se dá em um contexto de um grupo social marcado pelo domínio e controle, uma disputa de cunho ideológico sobre o poder. Descortinando as estratégias de poder, a ADC

[...] abre a possibilidade de transformar mecanismos de controle, convidando os participantes à reconstrução de papéis sociais por meio da reflexividade, com vistas à reorganização dos níveis de poder por meio de representações poderosas de grupos ou pessoas, tanto quanto de suas redes discursivas (BESSA; SATO, 2018, p. 127).

Considerando-se as perspectivas da prática social e do discurso, a ADC pode, então, impulsionar mudanças sociais, as quais surgem

[...] no cenário das possibilidades da realidade social com um imperativo ético e político, em favor de pessoas e grupos em desvantagem, um imperativo que se impõe desde que se toma consciência da situação, da condição de opressão ou desfavorecimento. A luta que se desenvolve e os resultados quanto à eficácia e ao sucesso não têm a ver apenas com a capacidade de iniciativa dos atores sociais, mas sim de outras condições dadas no processo social. A mediar tudo isso está o discurso como domínio imprescindível da realidade social. Seu manejo consciente e instrumentalizado é o *front* por excelência da mudança numa sociedade marcada cada vez mais pela dominância e onipresença do simbólico (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 149).

Por esse viés, a aplicação da ADC aos textos jornalísticos veiculados em um jornal local poderá contribuir para identificar o que pode ter desfavorecido a unicidade dos debates acerca da implementação do parque e desmobilizado o discurso em prol de um projeto do parque tecnológico. Analisar essas entrelinhas é importante, pois trata-se de um projeto que poderá impactar a realidade econômica da cidade e seu entorno, atualmente ancorada em poucas grandes empresas e em *commodities*. O desenvolvimento pujante do parque abre possibilidades para a descoberta de novos potenciais, calcados na ciência e tecnologia, advindos do ecossistema de inovação em formação e das conexões com outros ambientes nacionais e internacionais, sobretudo no pós-pandemia, que potencializou novas forma de trabalho, relações, conexões, interação, relações de trabalho, consumo, renda e desenvolvimento de pesquisa e tecnologias.

A utilização da abordagem de Fairclough (2001) reforça, como será visto no Capítulo 4, que estruturas como parques tecnológicos envolvem mais que um terreno para sua

instalação, visto que o imbróglio a ele relacionado forma territórios, também simbólicos, perpassados por elementos que vão muito além do concreto, já aqui mencionados: o discurso, a hegemonia, o poder e o controle e a ideologia. No capítulo a seguir, são detalhados os procedimentos metodológicos usados para a realização da pesquisa, conforme preconiza a ADC.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os analistas não estão acima da prática social que analisam; estão dentro dela.

(FAIRCLOUGH, 2001, p. 246)

Este capítulo apresenta o percurso metodológico utilizado na consecução da pesquisa, o que inclui caracterizar a sua abordagem, os instrumentos de coleta e análise dos dados que compuseram o *corpus* (notícias, reportagens e entrevistas), os quais estão intrinsecamente atrelados à Análise de Discurso Crítica, sobre a qual discorreremos no Capítulo 3.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Conforme a classificação de Gil (2008), quanto à abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, a qual

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

Trata-se de uma abordagem que permite observar e discutir questões sociais, as quais adquirem significados, qualificando atores, instituições e circunstâncias normalmente não observados (SILVA; MENEZES, 2005). Não é por acaso que a adoção da abordagem qualitativa nos trouxe um arcabouço ancorados na própria teoria da análise de discurso de Fairclough (2001). Caracterizando-se como uma forma de olhar sobre o problema, a abordagem permitiu percorrer um processo, digamos, mais flexível, o que permite revisar as possibilidades e o que será relevante indicar como pontos de observação que colaboram para o alcance dos objetivos da pesquisa. Assim, construímos enquanto caminhamos, em um percurso progressivo e mutante, direcionado pelas descobertas com as quais nos deparamos.

4.2 MÉTODO

Quanto ao método, a pesquisa se constitui em uma análise do discurso crítica, nos moldes do que foi proposto por Fairclough (2001). Nesse sentido, o percurso metodológico passa por etapas relacionadas às próprias características teórico-metodológicas da ADC, listadas a seguir.

4.3 ETAPAS DA PESQUISA

Neste tópico, serão descritas as etapas percorridas na ADC realizada neste estudo.

4.3.1 Seleção do problema social

O problema social, conforme Fairclough, é, em parte, determinado pela vida social, sendo entendido como um problema discursivo. Segundo Oliveira (2015), o problema, comumente, está ancorado na distribuição desproporcional de bens simbólicos e materiais que a sociedade revela pelas relações de poder, mas são “naturalizados” pelos discursos como algo inerente à vida humana.

O problema social a que se dedica este estudo, conforme apresentado no Capítulo 2, envolve diversos atores, em interesses difusos, uma vez que o governo e representantes do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação em formação no Espírito Santo possuem interesses diversos aos dos proprietários de parte do terreno onde foi definido o ZPT, o que culminou na ressignificação do movimento e do discurso em prol do seu planejamento e construção. Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 141) consideram que

O embate em torno do consenso social presente nas práticas discursivas não é uma questão meramente de partilha de conteúdos, de um debate público de posições, de esclarecimento e conscientização, senão que um processo social complexo em que intervém uma disputa ideológica, cuja dimensão é determinada pelo grau de relevância que a questão em apreço tem para as elites e para o esquema de poder e controle que opera naquela conjuntura.

A apresentação do problema social, a qual foi feita no Capítulo 2, baseou-se em estudos de viabilidade sobre o parque, em *sites* de instituições públicas e privadas, documentos, legislações e estudos de viabilidade técnica, além de material histórico disponibilizado pela Companhia de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de

Vitória. Procedemos, ainda, a uma revisão da literatura acerca de parques tecnológicos.

4.3.2 Definição do *corpus* analisado

Tendo como requisito o contexto da linguagem, o *corpus* de análise pode abarcar documentos, leis, entrevistas, artigos, anúncios, dentre outros fenômenos discursivos (FAIRCLOUGH, 2001). Nesta pesquisa, ele é constituído de textos jornalísticos publicados pelo portal *Gazeta Online* no período de 2017 a 2019.

A intenção inicial era abarcar na análise todo o material publicado sobre o PTV, desde o início do projeto, nos anos de 1990. Todavia, ao longo do percurso, fizemos um redimensionamento do período a ser estudado, o que normalmente acontece, mas, nesta pesquisa, foi potencializado por fatores que restringiram o acesso a dados sobre o tema escolhido no momento que seriam realizados os levantamentos e decisões finais para a análise.

A restrição mencionada também se deu pelo fato de que buscas no acervo digital da empresa de comunicação A Gazeta são um serviço cobrado por hora, implicando custos. Mesmo assim, as cópias do material encontrado no arquivo são disponibilizadas somente na versão impressa, com custo à parte, em formato que não favorece o mapeamento dos dados e, conseqüentemente, o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo quando o período que se deseja analisar é longo. A pesquisa diretamente com a empresa se inviabilizou ainda mais porque o uso do acervo do Centro de Documentação foi suspenso para a comunidade externa em função do isolamento social resultante da pandemia de Covid-19.

Diante disso, outras alternativas foram analisadas, como o acervo digital do Observatório Saúde na Mídia da Ufes, cujo acervo digital do jornal A Gazeta contempla apenas o período de 2011 a junho de 2017, por dificuldade para renovar a parceria com os veículos de comunicação locais. Desse modo, também não foi possível usar esse acervo. Iniciamos, com a colaboração dos membros da equipe do laboratório do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso (Grudi) da Ufes, coordenado pela Profa. Dra. Ruth Reis.

As buscas realizadas pelo Grudi contemplaram apenas material digital, localizados por meio de um *software* de busca desenvolvido pelo próprio laboratório, via *web scraping*, técnica de extração utilizada para coletar dados, no portal *Gazeta Online*, com acesso via <https://www.redegazeta.com.br/>. A partir da indicação das palavras-chave “PDU” e “tecnológico” e do período de interesse (janeiro de 2016 a setembro de 2019), foi feito o rastreamento no portal *Gazeta Online* em busca de textos sobre o PTV. O Quadro 3 resume os resultados dessa busca.

Quadro 3: Materiais obtidos na busca no portal *Gazeta Online*

Objeto empírico	<i>Gazeta Online</i>	
Período	Janeiro 2016 a dezembro 2019	
Palavras-chave usadas no <i>software</i> de busca	“Tecnológico” e “PDU”	
Palavras-chave	PDU	Tecnológico
Total de textos encontrados	105	889
Textos relacionados ao parque tecnológico	16	29
Somatória dos textos	45 textos (16 – PDU + 29 – tecnológico) relacionados ao tema parque tecnológico	

Fonte: elaborado a partir dos dados coletados pelo *script* do Laboratório do Grudi (2021).

É importante ressaltar que a opção por restringir a análise a apenas um veículo deveu-se ao fato de que, conforme preconizado na ADC, a composição do *corpus* se baseia em critérios de ordem prática. Por exemplo, sua seleção deve-se dar a partir da mídia em que o fenômeno tratado teve mais repercussão. Na ocasião em que foram realizadas as buscas no portal *Gazeta Online*, chegamos a realizá-la também no *site* do jornal *A Tribuna*, o que poderia apontar um caminho na etapa de composição do *corpus*. Porém, das 20 matérias encontradas no mesmo período, nenhuma se referia ao tema pesquisado. Segundo a equipe do Laboratório Grudi, provavelmente esses dados não estão indexados na rede, e, portanto, foi impossível coletá-los via *software*.

Como resultado da busca, o *software* retornou uma lista de *links* com textos relacionados às palavras-chave utilizadas. Foram identificados 105 textos publicados com as palavras “PDU”, sendo que 16 estavam relacionadas ao PTV, e 889 com a palavra “tecnológico”, dos quais 36 se referiam a esse assunto. A lista continha textos da CBN e também artigos, os quais, apenas nesta fase, foram mantidos, pois contribuíam para melhor explorarmos os conteúdos publicados.

De posse do mapeamento obtido via *software*, fizemos a assinatura do *Gazeta Online* para que fosse possível ter acesso aos textos da lista que estavam restritos a assinantes. Procedemos, então, a uma varredura em todo o material identificado, separando o que estava relacionado ao tema de interesse. Todavia, somando-se às dificuldades de acesso já relatadas, parte dos textos separados não pôde ser alvo de análise, pois, posteriormente, ao retomarmos o acesso aos seus respectivos *links*, mesmo os destinados apenas a assinantes não mais estavam disponíveis. Ao clicarmos nesses links, era possível visualizar título, subtítulo, data da publicação e autor do texto, bem como o *banner* de acesso ao conteúdo para assinante. Todavia, não mais era possível lê-los, pois o campo de *login* e senha estavam inacessíveis nesses endereços. Em contato com a equipe do *Gazeta Online*, recebemos a informação de que a plataforma em que o portal está armazenado havia sido substituída, inviabilizando a leitura de material dos anos mais recentes, os quais estão contemplados na pesquisa. Tivemos acesso, efetivamente, a 31 textos (Quadro 4, adiante).

A exploração e organização dos textos levou ao redimensionamento do recorte temporal, sendo que o período efetivamente analisado vai de janeiro de 2017 a dezembro de 2019. Trata-se de escolha que se justifica pelo fato de 2017 ter sido o ano que antecedeu a votação do PDU – processo de discussão durou quase três anos – 2015 a 2018 (VITÓRIA, 2018); por 2018 ser o ano da aprovação final da emenda na CMV, após cumprir várias etapas anteriores de aprovações com outros atores envolvidos; ano seguinte, 2019, que permite acompanharmos os desdobramentos sobre a definição de uso misto ou exclusivo sobre a área geográfica do parque, bem como a construção do Centro de Inovação.

Essa delimitação atende ao que sublinha Fairclough (2001), para quem é preciso analisar se o *corpus* reflete de forma adequada, mediante diferentes tipos de situação, a diversidade da prática e as mudanças na prática. É preciso, ainda, atentar para eventual existência de algum ponto crítico e momentos de crise no *corpus*. Em processos de mudança, é preciso tentar incorporar períodos de tempo razoáveis nos dados para fazer uma análise mais contextualizada. Assim, com a exclusão dos materiais relativos a 2016, a distribuição temporal do *corpus* ganha mais equilíbrio e carrega em si as características que mais interessam para a análise empreendida neste estudo.

O conjunto de 31 textos encontrados no recorte temporal e aos quais realmente foi possível ter acesso está no Quadro 4, no qual os textos estão organizados em ordem cronológica por cada ano analisado, indicando sua respectiva data da publicação, título e subtítulo dos textos e gênero no qual se situa. A organização favoreceu a escolha dos textos para análise (em destaque no quadro), por facilitar a visualização e, conseqüentemente, o entendimento e o desenrolar dos acontecimentos ao longo do tempo.

Quadro 4: Textos encontrados no recorte temporal analisado (2017-2019)

2017			
Data	Título	Subtítulo	Gênero
20/01/2017	Licitação para Parque Tecnológico será relançada	Licitação anterior foi cancelada após ação judicial da empresa que ficou em 2º lugar. Prefeito diz que parque é a principal aposta para os cofres municipais nos próximos cinco anos	Informativo
29/03/2017	Obras do Parque Tecnológico de Vitória começam em maio	Prefeitura já lançou edital que vai escolher a empresa responsável por erguer o empreendimento, que será instalado em Goiabeiras.	Informativo
02/04/2017	Quarenta obras estão garantidas este ano na Grande Vitória	Prefeituras concluem projetos de infraestrutura, saúde e educação	Informativo
12/05/2017	A nova onda	As coisas são muito rápidas. É mais que urgente que o Espírito Santo se prepare para aproveitar os negócios que surgirão dessa revolução	Opinativo
07/09/2017	A evolução do parque tecnológico	O êxito dos primeiros parques atraiu imitadores e o padrão evoluiu. Hoje, os parques são "distritos de inovação"	Opinativo
26/09/2017	Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel	Obras do primeiro prédio, em Goiabeiras, começaram ontem e devem ir até 2019	Informativo
24/10/2017	A Vitória que queremos nos próximos 10 anos	Os locais para onde a cidade ainda pode crescer devem ser discutidos amplamente com a sociedade	Opinativo
06/11/2017	A representatividade legislativa e o PDU	Grande parte da sociedade desconhece o potencial concedido pela Constituição Federal ao Legislativo	Opinativo
01/12/2017	Cidade burra?	De repente, de dentro da Câmara Municipal de Vitória, surge uma máquina do tempo que pretende nos levar de volta para o passado, ao século XX, ou mais para trás	Opinativo
Total 2017		9 textos	

2018			
Data	Título	Subtítulo	Gênero
07/03/2018	Parque Tecnológico de Vitória poderá ter residências	Essa é uma proposta de alteração no Plano Diretor Urbano (PDU) que terá votação final no dia 27	Informativo
15/03/2018	Empresas desistem de Parque Tecnológico em Vitória	Proposta de divisão de área com residências desanimou setor	Informativo
20/03/2018	Grupo Dadalto: "Venda de imóveis pode esperar PDU de 2028"	Empresário Leonardo Dadalto afirma que empresa não tem pressa em vender área destinada ao Parque Tecnológico, avaliada em R\$ 132,5 milhões	Informativo
21/03/2018	Empresário abriu mão de projetos em Parque Tecnológico a pedido do prefeito	Leonardo Dadalto diz que propostas de prédios estavam protocoladas na Prefeitura de Vitória	Informativo
26/03/2018	Parque Tecnológico: uso misto ou exclusivamente empresarial?	--	Informativo
27/03/2018	Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico	A emenda permitindo construções residenciais além de empresas de tecnologia passou com nove votos a cinco na Câmara	Informativo
28/03/2018	Prefeitura já investiu quase R\$ 10 milhões no Parque Tecnológico	O dinheiro foi investido no Centro de Inovação, que deve servir como centro de pesquisa para atrair as empresas	Informativo
03/04/2018	Após briga por parque, prefeitura cria mais espaços para tecnologia	Além do Parque Tecnológico, empresas poderão ir para o Centro e para a Fábrica de Ideias	Informativo
04/04/2018	Empresários: Fábrica de Ideias não resolve problema	Novas áreas cedidas pela Prefeitura de Vitória não atendem setor de tecnologia	Informativo
06/04/2018	Parque Tecnológico e Linha Verde: Vitória precisa avançar	Dois impasses desnecessários em Vitória: um é a Câmara Municipal descaracterizar o projeto do Parque Tecnológico; o outro é a reação da cidade à Linha Verde	Opinativo
27/04/2018	Texto do PDU é aprovado por vereadores e encaminhado para prefeito	Texto final do PDU será encaminhado para avaliação do prefeito Luciano Rezende na próxima quarta-feira (2). Depois disso, o prefeito terá até 15 dias úteis para sancionar a lei ou vetar algum artigo	Informativo
22/05/2018	Parque Tecnológico será de uso exclusivo e não residencial	Plano Diretor Urbano é sancionado com veto à emendas aprovadas pela Câmara Municipal	Informativo
22/05/2018	Parque tecnológico: Dadalto vai à Justiça para construir prédios	Grupo é dono de terreno que a prefeitura definiu como de uso exclusivo para tecnologia	Informativo
09/08/2018	Vereadores derrubam veto e Parque Tecnológico será de uso misto	A área destinada para criação do Parque Tecnológico será também residencial e comercial. Vereadores derrubaram o veto do prefeito Luciano Rezende (PPS) por 10 votos a 4	Informativo

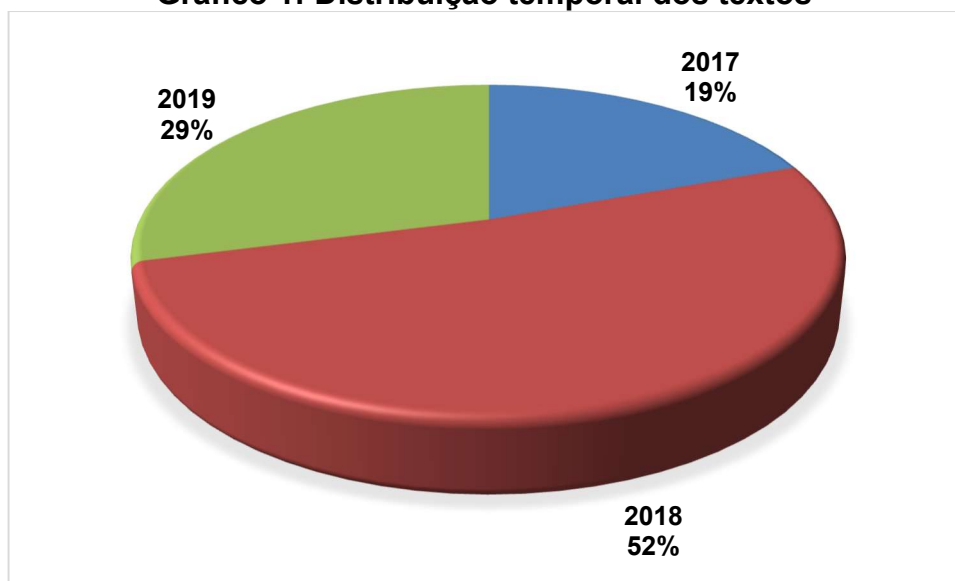
09/08/2018	Rebelião: Câmara derruba veto do prefeito sobre Parque Tecnológico	Plenário mantém a proposta de uso misto da área: comercial, residencial e tecnológico	Opinativo
25/08/2018	Futuro do ambiente de inovação do ES na mão dos candidatos	As deficiências mais flagrantes se dão na inexistência de um parque tecnológico e na incipiente oferta de investimento-anjo	Opinativo
TOTAL 2018		16 textos	
2019			
Data	Título	Subtítulo	Gênero
18/07/2019	Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória	Área volta a ser destinada apenas a construções de empresas do setor de tecnologia. Decisão foi retroativa ao início da lei, em maio do ano passado	Informativo
18/07/2019	Parque Tecnológico de Vitória deve ser ocupado a partir de 2020	Centro de Inovação está com obras avançadas, diz sindicato	Informativo
19/07/2019	Parque Tecnológico: sindicato analisa suspensão de uso misto da área	O Sindicato das Empresas de Informática do Espírito Santo (Sindinfo), Luciano Raizer analisa os impactos da decisão da Justiça de suspender o uso misto do parque	Informativo
19/07/2019	Parque Tecnológico: discussões podem voltar à estaca zero	Decisão da Justiça deve levar à necessidade de refazer parte do PDU	Informativo
19/07/2019	Parque Tecnológico: "Vamos parar e esperar o que vai acontecer"	Dono da maior área diz que projeto de parque já estava avançado	Informativo
28/12/2019	Parque Tecnológico de Vitória: obras do Centro de Inovação são concluídas	Expectativa da prefeitura é que as primeiras startups se instalem no prédio a partir do segundo semestre de 2021. Cerca de 140 empregos diretos devem ser gerados já no primeiro ano de funcionamento	Informativo
TOTAL 2019		6 textos	

Fonte: elaborado a partir dos dados coletados pelo *script* do Laboratório do Grudi (2021).

Como mostra o Quadro 4, os 31 textos do *corpus* estão distribuídos por dois gêneros: 23 deles são matérias, reportagens e entrevistas, estando, portanto, situados no gênero informativo. Outros oito são textos opinativos, na forma de artigos. Essa classificação segue as definições de Marques de Melo (2009), para quem existem cinco gêneros jornalísticos, sendo que os outros três são: interpretativo, entretenimento e utilitário, havendo predominância dos gêneros informativo e opinativo. Para Seixas (2009, p. 59), “a primeira separação de informativos e opinativos segue dois critérios: a intencionalidade determinante dos relatos e a natureza estrutural dos relatos observáveis”.

O Gráfico 1 mostra como se distribuem os 31 textos listados no Quadro 4 pelos três anos do recorte.

Gráfico 1: Distribuição temporal dos textos



Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados pelo Laboratório Grudi.

Notamos que, dentre os três anos pesquisados, 2018 foi aquele em que mais foram identificadas publicações sobre o parque tecnológico, com mais da metade do que foi publicado sobre o tema nos três anos. Como foi o ano da votação do PDU na CMV, o tema ganhou visibilidade durante o período de debates das pautas selecionadas.

Lakatos e Marconi (2003) sublinham a necessidade latente de o pesquisador fazer escolhas conscientes, as quais, necessariamente, passam por recortes e imersões, de forma tal que o conjunto dos textos do *corpus* posicione o pesquisador no alcance dos objetivos definidos. A partir de um exame cuidadoso de todos os textos

identificados, foram selecionados para a análise dois de 2017, três de 2018 e dois de 2019, por permitirem responder aos objetivos de pesquisa, sendo representativos das seguintes categorias:

- a) **Contextualização:** esses textos foram publicados em 2017, referindo-se ao cancelamento e reabertura de edital, expectativa pela construção do parque e benefícios que dele poderão advir, como emprego e renda.
- b) **Intensificação do embate:** textos publicados em 2018, quando notamos maior quantidade de textos no recorte, visto que o embate sobre a modalidade de uso do terreno se revelou mais forte. A partir de discussões sobre mudanças no PDU, os atores sociais discutiram e definiram o que seria levado para ser votado na CMV (uso exclusivo do terreno). Todavia, os vereadores mudaram essa opção e votaram pelo uso misto, vetado pelo prefeito, cujo veto foi derrubado pelos vereadores. Nesse sentido, anteriormente à votação das emendas ao PDU na CMV, os textos relatam a procura dos proprietários de parte do terreno pela PVM, sua ida à imprensa para discutir a questão, processo que envolve, como será visto, poucos representantes do ecossistema.
- c) **Desdobramento:** categoria formada por textos de 2019, que retratam situação posterior à aprovação da emenda do PDU na CMV pelo uso misto do terreno. A partir disso, o Poder Executivo de Vitória entra com Adin no TJES, ao que os desembargadores decidiram pela anulação da emenda que envolve o uso do terreno do parque. A questão, dessa forma, ficou para ser discutida no próximo PDU, em 2028, de modo que a situação do parque se arrastará por quase quatro décadas.

4.3.3 Análise das práticas discursivas e dos textos

Seguindo as diretrizes de Flairclough (2001), na análise da prática discursiva do modelo tridimensional, foram observados, no conjunto dos textos, os aspectos da produção, distribuição e consumo e os seus respectivos tópicos que completam a análise textual (coesão, a força e a intertextualidade/interdiscursividade). A análise da prática discursiva corresponde a uma macroanálise, com características mais interpretativas e foi seguida pela análise da prática textual do discurso.

Considerada microanálise, na análise da prática textual, foram identificados os aspectos mais significativos: gramática, coesão, vocabulário, estrutura textual e seus elementos de análise correspondentes, observando-se a regularidade ou recorrência e as funções relacionadas aos sentidos. Avaliaremos texto a texto, para indicar as suas marcas linguísticas.

Para a macro e a microanálise, elegemos o que foi mais importante para responder ao objetivo de pesquisa, promovendo a análise crítica do embate discursivo, o que inclui olhar para momentos de contextualização, ápice da disputa e desdobramentos da votação final na CMV sobre as emendas que definem, no PDU, sobre o uso do terreno destinado a parte do PTV.

4.3.4 Análise da prática social

Nesta etapa, como propõe Fairclough (2001), o discurso é analisado como prática social, com atenção às percepções atreladas aos efeitos de sentidos, de modo a identificar os aspectos que estão em jogo e os agentes que participam do contexto social estudado. A análise destaca, sobretudo, como o poder e o controle são exercidos nestas situações, visto que, conforme sublinha Oliveira (2015, p. 82), “A prática social traz diversos elementos com o texto e é da análise da relação dialética entre eles que podemos perceber as relações de poder”. Assim, a análise da prática discursiva e textual, descrita anteriormente, potencializou a análise da prática social, pois foi revelando aspectos hegemônicos e ideológicos.

Por fim, é importante salientar, como fazem Resende e Ramalho (2013, p. 55), “que essa divisão é feita para fins de clareza, o que significa a impossibilidade de separá-las no trabalho analítico”, já que o tempo todo eles se misturam e as inferências extrapolam os limites dos pontos de análise do modelo. Com essa baliza, passamos, no capítulo a seguir, à análise dos sete textos jornalísticos à luz da ADC, incluindo títulos, subtítulos e íntegra de seu conteúdo.

5 ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O PARQUE TECNOLÓGICO DE VITÓRIA

Os analistas não estão acima da prática social que analisam; estão dentro dela.

(FAIRCLOUGH, 2001, p. 246)

Inicialmente, o capítulo apresenta uma análise geral do conjunto de 31 textos, classificados nos gêneros opinativo e informativo, encontrados a cada ano do recorte 2017-2019. Em seguida, o foco da análise posicionou-se apenas sobre textos informativos, pelo fato de a maioria dos textos do *corpus* se concentrar nesta categoria, permitindo que nos concentrássemos nas características de escrita do jornalismo, que lhe é peculiar. Analisamos esses sete textos com base no modelo tridimensional que Fairclough (2001) propõe na Análise de Discurso Crítica. Como vimos no Capítulo 3, a ADC é uma abordagem teórico-metodológica que se dedica a observar as questões sociais e as dinâmicas de poder, considerando a relação entre a sociedade e o discurso como ação social capaz de criar, divulgar significados e ideologias, produzir e transformar as relações que permeiam todas as esferas da sociedade.

Ao aplicarmos a ADC aos sete textos, nesta ordem, procedemos à análise da prática discursiva, da prática textual e, por fim, do discurso como prática social. Fizemos isso em tópicos distintos, por uma questão de didática, embora tenhamos consciência de que, na prática, as dimensões da análise são indissociáveis. Na análise desses textos, buscamos evidenciar as posições dos grupos envolvidos no processo do planejamento do PTV, procurando perceber na cobertura do *Gazeta Online* as disputas e estratégias dos discursos envolvidos, direcionados ideologicamente, e o quanto essas manobras desestruturaram ou desestabilizaram o desenvolvimento do projeto, justamente pelo embate de forças de poder estabelecidas. Portanto, como pressupõe e almeja a própria ADC, não se trata de uma análise que busca ser imparcial ou neutra.

5.1 PUBLICAÇÕES DO JORNAL GAZETA ONLINE SOBRE O PTV NO RECORTE TEMPORAL EM ANÁLISE

5.1.1 Expectativa pela construção do Centro e Inovação (2017)

As publicações de 2017 têm em comum a expectativa sobre a construção do Centro de Inovação e também críticas pela demora ao desenvolvimento do projeto, que poderia trazer mudanças à matriz econômica local, além de oportunidades de trabalho e renda para as pessoas, como pode ser visto na matéria “Obras do Parque Tecnológico de Vitória começam em maio” (GAZETA ONLINE, 29/03/2017), cujo texto é aberto com a frase “As obras do parque tecnológico **devem finalmente** sair do papel”. Faz, assim, referência ao processo moroso, pois, após o edital ter sido lançado, em junho de 2016, e, na sequência, cancelado pelo TJES, em função de questionamentos sobre o processo, feitos por parte da empresa que ficou em segundo lugar, seu relançamento se deu seis meses depois, em janeiro de 2017. O destaque foi feito na frase de abertura, pois chama a atenção para a sensação de antagonismo, de “dúvida e afirmação” presente na frase com o verbo usado (“devem”), deixando transparecer a insegurança, quase como um questionamento do repórter (será que agora vai mesmo?). Nesse primeiro ano abarcado pela análise, a proposta de alteração do PDU foi pouco citada pelo jornal, assim como o embate entre as empresas de tecnologia e a família proprietária de parte do terreno.

O impasse sobre a modalidade de uso não fica explícito nos textos de 2017, exceto no texto acima mencionado (29/03/2017), que toca superficialmente no ponto, afirmando sobre uma “possível pressão do setor imobiliário para que a área do parque seja de uso misto”. Os textos repetem, com frequência, as possibilidades de transformações, vocações econômicas, expectativas em torno de geração de emprego e renda, sendo que alguns pontuam sobre o tempo de espera pelo projeto (à época, 26 anos).

As informações contidas nos textos, no entanto, mesmo com aproximadamente três décadas de discussão sobre o assunto, não ultrapassam a dimensão dos números (expectativas de empregos e geração de renda). Isso pode indicar limitação interpretativa da imprensa sobre os fatos relacionados a essa demora ou desconhecimento sobre a relevância do projeto para o desenvolvimento de Vitória e de todo o Espírito Santo. Faltou a discussão sobre questões que fossem além do embate, até porque projetos mais complexos e de maior dimensão, como o do Sapiens Parque de Florianópolis (SC), onde o principal desafio foi em relação à área para a integração com o entorno, legalização e registro dos 257 lotes/espço para as empresas a serviço da inovação, levou-se muito menos tempo para a área construída

ser concluída – em torno de 12 anos (LEIPNITZ; LÓSSIO, 2021). Lá, por observação empírica, notamos uma relação mais estreita entre o universo do parque e a imprensa. Além disso, nota-se uma apropriação da esfera pública (imprensa) para divulgação de interesses privados.

A matéria “Quarenta obras estão garantidas este ano na Grande Vitória” (GAZETA ONLINE, 02/04/2017) informa sobre os projetos que seriam entregues pelas prefeituras da região até o fim de 2017, sem apresentar datas previstas para a conclusão de cada uma. A obra do Centro de Inovação do parque foi apenas mencionada entre as 13 que seriam realizadas na capital, assim como o valor do recurso que nela seria empenhado (R\$ 10 milhões).

Dos três anos pesquisados, 2017 foi aquele em que identificamos maior quantidade de publicações de textos opinativos (artigos), sendo dois assinados pelo consultor Evandro Milet, ambos favoráveis ao uso exclusivo. O artigo de Milet publicado em 01/12/2017, chama a atenção pelo título: “Cidade burra”, que aborda o cenário dos empregos e das novas tecnologias e as mudanças para o novo século, no qual, em sua análise, Vitória já teria entrado com atrasos. O texto discorre sobre o tempo perdido na tentativa de consolidar o parque tecnológico depois de 20 anos. O consultor lembra que as discussões do PDU, unanimemente, definiram (novamente, com sujeito oculto) o uso exclusivo da área, em razão do tamanho reduzido e da necessidade de a cidade se aproximar das necessidades no século XXI.

O consultor ainda faz críticas à CMV, de onde, segundo ele, surgiu uma “máquina do tempo que nos transportou para o passado”, considerando a proposta “esdrúxula” de permitir residências na área do parque, que, neste formato, geraria empregos pouco qualificados, diferentemente do que imaginavam e que o futuro exigiria. O termo “esdrúxula”, bem como “máquina do tempo”, traduz a insatisfação perante o andamento do debate sobre o PTV no âmbito do Poder Legislativo de Vitória e, ainda, sobre a responsabilidade dos vereadores de levar a sociedade local para um passado ainda mais distante do que aquele em que ela já se encontrava à época.

Conforme o consultor, a suposta quarta geração de parques, que sugere uso misto, é uma falácia, porque apenas se justificaria caso a área fosse maior e mais afastada da cidade. Neste ponto do texto, ele se contrapõe à opinião do então presidente da CDV,

que havia se posicionado favoravelmente ao que seria um “modelo mais moderno de parques”. Milet usou o termo “verdade alternativa” para explicar o fato. Em sua opinião, nem a tradicional “lata de caranguejos” expressa tanta regressão. Essa expressão é comumente utilizada na cultura capixaba, para justificar que nada vai para frente porque “uns puxam os outros”, impedindo a evolução no Espírito Santo. No mesmo sentido, o consultor faz uso de um elemento da mitologia grega, a história de Sísifo, que foi condenado a rolar uma pedra até o cume da montanha por toda a eternidade, associando-a à situação do parque.

Milet finaliza seu texto com uma chamada ao prefeito sobre o seu discurso de campanha, questionando se a capital será uma “cidade inteligente” ou uma “cidade-dormitório”, fazendo referência aos seus programas de governo e prêmios que a cidade ganhou pelo seu potencial empreendedor. “Cidade-dormitório”, inclusive, é um termo bastante referenciado nos textos de 2017 sobre o parque, prevendo uma ameaça à capital: como não conseguiria evoluir em seus projetos de desenvolvimento, a cidade serviria apenas para as pessoas dormirem, pois trabalhariam em outros municípios.

No dia 08/10/2017, o *Gazeta Online* publicou a matéria “Cidade no papel: 60 projetos engavetados em Vitória”, destacando, no subtítulo, que, “Em duas décadas, dezenas de obras na capital capixaba ficaram só mesmo na promessa”. A matéria faz uma crítica aos mais de 60 projetos que não foram executados nos últimos 20 anos em Vitória, como teleférico, metrô, píer e revitalizações. Em destaque, traz depoimentos dos três últimos prefeitos, que se posicionaram sobre essas promessas, e de dois arquitetos-urbanistas, que avaliaram ideias que se transformaram em “lendas urbanas”, conforme expressão usada no próprio texto. A matéria em questão não faz parte do conjunto de textos analisados nesta pesquisa, pois o PTV nela citado não está, nem direta nem indiretamente, embora tenha sido tratado pela PMV em diferentes gestões desde que foi idealizado. Foi justamente essa ausência que nos leva a trazer o texto aqui. Por que o parque não foi citado numa extensa lista de projetos? O parque faz parte do sonho? De quem? É uma prioridade? Faz parte de um plano real de transformação da cidade? Quem acredita nele, se nem como lenda o parque entrou na grande lista dos projetos que ficaram apenas na promessa?

Em 06/11/2017, o então vereador Mazinho dos Anjos (Partido Social Democrático – PSD), em artigo intitulado “A representatividade legislativa e o PDU”, faz uma crítica sobre o desrespeito à representatividade legislativa, que, segundo ele, estaria ocorrendo em relação à minuta do PDU. O vereador não cita diretamente o parque tecnológico, mas fica subentendido pelo contexto, deixando explícito que existe uma pressão para que o documento não seja mudado (ou seja, que seja mantida a decisão de uso exclusivo, tomada na etapa anterior no “Encontro da Cidade”, evento no qual os delegados do PDU votaram as emendas, antes de elas seguirem para a CMV. Todavia, o autor do texto relembra com veemência a importância da manutenção dos ideais da democracia:

Quando falamos em representatividade legislativa é preciso ter em mente o modelo de democracia vivenciado no Brasil. Apesar de ser alvo de constantes críticas, é o meio pelo qual a população escolhe seus representantes eleitos que vão gerir a coisa pública, elaborar e fiscalizar as leis visando o interesse da sociedade, que apesar de ter um sentido conotativo, não pode ser banalizado por falas inflamadas e carregadas de ideologia, sejam elas partidárias ou não (MAZINHO DOS ANJOS, VEREADOR, *GAZETA ONLINE*, 06/11/2017).

Embora o parlamentar esteja defendendo seu ponto de vista em relação aos direitos de decisão dos vereadores, suas ideias são contraditórias, pois as definições sobre o uso, exclusivo ou misto, seguiram de acordo com os alinhamentos anteriores do poder público municipal no âmbito das discussões do PDU, representantes do ecossistema, com a comunidade e a decisão dos delegados do PDU. A definição sobre o uso foi mudada somente na etapa final da votação, dando a entender que outras questões ou forças podem ter interferido para incentivá-los a alterar a emenda. Em um dos trechos de seu artigo, o vereador assim escreve:

[...] engana-se quem pensa, então, que os parlamentares desconhecem os **requisitos básicos para propor as alterações** necessárias ao documento. [...] grande parte da sociedade desconhece o potencial concedido pela Constituição Federal ao legislativo (MAZINHO DOS ANJOS, VEREADOR, *GAZETA ONLINE*, 06/11/2017).

Dessa forma, é possível pressupor que a voz/decisão das pessoas envolvidas na discussão dos aspectos que integram o PDU, neste caso específico, em relação ao parque, pode não ter sido considerada, sendo imposta a decisão pelo direito político dos vereadores.

O outro artigo publicado em 2017 é do então presidente da CDV, José Pimentel, que explica os distritos de inovação. Embaixador aposentado e recém-chegado a Vitória, Pimentel nasceu no Espírito Santo. Foi indicado ao cargo por Luciano Rezende (PPS/Cidadania) na tentativa de ajudar a articular as negociações na fase dos intensos debates sobre a modalidade de uso do terreno do parque. Em seu artigo, ele afirma que existem mais de 1.500 parques no mundo, os quais são organizados segundo diferentes modelos, mas compartilhando características comuns: concentração geográfica e trabalho conjunto; convivência entre empresas e universidades, a vocação de acordo com as demandas e os recursos intelectuais existentes. Informa que hoje os parques são “distritos de inovação”, sendo modelos de parque de quarta geração. Pimentel também destaca a importância do acesso fácil ao local e da estrutura de bares, restaurantes e livrarias e o projeto urbanístico e paisagístico diferenciado desses empreendimentos.

Em seu texto, o presidente da CDV afirma, também, que “o setor imobiliário tornou-se um parceiro indispensável na construção de soluções inteligentes”. Não faz referência direta ao PTV, mas observa que a região de Goiabeiras está próxima a universidades e ao aeroporto e, por isso, possui potencial para ser um centro de inovação exemplar, com envolvimento de atores e com a criação de uma “moderna e inovadora matriz econômica”.

Ainda em 2017, encontramos também outros dois artigos, dos vereadores Leonil Dias (Cidadania) e, novamente, de Mazinho dos Anjos (PSD), que se posicionaram somente acerca de questões relacionadas ao PDU, sem se manifestar diretamente sobre o parque.

A solenidade de lançamento do início das obras do Centro de Inovação foi divulgada no *site* da PMV como um “fato histórico” no texto intitulado “Centro de Inovação: espaço para tecnologia tem obras iniciadas” (VITÓRIA, 2017b). Todavia, da mesma forma que não identificamos no *Gazeta Online* textos relativos aos debates que culminaram com a minuta do PDU, ocorridos de 2015 a 2017, esse evento também não foi noticiado pelo jornal. No dia seguinte (26/09/2017), o *Gazeta Online* publica a matéria “Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel”, em que discorre sobre o início das obras do centro de inovação, mas sem citar esse momento importante de comemorações.

Em seu início, a matéria anuncia que “a novela do parque tecnológico parece ter data para chegar ao fim”, reiterando a crítica ao processo moroso do projeto. Todavia, o centro de inovação, com o qual a construção do parque se iniciou, não representa o fim do impasse estabelecido no ZPT. Isso porque sua construção transcorreu independentemente do desdobramento do PDU, já que a área onde ele foi construído pertence ao município de Vitória. Entretanto, nem de longe o CI representa a magnitude e a complexidade demandada para a construção de um parque tecnológico.

A mesma matéria informa o valor (R\$ 5 milhões) dedicado à obra para pavimentos e área construída, criticando os vários adiamentos do início da construção. No texto, uma fala do prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania) reitera a expectativa sobre o empreendimento: "O parque tecnológico é um sonho muito importante e necessário para o município. Um sonho de 30 anos".

5.1.2 Embate e decisão na CMV sobre definição do uso do terreno no PDU (2018)

O ano de 2018 foi pautado por muitas discussões em torno da definição do uso, se misto ou exclusivo, justamente por ser o período de votação das emendas do PDU na CMV. Antes de prosseguirmos, é importante lembrar que Vitória instituiu seu primeiro PDU em 1984. Trata-se de um instrumento que ajuda a nortear o crescimento e funcionamento da cidade, garantir a qualidade de vida de quem nela vive, definir áreas de proteção ambiental e critérios para implantação de atividades econômicas. Assume forma de lei, aprovada pela CMV e tem um Conselho Municipal, responsável pelo acompanhamento permanente das normas nele estabelecidas. O PDU foi aprovado pela Lei 9.271/2018 e segue pressupostos como o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), sendo que novos instrumentos de planejamento e controle do crescimento das cidades foram a ele incorporados (VITÓRIA, [S.d.]).

Anteriormente à aprovação do PDU, no entanto, ocorre um processo de discussão que envolve vários atores sociais, os quais fazem a revisão da minuta da lei. Para o PDU de 2018, essa discussão aconteceu de 2015 a 2017, após o que a minuta foi encaminhada para votação final na CMV, em 2018. A sensibilização pelo uso exclusivo do ZPT, com atores e instituições representadas, aconteceu por meio de reuniões com o Conselho e eventos na comunidade, principalmente do bairro

Goiabeiras (VITÓRIA, 2017a). A PMV também divulgou o resultado favorável ao uso exclusivo pelos delegados no Encontro das Cidades, em agosto de 2017.

No transcorrer de 2018, encontramos 16 textos sobre o tema, os quais relatam os fatos que ocorreram antes da votação, quando os vereadores votaram contra o uso exclusivo (março/2018), por nove votos a cinco – “Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico” (GAZETA ONLINE, 27/03/2018).

Esse segundo ano do recorte analisado foi o período com o maior percentual de matérias identificadas na pesquisa (52%). Nele, ficam patentes os interesses diversos entre os envolvidos, entretanto, as matérias analisadas divulgam, praticamente, a posição dos mesmos atores: representantes do Sindicato das Empresas de Informática, PMV/CDV e o representante da família Dadalto. Apenas em alguns momentos é que aparece a fala de representantes da comunidade local, neste caso, o bairro Goiabeiras.

Em 2018, identificamos três artigos, sendo um do jornalista José Carlos Corrêa (GAZETA ONLINE, 06/04/2018), que se posiciona favoravelmente ao uso exclusivo do terreno destinado ao parque; um artigo do colunista Vitor Vogas, intitulado “Rebelião: Câmara derruba veto do prefeito sobre Parque Tecnológico – Plenário mantém a proposta de uso misto da área: comercial, residencial e tecnológico” (GAZETA ONLINE, 09/08/2018), e o artigo “Futuro do ambiente de inovação do ES na mão dos candidatos”, do colunista Evandro Milet (GAZETA ONLINE, 09/08/2018), que sinaliza a mudança do governo do estado, tendo em vista a chegada das eleições, discutindo como as propostas dos candidatos podem impactar o futuro do ponto de vista dos projetos de desenvolvimento do Espírito Santo pela via da inovação.

Em outra matéria do ano de 2018, intitulada “Empresário abriu mão de projetos em Parque Tecnológico a pedido do prefeito” (GAZETA ONLINE, 21/03/2018), o representante da família, Leonardo Dadalto, relembra que, em dado momento do ano anterior, havia procurado o prefeito de Vitória para que a família fosse envolvida nas discussões sobre o parque. Foi então que houve a tentativa da PMV de intermediar a situação, com o intuito de encontrar um meio termo, retornando, na sequência, à posição inicial de defesa do uso exclusivo.

O embate chama a atenção em 2018, pela polêmica do veto da emenda pelo prefeito frente à aprovação do uso misto pelos vereadores, que, em sequência, foi derrubado. Os termos utilizados nas matérias, como “disputa”, “briga”, “discórdia” revelam o imbróglio, que não é finalizado nesta etapa e, como veremos adiante, prosseguiu pelo menos até março de 2022. O prefeito tenta criar um diálogo com os empresários, oferecendo incentivos e a possibilidade de ocupação de outros espaços, ideias que não foram bem aceitas, trazendo à tona a intenção dos empresários de buscar em outros estados cidades que possam estar mais adiantadas para instalar suas empresas, já que as cidades vizinhas à capital também não oferecem condições favoráveis ao desenvolvimento de negócios ancorados na tecnologia e inovação.

Na análise dos textos publicados em 2018, nota-se, na matéria “Parque Tecnológico de Vitória poderá ter residências”, que o vereador Davi Esmael (PSD) encabeçou a mudança na emenda que seguiu para a votação, justificando que a decisão estava ancorada no desejo da população e que garantiria a compensação da perda do espaço, aprovando nova altura para as construções na região (GAZETA ONLINE, 07/03/2018). Intitulada “Grupo Dadalto: ‘Venda de imóveis pode esperar PDU de 2028’”, a entrevista com Leonardo Dadalto (GAZETA ONLINE, 20/03/2018) chama a atenção pela extensão e riqueza de detalhes e não possui um formato “pingue-pongue”, com perguntas e respostas, constituindo-se em um texto corrido, com subtítulos resumidos a poucas palavras. Consideramos este o texto mais impactante, pela posição defensiva do representante da família, pelo uso que faz de termos depreciativos e pelo tom arrogante.

5.1.3 Desdobramentos da decisão da CMV pela manutenção do uso misto (2019)

Esse ano foi marcado pela decisão do TJES de suspender as alterações feitas por emenda ao PDU, entre elas a que dizia respeito ao terreno do PTV. Essa decisão foi uma resposta a uma Adin movida pelo Poder Executivo, a qual indicou irregularidades, argumentando que as emendas eram incompatíveis com a integridade do meio ambiente e com a expansão ordenada e segura da área. A Adin solicitava que os efeitos da decisão do TJES fossem retroativos, valendo a partir da data em que a lei que aprovou o PDU 2018-2028 entrou em vigor, para evitar que projetos de novas construções fossem autorizados nas áreas questionadas. No ano de 2019, foram encontrados 6 textos a respeito do PTV.

Na matéria “Parque Tecnológico de Vitória deve ser ocupado a partir de 2020” (veículo, 18/07/19), o presidente do Sindicato das Empresas de Informática no Estado do Espírito Santo (Sindinfo), Luciano Raizer, relembrou que a área em que estava sendo construído o Centro de Inovação representava 16% do terreno estava em obras e, ainda, que o Centro de Inovação deveria ser entregue até o final daquele ano, o que somente veio a ocorrer no fim de 2020, ano em que, segundo a matéria anunciava, deveria se dar a ocupação desse prédio. Na avaliação de Raizer, a polarização de opinião dos investidores e moradores sobre o uso misto só afastou o interesse dos empresários, deixando claro, mais uma vez, o impasse mal resolvido entre as partes interessadas. Segundo ele, além do Centro de Inovação, seria necessário criar uma agenda de eventos, convocar os alunos do entorno para cumprir com os objetivos de geração de empregos e desenvolvimento de novas tecnologias. Ele afirmou ainda que o Centro de Inovação seria um avanço para o município, um espaço que poderia ser ocupado por pequenas empresas e *startups*. Segundo ele, a troca de conhecimento “[...] vai gerar emprego e vai colocar Vitória na rota das cidades que têm um centro como esse”. Ele lembrou também que várias cidades do Brasil já têm espaços desse tipo, o que se reflete em receitas e melhorias para a população. Os números do PIB das cidades por ele mencionadas, conforme suas informações, mostram o quão promissora é a escolha por esse caminho.

No dia 19/07/2019, a CBN também informou que o TJES havia suspenso o uso misto do terreno no dia anterior, voltando a ser de uso exclusivo, em texto intitulado “Parque Tecnológico: sindicato analisa suspensão de uso misto da área”. O texto destacava que o desembargador Aníbal Lima, que proferiu a decisão, considerou que a emenda relacionada ao PTV era incompatível com a integridade do meio ambiente e com a expansão ordenada e segura da ocupação humana. Nesta matéria, Luciano Raizer também foi ouvido e analisa a decisão da Justiça de suspender o uso misto, recuperando informações sobre o início da ocupação. Observamos um equívoco em relação à informação divulgada, pois o ZPT não “voltou a ser de uso exclusivo” naquele momento. Isso porque, antes do PDU de 2018, essa não era a definição de ocupação do terreno. Houve, então, tentativa de alteração, que, conforme visto, não foi bem-sucedida, conforme explicado na matéria seguinte.

Em 19/07/2019, o *Gazeta Online* informou que as discussões sobre o PTV voltaram à estaca zero depois da decisão judicial que suspendia o uso misto, fazendo com que a

área ficasse sem zoneamento urbano e índice construtivo, dificultando a aprovação de qualquer projeto na área. Isso ocorre por dois motivos: pelo fato de que a CMV não pode reverter a decisão do TJES de suspender a minuta relativa ao terreno do PTV e, ainda, porque a legislação referente ao PDU que vigorou anteriormente foi suplantada pela lei que aprovou o plano 2018-2028, devendo ser aguardada a discussão do próximo PDU (2028) para que a modalidade de uso do terreno seja novamente discutida. No texto, a subprocuradora municipal Alessandra Nunes afirma que o caso fica sem o artigo que foi suspenso, deixando de existir. O então secretário de Desenvolvimento da Cidade, Márcio Passos, afirmou que esses eram fatores essenciais para aprovação de um empreendimento, já que o zoneamento define a vocação da área.

Na imagem que ilustra a matéria aparece a legenda "parque da discórdia", mais uma vez, reiterando a disputa. Nesse caso, a área não volta a ser de uso exclusivo, sendo necessário recomeçar um novo dispositivo legal, segundo a procuradora, que passa por vários trâmites de aprovação novamente. Passos discordou dessa opinião, argumentando que o processo não partiria da estaca zero, porque já existia uma proposta anterior. Todavia, sua pasta pretendia retomar as discussões com a área de tecnologia para propor um parque mais moderno. O texto informava ainda que as obras do Centro de Inovação estavam em andamento, com previsão de entrega para 2020, o que de fato ocorreu. O prédio, segundo a PMV, seria o pontapé para incentivar a ida das empresas para o parque. A matéria é finalizada com a recapitulação do interesse da PMV em manter o uso exclusivo, mas destacando que os impasses com os proprietários do terreno seguiam. O texto lembrava os trâmites da proposta na CMV, na PMV e no TJES, apontando erros nas mudanças feitas pelos vereadores, entre eles o desrespeito ao debate feito com a comunidade e ao planejamento técnico de ocupação da área.

A matéria publicada no dia 19/07/2019, "Parque Tecnológico: 'vamos parar e esperar o que vai acontecer'" anuncia a posição do empresário Leonardo Dadalto de aguardar os próximos anos, afirmando: "Espero que o bom senso prevaleça". A família possui 53 mil m² de área, a qual está pronta para ser comercializada, mas outra parte, também de sua propriedade, possui pendências ou irregularidades. Leonardo Dadalto afirmou que a família era contra o uso exclusivo e que havia chegado a protocolar um projeto de loteamento na PMV. Segundo eles, após os investimentos feitos na área,

as regras mudaram, causando insegurança jurídica por parte de seus investidores. O representante da família afirmou que, após a votação que manteve o uso misto do terreno, eles começaram a investir em projetos para o parque.

Assim, conforme Leonardo Dadalto, foi feito um concurso nacional para elaboração de um projeto arquitetônico e estudo de viabilidade para alteração dos índices construtivos na área que cabe à família Dadalto, do qual se saiu vencedora a empresa Nós Arquitetos. O próximo passo, segundo ele, seria contratar a Fundação Certi para viabilizar o parque, pois se trata de uma fundação especializada em pôr os parques em funcionamento. Na sequência, seriam iniciadas as obras dos prédios residenciais. Porém, diante da liminar, a família havia decidido suspender todos os investimentos: "É difícil entender porque preferem um parque de segunda geração, já ultrapassado, ao invés de parques de terceira geração, mais modernos, que mesclam residências e lojas com as empresas", afirmou Leonardo Dadalto no texto. Assim, ele disse que a decisão era esperar, pois os proprietários não iriam vender o terreno "a preço de banana", em suas palavras. Ainda segundo Leonardo, houve desrespeito às discussões promovidas com a população da região de Goiabeiras, que manifestou preferência pelo uso misto.

No mesmo texto, Luciano Raizer afirmou que havia perda de tempo com a discussão sobre haver ou não moradias, enquanto outras cidades estavam construindo centros de inovação e arrecadando com isso. Para ele, a partir de então, seria mais difícil o projeto sair do papel, já que empresários e empresas vão investir em outras cidades e aguardar a capital ter um ambiente propício às práticas de inovação. Raizer fez uma comparação entre Vitória e Florianópolis, que, segundo ele, tinha mais de 4 mil startups, enquanto a capital capixaba não chegava a 100, o que demonstra a falta de interesse pelo tema. Em sua visão, se os empresários investirem mais no Espírito Santo, a arrecadação de impostos é favorecida. Em outras regiões mais desenvolvidas, a receita com tecnologia representava o dobro do que era arrecadado com outras áreas que não haviam desenvolvido esse setor produtivo. Além disso, as empresas iam ficando cada vez mais desmotivadas a aguardar o centro tecnológico em Vitória. A falta de fomento à inovação, segundo ele, gerava perda de lucro e oportunidade, impedindo que jovens tivessem mais emprego, mas destacando que "Essa mão de obra não vai ficar esperando oportunidade. Eles vão atrás delas", segundo sua declaração.

Matéria do *Gazeta Online* publicada em 28 de dezembro de 2019 informou sobre o andamento da obra do Centro de Inovação, que, à época, estava 60% concluída. O texto retomou as características do prédio e a expectativa por geração de emprego, repetindo números divulgados pela PMV, segundo os quais seriam criados 140 empregos imediatamente, com previsão de 14 mil vagas em 20 anos (FREITAS, 2019). No entanto, é preciso levar em conta que a concretização desses números depende de outros fatores, os quais demandam tempo e direcionamento estratégico dos atores envolvidos no PTV. Esses mesmos números aparecem no estudo de viabilidade técnica realizado pela Fundação Certi em 2008 e são recorrentemente repetidos nos textos, embora sem fazer referência ao documento dele resultante.

A descrição geral do que foi encontrado no recorte temporal é importante para construirmos uma linha de acontecimentos em torno do tema principal. A seguir, procedemos às análises dos sete textos escolhidos do período 2017-2019. Os critérios para essa escolha já expostos no Capítulo 4, no qual esses textos estão listados (Quadro 4).

5.2 ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA

Como vimos no capítulo anterior, a prática discursiva compõe o primeiro modelo tridimensional da teoria do discurso de Fairclough (2001), ao apresentar os conceitos de produção, distribuição e consumo, que variam conforme fatores sociais. Os subtópicos que orientam a análise da prática discursiva são a coerência, força, intertextualidade/interdiscursividade. Somada aos quatro itens da análise textual, (gramática, vocabulário, coesão, estrutura textual), elas formam as sete dimensões que constituem um quadro para análise textual, que abrange propriedades formais, produção e interpretação (Quadro 5).

Quadro 5: Prática discursiva – elementos e dimensões de análise

Categoria	Elementos	Dimensão da análise
Prática Discursiva	Produção	Força Coerência Intertextualidade/Interdiscursividade
	Distribuição	
	Consumo	

Fonte: baseado em Fairclough (2001).

É relevante observarmos como os atores envolvidos na **produção** dos textos recorrem aos recursos textuais disponíveis ou acessíveis para a sua construção ou, ainda, como recorrem a textos anteriores para repetir informações já dadas. Para Fairclough (2001), ao analisarmos um texto, também estamos examinando questões relacionadas à forma e também ao significado, simultaneamente. Segundo o autor, as pessoas são capazes de fazer escolhas sobre a estrutura e o modelo de suas orações, que resultam em escolhas sobre o significado de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença.

É nesse sentido que buscamos entrelaçar os conceitos teórico-metodológicos e suas orientações de aplicação ao objeto de estudo para trazer luz às questões que extrapolam o texto por si só e esbarram em aspectos da disputa por meio do discurso. Uma vez que esses processos são sociais, exigem referência aos ambientes políticos, econômicos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. Por isso, buscamos apresentar a linha do tempo e outras referências sobre o parque tecnológico no Capítulo 2, que contextualiza o seu histórico.

Os sete textos trazem elementos do padrão da escrita jornalística com título, subtítulo, fala direta e indireta dos participantes, informações adicionais, fotos, ilustrações, data e horário da publicação e de eventual atualização. O processo de produção desses textos obedece a uma rotina preestabelecida pela empresa de comunicação. Os artigos, por sua vez, apontam posições supostamente independentes do veículo, justificando seus pontos de vista e percepções sobre um tema. Os artigos apresentam posições claras, com mais liberdade para trazer exemplos, referências e fazer críticas.

No que diz respeito à autoria, o formato on-line apresenta variações quanto à identificação ou não do repórter que assina a matéria, o que também é observado em relação à indicação da editoria na qual estão abarcados, geralmente não definida. A forma de consumir esses textos é diferente, se comparada à experiência do jornal físico. Há, também, a inserção de anúncios laterais e *banners* superiores em movimento, bem como a presença de *hiperlinks* que dão acesso a outras matérias relacionadas. A Figura 12, referente à matéria “Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória” (*A Gazeta Online*, 18/07/2019), exemplifica esses aspectos.

Figura 12: “Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória”

Decisão

Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória

Área volta a ser destinada apenas a construções de empresas do setor de tecnologia. Decisão foi retroativa ao início da lei, em maio do ano passado

Pedro Permuy pvmr@gazetadopovo.com.br | Vilmara Fernandes vfernandes@gazetadopovo.com.br

Publicado em 18/07/2019 às 18h31




Projeto do Parque Tecnológico de Vitória, em Goiabeiras. Crédito: Divulgação

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** suspendeu, na tarde desta quinta-feira (18), três alterações que foram feitas no **Plano Diretor Urbano (PDU)** de **Vitória** pelos vereadores da Capital. Uma delas trata da criação do Parque Tecnológico, espaço que volta a ser de uso exclusivo para as empresas do setor.



Fonte: *Gazeta Online* (18/07/2019).

O jornalismo cumpre a função social de informar e, evidentemente, não apenas isso: ajuda a formar percepções sobre os fatos, contribuem na construção da realidade ou, conforme assevera Traquina (2005, p. 19), “É a vida em todas as dimensões”. Como explica Fairclough (2001, p. 107) acerca dos processos discursivos, “os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo, cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção”.

Em relação à **distribuição**, relacionada às cadeias intertextuais, as transformações ocorrem a partir dos fatos e seus desdobramentos, pois cada texto sobre o PTV (reportagens, entrevistas e artigos) aqui analisado foi desenvolvido em um momento diferente (o cenário antes da votação, os acontecimentos durante e logo depois da votação e os desdobramentos, em decorrência de decisões do Poder Legislativo e do Poder Judiciário).

Foi possível identificar momentos bem específicos no *corpus* analisado. Pela avaliação da amostra discursiva, percebemos nuances diversas, pontos de embate, contradições, repetições, mudanças de posicionamento dos envolvidos, indiferença, silêncio e pausa, bem como sentimentos e intenções. É interessante observar como essas mudanças ocorrem ao longo do tempo, em caráter constante e sendo contestadas pelos personagens sociais.

No que tange ao **consumo** dos textos sobre o PTV, trata-se de um aspecto que se encontra enredado em uma série de fatos que podem prender a atenção do leitor que tem interesse no tema e, por isso, está acompanhando seus desdobramentos. No conjunto dos 31 textos, é possível acompanhar o desenrolar dos episódios a cada novo elemento que surge na trama, visto que “A mídia de notícias está no jogo competitivo de recrutar leitores” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 143) e, nesse sentido, o autor dos textos jornalísticos faz suas escolhas discursivas para construir os títulos e subtítulos, os textos de legenda, optar por falas diretas ou indiretas, define a ordem das orações, os verbos indicativos, entre outras estratégias.

Além disso, os próprios envolvidos diretamente no PTV, principais interessados, têm no espaço público da mídia uma oportunidade de construir uma resposta que revela o embate e a resistência que envolve interesses opostos ao longo de anos, digladiando discursivamente, o que pode estimular mais os leitores a acompanhar as informações e incentivar os próprios participantes ao combate.

É possível perceber a narrativa dos episódios, seus desdobramentos e mudanças. Isso ocorre, por exemplo, na ocasião em que venceu o posicionamento da CMV sobre o uso misto do terreno, o que foi retratado no texto “Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico” (GAZETA ONLINE, 27/03/2018), quando ficou perceptível a mudança no discurso do representante da família Dadalto, que, imediatamente, desveste-se da postura de “poderoso empresário”, notada na entrevista antes da votação, e adota uma posição bem mais flexível e “aberta ao diálogo”, acreditando ser possível encontrar um meio termo para a situação. Assim traz a matéria em questão:

Já Leonardo Dadalto, dono do terreno onde a prefeitura pretende instalar o parque, afirmou que a proposta vencedora era a ideal para a cidade. Ele acredita que **o momento é de conversa e que será necessário alguém habilidoso para que seja feita uma negociação** entre as empresas de tecnologia, a academia e a família Dadalto para que o parque realmente aconteça (GAZETA ONLINE, 27/03/2018, grifos nossos).

O texto reitera a propriedade da área privada que pertence à família, mas de forma equivocada, pois não o é em sua totalidade, nem mesmo da maior parte, como explicado anteriormente. Ainda, o texto traz um indicativo de confronto, com a afirmação de que a PMV pretende instalar o parque na área do “dono”, o que, ao nosso ver, indicaria mesmo a ideia de se ferir a propriedade privada, sem qualquer questionamento sobre desapropriação, que foi, inclusive, uma possível medida para viabilizar a instalação do PTV, conforme estudo da Certi (2008). A sequência de fatos revela alguns pontos altos do embate, apresentando a disputa e as insatisfações dos envolvidos a cada novo acontecimento. Diante da definição do uso misto pelos vereadores e da proposta do então prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania), publicada dias depois da derrota, ficou nítida a insatisfação e a ameaça dos empresários de tecnologia, que deram uma resposta ao representante municipal (“Empresários: Fábrica de Ideias não resolve problema”), publicado no dia seguinte:

A medida [manutenção do uso misto] não agradou empresários do setor de tecnologia, que já alertaram que não vão se instalar numa área que não é de uso exclusivo. A principal alegação é de que este setor precisa de um ambiente favorável para a troca de conhecimentos que só é viabilizado com a presença de um grande número de empresas da área, o que não seria possível com a construção de casas (GAZETA ONLINE, 04/04/2018).

Na matéria “Após briga por parque, prefeitura cria mais espaços para tecnologia” (GAZETA ONLINE, 03/04/2018), Luciano Rezende (PPS/Cidadania) apresenta possíveis alternativas aos empresários, para resolver o problema, desviando o foco sobre a situação conflituosa do uso misto ou exclusivo da área do parque. O prefeito sugeriu aos empresários, inclusive, alternativas que já estavam em andamento na época, como a Fábrica de Ideias. Esta, no entanto, estava cedida ao Ifes naquele momento e, assim, a PMV já não mais tinha gerência sobre esse espaço. Em função disso, os empresários criticaram a proposta, manifestando suas percepções e insatisfações na matéria intitulada “Empresários: Fábrica de Ideias não resolve o problema” (GAZETA ONLINE, 04/04/2018).

O que se viu, após isso, foi a desmobilização em torno do tema do PTV, pela quantidade reduzida de matérias. Também não identificamos publicações de artigos sobre o assunto no ano de 2019, embora a PMV, ainda na gestão de Luciano Rezende (PPS/Cidadania), tenha dado sequência e concluído a construção, no único terreno pertencente ao município, do Centro de Inovação no fim de 2020, quando se

encerrava sua gestão à frente do Poder Executivo de Vitória – independentemente da situação conflituosa com a família proprietária de parte do ZPT, essa obra seguiu, inclusive porque se constitui como contrapartida obrigatória ao MCTI, que orienta e acompanha a implementação do recurso federal empenhado no projeto.

A dimensão de análise **força**, proposta por Fairclough (2001), está relacionada aos atos de fala, que representam uma ação social por meio de uma pergunta, uma imposição, uma promessa, afirmação, questionamento ou uma ameaça, por exemplo. Podem constituir-se de maneiras diferentes, agregando fatores de ambivalência ao que é falado, podendo ser percebido conforme o contexto apresentado. Na análise que realizamos, esses exemplos de força aparecem nos seguintes trechos das matérias analisadas:

[Afirmação] Acreditamos que os capixabas são muito criativos e inventivos, disse o Presidente da CDV (GAZETA ONLINE, 26/09/2017).

[Imposição] Venda de Imóveis pode esperar 2028 (LEONARDO DADALTO, GAZETA ONLINE, 20/03/2018).

[Afirmação] Então hoje o parque se resume a nossa área. [...] Atualmente os parques de terceira e quarta geração mesclam tecnologia, comércio, comércio de apoio e residências (LEONARDO DADALTO, GAZETA ONLINE, 20/03/2018).

[Ameaça] Vou murar tudo e em 2028 a gente resolve (LEONARDO DADALTO, GAZETA ONLINE, 20/03/2018).

[Questionamento] Por que não começam com inteligência artificial? (ADRIANO D'EL REY, EMPRESÁRIO, GAZETA ONLINE, 04/04/2018).

[Ameaça] Para Marcos [Martins, empresário], nada substitui a ambiência, a concentração de empresas do setor em um mesmo espaço físico. “Isto não tem preço. Se a decisão da Câmara de uso misto não for revertida, vou mudar o domicílio fiscal da minha empresa. Não tenho interesse em ficar em Vitória” (GAZETA ONLINE, 04/04/2018).

[Imposição] Entramos com a ação para fazer valer o nosso direito (LEONARDO DADALTO, GAZETA ONLINE, 22/05/2018).

Em relação à **coerência**, Fairclough (2001) a considera uma propriedade das interpretações, sendo mais que somente uma propriedade dos textos. Um texto coerente, composto pelas partes que o constituem, cria um sentido, mesmo quando não há marcas explícitas relacionadas à coesão. O texto, então, faz sentido para alguém que é capaz de perceber o seu sentido e é capaz de fazer inferências e estabelecer relações a partir dele. Os princípios interpretativos da coerência podem

jogar luz sobre importantes questões ideológicas. O objetivo aqui, então, é considerar as implicações interpretativas das propriedades intertextuais e interdiscursivas da amostra selecionada, para fazer inferências a respeito de sua heterogeneidade e ambivalência reveladas ao intérprete.

Os sete textos submetidos à ADC revelam-se estruturalmente coerentes sobre os fatos narrados, pois, de maneira geral, mostram-se fiéis aos elementos da escrita jornalística. Em seu conjunto, produzem ainda mais sentidos para quem é capaz de observar sentido, ao possibilitar inferências sobre as diversas relações neles imbricadas. Podem ser interpretados como se os aspectos ali tratados fossem acontecimentos naturais, quando, na verdade, traduzem uma dinâmica decorrente de arranjos socioculturais, econômicos e políticos. Daí a importância de analisá-los com mais atenção, pois podem revelar pressuposições e, dessa forma, questões ideológicas, como vemos na fala do então prefeito de Vitória, Luciano Rezende (PPS/Cidadania), presente no texto “Licitação para parque será relançada”, destacada a seguir.

Nossa referência é o parque tecnológico de Florianópolis, que em cinco anos de existência representa 49% da receita da cidade. Daremos um grande passo para entrar de vez no século XXI, queremos entrar nesse ecossistema de inovação e tecnologia que está sendo criado no país. Nossa cidade tem 32% da população com curso superior, acredito que temos o perfil, só falta virar a chave e mudar a cultura econômica (LUCIANO REZENDE, A GAZETA ONLINE, 20/01/2017).

Embora seja um texto formalmente coerente, o trecho apresenta pressuposições equivocadas, quando simplifica a complexidade da criação de um parque, ao afirmar que “só falta virar a chave...”. Além disso, é equivocado informar o índice referente à receita de arrecadação em impostos, considerando que, em Florianópolis, o movimento em torno do desenvolvimento do ecossistema de inovação remonta à década de 1980 e que, além disso, desde então, houve um movimento constante e ininterrupto para ressignificar a capital catarinense, bem como outras cidades do entorno, de modo que, na atualidade, o investimento em CTI é uma proposta de Estado, orientada e comungada entre os atores e os cidadãos (LEIPNITZ; LÓSSIO, 2021), configurando-se como um local com diversos ambientes de inovação interconectados, que trabalham de forma conjunta e sistematizada.

Outro ponto é a indicação do percentual da população com curso superior, 49% de acordo com o prefeito Rezende, o que não garante, necessariamente, um alinhamento com os objetivos do parque. Esse dado em relação à formação superior fica, então, sendo somente um dado, se as pessoas não estiverem sensibilizadas para atuar em projetos do parque, o qual envolve um planejamento compartilhado para a capital e demais municípios. Envolve diálogo entre poder público nos âmbitos municipal e estadual com os demais atores; definição de políticas públicas; recursos públicos e privados para estimular e promover o desenvolvimento da capacidade empreendedora das pessoas sem que se configurem como aventuras diante da escassez de opções para a promoção da vida digna e a orquestração dos diversos atores que devem estar conectados e engajados em seus respectivos papéis e comprometidos com suas entregas dentro de um planejamento macro, capitaneado pelo Estado.

Para que isso ocorra, no entanto, Leipnitz e Lóssio (2021) destacam a importância de se promover estratégias de relacionamento e negociação, integração das forças econômicas, de se considerar o histórico e os principais atores públicos e privados, de se criar ambiência favorável ao desenvolvimento de novos negócios, de se considerar os impactos sociais em diversas áreas da economia, de se criar ambientes complementares, de se promover transformações na cultura e economia locais, entre outros. Esses são vetores que viabilizaram o desenvolvimento do estado de Santa Catarina ao longo de quase 40 anos desde a implantação das primeiras iniciativas. Ali, há diversas fundações que dão origem e sustentação a um polo tecnológico, que depende de vetores que o impulsionam de forma efetiva e organizada. Não é por acaso que SC é considerado um dos ecossistemas de inovação mais completos do país, considerando as suas posições nos *rankings* internacionais de educação, inovação e competitividade. Ainda assim, ou justamente por isso, SC segue nesse momento, como um ambiente dedicado a se tornar uma das referências mundiais como ecossistema de inovação bem-sucedido.

Um ponto relevante para o ecossistema catarinense são as parcerias com as instituições de ensino superior, sobretudo nas áreas com pesquisa aplicada, nas quais há professores, doutorandos e mestrados para viabilizar a transferência de tecnologia e a aproximação com as empresas. No *corpus* aqui analisado, no entanto, as universidades não são mencionadas, apesar dessa relevância.

Na dimensão de análise da **intertextualidade**, Fairclough (2001) pontua que os textos são construídos respondendo ou remontando a textos anteriores. Nas matérias sobre o PTV, os novos textos frequentemente referenciam textos anteriores, repetindo dados e informações, por exemplo, as projeções sobre empregos que podem ser gerados pelo parque ao longo de 20 anos. Esses dados são os mesmos que foram apresentados no estudo realizado pela Fundação Certi (2008), sem indicação dessa fonte pelo jornal, conforme já mencionado.

Em algumas matérias, a linha do tempo foi resgatada para contextualizar os marcos relacionados ao projeto de instalação do PTV, que são referenciados pelo jornal como “a novela do parque”, além do parque ser apontado em listas de entregas que nunca foram realizadas pelo governo. A referência ao contexto histórico é definida por Fairclough (2021) como relação intertextual vertical, como no exemplo a seguir, trazido do texto “Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel”. Como em outros textos, neste, notamos as mesmas referências de informações dadas anteriormente, acrescidas dos novos impasses que surgem no percurso:

Algumas promessas - 2004: especialistas avaliaram que Vitória tinha condições de receber um Parque Tecnológico de “Primeiro Mundo”. Um espaço foi reservado para o parque. 2008: As obras do Parque foram adiadas e as previsões diziam que não seriam iniciadas antes de 2010. 2011: Um projeto do parque foi apresentado para representantes de empresas chinesas, mas as obras não foram iniciadas. 2013: Uma nova promessa de entrega da obra para o ano de 2013 não foi cumprida. 2014: Foi divulgada em dezembro de 2014 que as obras começariam em julho de 2015. 2017: Em setembro a obra do primeiro prédio do parque recebeu sinal verde (GAZETA ONLINE, 26/09/2017).

O projeto do parque não é apresentado e explicado nos textos analisados; por exemplo, não se discute o que é um parque, para que serve essa estrutura, como funciona, quais são os principais parques em funcionamento no Brasil, o que é um ecossistema. Também não há, nos textos do *corpus*, a explicação sobre a importância da tríplice hélice; o que a ciência e a tecnologia têm a ver com o parque; o que as pessoas e a cidade ganham além de empregos; quais as transformações mundiais que estão ocorrendo no mercado, entre outros pontos relevantes, que pudessem envolver mais o leitor e a opinião pública na pauta e, dessa forma, alcançar outros debates além da disputa. Ao abordarem os pontos mencionados, os textos jornalísticos poderiam contribuir para despertar outros interesses, além da “briga” – inclusive, essa palavra aparece em alguns pontos dos textos).

O jornal se apropria de convenções existentes para gerar novos textos da cadeia. Essas relações dialógicas entre um texto e aqueles que o precedem são referenciadas como horizontais por Fairclough (2001). Exemplo disso ocorre na matéria “Após briga por parque, prefeitura cria mais espaços para tecnologia” (GAZETA ONLINE, 03/04/2018), quando, após a CMV ter votado a favor da manutenção do uso misto, a PMV anunciou uma proposta de ocupação de novos espaços. Na matéria publicada no dia seguinte (“Empresários: Fábrica de Ideias não resolve problema”, GAZETA ONLINE, 03/04/2018), os empresários rebatem o que foi ofertado, dizendo que as propostas não atendiam aos seus anseios.

Na ADC, a intertextualidade e a hegemonia caminham juntas. O jornal, em seu discurso, colabora para o descrédito do projeto, pela escolha das palavras, ordem das falas e contextualizações limitadas, contribuindo para a desmobilização dos atores, reforçando a disputa e reiterando ideias limitadas em torno das mesmas questões. A construção textual, como sabemos, não é livre, pois está condicionada às relações de poder que são reiteradas nos espaços discursivos; muitas dessas relações se dão nos bastidores, sem que a sociedade em geral conheça as reais motivações de muitas posições, escolhas e desdobramentos. Nessa dinâmica, consideramos que o *Gazeta Online* exerce um papel de mediador da disputa entre a família, que defende interesses financeiros particulares, os empresários da área de tecnologia, representados pelo Sindinfo, e o poder público municipal, “responsável” pelo projeto.

A intertextualidade também não se limita aos textos que constituem o próprio texto, mas inclui os textos que o próprio leitor/intérprete pode trazer ao processo interpretativo. Um exemplo são os artigos, nos quais os colunistas assumem posições, trazendo referências, informações, percepções, duras críticas e perspectivas paralelas sobre o tema, a partir dos acontecimentos divulgados nas matérias. Trata-se, assim, de um caso de **intertextualidade manifesta**, pela qual, segundo Fairclough (2001), é possível identificar outros textos que estão explícitos na composição de dado texto. O padrão de escrita jornalística é composto por essa característica, constituída, por exemplo, em falas diretas, como vemos nos trechos das matérias analisadas destacados a seguir.

Do texto “Grupo Dadalto: “Venda de Imóveis pode esperar PDU de 2018””, temos (GAZETA ONLINE, 20/03/2018):

Venda de imóveis pode esperar PDU de 2028 (LEONARDO DADALTO, fala que, inclusive, compõe o título da matéria).

A nossa situação mudou. Não estamos mais enforcados (LEONARDO DADALTO).

Do texto “Empresários: Fábrica de Ideias não resolve problema” (GAZETA ONLINE, 04/04/2018), destacamos três falas:

Isso não tem preço (sobre a ambiência). Se a decisão da Câmara de uso misto, não for revertida, vou mudar o domicílio fiscal da minha empresa. Não tenho interesse de ficar em Vitória (MARCOS MARTINS, EMPRESÁRIO).

Um parque já consolidado vira uma marca. É como uma grife, uma chancela que ajuda as empresas na hora, por exemplo, de disputar concorrências (EVANDRO MILET, CONSULTOR DE INOVAÇÃO).

Empresas constituídas precisam de capital com uma taxa de juros viável ao meu negócio (ADRIANO D'EL-REY, EMPRESÁRIO).

Do texto “Tribunal de Justiça suspende o uso do parque tecnológico de Vitória” (GAZETA ONLINE, 18/07/2019), sobressai-se este trecho, sendo a PMV considerada a fonte da informação:

A aprovação de coeficientes de aproveitamento mais elevados pode implicar em ocupação com riscos de sobrecarga sobre a infraestrutura urbana instalada.

Os textos jornalísticos também são constituídos por falas indiretas dos participantes da matéria. Nesse caso, as falas se confundem entre a do repórter e a do entrevistado, o que é indicado por Fairclough (2001) como um ponto de atenção, justamente por essa fusão não permitir identificar o limite entre as falas dos envolvidos. No texto “Empresário: Fábrica de Ideias não resolve problema” (GAZETA ONLINE, 04/04/2018), encontramos os seguintes trechos:

Segundo o Sindicato das empresas de informática do Espírito Santo (Sindinfo), com o resultado da votação, a cidade corre o risco de sofrer uma debandada por parte dos empresários.

Ele [Adriano D'el-Rey] questiona qual a atratividade que este tipo de projeto oferece para empresas como a dele.

D'el-Rey [Adriano D'el-Rey, empresário] vai mais longe ao avaliar que a discussão em torno do Parque Tecnológico carece também de foco.

Do texto “Tribunal de Justiça suspende o uso do parque tecnológico de Vitória” (GAZETA ONLINE, 18/07/2019), destacamos:

Em seu voto, o desembargador Annibal de Rezende Lima, relator do caso, disse que as emendas realizadas no PDU são incompatíveis com a integridade do meio ambiente ecologicamente equilibrado e com a expansão ordenada e segura da ocupação urbana.

Do texto “Parque Tecnológico: Vamos parar e esperar o que vai acontecer” (GAZETA ONLINE, 19/07/2019), temos:

Dono da maior área diz que projeto de parque já estava avançado [bigode/subtítulo da matéria]

A construção dos discursos nem sempre está claramente demarcada, pois o repórter conduz a composição dos textos por meio das falas diretas e indiretas dos participantes, exceto no texto “Grupo Dadalto: “Venda de Imóveis pode esperar 2028”, da entrevista, no qual o autor, ou seja, o repórter, aparece somente nos três primeiros parágrafos, que estão ancorados na descrição dos fatos pelo ponto de vista de Leonardo Dadalto. Este assume a fala, o que não garantiu um diálogo com a participação e intervenção do interlocutor, como normalmente ocorre em entrevistas, instigando-nos a outras interpretações que possam estar implícitas, como no **discurso**.

O discurso é conduzido por um participante que tem espaço de fala, no caso, um empresário, cujo histórico familiar está ancorado no sobrenome, referenciando a influência de poder e hegemonia que subjuga outras forças, as quais, por sua vez, em alguns casos, permitem o espaço de fala de outros empresários, que manifestam as suas posições e, conseqüentemente, suas resistências. Estas, como veremos mais adiante, compõem o processo de poder hegemônico.

Ao observarmos os textos pela ótica da ADC, o representante Dadalto aparece um número maior de vezes em comparação com outros atores; notamos que ele recebe maior atenção e suas falas têm mais destaque nas matérias, que incluem chamadas com falas diretas, fotos em destaque em posição de ameaça e superioridade. Na Figura 13, esses pontos podem ser confirmados. A foto que ilustra a matéria de 19/07/2019 (“Parque Tecnológico: ‘Vamos parar e esperar o que vai acontecer’”) apresenta Dadalto na plenária da CMV, lugar de representação do interesse público, ao microfone. A postura do corpo e o olhar reiteraram o tom de ameaça e superioridade. O destaque em sua fala, no título, reforça essa representação, que não se restringe à posição da frase no texto, mas a força sobre o que ele diz, revelando a superioridade de quem tem o poder de mudar o rumo dos acontecimentos em

detrimento da posição e interesse de outros grupos que compõem o contexto, tão rico e complexo como o próprio parque.

Figura 13: Leonardo Dadalto em discurso na CMV – ameaça e superioridade



Fonte: *Gazeta Online* (19/07/2019).

Ainda na intertextualidade manifesta, a negação, a ironia e a pressuposição também revelam momentos discursivos importantes. Segundo Fairclough (2001), essas características estão manifestadas na superfície do texto. Ao analisar os que compõem o *corpus* desta pesquisa, vamos apreendendo como um texto é capaz de delinear a constituição de outros textos, como vimos até aqui; há uma influência discursiva e desdobramentos a partir de textos anteriores. Fairclough (2001) pontua, ainda, que os gêneros de discurso diferem nos modos da intertextualidade manifesta com a qual estão associados. Os trechos a seguir são exemplos disso; carregam orações polêmicas e manipulativas, que, por sua vez, traduzem sentimentos de agressividade, descrença e arrogância. Do texto “Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel” (GAZETA ONLINE, 26/07/2017), destacamos:

[Ironia] A novela do Parque Tecnológico de Vitória parece ter data para chegar ao fim. Após anos de promessas e obras adiadas, a Prefeitura da Capital deu nesta segunda-feira (25) o sinal verde para iniciarem as obras do primeiro prédio no local.

No texto “Grupo Dadalto: ‘Venda de Imóveis pode esperar PDU de 2018’” (GAZETA ONLINE, 20/03/2018), encontramos duas manifestações distintas:

[Pressuposição e negação e ironia] Volto a dizer, o preço é R\$ 2,5 mil/m² e se engana quem pensa que vamos vender mais barato. Não vai rolar. (LEONARDO DADALTO).

[Ironia] [...] a outra opção é uma PPP (Parceria Público Privada). É o caso de Florianópolis, em Santa Catarina. Lá o proprietário da área era dono de 400 milhões de m² e doou 1% da área para os empresários de tecnologia e com isto conseguiu valorizar o restante. Vitória é a única cidade em que a área não é do governo e está sendo enfiada goela abaixo do proprietário, mas esta estratégia tem um problema. Eles precisam do dono da terra para vender os lotes [...] (LEONARDO DADALTO).

Assim, é perceptível o jogo de poder estabelecido pelo próprio formato textual, que foi totalmente dominado pelo falante.

Do texto “Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico de Vitória” (GAZETA ONLINE, 18/07/2019, sobressai-se, sempre na voz do presidente do Sindinfo, Luciano Raizer, a pressuposição, ao lado da negação.

[Pressuposição e negação] A gente estima que Vitória não tenha nem 100 startups. Em outras cidades, como Florianópolis, há mais de 4 mil dessas empresas. Isso mostra que não há aqui, nem um décimo do interesse que há em outros lugares.

[Pressuposição] Em Florianópolis, por exemplo, que é uma cidade que tem um apelo turístico imenso, o que se arrecada com esse tipo de atividade é o dobro do que se ganha com o turismo. Imagina o quanto não estamos perdendo por aqui, corrobora, indicando que do jeito que está as empresas só vão se desmotivar cada vez mais a aguardar o centro tecnológico capixaba.

[Pressuposição e negação] Essa mão de obra não vai ficar esperando oportunidade. Eles vão atrás delas”, lamenta.

As relações e as identidades sociais estão embutidas nas convenções dos tipos de texto, como defende Fairclough (2001). É importante lembrar que o representante da família, Leonardo Dadalto, teve a oportunidade de publicar praticamente um monólogo, anunciado em forma de entrevista, a qual foi intitulada “Grupo Dadalto: ‘Venda de Imóveis pode esperar PDU de 2018’” (GAZETA ONLINE, 20/03/2018), em que defendeu a visão da família, apresentando, exaustivamente, a posição financeira favorável dos negócios por ela mantidos, o que garantiria autonomia sobre a situação (e, conseqüentemente, meios para usar o poder estabelecido).

Esse tom de tranquilidade financeira também pode ser observado na fala do representante da família, destacado no título do texto em análise: “Vamos parar e esperar o que vai acontecer” (LEONARDO DADALTO, GAZETA ONLINE, 19/07/2019). Neste texto, o subtítulo o apresenta como o “dono da maior área” – o que não corresponde à realidade, como frisado anteriormente. No texto, Leonardo Dadalto diz sentir-se injustiçado pela situação, ao mesmo tempo em que a família se posiciona como detentora do papel de definidora dos rumos a serem tomados pela cidade no âmbito de uma área tão importante para a configuração do mundo contemporâneo como é a CTI. Como sabemos, essas questões, que, como veremos adiante, perpassam aspectos do poder e da hegemonia, não ocorrem, na maioria das vezes, de forma consciente pelos envolvidos, mas podem ser reveladas quando identificadas e analisadas no discurso.

5.3 ANÁLISE DA PRÁTICA TEXTUAL

A análise textual proposta por Fairclough (2001) refere-se à maneira ou ordem como os elementos ou episódios são organizados para constituir o texto. Ao realizá-la, portanto, guiamo-nos pelos elementos a ela correspondentes, a saber: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, os quais

[...] podem ser imaginados em escala ascendente: o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala do texto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103).

O Quadro 6, a seguir, resume os tópicos da análise textual para facilitar a compreensão sobre os pontos a serem observados.

Quadro 6: Tópicos, elementos e pontos da análise textual

Tópico	Elemento	Pontos de análise
Estrutura textual	Controle Interacional	Quem são os participantes do texto? Quem são os falantes do texto? Há simetria no grau de controle entre os participantes?
	Controle de Tópicos	Os participantes do texto possuem a mesma autonomia para sugerir tópicos? Como é desenvolvida a conversa dentro do texto no sentido da escolha de temáticas? Quais são as agendas presentes no texto?

	Ethos	Quais características usadas para descrever os participantes do texto? Essas características constituem que tipo de identidade social?
Coesão	Conectivos e argumentação	Como são organizados os parágrafos? Há repetição de palavras? Usa-se sinônimos próximos? Que conjunções são usadas para criar os enunciados? Quais são os mecanismos de referência e substituição usados (pronomes, artigos definidos, demonstrativos, etc.)? Qual a mensagem transmitida no texto a partir desses aspectos?
Gramática	Transitividade	Quais os verbos presentes no texto? Quem são os sujeitos desses verbos? O que cada verbo indica (relação, ação ou passividade)? Quais escolhas de voz são feitas - ativa ou passiva? A voz passiva muda o objeto para a posição inicial de “tema”?
	Tema	Quais temas? Como esses temas estão distribuídos ao longo do texto? Eles se conectam ou destoam entre si?
Vocabulário	Significado de palavras	Quais são as palavras-chave que dão significação ao texto? Qual o significado que essas palavras possuem no texto? Produtores estão diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado com esse uso? Quais valores, ao interpretar, atribuímos às palavras?
	Criação de palavras	O texto possui itens lexicais novos? Qual o significado desses itens?
	Metáfora	Quais metáforas estão presentes no texto? Há contraste entre as metáforas usadas no texto em relação a quando são usadas em outro ponto do texto?

Fonte: elaborado com base em Fairclough (2001).

Como na análise discursiva, Fairclough (2001, p. 175) também é categórico ao dizer que a análise textual não deve ser feita isoladamente; como o próprio autor assevera, o modelo por ele proposto não é um “[...] esquema, pois não há procedimento fixo” e as pessoas abordam-na de maneiras diferentes, de acordo com a natureza do seu projeto. Assim, a análise textual se apresenta dividida por uma questão de ordem didática.

5.3.1 Ano de 2017: A “novela” do parque chegará ao fim?

5.3.1.1 Texto 1 – “Licitação para Parque Tecnológico será relançada”

Título	Licitação para Parque Tecnológico será relançada
Subtítulo	Licitação anterior foi cancelada após ação judicial da empresa que ficou em 2º lugar. Prefeito diz que parque é a principal aposta para os cofres municipais nos próximos cinco anos
Legenda da foto principal	Projeto do Parque Tecnológico de Vitória, em Goiabeiras - geração de 16 mil empregos em 20 anos

Figura 14: “Licitação para Parque Tecnológico será relançada”

Licitação para Parque Tecnológico será relançada

Licitação anterior foi cancelada após ação judicial da empresa que ficou em 2º lugar. Prefeito diz que parque é a principal aposta para os cofres municipais nos próximos cinco anos



Projeto do Parque Tecnológico de Vitória, em Goiabeiras - geração de 16 mil empregos em 20 anos

Após o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) decidir pelo cancelamento da licitação para a construção do Centro de Inovação, primeiro prédio a ser construído no Parque Tecnológico de Vitória, em Goiabeiras, a Prefeitura de Vitória vai relançar ainda em janeiro o novo edital.



A expectativa é de que as obras comecem nos próximos meses, no primeiro semestre. A construção deve ser concluída em 15 meses e o investimento, já em caixa, será de R\$ 6,8 milhões.

A licitação anterior foi cancelada após ação judicial movida pela empresa que foi desclassificada na seleção por não apresentar um dos documentos exigidos pelo edital. A Prefeitura de Vitória entrou com um recurso em segunda instância, mas o TJES decidiu pela reformulação do edital. A publicação com a anulação da licitação também será feita nos próximos dias.

"A Procuradoria Geral do Município recebeu a decisão do TJES pela anulação do edital e estamos preparando um novo. Os técnicos estão fazendo ajustes na planilha orçamentária, já que alguns dos valores tiveram que ser corrigidos por conta da inflação", afirma a diretora de Desenvolvimento Econômico e Sustentável da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV).

Fonte: *Gazeta Online* (20/01/2017).

O texto “Licitação para Parque Tecnológico será relançada” (GAZETA ONLINE, 20/01/2017) anuncia a retomada do processo de licitação do parque. Nela, o repórter Rafael Silva explica que o TJES havia decidido cancelar o edital para construção do Centro de Inovação e que a PMV faria o relançamento do processo. Os recursos já estavam em caixa e a previsão de conclusão da obra seria de 15 meses a partir da data de início. A licitação anterior foi cancelada, pois a empresa que havia ficado em segundo lugar no processo entrou com uma ação judicial, em função de a empresa selecionada não ter apresentado um dos documentos exigidos no processo. A PMV entrou com recurso, mas o TJES decidiu anular o edital, que, para ser relançado, estava sendo revisto no sentido de corrigir os valores, devido à inflação.

Conforme o texto, naquela ocasião, o então prefeito, Luciano Rezende (PPS/Cidadania), e outros representantes de parques haviam participado de um seminário para discutir o projeto. Ele defendeu a necessidade de mudança da vocação de trabalho e renda da cidade e afirmava que o parque seria a principal aposta de receita para o cofre do município nos próximos anos. A matéria em análise destaca o

quão importante foi a participação de universidades nesse processo, que também oferece qualidade de vida para os investidores.

O ecossistema de Florianópolis é citado na matéria como modelo, apresentando alguns de seus números. O texto também destaca a importância do desenvolvimento das *startups*. Rezende disse acreditar que Vitória tem o perfil para também se tornar referência em inovação e tecnologia, tal como a capital catarinense. No texto, o representante do ecossistema de Florianópolis, Leandro Carioni, faz referências aos pontos em comum entre as duas cidades, como a dificuldade para expandir a geração de renda, uma vez que o território das duas ilhas é restrito.

Segundo a matéria, as obras do Centro de Inovação do parque tecnológico de Florianópolis haviam começado em 2010 e chegaram a representar 49% da receita da prefeitura municipal. Neste ponto, pode ter havido algum engano, pois o movimento do ecossistema da capital catarinense é mais antigo e remonta à década de 1980. Segundo Leipnitz e Lóssio (2021), o primeiro parque ali situado, o Alfa, foi instalado em 1993. Além de contar, hoje, com mais de 600 empresas, entre elas a Embraer e a montadora BMW e a multinacional *General Electric*, o parque gera 13,9 mil empregos diretos e 50 mil indiretos. A matéria também indica a expectativa de geração de empregos ao longo de 20 anos para Vitória.

Segundo Carioni, cada R\$ 1,00 investido na obra inicial do parque, à época em que a matéria foi publicada, já retornava R\$1,50 em impostos para Florianópolis. O movimento inicial na cidade, segundo ele, foi tentar atrair empresas, mas apenas quando as *startups* começaram a desenvolver seus projetos é que os investidores começaram a perceber o potencial dos profissionais ali envolvidos. Para ele, os recursos humanos se constituem no principal atrativo para um parque, sendo mais importantes, por exemplo, que as isenções tributárias para o setor de tecnologia.

Ao final da matéria, é apresentado um breve histórico do parque tecnológico, informando também sobre o convênio com o MCTI – que, segundo o texto, teria sido assinado em 2015, mas ocorreu antes, em 2010 (CDV, 2021) – para o repasse de R\$ 9 milhões. O texto informa, ainda, os novos prazos para execução da obra e indica a previsão de que o parque começaria a operar a partir de 2016, ano em que, na verdade, foi lançada a licitação para a construção do Centro de Inovação, a qual foi

cancelada. Na matéria “Parque Tecnológico começa a sair do papel”, (publicada em 26/09/2017), o então presidente da CDV informou a nova previsão de entrega da obra do prédio, datada para o fim de 2017, o que também não se concretizou.

De acordo com o modelo de Fairclough (2001), na análise textual, o **controle interacional** é um elemento estrutura social e indica quem são os participantes do texto. Na matéria em análise, há a presença de cinco falantes, sendo eles: o jornalista, o prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania), a diretora de desenvolvimento econômico e sustentável da CDV (que, apesar disso, não teve seu nome citado no texto), o diretor do ecossistema de Florianópolis, Leandro Carioni e o presidente da CDV, André Gomyde.

Avaliando a simetria no grau de controle entre os participantes, nota-se a participação desses vários atores, mas com destaque para as falas do prefeito e do representante do ecossistema de Florianópolis, que defenderam a importância do parque, sobretudo pelo impacto positivo na geração de empregos e arrecadação de impostos. Os benefícios limitam-se a esses, embora Carioni reforce a importância de apostar nos profissionais locais.

O projeto [de Florianópolis] gera 13,9 mil empregos diretos e 50 mil indiretos. [...]. A expectativa para a estrutura em Goiabeiras é de que sejam gerados 16 mil empregos diretos e mais de 41 mil indiretos em 20 anos (LEANDRO CARIONI, DIRETOR DA FUNDAÇÃO CERTI, *GAZETA ONLINE*, 20/01/2017).

É importante ter em conta que foram necessários longos anos para que fossem alcançados os números da capital catarinense, mesmo que o processo do parque tenha sido mais célere. Em Vitória, essas previsões somente poderão ser confirmadas quando o ecossistema de inovação começar a atuar sistematicamente. Por enquanto, os números divulgados podem ser considerados expectativas ilusórias.

O **controle de tópicos**, que define a autonomia dos participantes, indica um texto dialogado entre o repórter, o prefeito e o representante de Florianópolis, sendo que o prefeito de Vitória defende as vantagens da criação do parque, enquanto Carioni apresenta as vivências e resultados do ecossistema catarinense ao longo dos anos. A principal agenda gira em torno dessa referência de sucesso, ao almejarem para Vitória algo inspirado por Santa Catarina, e justificado, inclusive, pelas semelhanças entre os territórios (as duas capitais são ilhas, detêm a necessidade de reinvenção da

economia, possuem muitas belezas naturais e são atrativos quando o assunto é qualidade de vida).

Para descrever o participante do texto, que Fairclough (2001) situa no tópico **Ethos**, que diz respeito ao modo como suas características e identidade social aparecem no texto. A matéria em análise utiliza a definição dos respectivos cargos públicos dos participantes: “prefeito”, “diretora de desenvolvimento econômico”, “diretor do Parque Tecnológico de Florianópolis” (embora Carioni fosse, na verdade, diretor da Fundação Certi) e “presidente da CDV”.

Quanto à **coesão**, segundo elemento de análise da dimensão estrutura social, especificamente no que se relaciona ao elemento “conectivos e argumentação”, os parágrafos são organizados da seguinte forma: os quatro primeiros fazem referência ao edital, que seria relançado após o cancelamento do anterior pelo TJES e à expectativa de entrega da obra. Esse edital se referia ao recurso advindo do convênio com o MCTI para a construção do Centro de Inovação do PTV. Na sequência, informa sobre o seminário que o prefeito e demais representantes estavam participando. Nos dois parágrafos seguintes, apresentam a fala do prefeito que se refere à importância de mudança da vocação da economia, afirmando que o parque seria a principal aposta para os cofres municipais nos próximos cinco anos, ou seja, até 2022. O prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania) reitera o potencial da cidade para que isso aconteça, fazendo referência às receitas alcançadas pelo município de Florianópolis em pouco tempo. O parágrafo seguinte reafirma a importância da capital catarinense como referência e, no que vem depois, Carioni apresenta um cenário comparativo entre as cidades e suas necessidades de transformações e, em seguida, nos próximos dois parágrafos, apresenta os resultados em relação à atração de empresas, dados sobre o mercado. No parágrafo seguinte, o repórter traz a expectativa de geração de empregos para Vitória. E ao final, Leandro Carioni reforça a importância das pessoas neste processo, uma vez que vantagens ofertadas para as empresas se instalarem no parque não foi o que as atraiu, mas o potencial dessas pessoas e o que elas foram capazes de criar em seus negócios iniciais. Nos dois últimos parágrafos, respectivamente, ocorre o resgate histórico do PTV, destacando poucos marcos, com uma crítica aos prazos não cumpridos, que precisaram ser revistos.

Ainda no tópico da coesão, há repetição das palavras “renda”, “receita” e “expectativa”, para as quais foram usados sinônimos, tais como “arrecadação” e “aposta para os cofres municipais”. Já as conjunções, geralmente, contribuem para reforçar alguns momentos de contradição ou conclusão nos discursos. Por isso, não identificamos o seu uso com frequência, pois o texto não manifesta pontos de embate, mas de concordância em vários pontos sobre a importância dos parques tecnológicos, embora abordasse um novo adiamento para o início das obras. O trecho a seguir, no entanto, traz um exemplo de conjunção utilizada que apresenta uma oposição.

Inicialmente, nós oferecíamos diversas vantagens para atrair empresas, **mas** nunca recebíamos propostas concretas (LEANDRO CARIONI, DIRETOR DA FUNDAÇÃO CERTI, *GAZETA ONLINE*, 20/01/2017).

No tópico **gramática**, no elemento da transitividade, analisamos os verbos presentes no texto e seus respectivos sujeitos, bem como as escolhas das vozes (ativa ou passiva).

Licitação para Parque Tecnológico **será** relançada (texto na chamada) [Sujeito do verbo: licitação] [Indica ação]

A construção deve **ser** concluída em 15 meses, e o investimento, já em caixa, será de 6,8 milhões. [Sujeito do verbo: a construção] [Indica ação]

A PGM [Procuradoria Geral do Município] **recebeu** a decisão do TJES pela anulação do edital e estamos preparando um novo (...) [Sujeito do verbo: PGM] [Indica ação]

Para o prefeito da capital **é** preciso mudar a vocação de trabalho e renda de Vitória. [Sujeito do verbo: vocação] [Indica passividade]

(...) **queremos** entrar nesse ecossistema de inovação e tecnologia que **está** sendo criado em nosso país [Sujeito do verbo: oculto - nós] [Indica ação] / [Sujeito do verbo: ecossistema] [Indica ação]

Tido como modelo para o empreendimento em Vitória, o parque tecnológico de Florianópolis (SC) **teve** como principais fatores para o sucesso, a participação das universidades locais (...) [Sujeito do verbo: parque tecnológico de Florianópolis] [Indica passividade] / [Sujeito do verbo: parque tecnológico de Florianópolis] [Indica ação]

No que tange à análise do **significado das palavras**, que faz parte do vocabulário, as palavras-chave ou termos-chave que dão significado ao texto e que indicamos aqui são: “ação judicial”, “cofres municipais”, “expectativa”, “licitação”, “vocação de trabalho e renda”, “receita”. Essas palavras ou termos escolhidos traduzem o principal objetivo que se tem com o parque, que é conquistar novas formas de levantar recursos econômicos, que se constitui em um ponto importante e necessário, mas o projeto não

pode estar ancorado somente neste eixo, assim como a família proprietária de parte do terreno não poderia estar focada somente no retorno financeiro que a área pode trazer a curto prazo, se o parque, efetivamente, fosse um projeto que vislumbresse, em comum acordo entre os atores, uma mudança estrutural da sociedade e, com ela, novas formas de atuar e agir pelo bem comum, no qual todos ganham.

Ainda no tópico do vocabulário, na análise das **metáforas**, podemos encontrá-las nas seguintes frases e expressões, todas atribuídas ao representante do poder público municipal, quando não pelo repórter autor do texto, diretamente em sua fala:

Prefeito disse que parque é a principal aposta para os cofres públicos municipais.

Daremos um grande passo para entrar de vez no século XXI.

[...] queremos entrar nesse ecossistema de inovação e tecnologia que está sendo criado no país.

[...] só falta virar a chave e mudar a cultura econômica.

Estes trechos traduzem o modo simplista por meio do qual o planejamento para a instalação do PTV ocorre, minimizando todo o esforço necessário para materializar um empreendimento de alta complexidade e cujo resultado não se limita à sua mera instalação. Ou seja, o parque, por si só, não será capaz de alavancar as transformações se os atores, instituições, políticas públicas não estiverem concentrados em um mesmo objetivo e focados em estratégias compartilhadas como uma política pública organizada e direcionada entre governos, universidades e empresas.

Trata-se, portanto, de pôr em funcionamento o modelo da tríplice hélice, conforme proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (2017), o qual destaca a importância de conciliar a atuação de múltiplos papéis de uma esfera institucional. Para o MCTI (BRASIL, 2021), é na interseção dessas esferas que ocorre a “coopetição”, isto é, a competição e cooperação, em uma simbiose. Cria-se, dessa forma, uma dinâmica sustentável, a favor do desenvolvimento econômico e social de uma cidade, estado ou país, quando estes atores estão atuando juntos.

5.3.1.2 Texto 2 – “Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel”

Título	Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel
Subtítulo	Obras do primeiro prédio, em Goiabeiras, começaram ontem e devem ir até 2019
Legenda da foto principal	Local onde será construído o prédio do Parque Tecnológico: canteiro já está demarcado

Figura 15: “Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel”

Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel

Obras do primeiro prédio, em Goiabeiras, começaram ontem e devem ir até 2019



A novela do Parque Tecnológico de Vitória parece ter data para chegar ao fim. Após anos de promessas e obras adiadas, a Prefeitura da Capital deu nesta segunda-feira (25) o sinal verde para iniciarem as obras do primeiro prédio no local. O orçamento previsto para a construção do prédio é de mais de R\$ 5 milhões. O Centro terá três pavimentos e ocupará uma área de 2.098 metros quadrados.

A construção do Centro de Inovação, ponto de partida para atender à proposta de inovação e desenvolvimento de Vitória, já foi adiada algumas vezes ao longo dos anos. O último prazo estabelecia que as obras começariam em julho de 2015. “O Parque Tecnológico é um sonho muito importante e necessário para o município. Um sonho de 30 anos”, afirmou o prefeito da capital, Luciano Rezende (PPS).

A Prefeitura de Vitória garantiu que, após o início das obras na tarde de ontem, o prazo inicial para a entrega do prédio é de 15 a 18 meses. “Esse primeiro prédio que estamos é o cérebro e o coração do parque. Ele é parte direta desse ecossistema de inovação que estamos

Fonte: *Gazeta Online* (26/09/2017).

A matéria “Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel” (GAZETA ONLINE, 26/09/2017) inicia-se da seguinte forma: “A novela do parque tecnológico de Vitória parece ter data para chegar ao fim”. O texto informa que a obra do Centro de Inovação havia sido iniciada no dia anterior, trazendo dados como o valor investido (R\$ 5 milhões) na construção, quantidade de pavimentos e a área construída, destacando as diversas vezes que o início dessa obra havia sido adiado. O prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania) confirma que “[...] o parque tecnológico é um sonho muito importante e necessário para o município. Um sonho de 30 anos”.

O presidente da CDV, José Vicente Pimentel, explica que esse prédio é o coração do parque, que vai acolher jovens empreendedores, já que o Espírito Santo não poderia perder talentos para outros estados. Ele também explica sobre as empresas e segmentos aos quais o parque atenderá e a estimativa de geração de empregos no primeiro ano de operação. Seu texto apresenta uma linha do tempo, desde 2004, indicando alguns marcos no período, entre os quais adiamentos da obra, em 2008 e 2013; a apresentação do projeto do parque para empresas chinesas; o anúncio, em

2014, da entrega da obra para o ano seguinte; o sinal verde para a obra, em 2017. O presidente da CDV também apresentou o custo da obra (aproximadamente R\$ 5 milhões) e o prazo de 18 meses para sua construção. Ele finaliza informando que as empresas que quisessem participar poderiam entrar em contato com a CDV.

De acordo com o modelo de Fairclough (2001), na análise da **estrutura social**, especificamente no elemento intitulado controle interacional, que busca indicar quem são os participantes do texto, há a presença de três falantes, sendo eles o repórter, o prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania) e o presidente da CDV, José Vicente Pimentel. As representações se restringem aos gestores públicos, embora a matéria em análise tenha sido publicada no dia posterior a um grande evento realizado no ZPT, para anunciar e comemorar o início das obras, na qual diversos atores do ecossistema estavam presentes, como professores da Ufes, lideranças empresariais e de instituições de classe, outros gestores públicos. No entanto, o *Gazeta Online* não cobriu o evento nem mesmo o citou no texto em análise.

O texto se inicia com um tom de descrédito em relação ao projeto do parque, dadas as diversas vezes em que o início da obra foi anunciado, sem concretização, ao longo de muitos anos. Ao avaliar a simetria no grau de controle entre os participantes, nota-se a participação de dois atores do poder público municipal, sendo uma fala direta do prefeito e duas falas diretas do presidente da CDV. Todas essas falas são curtas, sendo que a primeira reforça a expectativa e o tempo aguardado para a implantação do parque; a segunda ressalta como o Centro de Inovação representa um ponto-chave para o desenvolvimento do ecossistema. A terceira fala, do presidente da CDV, valoriza o potencial das pessoas

O Parque Tecnológico é um sonho muito importante e necessário para o município. Um sonho de 30 anos (LUCIANO REZENDE, PREFEITO DE VITÓRIA).

Esse primeiro prédio que estamos é o cérebro e o coração do parque. Ele é parte direta desse ecossistema de inovação que estamos implantando na capital (JOSÉ VICENTE PIMENTEL, PRESIDENTE DA CDV).

Acreditamos que os capixabas são muito criativos e inventivos (JOSÉ VICENTE PIMENTEL, PRESIDENTE DA CDV).

Aquele era um momento de comemorações, o que não foi explicitado pelo jornal. Havia um tom de expectativa positiva em relação aos próximos passos, embora a

participação do jornal aprofunde a incredulidade e a crítica perante a demora na execução do projeto. A fala do prefeito reitera que o parque é um sonho de décadas e que ele é “necessário” para a cidade, revelando que o projeto permanece no campo das ideias, mas é fundamental para reinventar a economia. Entendemos, todavia, que a expectativa pela construção do Centro de Inovação não deixa de ser uma ilusão, pois o prédio não representa o desenvolvimento da maturidade do ecossistema, apesar de ser indiscutível o potencial da cidade de Vitória para se tornar uma referência em inovação. Dizemos isso em função de sua localização, níveis de qualidade de vida, tendo sido, em 2021, a primeira colocada no quesito educação e saúde no *Ranking Connected Smart Cities* (OLIVEIRA, 2021). No entanto, como lembra o repórter, há um longo tempo durante o qual o projeto está em pauta, tendo sido discutido por todas as gestões municipais desde a sua idealização, mas sem grandes avanços no desenvolvimento do ecossistema.

Outros estudos já reforçaram o quão importante é a participação do Estado como promotor de políticas públicas para a CTI com outros atores. Em uma análise sobre a experiência de tentativa de implementação do PTV com enfoque na evolução do ambiente institucional de inovação e na problemática envolvendo conflitos em torno do ZPT, Oliveira, Botelho e Avellar (2019) observaram que os fatores limitantes estão atrelados à falta de direcionamento de uma política econômica de forma articulada e a ausência de objetivos que fundamentam essas iniciativas, bem como a forte dependência em relação ao setor público, considerando que os ciclos políticos se alternam com frequência, o que também compromete o andamento das políticas e seus projetos. Em estudo sobre as incubadoras de base tecnológica do Espírito Santo, Freitas (2018), por sua vez, destacou que o provimento de recursos públicos e privados tem sido insuficiente, o que compromete o desenvolvimento consistente e inviabiliza que as inovações aconteçam.

O prédio deveria ser construído como uma consequência da necessidade advinda da própria demanda gerada pelos atores e pela cidade, como um plano conjunto que vislumbra o futuro. Na atualidade, o Centro de Inovação é uma realidade construída, ou seja, fisicamente, o prédio existe, mas ele não é propulsor do desenvolvimento do parque, do ecossistema, das pessoas e de novas oportunidades, como se acreditava, até porque o contexto do impasse do terreno dificulta ainda mais o planejamento do parque. Sozinho na área dedicada ao projeto, o Centro de Inovação perde o sentido

de existir – é somente um prédio como tantos outros, um espaço vazio num território também vazio, já que o parque não foi instalado. Sua materialização não coincide com outros fatores fundamentais encontrados em outros ecossistemas, que incluem tópicos basilares para a sua constituição. Outras áreas mapeadas, como a Fábrica de Ideias (cedida ao Ifes e retomada pela PMV na atual gestão, como dito no Capítulo 2 e o Centro de Vitória permanecem sem ocupação. Recentemente, foi anunciado o projeto de ocupação de “Galpões do IBC”, no bairro Jardim da Penha, que pertenceram ao Instituto Brasileiro do Café e foram cedidos ao Ifes pela Secretaria de Patrimônio da União. Além da reitoria e outros setores do Ifes, o espaço abrigará um polo tecnológico, agência de inovação e laboratório multiuso. Todavia, espaços de inovação continuam não sendo a tônica que resolve o problema, porque somente com as pessoas, os projetos, as empresas, o poder público atuando em conjunto, os *habitats* de inovação tornam-se vivos, dinâmicos e geradores de valor social e econômico para uma comunidade.

O controle de tópicos indica um texto com abordagem conduzida pelo repórter, que constrói o discurso na contramão dos outros dois participantes, o prefeito e o presidente da CDV, os quais expõem as suas expectativas e esperanças com a consolidação da obra do primeiro prédio, ao mesmo tempo em que o repórter aponta atrasos e falhas do percurso, ao dizer “após anos de promessas e obras adiadas [...]”. A agenda principal da matéria refere-se ao marco pelo início da construção do Centro de Inovação, tão aguardada pelos atores: “Esse primeiro prédio que estamos é o cérebro e o coração do parque. Ele é parte direta desse ecossistema de inovação que estamos implantando na capital” (JOSÉ VICENTE PIMENTEL, PRESIDENTE DA CDV).

A constituição das identidades restringe-se às definições atreladas aos cargos públicos dos participantes, prefeito e presidente, reiterando o espaço social por eles ocupado. No *corpus* analisado, é do poder público municipal a principal participação nas matérias, direta e indiretamente, por ser a liderança que, pela responsabilidade atribuída, leva adiante o projeto. Mas, geralmente, os mesmos atores e papéis permanecem conduzindo o discurso hegemonicamente estabelecido.

O tópico da **coesão** orienta a organização dos parágrafos, observando, também os “conectivos e argumentação”. O primeiro parágrafo apresenta o cenário de atraso, ao

mesmo tempo em que informa o orçamento e as características do prédio. Os artigos determinados iniciam praticamente todas as frases, remetendo à necessidade de ação e objetividade: “A novela”; “O orçamento”; “O centro”. Uma frase é iniciada com a locução adverbial de tempo “Após anos de promessas”, reiterando a morosidade do processo do parque. O segundo parágrafo ancora o Centro de Inovação no seio de toda a expectativa que possa atender à proposta de inovação e o desenvolvimento da cidade, apesar dos inúmeros adiamentos de sua construção. Duas frases são iniciadas com artigos definidos. “A construção”, “O parque” e também o uso de um advérbio de tempo “O último” para ressaltar mais um prazo que não havia sido cumprido. A fala do prefeito começa com a frase “um sonho”, com uso do artigo na condição indefinida, remetendo à presença de subjetividade, algo que se esvaiu no tempo e no espaço, permanecendo no imaginário dos que defendem o parque tecnológico ao longo dos anos.

O terceiro parágrafo apresenta um novo prazo a ser cumprido, além da fala do presidente da CDV, que valoriza a importância do empreendimento para o ecossistema em formação. Os três parágrafos seguintes informam sobre a finalidade do Centro de Inovação, a capacitação de jovens, uma vez que “não se pode perder talentos para os estados vizinhos”; as empresas a serem atendidas, a destinação da produção e a intenção de atender aos mercados externos tendo como foco robótica, nanotecnologia e biotecnologia; ainda, há a estimativa para a geração de emprego.

No texto como um todo, poucas conjunções foram utilizadas. As frases são curtas e diretas. As ocorrências demonstram a oposição de pensamento, como em “foram apresentadas para empresas chinesas, **mas** as obras não foram iniciadas”, no qual aparece a conjunção adversativa. O uso dos pronomes indefinidos, como em “**algumas** vezes ao longo dos anos”, “**algumas** promessas”, trazem ao discurso um tom vago, permeado por incerteza.

No elemento da transitividade, dentro do tópico gramática, analisamos os verbos e os sujeitos correspondentes, que estão presentes em alguns exemplos, como em “projeção de como **deve ficar** o edifício” (na legenda e com voz ativa); “A novela do Parque Tecnológico de Vitória **parece ter** (voz ativa) data para **chegar** (voz ativa) ao fim”, sendo que esta frase exprime a dúvida sobre a sua concretização (tempo presente), ao mesmo tempo que projeta uma possível concretização; “A Prefeitura

garantiu” (voz ativa), o que a situa em uma posição de assumir a responsabilidade pelo que prometeu; “O Centro de Inovação **será utilizado**” (voz passiva); “O empreendimento **atenderá**” (voz ativa); “Especialistas **avaliaram** (voz ativa) que Vitória **tinha** (voz ativa) condições”. O uso dos verbos e a escolha das vozes ativas ou passivas em determinadas frases revelam o contexto do PTV, em meio a promessas (tempo verbal no passado) e expectativas (tempo verbal no futuro). Os temas se conectam ao longo do texto, referenciando um novo marco, o do início das obras, ao mesmo tempo em que se questiona toda a morosidade e adiamento, reiterando as incertezas.

No elemento **significado das palavras**, as palavras novela, sonho (duas vezes no texto), projeção, primeiro mundo, robótica, nanotecnologia, biotecnologia remetem a algo que pertence ao imaginário das pessoas, a uma expectativa projetada e incerta sobre a concretização do projeto do parque. Encontramos as seguintes **metáforas** no texto: ponto de partida, sinal verde, novela [o parque começa a] sair do papel (no título), o que mostra a tentativa e expectativa de marcar o tempo de início e fim desse longo processo.

5.3.2 Ano de 2018: a intensificação da briga

5.3.2.1 Texto 3 – “Grupo Dadalto: ‘Venda de imóveis pode esperar 2028’”

Título	Grupo Dadalto: “Venda de imóveis pode esperar 2028”
Subtítulo	Empresário Leonardo Dadalto afirma que empresa não tem pressa em vender área destinada ao Parque Tecnológico, avaliada em R\$ 132,5 milhões
Legenda da foto principal	O empresário Leonardo Dadalto (em primeiro, plano em um escritório, onde, sobre a mesa, há equipamento que se assemelha a um fax sobre a mesa)

Figura 16: “Grupo Dadalto: ‘Venda de imóveis pode esperar 2028’

Entrevista

Grupo Dadalto: "Venda de imóveis pode esperar PDU de 2028"

Empresário Leonardo Dadalto afirma que empresa não tem pressa em vender área destinada ao Parque Tecnológico, avaliada em R\$ 132,5 milhões

Vilmara Fernandes

vfernandes@redegazeta.com.br

Publicado em 20/03/2018 às 22h34



O empresário Leonardo Dadalto. Crédito: Grupo Dadalto | Divulgação

O empresário Leonardo Dadalto é taxativo ao se referir a situação das empresas que lidera e compõe o Grupo Dadalto: "A Nossa situação mudou. Não estamos mais enforcados". Em decorrência disso, garante que sua família não tem urgência em vender a área localizada na Região de Goiabeiras, inserida no perímetro do Parque Tecnológico, hoje avaliada em R\$ 132,5 milhões. "Os 34 lotes já estão à venda por R\$ 2,5 mil o m². Se ninguém comprar, vamos esperar o PDU de 2028", assinala.

> Empresas desistem de Parque Tecnológico em Vitória

O imóvel da família está no centro de uma aquecida discussão na Câmara, cujos vereadores votam no próximo dia 27 o novo Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória. O projeto da prefeitura, que conta com o apoio do setor de tecnologia, é de uso exclusivo da região para empresas, mas uma emenda dos parlamentares, apoiada pelas lideranças comunitárias, propõe o uso misto, permitindo a construção também de residências. A polêmica já chegou ao Ministério Público Estadual, a partir de uma denúncia feita pelo próprio empresário.

> Parque Tecnológico: vereadores serão a favor do uso misto



Fonte: *Gazeta Online* (20/03/2018).

O texto “Venda de imóveis pode esperar PDU de 2028”, identificado como uma entrevista no topo da página, foi publicado em 20 de março de 2018, na semana que antecedeu a votação do PDU pelos vereadores. Leonardo Dadalto, representante da família proprietária de parte do terreno alvo de embate, informa a situação financeira favorável dos negócios da família, diante do que não haveria pressa na comercialização dos lotes de propriedade privada e que compõem parte do ZPT, área definida no primeiro PDU de Vitória, datado de 1998.

De todos os textos do *corpus*, este é o mais longo e o que expressa significativamente o tom do impasse em relação ao terreno. O enfoque está em apresentar a situação dos negócios da família perante a questão sobre a área em disputa de interesses, exatamente uma semana antes da votação do PDU. No texto, é apresentado o ponto de vista do representante da família sobre o histórico do terreno, defendendo os interesses privados e atacando os empresários. Destaca-se, o segundo parágrafo do texto, em que o entrevistador contextualiza a questão:

O imóvel da família está no centro de uma aquecida discussão na Câmara, cujos vereadores votam no próximo dia 27 o novo Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória. O projeto da prefeitura, que conta com o apoio do setor de tecnologia, é de uso exclusivo da região para empresas, mas uma emenda dos parlamentares, apoiada pelas lideranças comunitárias, propõe o uso

misto, permitindo a construção também de residências. A polêmica já chegou ao Ministério Público Estadual, a partir de uma denúncia feita pelo próprio empresário (GAZETA ONLINE, 20/03/2018).

De acordo com o modelo teórico-metodológico da ADC de Fairclough, pelo viés da análise textual, o elemento de análise da Estrutura Social, especificamente no tópico intitulado “Controle Interacional”, (que indica os quem são os participantes do texto) há a presença de dois falantes, sendo o jornalista e o entrevistado Leonardo Dadalto. Acima do título da matéria, em fonte menor, aparece a palavra “entrevista”, mas a redação do texto não contempla esse formato de escrita jornalística, ou seja, não está dividida entre perguntas e respostas, o que favoreceria o diálogo; em vez disso, é, praticamente, um texto corrido, separado por subtítulos.

O texto se inicia com apresentação de falas indiretas nos três primeiros parágrafos, e na sequência, aparece exclusivamente em primeira pessoa, sem indicar a participação do jornalista na condução dos assuntos tratados. Analisando-se a simetria no grau de controle entre os participantes, como sugere Fairclough (2001), nota-se que ela não se mostra no texto, composto, dessa maneira, apenas por um ponto de vista, por um falante, o empresário que representa o Grupo Dadalto. O texto assume um caráter monológico, sem intervenções.

A postura do empresário Dadalto buscou assumir o controle da organização básica da interação, quebrando o protocolo da entrevista, tomando a palavra, demonstrando resistência na alternância do controle interacional, ocasionando uma assimetria do controle que indica fortemente uma relação de poder. Ele abriu e fechou tópicos em uma opção de fala monofônica, tomada por sentimentos de raiva, que não permitiram a interlocução, silenciando a voz do outro participante, o que realça ainda mais a sua identidade autoritária. E no espaço de debate público da mídia, o território físico e simbólico foi invadido pela ausência do diálogo democrático e plural pressuposto como um importante valor para uma sociedade.

O “controle de tópicos”, que define a autonomia dos participantes, não se aplica nesse caso, uma vez que não existem participantes que possam apresentar a mesma autonomia para sugerir tópicos ou desenvolver uma conversa, um diálogo. O texto apresenta as seguintes palavras como subtítulos: “história”, “problemas”, “áreas”, “comercialização”, “denúncia”, para subdividir os assuntos principais que são

conduzidos por Leonardo. Em relação ao tema, no início do texto informa que o projeto do parque é da prefeitura, que é favorável ao uso exclusivo do terreno, e conta com o apoio do setor de tecnologia.

As agendas do texto estão em torno de apresentar a mudança na situação financeira dos negócios da família, que, segundo Leonardo Dadalto, naquele momento, era bastante equilibrada, o que não os apressaria a vender os terrenos com preço abaixo do que valem. Esse ponto foi enfatizado algumas vezes ao longo do texto, como em “[...] já saímos da dificuldade e não tenho mais urgência em vender a área”. O representante destaca, ainda, o valor do imóvel, avaliado em R\$ 132,5 milhões, e o preço de venda por eles estabelecido para os 34 lotes, segundo ele, R\$ 2,5 mil o metro quadrado.

Leonardo Dadalto se posiciona em relação à manutenção da decisão de 2012, quando o loteamento foi aprovado pela prefeitura. Defende a modalidade de uso misto, considerando os 90 parques tecnológicos do Brasil – número incorreto, pois, o país possui em torno de 58 parques em operação (BRASIL, 2021). O representante fala sobre uma possível desapropriação anunciada, mas critica a atitude da prefeitura, caso esta opte por utilizar dinheiro público para indenizar a propriedade para doar o terreno aos empresários. Releva, assim, a supremacia do interesse privado sobre o público, pois, conforme entendemos, ainda que as empresas de tecnologia com as quais o parque deve ser ocupado sejam privadas, o empreendimento se pauta no desenvolvimento de uma área de fundamental importância para qualquer sociedade na atualidade, o que reforça seu caráter de interesse público. Relata, também, que a família fez uma denúncia sobre a situação ao Ministério Público, a qual foi relatada em nova matéria, publicada no dia seguinte (21/03/2018).

Para descrever o participante do texto, o que a ADC situa no tópico **ethos**, a matéria usa a descrição “empresário” no subtítulo da matéria, legenda e no texto. No título, é privilegiado o sobrenome do grupo empresarial, com uso de aspas, valorizando sua fala. A característica constitui um tipo de identidade que posiciona a família de uma maneira privilegiada socialmente, pela carga de significação associada ao poder que esse sobrenome carrega. Cabe aqui uma constatação em relação à hegemonia, que revela o domínio de um determinado grupo sobre outro.

No segundo elemento de análise da dimensão “texto”, a Coesão, especificamente no tópico “conectivos e argumentação”, os parágrafos são organizados da seguinte forma: os dois primeiros dão um panorama sobre o caso, o embate, a discussão na CMV, informando sobre a votação que aconteceria ali na semana seguinte; o parágrafo seguinte traz informações sobre a história do terreno, adquirido há 37 anos pela família, situações enfrentadas e investimentos por ela aportados na área. No parágrafo seguinte, são apresentados os problemas referentes à recuperação judicial e à necessidade da venda do imóvel para equilibrar as contas, alegando que havia “oportunistas” aguardando que o valor dos lotes baixasse.

Em seguida, o representante menciona novamente a mudança na situação financeira da família Dadalto, tendo como parâmetro o crescimento, as estratégias de ampliação das filiais de suas lojas e da empresa Dacasa Financeira, que decretou liquidação extrajudicial em fevereiro 2020, conforme divulgado pelo *Gazeta Online* (BOZATTO, 2020), *Portal 27* (MARTINS, 2020), *Folha Vitória* (BANCO..., 2020) e *Valor Investe* (TAIAR, 2020), na mesma data. Vale chamar a atenção para a abordagem feita pelo *Gazeta Online* em comparação aos demais canais de informação: o portal não destaca, no texto, a liquidação extrajudicial. Tal expressão aparece em fonte reduzida em tom azul claro, acima do título. Nos demais portais, a chamada e subtítulo deram enfoque à situação da empresa financeira, mencionando o Grupo Dadalto, controlador direto das empresas Dacasa e Uniletra (Quadro 7).

Quadro 7: Tratamento dado à liquidação extrajudicial de financeira da família Dadalto

Portal	Título	Subtítulo
Gazeta Online	Clientes com empréstimos e cartões devem manter pagamentos à Dacasa	Mesmo em liquidação extrajudicial, a empresa continua funcionando até que todos os credores e ativos sejam liquidados. Quem tem financiamento tem que continuar pagando de maneira normal
Valor Investe	BC decreta liquidação judicial da financeira Dacasa e da corretora de câmbio Uniletra	Localizadas em Vitória (ES), ambas as empresas têm outra companhia como controladora direta, a Dadalto
Folha Vitória	Banco Central determina liquidação da Dacasa Financeira e da corretora Uniletra	Empresas faziam parte do Grupo Dadalto e foram consideradas em grave situação patrimonial e com risco anormal aos credores
Portal27	Banco Central decreta falência da Dacasa Financeira	-

Fonte: elaborado com base em Tair (2020), Martins (2020), Bozatto (2020) e Banco... (2020).

Voltando ao nosso texto em análise, o parágrafo seguinte explana a situação da área total do parque (335 mil m²) e da área pertencente à família, a qual corresponde a 53 mil m², e apresenta o que foi por eles proposto no uso misto: 60% para empresas de tecnologia e 40% para residências na área da família.

O parágrafo seguinte apresenta os tipos de parques existentes no Brasil e suas características. Seguinte a ele, há um parágrafo antecedido pelo subtítulo “Mudança”, em que Leonardo Dadalto volta a mencionar a condição favorável da família e o preço da venda dos lotes. No parágrafo subsequente, aborda a comercialização, informando sobre o novo sócio do grupo Dadalto, retoma o tempo durante o qual a família é proprietária do terreno, o valor do imóvel e faz previsão de alta geração de impostos a ser pago pelas empresas que ocuparão o terreno, o que lhes garantiria a condição de pagar o valor que a família acredita que seus lotes valem. Na fala de Leonardo, há um misto de estratégia de poder, que carrega, em si, um tom de deboche perante a situação, como denotam os grifos no trecho a seguir.

O que não estão levando em consideração é que o Grupo Dadalto não está mais enforcado. Já saímos da dificuldade e não tenho mais urgência em vender a área. Volto a dizer, o preço é R\$ 2,5mil o m² e **se engana quem pensa que vamos vender mais barato. Não vai rolar**. Se ninguém quiser comprar, vamos esperar o próximo PDU, de 2028. Os que apostam que com o uso exclusivo da área para fins empresariais, **esta turma que está gritando vai pagar este preço, se enganam**. Eles não querem pagar o preço que o

terreno vale. **Garanto** que **daqui a dez anos vai estar tudo vazio**. Neste período, meu custo vai ser o de tomar conta do imóvel. Vou murar tudo e em 2028 a gente resolve (LEONARDO DADALTO, *GAZETA ONLINE*, 20/03/2018).

O verbo garantir em primeira pessoa, “garanto”, dito por Leonardo Dadalto na frase “Garanto que daqui a dez anos vai estar tudo vazio”, o coloca numa posição privilegiada de possível escolha determinada, ao afirmar que os fatos ocorrerão conforme o seu desejo ou como ele acha que tem que ser, inclusive ao demonstrar a indiferença e tranquilidade ao dizer, na sequência, que eles “vão murar tudo” e esperar o próximo PDU para resolver a situação, em tom de indiferença e ameaça ao mesmo tempo.

No parágrafo “desapropriação”, há uma crítica de Leonardo a um possível boato sobre a desapropriação do terreno e a disposição da família para “brigar até a morte”, tendo em vista os investimentos aportados no terreno. Ele ainda sugere outras áreas na cidade em que o parque poderia ser construído. A última parte do texto, mais curta, informa sobre a denúncia que a família encaminhou ao Ministério Público, solicitando uma avaliação urgente sobre o caso, uma vez que, reitera o texto, os proprietários não vão aceitar que o terreno seja vendido por menos do que, na ótica da família, ele estaria valendo.

Já encaminhamos para o Ministério Público uma denúncia sobre a situação que está ocorrendo e pedindo uma avaliação urgente. O que se percebe é que querem limitar o uso do solo na região, o que provocaria uma depreciação do nosso imóvel e levaria a uma venda com preços menores. **Mas isto não vai acontecer** (LEONARDO DADALTO, *GAZETA ONLINE*, 20/03/2018).

Na análise relativa ao item “repetição”, as palavras “pressa”, “urgência”, “família”, “preço” e “venda” são utilizadas de forma recorrente no texto. As conjunções apresentadas no texto, bem como as justificativas são as seguintes:

- a) “O projeto da prefeitura, que conta com o apoio do setor de tecnologia, é de uso exclusivo da região para empresas, **mas** uma emenda dos parlamentares, apoiado pelas lideranças comunitárias, propõe o uso misto [...]”, cumpre o papel de relacionar as orações que apresentam as questões principais do embate (misto x exclusivo).
- b) Outra vez, a conjunção aparece na fala do Leonardo Dadalto em “Na época começamos a prospectar pessoas para comprar os lotes, **mas** ninguém quis

comprar. Nesta frase, a conjunção aparece indicando uma posição desfavorável de um dos lados na relação comercial anunciada, a saber, a família Dadalto que se sentiu prejudicada financeiramente na situação....

- c) No trecho “De fato era o último grande ativo da família” (referindo-se à propriedade onde está localizado o ZPT). **Mas** a situação foi mudando”, a conjunção adversativa demonstra um contraponto em relação à condição financeira anterior. Demonstra, para além disso, ponderação ideológica, na medida em que denota nítida imposição de poder do ponto de vista econômico.
- d) O tom do reposicionamento da condição financeira da família no contexto é reafirmado nestas frases: “A varejista vai ainda ficar no zero a zero por conta da recuperação judicial, **mas** estes números mostram que tiramos a corda do pescoço”. A conjunção adversativa aparece, ainda, em “O Parque Tecnológico tem 332 mil m², **mas** a discussão gira em torno da minha família.” O que parece ser uma colocação rotineira num discurso, reitera, mais uma vez, os impasses impositivos do poder, como se a situação da (**minha**) família tivesse prioridade sobre a pauta discutida na cidade, por uma questão da propriedade privada, a qual deve prevalecer.
- e) “Para o local, defendo o uso livre da área na forma como o loteamento foi aprovado em 2012, de acordo com a legislação em vigor. Mas já que é inviável politicamente, aceitamos a solução intermediária”. Mais uma vez aparece a conjunção **mas**, apesar de o ponto final romper, de certa forma, a conexão entre as expressões conjuntivas. O trecho demonstra que a família não está convencida, efetivamente, sobre negociações que poderiam rumar para uma posição comum que favorecesse o projeto do parque. O trecho final traz, assim, o que parece ser uma solução momentânea para resolver o impasse naquele momento – e que, de preferência, eles fossem favorecidos, podendo iniciar as obras residenciais.
- f) Em “Vitória é a única cidade em que a área não é do governo e está sendo enfiada goela abaixo do proprietário, **mas** esta estratégia tem um problema. Eles precisam do dono para vender os lotes”, a conjunção reforça a desaprovação do empresário, ao mesmo tempo em que mostra que a situação impõe uma condição atrelada aos donos – ou seja, somente acontecerá algo se estes quiserem. Ficam patentes, mais uma vez, as questões de poder que emergem das falas, pelo tom agressivo como em “não estamos mais

enforcados”, “O imóvel da família está numa aquecida discussão”, “A polêmica já chegou ao MPE, a partir de uma denúncia feita pelo próprio empresário”, “esta turma que está gritando”, que revelam a hegemonia de um grupo.

- g) “Hoje o preço da área é de R\$132,5 milhões. **Mas** a prefeitura disse que estas empresas vão gerar R\$ 600 milhões de impostos, o que significa que vão faturar R\$ 12 bilhões”. Novamente o ponto final compromete a conexão entre as ideias. A conjunção imprime, aqui, um tom de crítica e cinismo ao texto, situando a questão econômica como o ponto chave da discussão. E neste caso, o poder manifesta-se pelo controle do capital, que assume a tônica desta condição como a principal referência de valor, ou melhor, de retorno monetário para a implantação de um parque, como se esta fosse a sua principal justificativa. E ao longo de todo este tempo, quando conseguimos, como uma sociedade (que está numa capital) evoluir, sobre estas referências que geralmente giram em torno de números vazios e aleatórios?

A conjunção “mas” aparece em outros pontos do texto, com a mesma intenção de fazer oposição e contraste, o que é próprio das conjunções adversativas. Convém observar que outras conjunções não aparecem com a mesma frequência que esta no texto. Provavelmente essa quantidade exagerada do uso de uma mesma conjunção, já indique o tom de um embate que estava “ganhando corpo”, sobretudo neste momento exato, que antecedeu alguns dias da votação na Câmara.

No elemento de análise da Gramática, no tópico “transitividade”, que contempla a análise sobre os verbos, os sujeitos do verbo e sua a indicação (se ação ou passividade) estão presentes no texto e alguns exemplos foram identificados a seguir, sendo que a maioria indica a ação do verbo, o que também podemos fazer inferências ao jogo de poder e hegemonia estabelecido no discurso:

Empresário Leonardo Dadalto **afirma** que empresa não tem pressa em vender a área destinada ao Parque Tecnológico [Sujeito do verbo: Empresário] [Indica ação]

O empresário Leonardo Dadalto **é** taxativo ao se referir a situação das empresas que lidera e compõe o Grupo Dadalto [Sujeito do verbo: O empresário] [Indica ação]

O imóvel da família **está** no centro de uma aquecida discussão na Câmara... [Sujeito do verbo: o imóvel da família] [Indica ação]

Minha família **comprou** aquele terreno há 37 anos. [Sujeito do verbo: Minha família] [Indica ação]

O preço já **está** posto para quem quiser comprar os lotes... [Sujeito do verbo: O preço] [Indica ação]

Vou murar tudo e em 2028 a gente **resolve** [Sujeito do verbo: oculto - Eu] [Indica ação] / [Sujeito do verbo: a gente] [Indica ação]

Se **partirem** para a desapropriação, nossa família **vai** brigar até a morte" [Sujeito do verbo: oculto - eles] [Indica ação] / [Sujeito do verbo: Nossa família] [Indica ação]

O exemplo de voz passiva é identificado na frase “está sendo enfiada goela abaixo”. A frase indica a maneira pela qual a família tenta assumir o controle e a decisão sobre os rumos do terreno, mas neste momento se coloca numa posição de vitimização, uma vez que o uso exclusivo do parque a obriga, em nome do interesse público, a fazer em sua própria propriedade aquilo com que ela não está de acordo.

No que tange à análise do *significado das palavras*, que faz parte do vocabulário, as palavras-chave que dão significado ao texto e que indicamos aqui são: taxativo, enforcados, aquecida, discussão, polêmica, denúncia, permissão, debate, fragilizados, inviável, barato, ganância, revanchismo, depreciação, preço. As escolhas vocabulares contribuem para indicar as características do discurso, reforçando ainda mais o embate político e econômico que se estabeleceu entre os envolvidos, a ponto de o representante da família, assim se pronunciar:

Mas se entrarem com este tipo de ação, vamos levar a briga para o túmulo (LEONARDO DADALTO, *GAZETA ONLINE*, 20/03/2018).

As palavras, portanto, traduzem um tom de intriga, ameaça e discórdia, e favorecem que o leitor desenvolva essa percepção em relação ao conteúdo dos textos.

No texto em análise, não há “criação de palavras”. Quanto à análise das “metáforas”, podemos encontrá-las nas seguintes expressões: “tiramos a corda do nosso pescoço”, “enfiada goela abaixo”, “preço de banana”, “levar a briga para o túmulo”, “não vai rolar”. Essas metáforas podem ser reiteradas no contexto da disputa em questão, revelando situações de hegemonia advindas da família, que se apropriou do espaço de informação de interesse público para defender questões de ordem privada. Inferimos que há apropriação do espaço da mídia para reiterar o jogo de forças, seja pelas palavras escolhidas para o texto, que carregam ideologias impostas neste contexto, seja para reforçar o poder que se estabelece nessa relação social.

5.3.2.2 Texto 4 – “Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico”

Título	Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico
Subtítulo	A emenda permitindo construções residenciais além de empresas de tecnologia passou com nove votos a cinco na Câmara
Legenda da foto principal	Terreno onde deve ser instalado o Parque Tecnológico de Vitória, em Goiabeiras

A matéria “Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico” (GAZETA ONLINE, 27/03/2018) foi publicada logo após a votação da pauta do PTV na CMV na última etapa do processo de aprovação do PDU, quando nove vereadores votaram a favor do uso misto, contra cinco que se posicionaram a favor do uso exclusivo.

Figura 17: “Novo PDU: aprovado uso misto do Parque Tecnológico”

Vitória

Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico

A emenda permitindo construções residenciais além de empresas de tecnologia passou com nove votos a cinco na Câmara

Natalia Bourguignon
nbourguignon@redgazeta.com.br

Publicado em 27/03/2018 às 17h03



Terreno onde deve ser instalado o Parque Tecnológico de Vitória, em Goiabeiras. Crédito: Carlos Alberto Silva

A área destinada para o Parque Tecnológico, na região de Goiabeiras, em Vitória, deverá ser de uso misto, ou seja, para empresas e residências. Foi o que aprovaram os vereadores de Vitória nesta terça-feira (27). A emenda do Plano Diretor Urbano (PDU) do município teve nove votos a favor e cinco contrários. A votação da minuta do PDU está sendo votada hoje Câmara de Vereadores.

O projeto apresentado pela prefeitura previa que a Zona do Parque Tecnológico fosse utilizada para implantação de atividades “não residenciais de inovação tecnológica e economia criativa”. Ou seja, a proposta da administração da Capital era de que o local fosse de uso exclusivo das empresas de tecnologia.



Fonte: *Gazeta Online* (27/03/2018).

O enfoque do texto está direcionado para as questões de ordens política e econômica dos envolvidos e seus respectivos interesses, mas não há uma análise técnica sobre os impactos do projeto para a cidade pelo viés da CTI, nem sobre as mudanças e benefícios que a decisão a respeito do uso do terreno do PTV poderia trazer em médio prazo. O estudo da Fundação Certi (2008) informa que o tempo médio para desenvolvimento de um parque leva em torno de 20 anos, mas, infelizmente o “prazo de espera”, àquele momento da votação, já ultrapassava uma década do tempo previsto, se o empreendimento tivesse caminhado desde a sua idealização. É

importante destacar, inclusive, que não há uma editoria específica ou espaço definido para esse tema no jornal *Gazeta Online*, nem tampouco jornalistas especializados na área. Na análise do material, notamos que diferentes repórteres cobrem a pauta do parque, sendo que eles também assinam outras matérias sobre outros temas, o que significa que o foco dado ao tema PTV é o de cobertura factual.

No elemento de análise **estrutura textual** proposto pela abordagem de Fairclough (2001), especificamente no tópico de **controle interacional**, há a presença de três falantes no texto, que são o repórter, o tesoureiro do Sindinfo, Emílio Barbosa, que defendeu o uso do terreno exclusivamente para o PTV, e Leonardo Dadalto, representante da família proprietária de parte da área definida como Zona do Parque Tecnológico pelo PDU. Na matéria, também são citadas, indiretamente, a “administração pública” e os “empresários”, identificados com suas respectivas posições. Os participantes não estão bem distribuídos no texto, considerando que o poder público, a instituição de classe e os empresários compartilham da mesma posição, em detrimento do representante dos proprietários, que é o manifestante com opinião contrária.

Ainda no tópico de controle interacional, há uma simetria no grau de controle entre os participantes, uma vez que os dois lados envolvidos na disputa fizeram suas colocações e justificativas, embora os defensores do uso exclusivo assumam um tom ameaçador no texto, como nestas duas falas de Emílio Barbosa, Tesoureiro do Sindinfo: “muitas empresas estão falando em sair de Vitória” e “a gente está transformando Vitória em uma cidade-dormitório”. O outro lado aparece em um tom mais “diplomático”, como na fala indireta “ele [Leonardo Dadalto] acredita que o momento é de conversa e que será necessário alguém muito habilidoso, para que seja feita uma negociação entre empresas de tecnologia, a academia e a família Dadalto para que o parque aconteça”.

Em relação ao **controle dos tópicos**, no texto, fica explícita a posição favorável ao uso exclusivo pela PMV, por empresários, por meio do Sindinfo, em oposição ao representante da família Dadalto. O texto apresenta a PMV defendendo o uso exclusivo para implantação de atividades “não residenciais de inovação tecnológica e economia criativa”. Na matéria “Empresário abriu mão de projetos em Parque Tecnológico a pedido do prefeito” (GAZETA ONLINE, 21/03/2018), Leonardo Dadalto

declara que, logo que começaram as discussões sobre o PDU, chegou a protocolar um projeto de construção de moradias no terreno, de acordo com o loteamento aprovado pela PMV e com a lei então em vigor. À época, ele procurou pelo prefeito, que sugeriu a abertura de um diálogo no “Encontro da cidade” e, então, Leonardo diz ter aceitado retirar o projeto que havia protocolado na prefeitura solicitando a construção de residências na área. Dadalto afirma que a família levou o que ele chamou de “carroçada”, visto que, ao contrário do que parecia combinado, os delegados do PDU votaram a favor do uso exclusivo.

Na sequência, as falas assumem um tom de ameaça quanto ao futuro da cidade, deixando claro o descontentamento dos empresários, como se pode observar nas seguintes falas do tesoureiro do Sindinfo, Emílio Barbosa: “a cidade corre o risco de sofrer uma debandada por parte dos empresários”; “muitas empresas já estão falando em sair de Vitória”, “a gente está transformando Vitória numa cidade- dormitório”.

Em relação à **determinação e posicionamento de agenda**, a principal agenda da matéria é o resultado da votação e as respectivas posições contrárias dos envolvidos, revelando o ápice do processo de disputa, mostrando diversos contrassensos e impasses. O texto salienta que, apesar da mobilização e aprovações sobre o uso exclusivo ao longo do processo do PDU, somente na CMV a emenda foi alterada pelos vereadores.

No último parágrafo, aparece a fala do Leonardo Dadalto, que assume um tom de negociação, afirmando que sua proposta de encontrar um meio termo para todos os envolvidos é o melhor para a situação, o que se apreende com a fala: “Dadalto [...] afirmou que a proposta vencedora era a ideal para a cidade”. Os trechos “Ele acredita que o momento é de conversa” e “Será necessário alguém habilidoso para que seja feita uma negociação [...] para que o Parque aconteça” revelam, mais uma vez, as questões hegemônicas, demonstrando a resistência e inflexibilidade sobre a pauta, que não é percebida como uma possibilidade de transformação e desenvolvimento social e econômico, mas uma disputa entre grupos. O poder de argumentação dos defensores do PTV, por sua vez, não foi suficiente para justificar ou convencer os atores contrários, uma vez que defendem interesses do grupo, e não causas mais coletivas.

No tópico de análise relativo ao **ethos**, as características para definir a identidade dos participantes são suas representações sociais. Na matéria, há os representantes do poder público (Prefeitura, de forma indireta) e das instituições de classe (Sindinfo), representadas pelo tesoureiro, da Família Dadalto, representada por Leonardo Dadalto, apresentado como “o dono do terreno”, reiterando a disputa entre a família e as empresas de tecnologia.

Observa-se que outros atores importantes como pesquisadores, estudantes, especialistas, poder público estadual e outros grupos empresariais não foram envolvidos no debate, o que seria fundamental para reforçar o tema, que é uma pauta de interesse público, o qual, inclusive, é importante para o fortalecimento da democracia, como argumentam Laniado e Santos (2012), considerando, além disso, que uma ação coletiva apoiada em negociação, consenso e cooperação são caminhos que permitem o desenvolvimento do conhecimento. Entendemos que pode estar aí o argumento que se constitui na chave de virada necessária para que o movimento caminhe rumo à concretização do PTV.

A frase “Já Leonardo Dadalto, **dono do terreno** onde a Prefeitura pretende instalar o Parque [...] (grifo nosso)” chama a atenção, pois, como explicado anteriormente, a área é formada por terrenos da PMV (onde foi erguido o Centro de Inovação, Secretaria de Patrimônio da União, áreas de preservação ambiental e outras áreas irregulares. Logo, a família é dona de apenas parte do terreno. A forma como o texto foi escrito leva ao entendimento de uma atuação meramente invasiva por parte de quem defende o uso exclusivo do terreno para o PTV, colocando a família em uma posição de vítima de injustiça contra propriedade privada. Na sequência, Leonardo se mostra favorável a uma negociação, já que a definição mista, segundo ele, é a mais favorável aos interessados. O tom por ele usado, então, o coloca no centro do poder decisório sobre a situação.

No elemento **coesão**, no tópico **conectivos e argumentação**, podemos observar que a matéria é composta por cinco parágrafos, marcando uma abordagem específica em cada um deles, de acordo com a posição dos falantes do texto. Em relação às conjunções, também no mesmo tópico, algumas observações podem ser feitas:

- a) no subtítulo da matéria, o texto apresenta a expressão “além de”, na frase “A emenda permitindo construções residenciais **além de** empresas de tecnologia passou com nove votos a cinco na Câmara”, demarcando, sobretudo pela ordem como a informação foi dada, o impasse definido pelos vereadores e pondo em evidência a possibilidade de incluir moradias no terreno.
- b) por sua vez, o termo “ou seja”, na frase “a área destinada para o Parque Tecnológico, na região de Goiabeiras, deverá ser de uso misto, **ou seja**, para empresas e residências”, explica o desdobramento do imbróglio, reafirmando o que foi definido na votação, que é justamente o ponto alto do impasse.

Ainda em relação à coesão, no trecho “O projeto apresentado pela PMV previa que o ZPT fosse utilizado para implantação de atividades ‘não residenciais de inovação tecnológica e economia criativa’. Ou seja, a proposta da administração da capital era de **que** o local fosse de uso exclusivo das empresas de tecnologia”. Nesse ponto, a conjunção **que** contribui para expor a posição da PMV, pois, no PDU anterior, o uso misto do terreno já estava definido. A sensibilização realizada pela PMV buscava alinhar o discurso com os envolvidos para que as justificativas favoráveis ao uso exclusivo ganhassem força, justamente para modificar a lei do PDU em vigor à época. O processo foi favorável em todas as instâncias de discussão do PDU, perdendo força somente na etapa final, quando o representante da família Dadalto procurou a PMV para tentar negociar um projeto que “favorecesse os dois lados”, como vimos em matéria publicada em 22/05/2018.

Outra conjunção está no trecho: “A emenda aprovada prevê que, **além de** empresas, no local sejam instaladas também residências, o que não agrada empresários do setor”. A conjunção posiciona, *a priori*, o interesse dos empresários para apresentar sua insatisfação perante os impactos da decisão para o projeto do PTV. Para Fairclough (2001), é um equívoco não considerar essas marcações coesivas, que não podem ser percebidas somente como propriedades objetivas dos textos.

No tópico **gramática**, destacamos, da matéria em análise, os verbos, seus sujeitos e indicação (se relação, ação ou passividade), bem como as escolhas de vozes (ativa ou passiva):

A emenda permitindo construções residenciais, além de empresas de tecnologia, **passou** com nove votos a cinco na Câmara [A emenda] [voz ativa,

conforme classificação gramatical, mas passividade, pelo fato de o verbo representar que a emenda sofreu a ação = **ser votada** pelos vereadores]

A área destinada para o Parque Tecnológico, na região de Goiabeiras, em Vitória, **deverá ser** de uso misto [...] [A área] [voz ativa, conforme classificação gramatical, mas passividade, pelo fato de o verbo representar que a área **está sujeita** a um dado modo de uso]

Foi o que **aprovaram** os vereadores de Vitória nesta terça (27). [os vereadores] [voz ativa]

A emenda do PDU do município **teve** nove votos a favor e cinco contrários [A emenda] [voz ativa, conforme classificação gramatical, mas passividade, pelo fato de o verbo representar que a emenda sofreu a ação = **ser votada** pelos vereadores]

O projeto **apresentado** pela PMV **previa** que a ZPT [...] [O projeto; voz passiva e voz ativa]

A emenda **aprovada** prevê que, além de empresas, no local sejam instaladas também residências, o que não **agrada** empresários do setor. [emenda] [voz passiva e voz ativa]

Eles já **haviam se manifestado** contra o uso misto e **ameaçado** se instalar em outros municípios caso a emenda fosse aprovada. [eles] [voz ativa e voz ativa]

[...] com o resultado, a cidade **corre** o risco [...] [a cidade] [voz ativa, conforme classificação gramatical, mas passividade, pelo fato de o verbo representar que a cidade **está sujeita** a riscos]

Muitas empresas já **estão falando** em sair de Vitória [...] [empresas] [voz ativa]

Assim como a gente **perde** empresas para outros Estados, agora **vamos perder** também para outras cidades na Grande Vitória [...] [empresas] [voz ativa, conforme classificação gramatical, mas passividade, pelo fato de, nos dois grifos, os verbos representarem passividade = **estar sujeita** a perdas]

A gente **está transformando** Vitória [...] [a gente] [voz ativa]

Já Leonardo Dadalto, dono do terreno onde a prefeitura **pretende** instalar o parque, **afirmou** que a proposta vencedora era a ideal para a cidade. [Leonardo Dadalto; voz ativa] [prefeitura; voz ativa]

Ele **acredita** que o momento **é** de conversa [...] [Ele, referindo-se a Leonardo Dadalto; voz ativa] [o momento; voz ativa]

Os verbos utilizados demonstram certo distanciamento perante os fatos, o que é comum no estilo de escrita jornalística. Como exemplo, podemos citar “[...] onde a prefeitura **pretende instalar** o parque”; “a emenda aprovada prevê [...]”; “muitas empresas já **estão falando** [...]”, que remetem à impessoalidade em relação ao que está sendo informado, o que geralmente aponta para o lugar de quem narra o fato nos textos jornalísticos. Ainda no tópico da transitividade, nas orações “a área destinada [...] deverá ser”, “a votação da minuta está sendo votada”, “[...] para que seja feita uma

negociação” remetem à sensação de incertezas perante os fatos relacionados à situação do PTV, o que aponta para a própria condição do projeto do parque, que sempre esteve às voltas com indefinições, adiamentos, disputas e lacunas ao longo dos anos.

Quanto ao tópico **tema**, um elemento do **vocabulário**, no primeiro e segundo parágrafos, há a apresentação do panorama geral e a posição da PMV sobre os acontecimentos. O terceiro parágrafo traz a insatisfação dos empresários e as ameaças de retirarem seus negócios da cidade de Vitória. Em seguida, no quarto parágrafo, aparece a fala do representante do Sindinfo. A matéria é concluída com a posição favorável à negociação, pelo representante da família Dadalto, ao dizer que “[...] será necessário alguém muito habilidoso para que seja feita uma negociação [...]”. O tema demonstra pontos de vista diferentes a partir da decisão do uso misto, na medida em que ficam demarcados de forma mais acentuada o impasse e as respectivas manifestações de cada falante e suas percepções sobre o desdobramento dos fatos.

O tópico gramática considera as palavras individualmente, subdividindo-se em significado de palavra, criação de palavra e metáfora. As palavras-chave que dão significação ao texto são o uso do verbo “passou” (com nove votos a cinco) “ameaçado”, “debandada”, “perder”, “cidade-dormitório”, “habilidoso”, que contribuem para criar um contexto negativo perante os fatos. Debandada é uma palavra que chama a atenção pelo seu significado, que remete ao caos, ao afastamento desorientado: “Grande desordem; confusão, desorganização, derrota”¹⁴. A escolha por essas palavras reitera a disputa discursiva e de poder presentes na história do PTV, apontando um contexto de ameaça, instabilidade e resistência. Pela análise das vozes presentes no texto, a vantagem de força pende para o lado da família Dadalto, que sai vitoriosa do embate no momento da votação. O tom da fala do representante Leonardo se modifica, sobretudo, se comparada ao texto “Grupo Dadalto: “Venda de imóveis pode esperar PDU de 2028”” (GAZETA ONLINE, 20/03/2018) analisado anteriormente; agora, ele se apresenta como alguém que busca a pacificação. Em

¹⁴ <https://www.dicio.com.br/debandada/>

contrapartida, a voz do tesoureiro verbaliza a frustração e a falta de expectativa diante da definição do cenário, em um tom de ameaça.

Na fala de Leonardo Dadalto, chama a atenção a palavra “habilidoso”, que pressupõe a transferência de responsabilidade para alguém (“é necessário **alguém** muito habilidoso”) que, em sua fala, esteja disposto a assumir uma negociação complicada, considerando o contexto e os interesses adversos, como condição para que o parque aconteça. O texto não apresenta itens lexicais novos ou metáforas.

5.3.2.3 Texto 5 – “Empresários: Fábrica de Ideias não resolve o problema”

Título	Empresários: Fábrica de Ideias não resolve o problema
Subtítulo	Novas áreas cedidas pela Prefeitura de Vitória não atendem setor de tecnologia
Legenda da foto principal	Fábrica de Ideias seria um dos espaços para empresas do setor de tecnologia

Figura 18: “Empresários: Fábrica de Ideias não resolve o problema”

Sem Parque Tecnológico

Empresários: Fábrica de Ideias não resolve problema

Novas áreas cedidas pela Prefeitura de Vitória não atendem setor de tecnologia

Vilmara Fernandes
vfernandes@redgazeta.com.br

Publicado em 04/04/2018 às 22h29

[f](#) [t](#) [in](#) [s](#)



A implantação de espaços para as empresas de tecnologia e inovação em Vitória, a chamada Ilha Criativa anunciada na última terça-feira (3) pelo prefeito Luciano Rezende, nem de longe atende os interesses do setor. É o que garantem empresários ouvidos pela reportagem.

As novas áreas oferecidas pelo município – a Fábrica de Ideias e a região do Centro de Vitória – não substituem o Parque Tecnológico, que seria instalado em Goiabeiras. A proposta é considerada “um tapinha nas costas” que não atende às empresas. Na avaliação dos empresários, a criação de uma área exclusiva para este tipo de setor oferece atrativos que vão muito além do espaço físico.



Fonte: *Gazeta Online* (04/04/2018).

O texto “Fábrica de Ideias não resolve o problema” (GAZETA ONLINE, 04/04/2018), na semana seguinte à votação final do PDU pelos vereadores, apresenta as possíveis ações e desdobramentos da definição do uso misto da área do PTV. Essa também é a justificativa pela escolha desse texto para análise. De acordo com a reportagem, o prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania) havia apresentado o projeto Ilha Criativa,

que previa ampliação de espaço nas cidades para as empresas ocuparem como a Fábrica de Ideias e o centro de Vitória, mas não atendeu aos interesses do setor de tecnologia, questões expostas claramente no título do texto em análise, bem como em seu subtítulo (“Novas áreas cedidas pela Prefeitura de Vitória não atendem o setor de tecnologia”).

A matéria em análise foi uma resposta ao prefeito na matéria publicada no dia anterior “Após briga por parque, prefeitura cria mais espaços para tecnologia” (03/04/2018), quando informa que ele se reuniu com empresários para apresentar o projeto Ilha Criativa e os objetivos para a cidade. A situação do parque é referenciada no texto como “disputa ferrenha” entre os envolvidos. Esses discursos estão atrelados a questões que se tornam ideológicas, como argumenta Fairclough (2001), ao reforçarem pressupostos e sentidos na prática social que contribuem para manter o poder e a hegemonia, neste caso, com a família proprietária de parte do terreno.

No elemento de análise **estrutura social** da perspectiva de Fairclough (2001), especificamente no tópico de **controle interacional**, há a presença de seis falantes no texto: o jornalista, o consultor em inovação e comentarista da rádio CBN Vitória, Evandro Milet; o vice-presidente e cofundador da empresa Inflor, Adriano D’el Rey, o fundador da *startup* *Frameyou*, Marcos Martins; o presidente da incubadora TecVitória, Fábio Oliveira, e o empresário e professor da Ufes Álvaro Abreu, que idealizou o parque nos início dos anos 1990.

Ainda no tópico de controle interacional, há uma simetria no grau de controle entre os participantes, uma vez que apresenta a visão de empresários que possuem percepção semelhante sobre os impactos da não instalação do parque e discordam da proposta feita pelo prefeito no dia anterior (03/04/2018), a qual, segundo eles, é um “tapinha nas costas” que não atendia às empresas. O termo carrega com em si uma metáfora que traduz a insatisfação dos empresários e a tentativa frustrada do prefeito ao conduzir a situação.

Em relação ao **controle dos tópicos**, os participantes possuem a mesma autonomia para sugeri-los. A exposição flui como uma cadeia de opiniões sobre o fato, sem haver um diálogo ou reflexão em torno da temática; apenas são apresentados os motivos pelos quais há discordância da proposta e por que o parque tecnológico seria

importante para os negócios na cidade. O prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania), em seguida, vetou a decisão dos vereadores, que, por sua vez, derrubaram o veto, como podemos conferir na coluna de Vitor Vogas, jornalista de “A Gazeta” e colunista de Política, intitulada “Rebelião: Câmara derruba veto do prefeito sobre Parque Tecnológico” (09//08/2018), conforme trecho destacado a seguir:

Na Comissão de Justiça, a rejeição ao veto foi aprovada por 3 votos a 1, além de uma abstenção. Na votação final em plenário, o veto foi derrubado por 11 votos a 3. Só três vereadores do PPS votaram pela manutenção do veto: o presidente da Câmara, Vinícius Simões, o líder do prefeito, Leonil, e Fabrício Gandini. Até o quarto vereador do PPS, Deninho, votou pela derrubada do veto (VOGAS, 2018, acesso em: 14 fev. 2022).

Retomando o texto em análise, no item **determinação e posicionamento de agenda**, a principal agenda da matéria é a discordância em relação à proposta feita pelo prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania), destacando-se, ainda, as respectivas justificativas apresentadas pelos empresários e o motivo pelo qual o parque é importante para o desenvolvimento dos negócios de base tecnológica. Fica perceptível que a política de ciência, tecnologia e inovação do município é frágil e não apresenta uma proposta que possa, de fato, garantir o apoio às empresas, aos empreendedores iniciantes convergindo esforços com outros atores do ecossistema, orquestração fundamental para o que a tríplice hélice funcione na prática, como acontece em outros estados.

O MCTI, como já destacado, defende a importância de conciliar papéis múltiplos, em um movimento de “*co-opetition*” entre os atores de uma esfera institucional (BRASIL, 2021). Conceito idealizado por Etzkowitz e Leydesdorff (2017), o arranjo sistêmico é uma mudança de paradigma e traz impactos sociais e econômicos. Consequentemente, o desenvolvimento da cidade de Vitória e do Espírito Santo como um todo a partir de uma nova matriz econômica, bem como os possíveis empregos criados e impostos gerados, ficam relegados à própria sorte. Em praticamente todas as matérias essas projeções numéricas são repetidas, sem transpor a barreira inicial dos debates e informações para, efetivamente, “fazer acontecer”.

Pelaez (2017) discute a volatilidade e destaca alguns prejuízos da inconstância de políticas de CTI no Brasil, que foi incluída na agenda federal nos anos de 1950. As crises internacionais nas décadas posteriores interromperam o avanço dos investimentos na área. O tema voltou a ser discutido somente neste século,

acreditando-se em uma maior estabilização da macroeconomia. Mas o cenário mais recente tem trazido restrições para essas políticas, comprometendo o desenvolvimento do país no longo prazo. Os esforços se revelam muito aquém das possibilidades de um país com dimensões continentais, com abundância de recursos naturais e humanos. A incapacidade política tem restringido os gastos em PD, quando comparados com o PIB. Uma das consequências do atraso é a baixa competitividade da economia em nível internacional, embora o país tenha potencial para se situar entre as dez maiores economias do mundo.

Quanto ao tópico **ethos**, as características para definir a identidade dos participantes são suas representações sociais, nesta reportagem, definidos como “empresário”, “consultor”, “vice-presidente”, “presidente”. Essas definições constituem uma identidade social privilegiada, que, por si só, possui espaço na mídia e, conseqüentemente, o disputam para impor ou resistir às ideologias. Na matéria, notamos a ausência de outros falantes que pudessem contribuir para valorizar a pauta, bem como trazer informações sob outras perspectivas em relação ao tema, como especialistas em parques tecnológicos e em políticas públicas de CTI. Essa ausência remonta-nos a Bueno (2009), para quem o jornalismo, principalmente o dedicado à ciência, precisa alinhar-se ao seu propósito, para assumir seu papel como agente de emancipação e de resistência. Essa falta de envolvimento e conhecimento de seus profissionais sobre CTI reverbera a pobreza de informações e vozes nas coberturas. É preciso tomar uma posição frente às necessidades impostas pela Sociedade da Informação e da Nova Economia, por sinalizarem, fortemente, a necessidade de mudanças.

Os depoimentos inseridos em praticamente todas as matérias envolvem as mesmas pessoas/instituições: PMV, Sindinfo, família Dadalto, vereadores e, simploriamente, os moradores do bairro Goiabeiras. A análise mostra que esses moradores foram envolvidos para servir como “escudo”, quando foi preciso reforçar o interesse em manter a área como uso misto, como podemos ver na matéria “Parque Tecnológico de Vitória poderá ter residências”, na qual o vereador Davi Esmael (PSD) afirma que o interesse da população seria determinante para a decisão dos vereadores, pois não queriam uma “área morta” nos fins de semana, ao passo que, nos demais textos, não há a presença da comunidade, predominando a participação do representante da Família Dadalto.

No elemento **coesão**, no tópico **conectivos e argumentação**, podemos observar que a matéria é composta por 16 parágrafos, marcando a posição dos falantes do texto. Os parágrafos estão organizados em subtópicos, tais como “incentivos”, “desânimo”, “o vaivém do parque”, “mudança”, “revolta”, “veto”, “nova proposta”, para apresentar as justificativas e descontentamentos dos empresários.

Em relação às conjunções, também no tópico **conectivos e argumentação**, destacamos os trechos a seguir: “A proposta é considerada um ‘tapinha nas costas’ **que** não atende às empresas”; “Na avaliação dos empresários, a criação de uma área exclusiva para este tipo de setor oferece atrativos **que** vão muito além do espaço físico”, “Ele [o empresário D’el-Rey] questiona qual a atratividade **que** este tipo de projeto oferece para empresas como a dele”, nos quais o pronome “que” , é um conectivo que tem a função de ligar as orações complementares e, ao mesmo tempo, relevam as questões que produzem as insatisfações naquele momento.

No trecho “Tem que ter um propósito, criar um ambiente propício, uma ZPT. **Mas** hoje não conseguimos usufruir disso **porque** o terreno tem dono **e** o prefeito avalia que estamos precisando apenas de metro quadrado (espaço físico), desabafa”, fala do empresário Adriano D’el-Rey, a primeira conjunção demonstra a oposição; a segunda, a justificativa; a terceira, a soma. Essas conjunções ajudam a confirmar uma insatisfação, um desafogo do falante, como reiterado pelo próprio verbo declarativo utilizado na matéria (“desabafa”).

O presidente da Tecvitória, Fabio Oliveira, manifesta-se com seguinte posição: “A Fábrica de Ideias pode ser interessante, **mas** porque deixaríamos o nosso atual prédio sem nem saber em que condições a ocupação ocorrerá?” e em “Minha posição é clara, a peça fundamental para o nosso ecossistema é o Parque Tecnológico, que Vitória precisa, **mas** que não vamos ter”. A conjunção “mas” reforça o contraste perante a situação, que parece ser insuperável sem a intervenção política no caso do parque.

No elemento **vocabulário**, o tópico da **transitividade** avalia os verbos e suas respectivas indicações, os quais estão exemplificados a seguir:

Novas áreas **cedidas** pela Prefeitura de Vitória não **atendem** setor de tecnologia. Novas áreas [passiva] [ativa]

As novas áreas **oferecidas** pelo município – a Fábrica de Ideias e a região do Centro de Vitória – não **substituem** o Parque tecnológico. [novas áreas] [passiva] [ativa]

Empresas constituídas **precisam** de capital [...] [empresas] [ativa]

Para o empresário e professor da Ufes, Álvaro Abreu, que **propôs** a criação do parque em 1991, a cidade **está pondo** em risco o seu futuro. [Álvaro Abreu] [ativa] [ativa]

A principal alegação **é** de que este setor **precisa** de um ambiente favorável (...) [alegação] [ativa] / [setor] [ativa]

Já Leonardo Dadalto, dono do terreno onde a prefeitura pretende instalar o parque, **afirmou** que a proposta vencedora *era* a ideal para a cidade. [Leonardo Dadalto] [ativa]

É interessante observar a escolha pela voz passiva no texto, presentes nos seguintes trechos: “as novas áreas **cedidas** pela Prefeitura”, “as novas áreas **oferecidas** pelo município”, “a proposta **é considerada**”, “a quem o prédio **foi cedido**”, “se todos eles **forem executados**”, “a TecVitória **foi convidada**”, “**foi autorizado** o chamado uso misto”, indicando certo distanciamento e transferência de responsabilidade somente para o poder público. Pode indicar, ainda, uma mobilização superficial ou pouco efetiva dos empresários, que apenas aguardavam a decisão ou a providência do governo municipal. Pelo tom do texto, é possível perceber que eles não se envolvem efetivamente para contribuir com os rumos do projeto, apenas se defendem, apontam e esperam.

A PMV, por sua vez, demonstra fragilidade, ao agir de forma aleatória e descomprometida com o projeto do PTV, ao tentar resolver questões complexas de forma imediata, como na reunião realizada pelo prefeito com os empresários, dias depois da derrota na Câmara, anunciada na matéria anterior esta que estamos analisando, intitulada “Após briga por parque, prefeitura cria mais espaços para tecnologia” (GAZETA ONLINE, 03/04/18). Mais uma vez, as práticas sociais criam sentidos que manifestam ideologias que revelam o descaso e a falta de interesse genuíno por parte dos envolvidos.

Quanto aos **temas**, no primeiro parágrafo, é apresentada a proposta de novos espaços para as empresas de tecnologia pelo prefeito e a desaprovação pelos empresários do setor. O segundo apresenta quais são essas novas áreas (Fábrica de Ideias e Centro de Vitória), que não substituem o PTV, deixando claro que a proposta

é uma tentativa de consolá-los, devido ao rumo definido pelos vereadores para o ZPT, mantida como uma área mista. Os empresários afirmam que os atrativos oferecidos pelo parque extrapolam o espaço físico. O terceiro parágrafo apresenta a opinião do consultor Evandro Milet, defendendo o valor da marca de um parque consolidado. Os três parágrafos seguintes apresentam a percepção do empresário Adriano D'el Rey, que questiona a atratividade da proposta e apresenta as possíveis ações que poderiam ser interessantes para as empresas. Adriano fala sobre a importância de focar em alguns setores, ao mesmo tempo que lamenta a situação do ZPT, pelo fato de parte do terreno ser de propriedade privada.

Os dois parágrafos seguintes mostram a insatisfação do empresário Marcos Martins, o qual afirma que a proposta não atende a um propósito amplo, impactando apenas algumas empresas, além da importância da concentração de empresas no mesmo espaço para gerar ambiência. Ele também insinua abandonar a cidade, como alternativa para pressionar o poder público. O parágrafo posterior expõe a opinião do presidente da Tecvitória, Fábio Oliveira, que critica a promessa de ocupação e os prazos definidos pela PMV, além de afirmar a falta de interesse em abandonar o prédio em que estava instalado à ocasião sem que houvesse algum benefício aparente. Além disso, o empresário pontua que a Fábrica de Ideias já estava cedida para o Ifes e que não haveria espaço suficiente para a demanda então existente ou que poderia ser gerada. Oliveira finaliza defendendo a importância do PTV. O próximo parágrafo apresenta brevemente a opinião do idealizador do projeto do parque, Álvaro Abreu, mencionado somente nesta matéria ao longo do recorte temporal analisado. Abreu afirma que a cidade está pondo em risco o seu futuro.

O 14º parágrafo informa que a PMV havia encaminhado o projeto de uso exclusivo para a votação na CMV. Na sequência, informa a data em que a votação ocorreu, quando a maioria dos vereadores foi favorável à manutenção do uso misto. Na matéria, é informado que “o uso exclusivo da ZPT caiu”, mas desde quando foi aprovada a Lei 6.705/2006, já estava aprovado o uso misto da área, o que permitia construção de residência unifamiliar, multifamiliar e empreendimentos de base tecnológica; portanto, não é uma questão de “cair”, pois o uso exclusivo não estava estabelecido.

O antepenúltimo parágrafo fala sobre a revolta dos empresários, que afirmam que não vão se instalar em uma área que não seja de uso exclusivo. Posteriormente, o tema fica em torno da expectativa pelo veto do prefeito em relação à decisão dos vereadores, antecipando que estes, por sua vez, poderiam derrubar o veto, o que, de fato, aconteceu. O último parágrafo volta a falar sobre a proposta do prefeito e os espaços oferecidos e a desaprovação dos empresários do setor.

No elemento **vocabulário**, podemos observar a relação de palavras-chave utilizadas e as significações aportadas ao texto, sendo que elas são capazes de contribuir para identificar e confirmar um contexto: “problema”, “interesses”, “empresas”, “empresários”, “atrativos”, “grife”, “chancela”, “marca”, “incentivos”, “atratividade”, “capital”, “juros”, “mão de obra”, “propósito”, “dono”, “desânimo”, “proposta”, “promessa”, “mudança”, “ecossistema”, “risco”, “futuro”, “tecnologia”, “veto”, “restrições”, “agradar”, “alegação”, “expectativa”, “discussão”, “exclusivo”. O texto não apresenta itens lexicais novos, ou seja, não há criação de palavras. Em relação ao uso de metáforas, identificamos apenas duas: “tapinha nas costas” e “Ilha Criativa”.

5.3.3 Ano de 2019: De volta à “estaca zero”?

5.3.3.1 Texto 6 – “Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória”

Título	Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória
Subtítulo	Área volta a ser destinada apenas a construções de empresas do setor de tecnologia. Decisão foi retroativa ao início da lei, em maio do ano passado
Legenda da foto principal	Projeto do Parque Tecnológico de Vitória, em Goiabeiras.

Figura 19: “Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória”

Decisão

Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória

Área volta a ser destinada apenas a construções de empresas do setor de tecnologia. Decisão foi retroativa ao início da lei, em maio do ano passado

Pedro Permuy ppermuy@redgazeta.com.br | Vilmara Fernandes vfernandes@redgazeta.com.br

Publicado em 18/07/2019 às 19h31

[f](#) [t](#) [in](#) [cc](#)

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** suspendeu, na tarde desta quinta-feira (18), três alterações que foram feitas no **Plano Diretor Urbano (PDU)** de **Vitória** pelos vereadores da Capital. Uma delas trata da criação do Parque Tecnológico, espaço que volta a ser de uso exclusivo para as empresa do setor.



Projeto do Parque Tecnológico de Vitória, em Goiabeiras. Crédito: Divulgação

O assunto foi tema de muitas discussões no ano passado. A **Prefeitura Municipal de Vitória (PMV)** e os empresários de tecnologia queriam que o espaço fosse de uso exclusivo para o setor. E foi desta forma que o projeto seguiu para a Câmara dos Vereadores. Mas os parlamentares municipais, assim como o proprietário da maior área onde será construído o parque, Leonardo Dadalto, foram contrários a proposta e acabou sendo aprovado na Câmara o uso misto para a região. A prefeitura vetou as mudanças, mas elas foram sancionadas pelos parlamentares municipais.

Fonte: *Gazeta Online* (18/07/2019).

Esta matéria foi publicada em 18 de julho de 2019, quando se contabilizava quase um ano da última publicação sobre o parque. O texto divulga a decisão do TJES em suspender o uso misto, assim como feito com outras duas alterações no PDU aprovadas pelos vereadores na mesma época. O texto cita o histórico dos últimos episódios do imbróglio do processo da votação, o interesse pelo uso exclusivo por parte da prefeitura e empresários, relembra que o projeto seguiu para a CMV com a proposta de emenda para o uso exclusivo da área e que os parlamentares e o proprietário foram contrários a essa proposta. Rememora, ainda, que a decisão foi posteriormente vetada pelo prefeito, que, por sua vez, teve o veto derrubado.

A matéria relata que, em seguida, o município ingressou com uma Adin e, por maioria dos votos, os desembargadores suspenderam as três emendas. No subtítulo e primeiro parágrafo, o repórter Pedro Permuy informa que o espaço volta a ser de uso exclusivo para empresas, o que é um equívoco, pois a matéria posterior, do dia 19/07/19, anuncia que a decisão do TJ anula a decisão, que precisa voltar a ser discutida. Isso porque a área em questão deixa de ter zoneamento urbano e índice construtivo, dificultando aprovação de qualquer projeto, uma vez que o processo do PDU define a vocação do terreno. Assim, seria necessário iniciar a discussão de um novo dispositivo legal.

Segundo o texto, na Adin, a PMV pontuou que a aprovação dos coeficientes de aproveitamento mais elevados (com a construção de prédios mais altos) poderia trazer riscos de sobrecarga, pois a região de Goiabeiras e entorno possui sistema viário de baixa capacidade, com restrições de acesso, respeitando uma legislação referente ao aproveitamento do solo. Sobre as outras duas alterações feitas pelos vereadores que foram questionadas pela PMV e, posteriormente, suspensas pelo TJES, a matéria informa que uma delas altera a área de proteção da Ilha de Santa Cruz e a outra trata da área de proteção permanente no bairro Fradinhos (sítio Gegê), mas a chamada, subtítulo e praticamente todo o conteúdo do texto se referem ao parque.

Conforme o texto, os desembargadores consideraram que as três emendas ao PDU estavam incompatíveis com a integridade do meio ambiente, considerando a expansão ordenada e segura da cidade. O relator solicitou, ainda, que os efeitos da decisão fossem retroativos, valendo a partir da data em que a lei do PDU 2018-2028 entrou em vigor, para evitar que projetos de novas construções fossem autorizados nas áreas questionadas, valendo-se do período em que a lei vigorou com as mudanças feitas pela CMV.

A PMV informou, em nota, que o TJ atendeu ao pedido da Procuradoria Municipal de Vitória para resguardar as áreas de proteção e impedir a construção de prédios residenciais no ZPT, até que ocorra o julgamento definitivo. Ao mesmo tempo em que a reportagem estava aguardando retorno da CMV, do empresário Leonardo Dadalto (informando que ele é, equivocadamente, o “proprietário da maior área”) e a posição das empresas de tecnologia, a matéria informa que os moradores de Goiabeiras e Bairro República haviam reprovado a decisão do TJES de suspender o uso misto do ZPT.

No que diz respeito à **estrutura textual**, elemento **controle interacional**, identificamos que os participantes do texto são o repórter, o desembargador Aníbal Lima e os representantes da comunidade do bairro Goiabeiras e entorno. Não há simetria entre os falantes, pois o repórter conduz a narrativa, com destaque para os dois representantes dos bairros, com falas diretas. A fala do desembargador aparece em fonte maior, destacando-se em relação ao restante do texto, mas o discurso jurídico é pouco claro e explicativo, sem uso do verbo declarativo: (“Resta

demonstrado, portanto, o perigo do dano e a sua irreversibilidade [...] com observância de lei cuja constitucionalidade afigura-se *sub judice*". As demais falas são indiretas.

Nesta matéria, não foi o prefeito ou outro representante do poder público quem esteve participando diretamente à frente desse novo fato relativo ao PTV. A representação aparece como ente institucional, com o uso dos termos "o município", "a prefeitura", tornando o ato jurídico impessoal e não identificado. Os empresários da área de tecnologia, Leonardo Dadalto e vereadores somente foram citados quando a matéria contextualizou os últimos acontecimentos do ano anterior. O repórter pontuou que "a reportagem" estava aguardando as suas manifestações, as quais seriam publicadas tão logo houvesse os respectivos retornos.

Outro ponto curioso deste texto em relação aos demais é a participação direta de dois representantes dos bairros Goiabeiras e República, que alegam não terem sido respeitadas as suas escolhas de manter a área na categoria de uso misto. Cada um deles ganhou dois parágrafos para manifestar a sua indignação. A presidente da Associação de Moradores do Bairro Goiabeiras, Héliida Rangel, e o presidente da Associação do Bairro República, Walter Guedes, afirmaram, respectivamente:

Então a audiência pública que fizemos, com mais de 500 moradores da Grande Goiabeiras não vale de nada? A audiência pública perdeu o seu valor? Eu tenho provas de que os moradores estavam todos lá e decidiram pelo uso misto do Parque Tecnológico.

Não é o ideal. Mas nós tentamos. Se não deu, paciência [...] Nós pensamos em praças e lojas. Moradias também, mas era importante que o lugar ficasse sempre movimentado. Fim de semana, principalmente, aquilo ficaria um deserto total.

Notamos que a questão da segurança é uma preocupação das lideranças desses bairros. Provavelmente, a população que ali reside sente que esta ainda é uma lacuna, pelos próprios índices de violência divulgados pelo Observatório da Segurança Cidadã do governo do estado do Espírito Santo, os quais situam Vitória na sexta posição em quantidade de vítimas fatais por município¹⁵. Assim, essa pauta é prioritária, se comparada a um projeto que está distante das suas realidades e do seu dia a dia, como provavelmente se constitui o tema do CTI. Em função disso, eles tendem a se manifestar favoravelmente ao que, em seu ponto de vista, teria impactos mais diretos

¹⁵ Conforme consulta na base de dados <http://www.ijsn.es.gov.br/indicadores/seguranca-publica>, realizada em 02 de fevereiro de 2022. Os dados incluem mortes por acidentes de trânsito.

em suas vidas. A palavra “deserto” reforça a sensação de insegurança que o espaço sem residências pode trazer a elas, de modo que passam a apoiar o uso misto do terreno.

Segundo relatado no texto, as comunidades tiveram reunião com os vereadores antes da votação final na CMV, mas o momento de sensibilização e alinhamento com a comunidade ocorreu anteriormente, antes do Encontro das Cidades, quando o prefeito Luciano Rezende (PPS/Cidadania) pediu o apoio dos conselheiros e da população local, durante a realização do “Seminário Parque tecnológico: importante para você, importante para a cidade”, conforme matéria publicada no *site* da PMV (VITÓRIA, 2017b, acesso em 22 nov. 2020). Assim, o confronto dessas duas fontes de informação dá a entender que a reunião promovida pelos vereadores fugiu do escopo do processo de debates e aprovações organizados pela PMV para a construção e aprovação da emenda relativa ao ZPT, cuja última definição foi em favor do uso exclusivo, escolha da maioria dos delegados do PDU.

A etapa seguinte ficou a cargo dos vereadores, que, por sua vez, conforme mostra o texto em análise, optaram por acessar a comunidade para solicitar o apoio à manutenção do uso misto, para ter nos moradores um “escudo”, um “amparo”, sobre o que decidiriam em votação na CMV. O intuito, assim, foi dar credibilidade à decisão que eles já estavam planejando, ao que tudo indica, exatamente para justificar o voto contrário na última etapa.

Tal fato fica evidente na matéria publicada no ano anterior, em 07 de março de 2018, 20 dias antes da votação na CMV, quando o vereador Davi Ismael afirmou que jamais seria contrário à decisão da população, conforme se vê no trecho a seguir, com o qual o texto se inicia:

O martelo ainda não está batido, mas se depender da vontade da população, o Parque Tecnológico de Vitória, que será implantado na região de Goiabeiras, deverá ser uma área mista, composta não só por empresas de tecnologia, como também por moradias e comércios. [...] Embora a decisão sobre a aprovação ou rejeição das emendas seja dos vereadores, o presidente da Comissão de Políticas Urbanas, Davi Ismael, ressalta que o desejo da população será determinante para os legisladores (MENDONÇA, 2018, acesso em 14 fev. 2022).

No elemento **ethos**, as descrições seguem o critério dos papéis sociais: “desembargador”, “presidente do conselho de bairro”, “moradores”. No tópico **coesão**,

identificamos conjunções que expressam a oposição de pensamentos em alguns trechos, como em “**mas** os parlamentares, assim como o proprietário [...] foram contrários à proposta [...]”; “A prefeitura vetou as mudanças, **mas** elas foram sancionadas pelos parlamentares”; “Depois dessa audiência pública não teve mais nada, **mas** o que nós [referindo-se aos moradores de Goiabeiras] decidimos foi o uso misto”; “Não é o ideal. Mas nós [referindo-se aos moradores do Bairro República] tentamos”. Os trechos que utilizam a conjunção manifestam oposição à decisão do TJES: “[...] por maioria de votos dos desembargadores, é **que** as emendas foram suspensas [...]”; “os relatórios técnicos apresentados pela prefeitura mostram **que** as emendas realizadas no PDU são incompatíveis [...]”. As conjunções que destacamos são explicativas e expressam os motivos pelos quais as decisões foram tomadas pelo tribunal. No trecho “**nem** o poder público e **nem** as empresas se mobilizaram para fazer novas pesquisas com a comunidade”, a conjunção aditiva “nem” demonstra a insatisfação da líder local pela falta de diálogo com a população desde a última audiência pública.

Os verbos (tópico **gramática**) identificam os sujeitos e as escolhas de voz (ativa ou passiva), que podem revelar possíveis relações políticas e ideológicas, quando tornadas explícitas ou deixadas vagas. Alguns exemplos podem ser trazidos sempre na voz ativa (exceto quando identificado): “O assunto **foi** tema de muitas discussões” (voz ativa na classificação gramatical, mas passiva, pela representação do verbo = **tema sujeito** à discussão); “O TJES **suspendeu**”; “A prefeitura **vetou** as mudanças, mas elas **foram sancionadas** (voz passiva) pelos parlamentares municipais”; “O município **ingressou**”; “O desembargador **determinou**”; “A prefeitura **aponta**”; “O município também **questionou**”; “Os moradores **reprovam**”, “Eu **tenho** prova”.

O uso de verbos na voz ativa demonstra o embate entre os atores, reiterado pelos verbos escolhidos para expressar aspectos incisivos e pontos de vista contrários. A voz passiva em “[as mudanças] **foram sancionadas** pelos parlamentares” define os vereadores como agentes atuantes no processo, quando comparamos com o que ocorre nos sujeitos “a prefeitura”, “o município”, em que não houve identificação explícita do ator que os representa.

As palavras-chave que encontramos neste texto foram: “decisão”, “suspende”/“suspendeu”/“suspensão”, “discussões”, “desembargadores”, “município”,

“prefeitura”, “alteração”/“mudança”, “coeficiente”, “integridade”, “ocupação urbana”, “proteção” e “uso misto”. Encontramos duas **metáforas**: “saia do papel”, que se refere à expectativa de concretização do projeto do PTV, e “deserto”, quando o presidente de bairro explicou seus argumentos para a defesa do uso misto para que o ZPT fosse ocupado por comércio, lojas, casas e praça, proporcionando, em sua visão, mais segurança.

5.3.3.2 Texto 7 – “Parque Tecnológico: ‘Vamos parar e esperar o que vai acontecer’”

Título	Parque Tecnológico: "Vamos parar e esperar o que vai acontecer"
Subtítulo	Dono da maior área diz que projeto de parque já estava avançado
Legenda da foto principal	O empresário Leonardo Dadalto defende uso misto da área do parque

Figura 20: “Parque Tecnológico: ‘Vamos parar e esperar o que vai acontecer’”

Vitória

Parque Tecnológico: "Vamos parar e esperar o que vai acontecer"

Dono da maior área diz que projeto de parque já estava avançado

Vilmara Fernandes
vfernandes@redgazeia.com.br

Publicado em 19/07/2019 às 22h54



O empresário Leonardo Dadalto defende uso misto da área do parque. Crédito: Vitor Jubini

“Vamos parar tudo e esperar, nos próximos anos, o que vai acontecer. Espero que o bom senso prevaleça.” A afirmação foi feita por Leonardo Dadalto, que lidera as empresas do Grupo Dadalto e cuja família detém 53 mil m2 na região destinada ao Parque Tecnológico. A área que a eles pertence é uma das mais disputadas por ser a única pronta para comercialização. As demais enfrentam discussão judicial ou não têm regularização fundiária.

Leonardo recorda que sua família era contrária ao uso exclusivo da região para o setor de tecnologia, e que chegou a protocolar na Prefeitura de Vitória um projeto de loteamento residencial. “Nós queríamos a regra do PDU antigo, quando nosso loteamento foi aprovado. Investimos R\$ 15 milhões em urbanização de ruas e esgoto. Quando já tínhamos aplicado 95% do investimento mudaram as regras. Isto causa uma insegurança jurídica gigantesca para quem faz investimento”, relatou.

Ainda assim a família, conta Dadalto, aceitou a alteração promovida no PDU pelos vereadores, que passaram o zoneamento da região para uso misto de empresas e residências. Desde então, relata o empresário, eles passaram a investir em projetos para o parque.



VISITE OS BELÍSSIMOS DECORADOS DE 3 E 4 QUARTOS NO STAND DE VENDAS.

Fonte: *Gazeta Online* (19/07/2019).

Publicada em 19 de julho de 2019, esta matéria tem no título e no primeiro parágrafo a fala direta, entre aspas, do representante da família Dadalto: “Vamos parar e esperar o que vai acontecer”. Trata-se de posicionamento frente à decisão do TJ de suspender a definição sobre o uso misto do terreno. O subtítulo traz a seguinte frase: “Dono da

maior área diz que projeto do parque já estava avançado”. O texto traz uma informação que não procede, visto que, conforme explicado anteriormente, a família não é proprietária da maior área do terreno destinado ao PTV. Ainda, o texto dedica espaço para que o empresário manifeste, primeiro, sua indignação e descontentamento: “Espero que o bom senso prevaleça”, diz ele.

A matéria afirma que a área que pertence à família Dadalto é a mais disputada, por ser a única em condições para ser comercializada. O tom da fala de Leonardo Dadalto é o mesmo da entrevista analisada anteriormente – “Grupo Dadalto: ‘Venda de imóveis pode esperar 2028’” (GAZETA ONLINE, 20/03/2018) – com uso de expressões metafóricas e forma arrogante de se expressar. O representante relembra que a família era contra o uso exclusivo e chegou a protocolar um projeto de loteamento residencial na PMV quando o PDU 2018-2028 estava sendo discutido, manifestando interesse em manter a modalidade de uso misto. Segundo ele, a família havia investido R\$ 15 milhões em urbanização e rede de esgoto no terreno e, no momento em que 95% das obras estavam concluídas, houve a mudança nas regras, trazendo insegurança jurídica para os investidores. Ele conta que, ainda assim, “a família aceitou a alteração ocorrida no PDU para uso misto” (conforme texto). No entanto, há, aqui, um equívoco na informação por parte do jornal, visto que o uso misto já era permitido. Parece-nos que, com tal fala, Leonardo Dadalto estava se referindo à tentativa anteriormente citada de negociar com a PMV, no intuito de chegar a uma proposta intermediária, ou seja, um projeto que contemplasse uso comercial e residencial. Com esse intento, ele procurou o prefeito para chegar a um “coeficiente ideal”, o que exigiria alterar a altura dos prédios. Mais adiante, com vimos, os vereadores defenderam essa posição da família Dadalto, a qual, posteriormente, foi suspensa pelo TJES.

Leonardo Dadalto informa que foram feitos vários planos, entre eles o já mencionado concurso nacional de arquitetura, quando a Nós Arquitetos foi vencedora entre oito empresas participantes, elaborando um projeto que mesclava residências e prédios comerciais. O próximo passo, segundo ele, seria contratar a Fundação Certi, especialista em parques tecnológicos, para viabilizar o PTV. Na sequência, seriam iniciadas as obras dos prédios residenciais. Diante da liminar, Dadalto decidiu suspender todos os investimentos: “É difícil entender porque preferem um parque de

segunda geração, já ultrapassado, ao invés de parques de terceira geração, mais modernos, que mesclam residências e lojas com as empresas”.

Todavia, a caracterização de parques de segunda e terceira gerações não corresponde à definição que Leonardo Dadalto traz em sua fala, como discorreremos no Capítulo 2. Os parques de terceira geração somam a experiência dos modelos anteriores, mas são parques imersos e envolvidos com o contexto de uma cidade, fazendo parte de seus desafios sociais e colaborando com as suas soluções (ABDI, Anprotec, 2007). Não se trata, portanto, de uma caracterização que se limita a um modelo construtivo mesclando residências e empresas, embora sejam aventadas essas experiências mais recentemente, em cidades que, por questões de mobilidade, buscam aproximar casa e trabalho em espaços conectados por ciclovias, entre outras experiências que conectam o social, o meio ambiente e a governança. Um exemplo é a Cidade Criativa de Pedra Branca, localizada na Grande Florianópolis, que está sendo construída há quase duas décadas e se tornou referência em planejamento urbano sustentável no Brasil (BAIRRO-CIDADE..., 2022).

Diante da liminar que suspendeu o uso misto, Leonardo Dadalto, então, decidiu esperar o que está por vir, pois permanece a intenção de não vender seus terrenos “a preço de banana”, sendo que o preço de R\$ 2,5 mil/m² se mantém para quem quiser comprar, com o argumento de que, na Avenida Fernando Ferrari, muito próxima dali, os preços dos terrenos chegam a R\$ 4,5mil/m². Ele afirma, ainda, que houve desrespeito com a comunidade local, que manifestou a preferência pelo uso misto do terreno.

O segundo subtítulo do texto em análise traz a fala do presidente do Sindinfo, Luciano Raizer, afirmando que “as empresas vão desistir de investir”. Como a novela do parque se arrasta há anos, segundo ele, outras cidades estão construindo seus centros de inovação, que geram receitas, enquanto Vitória discute se deve ou não ter residências no parque. Naquele momento, sua visão é de que seria mais difícil o projeto sair do papel, pois empresários e empresas iriam investir em outras cidades e aguardar a capital ter um ambiente propício às práticas de inovação.

Raizer lembra que, à época, Vitória não tinha nem 100 *startups*, enquanto Florianópolis contabilizava mais de 4 mil, o que demonstra a falta de interesse da

capital capixaba. Segundo ele, a maior presença dos empresários favoreceria o aumento de impostos. A favor desse argumento, pontua que em outras regiões mais desenvolvidas a receita com tecnologia representa o dobro do que é arrecadado com áreas como o turismo. Tal como estava a situação do PTV, as empresas, em sua visão, estavam ficando cada vez mais desmotivadas a aguardar o Centro de Inovação em Vitória. Uma vez que a tecnologia propicia crescimento na carreira, a perda de lucro e oportunidade com a falta de fomento à inovação, conforme Raizer, impede que jovens tenham mais emprego e oportunidades. No entanto, em sua análise, a mão de obra não ficaria esperando oportunidades e os jovens vão atrás delas em outros locais mais promissores que Vitória.

No tópico **estrutura social**, especificamente no elemento **controle interacional**, notamos a presença de três falantes: o repórter, Leonardo Dadalto e Luciano Raizer. Há um desequilíbrio na simetria, pois o título é a representação de uma fala direta do representante da família Dadalto, bem como o primeiro parágrafo do texto, que começa da seguinte forma:

“Vamos parar tudo e esperar, nos próximos anos, o que vai acontecer. Espero que o bom senso prevaleça.” A afirmação foi feita por Leonardo Dadalto, que lidera as empresas do grupo e cuja família detém 53 mil m² na região de dedicada ao Parque Tecnológico. A área que pertence a eles é uma das mais disputadas por ser a única pronta para comercialização. As demais enfrentam discussão judicial ou não tem regularização fundiária.

Toda a primeira parte da matéria, composta por oito parágrafos, é dedicada à contextualização, falas e justificativas de Leonardo Dadalto, com citações diretas em primeira pessoa, quando relata, indignado, os novos elementos que surgiram a respeito da área, mesmo depois da aprovação da manutenção do uso misto na CMV no ano anterior (2018). Além disso, a imagem principal e única que ilustra a matéria é a do próprio Leonardo. Ele aparece em primeiro plano, ao microfone, na plenária da CMV. A posição, a expressão e o olhar traduzem a superioridade, reiterada pelo texto e pelo destaque dado às suas falas.

A segunda parte, composta por outros seis parágrafos, refere-se à participação do presidente do Sindinfo, Raizer, que expressa sua posição, assumidamente descrente mediante os episódios. O subtítulo é a fala dele: “Sindicato: empresas vão desistir de investir”. O novo fato, da suspensão do uso misto pelo TJ, não foi recebido com esperança; diante dele, ocorre a desmobilização dos empresários, fruto de desgaste

depois de tantos anos de adiamentos. Notamos, assim, a falta de entusiasmo por parte desses atores, decorrente de um embate que gira em torno do modelo e da disputa, enquanto outras cidades estão encontrando caminhos e se desenvolvendo. Na sua participação na matéria, Raizer se coloca na posição de quem representa as empresas, com falas que o incluem, como neste trecho:

A gente estima que Vitória não tenha nem 100 startups. Em outras cidades como Florianópolis, há mais de 4 mil dessas empresas. Isso mostra que não há, aqui, nem um décimo do interesse **QUE** há em outros lugares”, completa (LUCIANO RAIZER, *GAZETA ONLINE*, 19/07/2022).

No elemento **controle de tópicos**, os participantes possuem autonomia para sugerir tópicos, pois as suas posições são nítidas: o representante dos Dadalto defende os interesses da família, posicionando-se como se toda a realidade do projeto do parque fosse surgir a partir de suas intenções, as quais, no texto, estão no centro da discussão. Faz isso considerando o investimento que eles já teriam feito – segundo ele, a família havia protocolado na PMV o projeto para construção de prédios residenciais, considerando o modelo de ocupação mista, vigente no penúltimo PDU – , o valor dos terrenos e, sobretudo, o que ele chama de “disposição de negociar”.

Raizer traz agendas que podem se traduzir em mais impactos do ponto de vista coletivo, embora sejam de um grupo de empresários, que também defendem seus interesses, mas com pautas que apontam para o desenvolvimento da cidade, oportunidade de ampliação da arrecadação por meio de impostos, defesa sobre os espaços necessários para o desenvolvimento de empresas e *startups*, as quais acabam se desmobilizando e buscando outros caminhos, desanimadas com o longo tempo de espera. Não há diálogo entre os participantes, uma vez que a própria organização do texto favorece a família empresária, que se manifesta absoluta e primeiramente. Somente depois, na segunda parte, é que o representante do Sindinfo se manifesta.

Ainda no tópico da estrutura de textos, no elemento **ethos**, as características usadas para descrever os participantes são, em relação ao representante da família: “dono da maior área”; “que lidera as empresas do grupo Dadalto”; “a área que a eles pertence”; “Leonardo recorda que sua família [...]”; “o empresário”. Para referenciar Luciano Raizer, o texto usa: “Presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Espírito Santo (Sindinfo). A diversidade de formas de referenciar a família reitera a

ideia de hegemonia, que prevalece neste momento, embora seja um embate entre empresários e que, supostamente, um grupo de empresas representantes teria mais força para o embate, considerando a pauta comum, de impacto para os negócios e para os rumos da cidade. Socialmente, prevalece a força da identidade imposta pela família Dadalto e reiterada pelo *Gazeta Online*.

No trecho “Desde então, relata o empresário, passaram a investir em projetos **para o parque**”, contando que a família Dadalto havia contratado um concurso nacional para elaboração de um projeto, é importante destacar que o que ocorreu, na verdade, não foi a elaboração de um projeto para o parque, mas uma proposta de alteração no projeto arquitetônico dos prédios da família, o qual parte deles seria destinado para a construção de empresas. Essa alteração solicitava à PMV que a altura das construções fosse flexibilizada, de modo que o coeficiente construtivo ficasse compensado. Foi justamente nessa proposta que a família se empenhou em negociar junto à PMV, de modo que o PDU permanecesse na categoria de uso misto, decisão a que os vereadores, na última etapa do processo de votação, foram favoráveis. Leonardo Dadalto relata esse fato em matéria anterior, intitulada “Empresário abriu mão de projetos em parque tecnológico a pedido do prefeito” (GAZETA ONLINE, 21/03/2018).

No parágrafo seguinte, a frase “O passo seguinte, conta [Leonardo Dadalto], era viabilizar um contrato com a Fundação Certi”, dando a entender que a família promoveria isso para justificar seu apoio ao projeto do parque. No entanto, quem contratou os estudos de viabilidade, desde a idealização do parque, foi a CDV/PMV, como vimos no Capítulo 2. O leitor tem a sensação de que a família teria autonomia para decidir sobre um projeto para a cidade, liderado pelo poder público há anos, contando com o envolvimento outros atores. Ainda assim, Leonardo promove defesas que favorecem somente a viabilização do seu negócio e a expectativa de retorno:

“Estávamos orçando um contrato com eles [Fundação Certi] para viabilizar o parque. Eles são especialistas em soluções inovadoras para atrair investimentos. Eles implantam o parque, o deixam juridicamente funcional”, explica [Leonardo Dadalto], acrescentando que, em paralelo, iria começar a realizar as obras dos prédios residenciais à medida que as empresas fossem surgindo.

No tópico **coesão**, em **conectivos e argumentação**, a organização dos parágrafos favorece a família empresária, pela disposição e ordem das falas, a apropriação das

identidades para fazer referências aos representados, como vimos. Há repetição da fala em que Leonardo Dadalto afirma que vai “parar e esperar o que vai acontecer”, por três vezes no texto. As palavras “investir” e “investimentos” aparecem com frequência nas falas dos proprietários de parte do terreno.

Algumas conjunções usadas para criar os enunciados estão em “as demais enfrentam discussão judicial **ou** não tem regularização fundiária”; “enquanto Vitória discute se haverá **ou** não moradia [...]”; “isso mostra que não há, aqui, **nem** um décimo do interesse [...]”; (expressam exclusão/alternância); “**mas** diante da liminar que suspendeu o uso misto [...]”; “Não quero atrapalhar a cidade de Vitória, **mas** isso não vamos aceitar” (expressam oposição de pensamento). Notamos que o uso da conjunção “mas” prevalece nas falas de Leonardo Dadalto.

No que diz respeito à transitividade dos verbos, sujeitos e escolhas de vozes, abarcadas no tópico **gramática**, destacamos da primeira parte do texto: “**Vamos parar** tudo e **esperar**”; “a afirmação **foi feita** por Leonardo Dadalto, que **lidera** [...]” (voz ativa), “Leonardo **recorda** que sua família [...]” (voz ativa); “Nós **queríamos** (voz ativa) a regra do PDU antigo, quando nosso loteamento **foi aprovado**” (voz passiva); “**Investimos** (voz ativa) 15 milhões em urbanização de ruas e esgoto. Quando já **tínhamos aplicado** (voz ativa) 95% do investimento, **mudaram** as regras” (voz ativa); “**Fui pego** de surpresa pela notícia” (voz passiva). “**Estávamos** (voz ativa) muito comprometidos em **tirar** (voz ativa) o parque do papel”; “**É** difícil de entender porque **preferem** (voz ativa) um parque de segunda geração, já ultrapassado, ao invés de um parque de terceira geração, mais modernos, que **mesclam** (voz ativa) residências e lojas com as empresas”; “Diante do cenário, ele **pretende** (voz ativa) deixar as suas terras em paz. ‘**Vou ficar** esperando’” (voz ativa, pela classificação gramatical, mas o verbo representa passividade); “Aos interessados, **volta a afirmar** (voz ativa) que **vende** (voz ativa) a terra pelo preço do ano passado”; “[...] outras cidades **construíram** (voz ativa) dezenas de centros de inovação que **geram** receita” (voz ativa).

Os verbos encontrados na segunda parte do texto são: “Ele, que **defende** (voz ativa) o fim do uso misto, **comemorou** (voz ativa) um possível avanço no local a partir de 2020, e, agora, **acredita** (voz ativa) que será mais difícil o projeto sair das ideias”; “ter o empresariado mais presente **faria** (voz ativa) com que os impostos, por exemplo,

também aumentassem”, “Ele **aponta** (voz ativa) que em grandes centros que já **desenvolveram** (voz ativa) parques tecnológicos, o que se **arrecada** (voz ativa) com taxas [...]”; “Imagina o quanto não **estamos perdendo** aqui” (voz ativa pela classificação na gramática, mas passiva pela perda a que ficam sujeitos); “Luciano também **enxerga** (voz ativa) que **se perdem** (voz passiva) lucros e oportunidades com ausência de fomento à inovação”; “Ele **diz** (voz ativa) que esse tipo de atividades **dá** (voz ativa) empregos a milhares de jovens”.

A escolha dos verbos posiciona os atores em discursos diferentes, sendo que as falas do representante da família demonstram engajamento e envolvimento enquanto o projeto caminhava como era do seu interesse, passando a ser de desaceleração e indignação quando o novo fato emergiu na cena. Na única fala em voz passiva, ele revela que foi pego de surpresa naquele momento. Os verbos localizados na segunda parte do texto, quando Luciano Raizer participa da narrativa, revelam uma mistura de descrédito, falta de esperança, comparação e perda, mesmo com a suspensão do uso misto pelo TJES, justamente pelos anos de espera, embate e demora da “novela” do parque, para usar a expressão usada pelo próprio *Gazeta Online* algumas vezes, ao fazer referências ao PTV.

As palavras-chave que dão significado ao texto são “parar”, “esperar”, “dono”, “área”, “uso misto”, “família”, “investimento”, “viabilizar”, “parque”, “suspender”, “segunda geração”, “terceira geração”, “atrapalhar”, “empresários”, “impostos”, “arrecadação”, “lucros”, “oportunidade”, as quais remetem à disputa de interesses entre os grupos, bem como situam o foco somente na questão econômica que favorece a cada um, embora com perspectivas diferentes. As metáforas que apareceram no texto foram: “tirar o parque do papel”, “deixar as terras em paz”, “preço de banana”, “novela”, todas nas falas de Leonardo Dadalto.

Encerramos aqui as análises textuais pelo método de Fairclough (2001) cientes de que as palavras e expressões são escolhas conscientes na construção dos textos e, como pesquisadores, temos o desafio de observar essas nuances e confrontos. O jornal constrói a notícia a partir dos fatos e envolve alguns atores, mas, como observamos, essa participação se restringe basicamente aos mesmos atores: prefeito, representante da família Dadalto e do Sindinfo. Essas questões merecem ser

focalizadas na pesquisa social, pelos desdobramentos revelados e em muitos aspectos que ficam ocultos nas entrelinhas.

A seguir, trazemos uma análise do ponto de vista da prática social, para complementar as outras duas práticas do modelo tridimensional, discursiva e textual, realizadas até aqui.

5.4 DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: IDEOLOGIA E HEGEMONIA

A prática social é o terceiro elemento do quadro tridimensional proposto por Fairclough (2001) para a análise do discurso. Nesse aspecto, o autor apresenta o discurso em relação à ideologia e ao poder, situando-o em uma concepção de poder como hegemonia, tratando da evolução das relações de poder como luta hegemônica, como discorremos no Capítulo 3. Na análise da prática social, levamos em conta, ainda, o que sublinha Oliveira (2015, p. 82), a saber, que ela “[...] traz diversos elementos com o texto e é da análise da relação dialética entre eles que podemos perceber as relações de poder”.

Com base nisso, analisaremos as percepções atreladas aos efeitos de sentidos, resgatando os aspectos que estão no jogo político e envolvem os agentes que participam desse contexto, a partir de suas identidades sociais. Indicaremos, sobretudo, como o poder e o controle são exercidos nestas situações. Faremos a interpretação à luz da prática social em que se situa o discurso em torno do PTV. A análise sobre os aspectos hegemônicos e ideológicos é posta em foco a partir das descobertas do percurso trilhado até aqui. Os diversos aspectos já levantados na análise discursiva e textual contribuem para ampliar as inferências sobre os discursos.

As práticas sociais são analisadas sob os conceitos de ideologia (sentidos, metáforas e pressuposições) e hegemonia (dominação de grupos, estado de subordinação que geram consentimento e orientações políticas, culturais, econômicas e ideológicas). Tais elementos permitem, segundo Macedo e Vieira (2018), investigar e revelar de que forma a linguagem atua na vida social. A ADC defendida por Fairclough (2001) cumpre o papel de investigação de uso do poder estabelecido nas relações sociais em diversos âmbitos, buscando identificar, em diversos contextos, os conceitos

ideológicos que são produzidos e combatidos, por meio dos discursos, como em um jogo de forças.

Como vimos, as análises das matérias do *Gazeta Online* revelam o impasse sobre a modalidade de uso do ZPT; não se limitam, por exemplo, às falas diretas e indiretas dos participantes. Identificamos a disputa nas nuances da construção de cada texto, nas escolhas das palavras e metáforas, na ordem do discurso, nos conectivos e nas repetições. Estes textos se desdobraram em outras matérias e artigos, que nos possibilitaram observar como se dá a própria construção de sentido sobre o tema estudado a partir das instituições e grupos envolvidos, e por consequência, como ocorreram as disputas de poder, as questões ideológicas e hegemônicas por meio deles. Nesse sentido, foi possível perceber as representações e identidades envolvidas no processo de planejamento do PTV e como elas se inseriram nos discursos e práticas para defender os respectivos interesses, como foram arquitetadas as estratégias discursivas que conduziram a novos desdobramentos em cada fase.

As questões discursivas que envolvem a sociedade não advêm de um jogo livre de ideias aleatórias, mas “[...] de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais, materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93). As relações de poder geram ideologias e as dimensões do exercício do poder e da luta pelo poder.

Fairclough (2001) identifica tanto a propriedade de estruturas, pautadas nas ordens de discurso, quanto na propriedade de eventos. Para ele, não é possível fazer uma leitura das ideologias nos textos, já que estes estão abertos a várias possíveis interpretações. É um processo entre pessoas e não é possível pressupor que elas tenham consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática. As práticas discursivas “[...] são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Como frisamos, a linguagem, fenômeno social, estabelece uma relação com a sociedade, em razão do que se faz necessário articular a análise de textos à análise de caráter social. Os setores estratégicos, como a imprensa, costumam ser controlados pelas elites conservadoras de alguma forma. Segundo Van Dijk (2003), o

discurso da imprensa, que intervém na esfera pública e participa na formação de consensos políticos, propiciando a reprodução do poder na sociedade, constitui-se um tipo de discurso da elite. Bessa e Sato (2018, p. 127) afirmam que

[...] abre a possibilidade de transformar mecanismos de controle, convidando os participantes à reconstrução de papéis sociais por meio da reflexividade, com vistas à reorganização dos níveis de poder por meio de representações poderosas de grupos ou pessoas, tanto quanto de suas redes discursivas.

Na análise do *corpus*, identificamos diversas ideologias embutidas nas práticas discursivas. Um dos exemplos é a crença de que o parque, por si só, será a grande solução para o desenvolvimento da cidade e promoção da economia e da oportunidade para as pessoas, ideia reiterada, exaustivamente, pelo *Gazeta Online*. Isso ficou perceptível na divulgação de número repetidos em relação aos possíveis retornos que o parque poderá trazer, principalmente em relação à geração de impostos e empregos.

Da mesma forma, os atores envolvidos na discussão do parque perseguiram esse “sonho” por décadas, repetindo o mesmo discurso em relação à necessidade de mudança da matriz econômica, uma vez que a cidade de Vitória encontra-se dependente das grandes corporações industriais nela instaladas. Essa ideia foi repetida inúmeras vezes, como se os impactos mais relevantes fossem esses, e os resultados sociais mais representativos não exigissem várias ações e esforços combinados entre si. Essas pressuposições afastam os atores da responsabilidade de realizar um planejamento articulado e comprometido com os resultados de uma forma estratégica e contínua, envolvendo os atores da trílice hélice em momentos subsequentes, pautados pela codependência entre eles.

Embora alguns atores do ecossistema de inovação tenham participado diretamente dos embates apresentados pelo *Gazeta Online*, como vimos, sobretudo no período de mobilização em torno do uso exclusivo, o discurso é conduzido, basicamente, pelo prefeito de Vitória, alguns membros da gestão municipal e os representantes do Sindinfo. Esses atores defendem um discurso ideológico, praticamente com os mesmos argumentos e referências. Essa participação restrita às mesmas pessoas pode confirmar a ausência de uma política pública organizada e compartilhada entre as partes interessadas na viabilização da ciência, tecnologia e inovação como um caminho possível para o desenvolvimento da cidade de Vitória.

Além disso, há um viés ideológico, que revela a liderança frágil da PMV frente ao projeto do PTV, que está atrelado tão somente à sua responsabilidade, sem envolver um plano em que empresas, universidades, *startups* e instituições de apoio e fomento possam trabalhar de forma conjunta e colaborativa. Há uma atitude passiva quando os empresários revelam que pretendem ir embora da cidade, já que o parque não foi concretizado. Aqui, é preciso indagar: esses atores fizeram as perguntas certas ou somente buscaram respostas prontas? Agiram com o governo ou se mantiveram a espera de um “milagre” vindo do poder público?

É importante que as pessoas envolvidas, o que inclui os cidadãos e instituições públicas e privadas de um modo geral, sintam-se participantes ativas de um projeto que vislumbra tanta transformação e possibilidades como o PTV. Este deve ser um plano de Estado, consequência de uma política pública amplamente discutida com a sociedade e intensamente divulgada para ela. O poder público foi ineficiente na viabilização do projeto em várias frentes ao longo de 30 anos, embora a pauta tenha se mantido ora viva, ora nem tanto, mas presente em todas as gestões municipais, pelo menos até o ano de 2020.

Assim, o projeto do parque passou a fazer parte do imaginário da cidade, para algumas pessoas e grupos específicos, como vimos nas matérias analisadas, sobretudo por aqueles, como o próprio veículo de comunicação que as produziu, traziam suas críticas em relação à “novela do parque”, que se arrasta há décadas e que é motivo de briga e discórdia. É importante lembramos, aqui, a afirmação de Fairclough (2001, p. 144) de que é possível “[...] considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta”.

A falta de participação do poder público estadual, ou seu breve envolvimento com o projeto do parque, também enfraqueceu e desarticulou a pauta, revelando uma força que é tão necessária, rompida no meio da história. Ideologia e poder caminham juntos nesta ótica da disputa também, frente a uma crença dos atores de que é possível viabilizar um projeto da magnitude do PTV quando prevalece o “egossistema” – termo, inclusive, utilizado com frequência por alguns atores envolvidos na discussão sobre o PTV, para fazer referência à necessidade de romper com a vaidade, com os limites rasos pautados em interesses de um ou outro setor, para alcançar a dimensão da

coletividade e no desenvolvimento das comunidades, no qual os parques são definidos (ABDI; ANPROTEC, 2007).

Acerca dessa questão, é relevante lembrar que, nos ecossistemas de inovação tidos como referência no Brasil, tais como o de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco prevaleceu o foco no alinhamento entre os atores. Apesar dos tantos desafios, cada parte precisou entender que é peça complementar de um grande quebra-cabeças, que não se desmancha quando muda a cena política. Os desafios enfrentados por esses exemplos não impediram o funcionamento do modelo da tríplice hélice. Juntas, as hélices permaneceram, movimentando-se para gerar mudanças consistentes. Houve um movimento sistemático e ordenado que permitiu que as novas demandas nascessem do próprio movimento, ou seja uma associação, uma incubadora, uma aceleradora, um programa na universidade, assim como a participação de empresas, possibilitando o desdobramento em várias ações, projetos, ambientes, empresas e negócios. Nos exemplos dados, os parques foram uma consequência, não a causa para se iniciar um movimento de transformação que não teria força para brotar da terra. Os atores pularam etapas, repetindo falsos conceitos que se tornaram ilusões infundadas, ainda hoje reiteradas por muitos. Ideologias infundadas, ancoradas em supostas verdades absolutas.

A expectativa pela materialização física de um espaço não é suficiente para fazê-lo se concretizar, tanto é que vários ambientes criados para serem ocupados por empreendedores, projetos e instituições permanecem “às moscas” na cidade, como citamos algumas vezes (Fábrica de Ideias, centro de Vitória). A ideia de que um espaço é capaz de materializar o funcionamento de um ambiente de inovação é equivocada e ingênua, sobretudo depois dos novos elementos trazidos pela pandemia de Covid-19, quando as pessoas precisaram ressignificar a noção de tempo e espaço, mais uma vez, para se relacionarem no ambiente de trabalho. As áreas físicas, no entanto, continuam sendo importantes, até porque determinadas estruturas que compõem um ecossistema de inovação, como os laboratórios de pesquisa e prototipagem, delas ainda não podem prescindir. Todavia, o que prevalece em importância é a rede ilimitada e universal que se forma, possibilitando conexão entre pessoas que criam pontos capazes de gerar valor em cadeia, de forma múltipla e transversal. As fronteiras do pensamento se ampliaram, ao mesmo tempo, as formas de nos relacionar e as mudanças continuam a ocorrer.

Para Fairclough (2001), as ideologias estão embutidas nas práticas discursivas e no senso comum, tornam-se naturalizadas ou automatizadas e percebemos isso nas falas dos atores trazidas a cada novo episódio do PTV. A maneira descontextualizada como os moradores dos bairros de Goiabeiras e República foram “envolvidos no processo” para defender o uso misto foi declaradamente abusiva – eles apenas sabiam dizer que o uso misto era melhor para que a região não ficasse abandonada nos finais de semana, razão pela qual era importante ter residências construídas no parque.

Ao mesmo tempo, a defesa da comunidade coincidia com as intenções da família Dadalto. O representante desta, inclusive, citou isso, quando mencionou que a população havia sido desrespeitada em sua escolha por ocasião da suspensão, pelo TJES, da emenda relativa ao uso do terreno destinado a abrigar o PTV. Os vereadores promoveram uma audiência pública antes da votação, para “ganhar o apoio da população”, mas no Requerimento 381/2017 da CMV, o demandante da ação foi feito pelo membro da família Dadalto (CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2017). E no dia seguinte, um deles, Davi Ismael (PSD), divulgou no jornal que a voz do povo seria soberana para a CMV tomar a decisão sobre o parque, embora a palavra final estivesse a cargo dos próprios parlamentares. Aqui, o discurso hegemônico prevalece, camuflado por atitude política que se reveste de uma democracia duvidosa.

Essas relações de poder, segundo Fairclough (2001), reproduzem as hegemonias existentes. Muitas vezes, o que observamos são as instituições, ditas democráticas, conectadas com os interesses das classes dominantes, que querem manter seus privilégios – é um mecanismo de articulação que se perpetua no tempo, ainda mais quando o tema ciência, tecnologia e inovação parecem estar tão distantes do cotidiano da população, pela inexistência de uma política voltada à área, mas não só, visto que, conforme observa Van Dijk (2017), o discurso da mídia é perpassado por um discurso caracterizado como elitista, atendendo a certos grupos, em detrimento de interesses sociais mais amplos.

Vale lembrar que o ponto-chave que trazemos neste estudo não se refere aos possíveis modelos de parque, com ou sem residências, mas à maneira como as relações são conduzidas: a análise que realizamos teve como ponto de partida o ano de 2017, quando estava em vigor o uso misto no ZPT, e ao final do recorte temporal,

em 2019, o fenômeno analisado parecia estar ainda mais distante de uma solução, visto que o ZPT terá de retornar às discussões no âmbito do PDU 2028.

Segundo Fairclough (2001), as pessoas se identificam com o que elas representam. E essas representações estão conectadas às próprias identidades dos grupos. As pessoas se relacionam e disputam a hegemonia de suas representações sociais. Cada grupo possui visões diferentes sobre o que é o parque, o que é CTI, o que é desenvolvimento, o que é resultado, o que é bom para a cidade. E essas defesas e representações (antagônicas ou equivocadas) buscam caminhos para fazerem prevalecer as visões particulares de pessoas ou grupos sobre a questão, reproduzindo-as como uma verdade.

Os conceitos equivocados trazidos pelo representante da família Dadalto sobre as gerações de parque, as suas percepções sobre o que é melhor para a cidade, a sua resistência em negociar efetivamente um projeto que vislumbresse as transformações coletivas, e não que se pautassem estritamente nos interesses particulares da família, revelam o abuso de poder, que tenta se beneficiar pela sua posição social. Quando contrariado ao longo do processo, Leonardo Dadalto mudou o seu discurso algumas vezes, assumindo uma postura áspera, incisiva e soberana. Ele se mostrou de diversas formas ao longo do percurso analisado, ora fazendo-se de vítima, ora sendo empático, ora sendo arrogante, o que notamos no uso de metáforas (“levamos uma carroçada”, “não temos mais necessidade de vender a área a preço de banana”, “bando de meninos”), por instigar as pessoas e pela intenção de fazer prevalecer sua posição social e a de sua família.

Ao discutir sobre os conceitos de poder e hegemonia, Fairclough (2001) discorre sobre o uso de poder por alguns grupos em dada sociedade, as quais estão atreladas a outras forças sociais, que, nem por isso, prevalecem sempre – há uma força parcial que atua temporariamente, como um “equilíbrio instável”. Vimos essas nuances nos discursos, conforme os elementos novos iam surgindo, criando novos movimentos e resistências. Hegemonia, portanto, é esta representação de uma luta constante sobre pontos instáveis entre classes e grupos para manter, fazer e desfazer alianças nas relações de dominação que a todo momento se revelam nos âmbitos político, econômico e ideológico de uma sociedade.

Os discursos, como vimos, carregam ideologias propostas por determinado indivíduo, grupo ou instituições que procuram favorecer uma classe dominante. O território simbólico ocupado pela família Dadalto nas matérias do *Gazeta Online* analisadas neste estudo reitera o favorecimento a esta parte envolvida no PTV, a oportunidade de defesa de suas ideias, de justificar seus pontos de vista, de ocupar a posição de vítima, de fazer declarações livres e equivocadas, sem, no entanto, ser corrigido, de ser visto nas fotos principais em primeiro plano, olhando fixamente para a câmera, de ter suas falas diretas em títulos e aberturas de matérias, no uso de palavras e expressões que reforçam a sua posição social. Embora o confronto direto seja com um grupo de empresários, eles estão representados por meio de um sindicato, o qual, no entanto, não recebeu o mesmo destaque por parte do jornal. O modo como a questão foi retratada pode levar os leitores à conclusão de que a família Dadalto estava se defendendo da possibilidade de suas terras serem vendidas para empresários espertalhões e oportunistas. Aqui, é importante lembrar o argumento de Fairclough (2001, p. 143) de que

Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de um limitado grupo de pessoas que tem o acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia.

A propagação de ideias sobre um tema é uma estratégia para que elas possam ser absorvidas (e aceitas) pelas pessoas. Leonardo Dadalto, em seus discursos, quer convencer o público com suas ideias, defendendo que elas são as mais vantajosas para todas as partes. Notamos isso quando ele afirmou que o uso misto seria a melhor solução para a cidade, logo após essa decisão ter sido escolhida na CMV. Notamos o mesmo quando ele se mostrou indignado pelo fato de os atores não comprarem a ideia do “modelo mais moderno” de parques de terceira geração: “não entendo porque eles querem um modelo ultrapassado, de segunda geração”. Vale lembrar que Leonardo Dadalto assume uma posição de “defensor do parque”, tornando-se conhecedor dos seus conceitos, na tentativa de levar o processo adiante do seu jeito e até fazendo as vezes do governo municipal (por exemplo, informando que contrataria estudos), de conduzir as decisões da maneira como melhor conviesse aos negócios da família. Seu comportamento e seu discurso, além de “dono do terreno”, o que extrapola em verdade, fazem parecer que ele é “o dono da cidade”, indignando-se com as opiniões contrárias que se impuseram em seu caminho, como a decisão

do TJES de suspender a emenda relacionada ao uso misto. Naquele momento, a arrogância entra em cena mais uma vez, desmerecendo as opiniões “ultrapassadas” das pessoas que estão defendendo a construção do parque há décadas.

Daí a importância da análise do discurso crítica, a qual releva o uso do poder para apoiar os discursos para que eles possam ser colocados como uma verdade que é pulverizada pela sociedade. Dadaíto fez isso com propriedade, defendendo seu modelo imobiliário, tal como fizeram os vereadores, que buscaram justificativas infundadas para criar seus discursos de defesa em relação ao uso misto da área destinada ao PTV, favorecendo a família em detrimento de um discurso defendido incisivamente pelos atores do ecossistema de inovação após três longos anos de debates no âmbito do PDU 2018-2028.

Esses exemplos nos ajudam a indicar o que está escondido nos textos e como as práticas sociais, que prevalecem dominantes, são capazes de construir e desconstruir seus discursos, como se essa desconstrução fosse um processo despretensioso, muitas vezes não passível de questionamento. Daí a importância de fazer uma análise transdisciplinar, como propõe a ADC, permitindo que esses questionamentos sejam apresentados, promovendo, por meio da consciência sobre a linguagem, um empoderamento social, como defende Melo (2018).

Para haver a transformação, Fairclough (2001, p. 117) aponta a luta ideológica como uma dimensão na prática discursiva, a qual remolda práticas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação das relações de dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os discursos que circularam no *Gazeta Online* sobre o Parque Tecnológico de Vitória no período de mobilização, votação e desdobramentos sobre a modalidade de uso da área destinada à sua instalação. Esse objetivo se desdobra em três objetivos específicos, aos quais passamos a apresentar as conclusões obtidas.

Para o objetivo “Identificar publicações do jornal *Gazeta Online* sobre o tema Parque Tecnológico de Vitória antes, durante e depois da aprovação do novo PDU pelo Poder Legislativo de Vitória”, a partir da indicação das palavras-chave “PDU” e “tecnológico” e do período de interesse (janeiro de 2016 a dezembro de 2019), os dados foram coletados com um *software* desenvolvido pelo Laboratório do Grudi-Ufes, via *web scraping*, no portal *Gazeta Online*. O rastreamento retornou uma lista que somava cerca de mil textos. Ao final, identificamos 45 textos relacionados ao parque, dos quais tivemos acesso e selecionamos, efetivamente, a 31.

Na exploração inicial do material coletado, centramos os esforços de análise no recorte temporal de três anos (2017-2019), pois observamos que havia movimentos bem demarcados nesse período. Notamos que os textos de 2017 dedicavam-se à expectativa pelo início das obras do Centro de Inovação.

Em 2018, os textos centraram-se, sobretudo, na discussão no âmbito do PDU 2018-2028, sobre a modalidade de uso do terreno destinado ao Parque Tecnológico de Vitória. Os textos desse ano também trazem a votação da emenda ao PDU na CMV, que rejeitou o uso exclusivo do terreno para o PTV. A decisão foi vetada pelo prefeito de Vitória, que, posteriormente, teve seu veto derrubado. No ano seguinte, os textos publicados pelo *Gazeta Online* tratam da decisão do TJES de suspender o uso misto no ZPT e os desdobramentos decorrentes, já que tal decisão transferiu o debate dessa pauta para o próximo PDU, que entrará em vigor somente em 2028.

Frente a essa dinâmica, foram submetidos à análise de discurso crítica nos moldes proposto por Fairclough (2001), sete dos textos encontrados, publicados no período 2017 a 2019. A análise percorreu as etapas relacionadas às próprias características teórico-metodológicas da ADC, especificamente, no modelo tridimensional,

abarcando a análise da prática discursiva, prática textual e prática social. Este processo foi fundamental para clarificar os acontecimentos, seus avanços e involuções em vários pontos simultaneamente. O ano de 2017, o ponto de partida em relação ao PDU era a definição do terreno como uso misto, o qual estava em vigor. Durante os debates públicos para o PDU que entrou em vigor no ano seguinte, o desafio foi articular os atores em torno da alteração da modalidade para uso exclusivo da área para o parque. Ao mesmo tempo, a PMV estava seguindo com o processo de construção do primeiro prédio do PTV no único terreno que é de sua propriedade. O edital com esse fim já havia sido cancelado no ano anterior, sendo relançado seis meses depois. As expectativas concorriam desiguais, considerando que o terreno definido para o ZPT na década de 1990, é uma colcha de retalhos e a única certeza possível era a de que poderia ocorrer a construção do Centro de Inovação, pois o recurso oriundo do MCTI estava em caixa havia anos. O início da obra se deu em setembro de 2017 e demorou pouco mais de três anos para ser concluída, embora o prazo planejado fosse de 15 meses, ou seja, dezembro de 2018, mas se deu ao final da gestão de Luciano Rezende (PPS/Cidadania) à frente da PMV, em dezembro de 2020.

O ano de 2018 foi o ano mais intenso em relação aos embates, que ficaram nítidos nos textos do *Gazeta Online*, quando, em período próximo à votação final da lei do PDU, pelos vereadores, o proprietário de parte do terreno entrou em cena para tentar negociar com o poder público municipal a modalidade de uso misto na área. Naquele momento, a emenda que defendia o uso exclusivo, a qual representava a posição dos empresários e da gestão municipal, já estava sendo aprovada no “Encontro da Cidade”, última etapa de discussão do PDU antes que este seguisse para a CMV. O embate discursivo entre as partes se intensificou, inclusive com o reforço do próprio jornal, que tratava o projeto como um imbróglio, a “novela do parque”, que se arrastava sem parecer ter fim. Ao mesmo tempo, notamos que o portal ofertava mais destaque, oportunidade e defesa exclusiva ao “dono do terreno”, localizado no centro do ZPT, alvo dos conflitos principais.

O representante da família manifestou-se livremente nos textos analisados, com discursos que posicionavam os empresários em uma imagem de oportunistas e espertalhões. Por parte da PMV, os textos mostram uma tentativa de encontrar um meio termo para o conflito e, ao final, a decisão foi consonante com o desejo do

empresário Leonardo Dadalto. Diante disso, notamos mudança em seu discurso, transmitindo uma postura conciliadora, a qual, no entanto, não duraria tanto.

O prefeito vetou a decisão da CMV, mas o veto foi derrubado na sequência pelos vereadores. A alegação dos parlamentares era que, mesmo cientes de que seria deles a decisão final, “o desejo da população” deveria prevalecer. Em 2019, embora a obra do Centro de Inovação prosseguisse, a PMV realizou mais uma tentativa de cancelamento da decisão do Poder Legislativo, já tornada lei. Assim, ingressou com uma Adin no TJES, ao que os desembargadores decidiram anular a decisão que envolve o uso da área do parque, em função das inconsistências apresentadas na emenda dos vereadores. Assim, a pauta foi adiada para ser discutida novamente no próximo PDU, prorrogando em pelo menos mais dez anos a situação do projeto do PTV na área em que os conflitos ocorrem.

Após a decisão judicial, os textos mostram o empresário abandonando sua posição conciliadora, assumindo uma postura de decisor do destino da cidade, ao criticar a escolha do que, segundo seu julgamento, constituía-se um modelo ultrapassado pelos empresários, já que não combinava, na mesma área, residências; por afirmar que estava contratando a Fundação Certi para fazer os estudos de viabilidade, sendo que, até aquele momento, o contratante desses estudos foi a PMV, por meio da CDV; por afirmar que havia contratado a organização de um concurso nacional para elaborar um projeto arquitetônico para o parque, demonstrando que havia sido surpreendido pela decisão do TJES, em um momento em que “estávamos muito comprometidos com a ideia de tirar o parque do papel”. Diante da suspensão, ele, então, decide “deixar as suas terras em paz”, afirmando que ficar esperando o próximo PDU, pois não está disposto a vender nada “a preço de banana” e “[...] não adianta apresentar proposta de R\$500 pelo m²”.

Como observamos no recorte temporal analisado, de acordo com os acontecimentos, a pauta referente ao PTV ganhou mais ou menos notoriedade nos espaços midiáticos, ora mantendo o desenrolar dos fatos, ora ganhando a força e o descompasso dos embates. Isso porque o discurso, como assevera Rodrigues (1993), está sob o compasso das dinâmicas de poder, que regem o mundo simbólico, sendo estas manifestadas a todo momento. Para o mesmo autor, acontecimento é o que irrompe o cotidiano, destacando-se em meio a tantas situações, a ponto de se tornarem

noticiáveis. Notamos na análise, ainda, casos de metacontecimentos, visto que os atores envolvidos com o PTV se empenharam, em alguns momentos, em intensificar as suas posições para defender seus respectivos interesses. Isso fica explícito quando fazemos a imersão na análise do discurso, a partir de suas falas e das escolhas de palavras.

Há dois exemplos de metacontecimento que podem ser destacados no *corpus* analisado. O primeiro se refere a quando o vereador Mazinho dos Anjos (PSD), em artigo por ele assinado, defendeu o direito de os vereadores legislarem sobre o terreno destinado ao PTV. O argumento por ele apresentado é que os parlamentares sabiam o que estavam fazendo e tinham conhecimento suficiente para a tomada de decisões. O outro metacontecimento diz respeito a quando o representante dos Dadalto, em uma entrevista-monólogo, posicionou os negócios da família como sendo bem-sucedidos, com o intuito de evitar qualquer proposta que não alcançasse o valor do terreno. Os excessos e inversão utilizados são pretextos para definirmos esses meta-acontecimentos.

Analisando em retrospectiva o período 2017-2019, constatamos, ao final, um retrocesso ainda maior na viabilização do projeto do PTV. Antes do início do debate, havia uma definição de uso da área, que era mista, e o processo não foi favorável ao avanço do empreendimento, por falta de consenso entre as partes envolvidas, com debates e conflitos de interesse que revelaram altos e baixos da discussão. Em 2019, o jornal *Gazeta Online* considerou que a questão havia voltado à “estaca zero”, como mencionado em um dos textos analisados. A nosso ver, todavia, a decisão judicial não significou uma volta para o eixo; consideramos que após um longo processo, que somou a mais duas décadas de negociações, idas e vindas improdutivas e ineficientes, a situação é ainda pior que “estaca zero”.

Isso porque a decisão do TJES elimina do PDU 2018-2028 o artigo relacionado ao PTV, de modo que o uso do terreno terá que voltar a ser discutido, mas somente para o próximo PDU, a ser aprovado em 2028. E não há o que fazer antes disso em relação à área do parque, já que o zoneamento define sua vocação e, neste caso, ela é considerada inexistente. Se fôssemos colocar esse período num gráfico “tempo x acontecimentos”, em 2017 o ponto inicial estaria acima do eixo zero, no “ponto 3”; com o andamento dos debates no PDU, teria ocorrido avanço para o “ponto 5” até a

votação. O veto e a derrubada também demonstrariam um desequilíbrio nesse gráfico e o último episódio, com a decisão judicial, haveria um recuo ao ponto zero, inicial. Isso significa que, apesar de todo o andamento e discussões ao longo de três anos sobre a área do parque, ao final, o processo retrocedeu, ficando sem qualquer definição. O balanço é frustrante e o resultado, portanto, negativo.

Dessa forma, então, respondemos ao objetivo “Analisar os textos selecionados no *corpus*, no período 2017-2019, pelo viés teórico-metodológico da Análise do Discurso Crítica, para compreender como os possíveis embates e desdobramentos sobre o parque podem ter contribuído para desmobilizar as ações em torno do planejamento nessa fase”. Identificamos, de forma esmiuçada, ponto a ponto, muitos detalhes que passariam despercebidos, se tivéssemos feito apenas a leitura macro e estrutural do embate, que por si só já havia ampliado nossa percepção sobre a dinâmica em torno do fenômeno.

Ao nos aprofundarmos na análise pelos eixos da prática tridimensional de Fairclough (2001), identificamos as escolhas das palavras, verbos, conectivos e metáforas, ordens estruturais das frases, que se configuram em representações simbólicas pelas falas diretas e indiretas escolhidas pelos repórteres do *Gazeta Online*, que reiteraram o contexto do conflito, o que contribui para descredibilizá-lo. Ficou patente em nosso estudo que a cobertura jornalística sobre o parque privilegiou as manifestações incisivas, deboches e insatisfações do empresário que representou a família Dadalto no processo de embate.

Ideologia e poder; poder e hegemonia... Esses conceitos mostraram-se emaranhados, como previsto por Fairclough (2001) em seu modelo, e os elementos trazidos pela análise textual e discursiva possibilitaram a percepção das relações de poder, em uma relação simbiótica, dialética e plural. Desse modo, mesmo diante de nossa tentativa de organizar os tópicos de análise em fidelidade à proposta do autor, as relações de poder eram ressaltadas em meio a contextos e frases, como em um show pirotécnico de contrassensos sociais.

Em síntese, a análise da cobertura jornalística feita pelo *Gazeta Online* a respeito do PTV mostra que a desmobilização em torno do empreendimento ocorreu quando o embate entre grupos foi explicitamente revelado, assumindo centralidade nos textos.

Esse embate fica explícito nos textos quando a PMV se mostrou dividida, aceitando negociar uma proposta intermediária – em vez do uso exclusivo do terreno, como até então defendia ao lado dos empresários de tecnologia, o uso residencial, como almejado pela família Dadalto –, demonstrando a fragilidade das políticas públicas para a CTI; quando o prefeito vetou a decisão sobre o uso misto, mas, em seguida, os vereadores derrubaram o veto. Ainda, quando o jornal mostra o descontentamento dos empresários, ameaçando abandonar a cidade.

Na cobertura analisada, esses são alguns dentre outros momentos que romperam com a possibilidade de construção e desenvolvimento de um projeto com dimensões de impacto para a cidade e para a população que aqui vive. Esse rompimento decorre, sobretudo, do uso de discurso pouco articulado, da incapacidade de negociação entre os atores, da defesa de conceitos equivocados, da falta de visão de futuro, das posturas prepotentes, que declaram o jogo de poder e seus privilégios, de objetivos que estiveram ancorados tão somente no retorno em impostos e empregos, pela ânsia de defesa da terra e dos recursos financeiros. Não houve um alinhamento de propósito, com estratégias que envolvessem toda a comunidade científica, o governo estadual, a educação de base, instituições de apoio, um maior envolvimento de empresários e da população.

A análise realizada permite destacarmos, ainda, que, ao dar relevância quase que exclusivamente ao embate entre as partes, o papel da comunicação no processo deixou a desejar, em especial, se tomarmos em consideração que, pela teoria das hélices, o desenvolvimento de ecossistemas de inovação necessita, além de outros atores, da mídia. Isso também pressupõe um jornalismo comprometido com a via da CTI, sobretudo no que tange a uma discussão mais ampliada sobre o papel que essa área possui na atualidade. Justamente pelo fato de a questão já ter se tornado um imbróglio que atravessa décadas e de os últimos anos terem sido de acirrado debate, até o momento infrutífero, sua atuação em uma perspectiva mais ampla passa a ser ainda mais fundamental para que o projeto do parque venha a se tornar uma política de Estado, e não uma ação de governo, que sofre impacto conforme ocorra menor ou maior interesse pela pauta ao longo das gestões.

Feitas essas considerações, temos a ciência de que a análise poderia ir além, seja pela incipiência da pesquisadora na posição de analista, pois entendemos que a

experiência com o método poderia nos levar a enxergar outras questões e contradições a respeito do fenômeno analisado.

No que tange ao objetivo “Investigar se o tema relativo ao PTV foi subnoticiado, considerando o potencial macro do projeto para situar o Espírito Santo, no médio prazo, no mapa nacional e internacional da ciência, tecnologia e inovação, caso houvesse uma política pública efetiva e alinhada aos interesses de um ecossistema de inovação em formação, o qual vislumbra o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo”, percebemos que as possibilidades de debate em torno do tema foram prejudicadas, sendo reduzidas ao conflito de interesse entre grupos (donos de parte do terreno; empresários de tecnologia; a PMV, que ficou na posição de intermediar e, ao mesmo tempo, propor alternativas para que se chegasse ao meio termo; as comunidades dos bairros vizinhos ao terreno, que foram induzidas à escolha do uso misto pelos vereadores em processo fora da discussão do PDU, a pedido de Leonardo Dadalto; as articulações e argumentos infundados de alguns vereadores, ao dizerem, por exemplo, que prevaleceria o desejo da população, ao mesmo tempo em que alegavam que a decisão final caberia a eles; quando defenderam o uso misto, pois as moradias poderiam ser, também, garagens para o desenvolvimento de novos negócios; ao questionarem que estavam sendo pressionados para uma tomada de decisão, mas que tinham competência técnica para seguir com as definições e, por isso mesmo, precisavam ser respeitados como legisladores.

Nessa perspectiva, os textos publicados no *Gazeta Online* restringiram-se ao papel de noticiar os fatos, sem ultrapassar para a dimensão que o tema abrange e incorpora, sem a percepção sobre o contexto mundial em torno do tema da CTI. É preciso deixar de lado, como disse Bueno (2007), o fetiche tecnológico ao falar sobre temas e palavras que nada representam para a maioria das pessoas, abandonar os números distantes e as críticas “à novela do parque”. Como vimos, a quarta hélice, a da comunicação, deve ser uma grande aliada no processo de construção de políticas que transformam o rumo da história. Na atualidade, isso se revela ainda mais necessário, se quisermos alcançar um patamar econômico mais pujante e diverso, ancorado na ciência, tecnologia e inovação, como tem feito há décadas os estados vizinhos, sobretudo do Sudeste, onde já existem grandes avanços e resultados, bem como o Sul do Brasil, especificamente, em Santa Catarina, que vem fazendo história,

inspirando e colaborando com o desenvolvimento de outros ecossistemas de inovação do país.

Como vimos ao longo deste trabalho, o conceito de tríplice hélice é eixo central dessa engrenagem simbólica, representando o entendimento dos atores a respeito de seus papéis na criação e funcionamento de um parque tecnológico, cientes de que sua atuação em torno dos objetivos precisa ser sinérgica e complementar. Quando a tríplice hélice se encontra em pleno funcionamento, os atores serão capazes de ir além das “picuinhas” e objetivos individualistas, tacanhos e medíocres, que deixam de lado o coletivo e o espírito de desenvolvimento da comunidade, sendo esta a direção primeira de um parque tecnológico, como vimos.

Assim, a tríplice hélice volta o foco dos atores para uma mesma direção. Eleva a sociedade a um patamar do debate pela educação qualificada, estimula um empreendedorismo, que, em vez de ser a única alternativa daqueles que foram expurgados do mundo do trabalho, torna-se, antes, um ativo propulsor das pessoas e suas potencialidades; concretiza o alinhamento da universidade e do setor produtivo para transformar pesquisas em soluções que fazem frente às demandas sociais e promovem a geração de impostos e mais possibilidades econômicas para o conjunto da sociedade. O objetivo máximo não é “virar a chave” para arrecadar mais impostos e gerar mais empregos, como foi amplamente repetido pelos atores participantes dos textos analisados.

As repetições de números relativos ao PTV levam-nos a refletir sobre o motivo pelo qual há o desejo de que exista, em Vitória, um parque tecnológico. Ou: quem, de fato, quer a implementação desse projeto? Ou, ainda: é necessário um parque da forma como está sendo posto? Os atores, a mídia, a população/leitores sabem qual é a sua finalidade e a razão pela qual se busca construir um parque? E o que isso representa, exatamente, considerando os impactos que o parque pode gerar? Na nossa avaliação, as informações foram repetidas aleatoriamente para defender o que não está explicitamente definido nem para quem está na linha de frente do projeto, o que enfraquece ainda mais os argumentos de sensibilização em torno da sua efetivação.

A imprensa local, nesse contexto, é um ator fundamental para ajudar a conduzir as reflexões sobre a importância de se ter um parque tecnológico. Para cumprir esse

papel, no entanto, precisa atuar além do factual, para alcançar uma posição que extrapola a repetição de números que não agregam à dimensão do projeto, reiterando a frustração diante da não consecução do projeto. Os anos se passaram e as expectativas estão ancoradas em dados oriundos de estudos antigos, mas que a própria imprensa não sabe referenciar ou não é capaz de analisar criticamente sobre o que tais dados significariam na atualidade.

Os atores de um ecossistema precisam ter clareza sobre o intuito de se ter um parque (e os caminhos para chegar a ter um empreendimento com essas características), evitando um oásis de descrédito e recorrência sobre as mesmas questões. No capítulo sobre os parques buscamos apresentar as suas definições, vantagens e articulações necessárias para essa consolidação, a qual envolve toda a sociedade, mas, ao que tudo indica, deve continuar a defesa da modalidade de uso de um espaço que volta à pauta da imprensa a cada PDU, sendo necessário, antes disso, que ocorra a discussão sobre diversas outras frentes correlacionadas ao parque.

Diante disso, entendemos que os discursos sobre o Parque Tecnológico de Vitória que circularam no *Gazeta Online* no período de mobilização pelo uso exclusivo da área destinada à sua instalação, não foram favoráveis à evolução do debate, que não se limita ao seu planejamento e construção de prédios, tampouco ao conflito entre as partes. O parque compõe a orquestra do ecossistema como um de seus *habitats* – não é o único nem o mais importante, porque todos são. É um ecossistema de atores, que tornam possível a criação de outro ecossistema, que deve permanecer vivo e constantemente retroalimentado e os veículos de comunicação serão fundamentais neste processo de criação e desenvolvimento.

As conclusões traduzem um baixo entendimento relacionado à CTI, que, ao que revela a análise, não é vista como um caminho que aponta para um “futuro” o qual já deveríamos ter pisado há décadas. E assim deve ser, se não houver mudança na estratégia de condução da área, que precisa contar com uma política pública consistente, que envolva universidades, instituições de apoio e pesquisa, empresários, *habitats* de inovação, todos os poderes de esferas de governo municipal, estadual e federal e diversas instâncias sociais. Nessa direção, a comunicação terá um papel fundamental, facilitando a compreensão dos aspectos relacionados a CTI, que não pode ser compreendida como modismo, de caráter vazio e passageiro. A

mídia e o conjunto de seus operadores podem atuar explicitando a necessidade premente e benefícios dos investimentos nessa área, considerando um caminho que não se ancora em um único ambiente estático, não está preso, nem começa ou termina em uma ou em várias edificações.

Os meios de comunicação são fundamentais na tradução dos resultados de pesquisas acadêmicas e suas aplicações, bem como para explicar impactos econômicos advindos do desenvolvimento de novas tecnologias, os desafios da educação empreendedora, a interpretação de jargões da área, e até o compartilhamento dos avanços que outros ecossistemas já alcançaram, apesar dos inúmeros desafios, os quais, uma vez superados, trouxeram transformações em suas respectivas sociedades, transcendendo interesses isolados.

A importância do jornalismo no processo de desenvolvimento de um ecossistema pautado numa política pública não se restringe à divulgação de um embate insustentável e melindroso, mas se movimenta a favor da transformação social. Pelo breve histórico que apresentamos no Capítulo 1, a Rede Gazeta foi uma grande defensora da inovação em toda a sua história, sobretudo para garantir a própria sustentabilidade. Ao longo da sua jornada de mais de 80 anos, a empresa investiu em tecnologia e maquinários mais modernos para o seu parque gráfico (que hoje nem mais existe), para obter impressões com mais velocidade e qualidade. Quando a versão física dos jornais já não mais fazia sentido, a empresa buscou novos caminhos e formas de atuar no meio digital. A ciência, a tecnologia e a inovação são uma realidade cotidiana e não nos damos conta do quão imbricadas elas estão na vida social. Este ponto também revela uma contradição da empresa de comunicação. Precisa, também, estabelecer-se como pauta que permanece cada vez mais viva, tendo em vista as constantes necessidades de mudança, impostas pelo próprio sistema social, que é fluido e dinâmico, como a própria existência material e imaterial.

Entendemos que o parque não alcançará a sua materialização enquanto a sociedade não aprender a fazer esse movimento qualificado a favor de um estado e de seu futuro e, sobretudo, das pessoas que nele vivem. É preciso, deixar de lado as vaidades e súbitos de egocentrismo que marcam a defesa dos interesses individuais e minoritários. O parque acontecerá quando as hélices começarem a girar em sintonia. Será o resultado do esforço simbiótico de muitos que seguem o mesmo caminho,

vislumbrando o potencial que ele pode trazer para a cidade de Vitória e todo o Espírito Santo. Ele será o triunfo da jornada de uma sociedade que aprendeu a trilhar junta e em paralelo, como uma (com)unidade deve ser: codependente, colaborativa, que busca consensos e atuação coordenada. E, então, os poucos atores não estarão enraizados num pedaço de terra para justificar a falta de avanço de um projeto que não pertence ao governo municipal.

O parque ainda representa o próximo passo de um longo processo social, que tende a levar um bom tempo, a partir do momento em que este movimento da sociedade for iniciado. Por enquanto, esse projeto continua sendo o sonho de poucos e, se assim seguir, há possibilidades de nada ocorrer até o próximo PDU. Fairclough (2001) instiga-nos a trazer luz para o despertar sobre a realidade, a partir das constatações que o processo de análise discursiva revela para a sociedade. E talvez seja esta a principal contribuição da discussão promovida neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABPI – AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL; ANPROTEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. **Parques tecnológicos no Brasil: estudo, análise e proposições**. 2007. Disponível em: https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2020/06/estudo-parques_pdf_16.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.
- ACELERADORAS. **Via Estação de Conhecimento**, [S.d.]. Disponível em: <https://via.ufsc.br/museu-de-habitats-de-inovacao/acceleradoras/>. Acesso em: 4 fev. 2022.
- AFONSO, Emília da G. M. **A divulgação científica para o grande público: o papel das relações públicas – o caso do CIIMAR**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2008.
- ALTA nos casos de Covid e gripe aumenta procura por telemedicina no Brasil. **Jornal Hoje**, 7 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/01/07/alta-nos-casos-de-covid-e-gripe-aumenta-procura-por-telemedicina-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Portfólio dos Parques Tecnológicos no Brasil: versão de trabalho**. 2008. Disponível em: https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2020/06/portfolio_versao_resumida_pdf_53.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.
- ARRUDA, Patrícia; THEBALDI, Matheus. Obras do Centro de Inovação do Parque Tecnológico de Vitória estão concluídas. **Prefeitura Municipal de Vitória**, 2020. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/obras-do-centro-de-inovacao-do-parque-tecnologico-de-vitoria-estao-concluidas-41823>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- AULICINO, Antônio L.; PETRONI, Liége Mariel. Parque Tecnológico Sudoeste Paulista: fator motriz do processo prospectivo para o desenvolvimento territorial. **Gestão e Regionalidade**, v. 34, n. 100, p. 161-182, 2018.
- BAIRRO-CIDADE inteligente em Santa Catarina projeta boas práticas ambientais, sociais e de governança. **Santa Catarina News**, 5 fev. 2022. Disponível em: <https://santacatarinanews.com/noticias/destaques/bairro-cidade-inteligente-em-santa-catarina-projeta-boas-praticas-ambientais-sociais-e-de-governanca/>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- BANCO Central determina liquidação da Dacasa Financeira e da corretora Uniletra. **Folha Vitória**, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/02/2020/banco-central-determina-falencia-da-dacasa-financeira-e-da-corretora-uniletra>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- BARROS, Solange. Bases filosóficas da análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JÚNIOR, José R. L.; SATO, Denise T. B.; MELO, Iran F. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 36-47.

BATISTA JÚNIOR, José R. L.; SATO, Denise; MELO, Iran F. Introdução. *In: _____*. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 7-17.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BESSA, Décio; SATO, Denise T. B. Categorias de análise. *In: BATISTA JÚNIOR, José R. L.; SATO, Denise T. B.; MELO, Iran F. (Orgs.) Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 124-157.

BOIANI, Estela *et al.* Parques científico-tecnológicos como ambientes de inovação e produção do conhecimento. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 12, p. 31429-31444, dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. A Gazeta: uma longa história de tradição e transformações. *In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.) Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 51-79. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12738212/impressoes-capixabas-165-anos-de-jornalismo-no-espírito-santo/166>. Acesso em 02 fev. 2020.

BOZZATO, Giordany. Clientes com empréstimos e cartões devem manter pagamentos à Dacasa. **Gazeta Online**, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/clientes-com-emprestimos-e-cartoes-devem-manter-pagamentos-a-dacasa-0220>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRANDÃO, Soraya M.; BRUNO-FARIA, Maria de Fátima. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, fev., p. 227-248, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Indicadores de parques tecnológicos – Fase 2: estudo de projetos de alta complexidade**. Brasília: Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (UnB), 2019. Disponível em: <https://gestiona.com.br/wp-content/uploads/2019/10/MCTIC-UnB-ParquesTecnologicos-Portugues-final.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BUENO, Wilson da C. Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma trajetória. *In: PORTO, C. M. (Org.) Difusão e cultura científica: alguns recortes*. Salvador: Edufba, 2009. p. 113-125.

BUENO, Wilson da C. Jornalismo científico, lobby e poder. **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 13, p. 168-200, 2001. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/194/188>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Requerimento nº 381, de 18 de dezembro de 2017**. 3ª Audiência Pública do novo PDU Vitória – ES: Processo 13.217/2017. Demandante: Dadalto. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/REQ/REQ3812017.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CDTIV – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA. **A novela do parque**. Vitória, 2021.

CERTI – CENTRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS. **Estudo de viabilidade do Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória**. Florianópolis, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHAVES, Débora A. A criação de parque tecnológico e seu contexto na inovação e tecnologia no estado do Pará. **Latin American Journal of Business Management**, v. 12, n. 1, p. 144-155, jan./jun, 2021.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CONDE, Walter. Decreto de regulamentação faz de Vitória primeira cidade com Lei de Inovação. **Prefeitura de Vitória**, maio 2010. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/noticias/noticia-3636>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CORRÊA, José Carlos. Parque Tecnológico e Linha Verde: Vitória precisa avançar. **Gazeta Online**, 6 abr. 2018. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/jose-carlos-correa/parque-tecnologico-e-linha-verde-vitoria-precisa-avancar-0418>. Acesso em: 14 ago. 2021.

CORTE de verbas para ciência, tecnologia e inovação prejudica o país, afirmam debatedores. **Senado Notícias**, jun. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/06/12/corte-de-verbas-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao-prejudica-o-pais-afirmam-debatedores>>. Acesso em: 13 set. 2018.

COULDRY, Nick. A mídia tem futuro? **Revista Matrizes**. v. 4, n. 1, p. 51-64, jul./dez. 2010.

COWORKINGS. **Via Estação de Conhecimento**, [S.d.]. Disponível em: <https://via.ufsc.br/museu-de-habitats-de-inovacao/coworkings/>. Acesso em: 4 fev. 2022.

CRUZ, Cleide A. B. da et al. Parques tecnológicos como espaço para a inovação. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 36, p. 20-38, abr./jun. 2019.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. A triple helix como modelo para estudos de inovação. **Science & Public Policy**, v. 25, n. 3, p. 195-203, 1998.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, Adriana F. de *et al.* **Parques tecnológicos do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2022/01/ParquesTecnologicosBrasil-2021-Final-vr.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa**: estudos sobre Aids. São Paulo. Hacker, 1999.

FERNANDES, Vilmara. **Empresários**: Fábrica de Ideias não resolve problema. abr. 2018. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/04/empresarios-fabrica-de-ideias-nao-resolve-problema-1014125848.html>. Acesso em: 17 fev. 2022.

FERNANDES, Vilmara. Parque tecnológico: “Vamos parar e esperar o que vai acontecer”. **Gazeta Online**, jul. 2019. <https://www.agazeta.com.br/es/gv/parque-tecnologico--vamos-parar-e-esperar-o-que-vai-acontecer-0719>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FERNANDES, Vilmara; SÁ, Carla. Impasse ameaça parque tecnológico na Capital. **Gazeta Online**, 12 dez. 2016. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/12/impasse-ameaca-parque-tecnologico-na-capital-1014005592.html>. Acesso em: 6 mar. 2021.

FIGLIOLI, Aline; PORTO, Geciane S. Financiamento de parques tecnológicos: um estudo comparativo de casos brasileiros, portugueses e espanhóis. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 290-306, jun. 2012

FONTANELA, Cristiani. Inovação aberta: o papel dos parques científicos e tecnológicos na transformação das indústrias tradicionais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 56165-56179, jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Bruna Z. **Incubadoras de empresas de base tecnológica no estado do Espírito Santo**: situação atual e perspectivas futuras. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

FREITAS, Regina. Centro de Inovação em Goiabeiras já está 60% construído. **Prefeitura Municipal de Vitória**, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/centro-de-inovacao-em-goiabeiras-ja-esta-60-porcento-construido-39099>. Acesso em: 14 fev. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, Bruno C. **Memorial institucional descritivo do parque científico e tecnológico da Universidade de Brasília 2007-2019**: uma área de inovação da UnB. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GOVERNANÇA. [S.d.]. Disponível em: <https://www.significados.com.br/governanca/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: CONGRESSO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização, do “fim dos territórios” à multiterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HORA, André L. F. da *et al.* Parques Científicos, Tecnológicos e de Inovação: Uma análise comparativa entre a produção científica e técnica sobre o tema. *In*: INNOVATION SUMMIT BRASIL; WORKSHOP DA ANPROTEC, 2019, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344259807_Parques_Cientificos_Tecnologicos_e_de_Inovacao_Uma_analise_comparativa_entre_a_producao_cientifica_e_tecnica_sobre_o_tema. Acesso em: 18 nov. 2021.

HUBS de inovação. **Via Estação de Conhecimento**, [S.d.]. Disponível em: <https://via.ufsc.br/museu-de-habitats-de-inovacao/hub-de-inovacao/>. Acesso em: 4 fev. 2022.

IASP. **iasp members**. 2022. Disponível em: <https://www.iasp.ws/our-members/directory>. Acesso em: 11 fev. 2022.

IFES informa comunidade sobre pedido da PMV para distrato da cessão da Fábrica de Ideias. **Ifes**, maio 2021. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/noticias/19920-ifes-informa-comunidade-sobre-pedido-da-pmv-para-distrato-da-cessao-da-fabrica-de-ideias>. Acesso em: 14 jan. 2022.

INCUBADORAS. **Via Estação de Conhecimento**, [S.d.]. Disponível em: <https://via.ufsc.br/museu-de-habitats-de-inovacao/incubadoras/>. Acesso em: 4 fev. 2022.

INOCH, Leulittanna Eller. Centro de inovação tecnológica de vitória é concluído. **ES Brasil**, dez. 2020. Disponível em: <https://esbrasil.com.br/centro-inovacao-tecnologica/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANA, Tiago. **Políticas e práticas de incentivo à inovação no segmento tecnológico no Espírito Santo**. Relatório Final de Pesquisa Vitória (Programa Institucional de Iniciação Científica), Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

LANIADO, Ruthy N.; SANTOS, Rubenilda S. dos. A importância do conhecimento e da C&T para a consolidação das instituições e da democracia. **Liinc em Revista**, v. 8, n. 1. abr. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314202180_A_importancia_do_conhecimento_e_da_CT_para_a_consolidacao_das_instituicoes_e_da_democracia_The_importance_of_knowledge_and_ST_for_the_consolidation_of_institutions_and_democracy. Acesso em: 22 fev. 2022.

LEIPNITZ, Daniel; LÓSSIO, Rodrigo. **Ponte para a inovação**: como criar um ecossistema empreendedor. Florianópolis: Santa, 2021.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André R.; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MARCIAL, Elaine C. (Org.) **Megatendências mundiais, 2030**: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo. Brasília: Ipea, 2015.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS, André. Análise de discurso da mídia. *In*: BATISTA JÚNIOR, José R. L.; SATO, Denise T. B.; MELO, Iran F. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 158-183.

MARTINS, Laura B. Banco Central decreta falência da Dacasa Financeira. **Portal 27**, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.portal27.com.br/banco-central-decreta-falencia-da-dacasa-financeira/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

MASSUTTI, Cristina Pasquetti. **A escrita jornalística em tempos de pandemia**: uma análise crítica sobre o discurso e a tradução de notícias sobre a COVID-19 em sites internacionais. 2021. Disponível: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/7864>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MELO, Iran F. Histórico da análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JÚNIOR, José R. L.; SATO, Denise T. B.; MELO, Iran F. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 20-35.

MOORE, J. E. Predators and prey: a new ecology of competition. **Harvard Business Review**, v. 71, n. 3, p. 75-83, 1993.

O QUE É INOVAÇÃO aberta? **Tabla Work**, jun. 2021. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/o-que-%C3%A9-inova%C3%A7%C3%A3o-aberta-tablawork/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

OLIVEIRA, David Barbosa de. **Análise de discurso crítica da anistia política de militares no Brasil**: a disputa por sentidos que ampliam ou restringem os direitos dos militares anistiados. Recife: O Autor, 2015.

OLIVEIRA, Josué. Vitória é 1º lugar em prêmio para cidades inteligentes. **ES Brasil**, 01 set. 2021. Disponível em: <https://esbrasil.com.br/vitoria-e-1o-lugar-em-premio-para-cidades-inteligentes/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

OLIVEIRA, Raphael R. de; BOTELHO, Marisa dos R. A.; AVELLAR, Ana Paula M. de. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO, 4., 2019, Campinas. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/engineeringproceedings/enei2019/4.3-031.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PELAEZ, Victor. A volatilidade da agenda de políticas de C&T no Brasil. **Revista Administração Pública**, v. 51, n. 5, set./out., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612162639>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PEREIRA, Jussara; SARAIVA, Carolina; REZENDE, Ana Flávia. Diga-me que curso fazes e eu te direi quem és. **Revista Administração em Diálogo**, v. 21, n. 2, p.164-190, maio/ago. 2019.

PESAMOSCA; Daniéla; PEREIRA, Anderson M.; BARICHELLO, Rodrigo. Características de parques tecnológicos: uma análise comparativa entre o Tecnosinos e o Tecnopuc. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <http://www.singep.org.br/7singep/resultado/252.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PRÊMIO Inoves vence concurso nacional de inovação no setor público. **Lab.gES**, set. 2019. Disponível em: <https://labges.es.gov.br/Not%C3%ADcia/premio-inoves-vence-concurso-nacional-de-inovacao-no-setor-publico>. Acesso em: 17 fev. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REDE GAZETA. **Do impresso ao digital**. [S.d.]. Disponível em: <https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/historia/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. Comunicação e territorialidades: em torno do poder e da cultura. In: ZANETTI, D.; REIS, R. (Orgs.). **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias**, Vitória: Edufes, 2018. p. 13-23.

RESENDE, Viviane de M.; RAMALHO, Viviane C. V. S. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem Em (Dis)Curso**, v. 5, n. 1, p. 185-207, 2004.

REVITALIZAÇÃO urbana. **Porto Digital**, [S.d.]. Disponível em: <https://www.portodigital.org/parque/historia/revitalizacao-urbana>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marco A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SARMENTO, Priscila B. Demissão em massa, fechamento do parque gráfico: a extinção dos diários A Gazeta e Notícia Agora no Espírito Santo. **Observatório da Imprensa**, 13 ago. 2019. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/crise-na-imprensa/demissao-em-massa-fechamento-do-parque-grafico-a-extincao-dos-diarios-a-gazeta-e-noticia-agora-no-espirito-santo/>. Acesso em: 16 set. 2021.

SEBRAE. **Ecosistemas de empreendedorismo inovadores e inspiradores**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/projetos-institucionais/inpi-negocios/arquivos/documentos/EcosistemasEmpreendedorismolNovadoresInspiradores_2020.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

SEBRAE. **O que é uma startup?** Jan. 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-startup,6979b2a178c83410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SEBRAE; ANPROTEC. **Corporate venturing no Brasil: co-inovando em rede um guia para corporações e entidades de apoio**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/90442283ac84a141d260882aa4705f57/\\$File/19275.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/90442283ac84a141d260882aa4705f57/$File/19275.pdf). Acesso em: 27 fev. 2022.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**. Covilhã: LabCom Books, 2009.

SILVA, Edna; MENEZES, Estera. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje. **Revista Comunicação e Espaço Público**, n. 1, 2006. Disponível em:

http://www.fac.unb.br/site/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=72&Itemid=153. Acesso em: 18 fev. 2022.

SPOLIDORO, Roberto. **Diretrizes preliminares para o Parque Tecnológico de Vitória**. Vitória: Companhia de Desenvolvimento de Vitória, 2004.

TAIAR, Estevão. BC decreta liquidação judicial da financeira Dacasa e da corretora de câmbio Uniletra. **Valor Investe**, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2020/02/13/bc-decreta-liquidacao-judicial-da-financeira-dacasa-e-da-corretora-de-cambio-uniletra.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2021.

TEIXEIRA, Clarissa S. *et al.* (Orgs.). **Habitats de inovação**: alinhamento conceitual. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://centrosdeinovacao.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/7.Habitats-de-Inova%C3%A7%C3%A3o-Alinhamento-Conceitual.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2022.

THE ROLE of STPs and areas of innovation. **iasp** [S.d.]. Disponível em: <https://www.iasp.ws/our-industry/the-role-of-stps-and-areas-of-innovation>. Acesso em: 11 mar. 2021.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORRES, Stephanie; ALVES, Silvana; VIDAL, Francisco. Parques tecnológicos como empreendimentos imobiliários na América Latina. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 15, n. 1, p. 84-121, 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, por que as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TURCHI, Lenita M.; MORAIS, José M. de. (Orgs.). **Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil**: avanços recentes, limitações e propostas de ações. Brasília: Ipea, 2017.

UNESCO. **Relatório de ciência da UNESCO**: rumo a 2030, visão geral e cenário brasileiro. 2021a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235407_por. Acesso em: 12 dez. 2021.

UNESCO. **Relatório de ciências da UNESCO**: a corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente – resumo executivo e cenário brasileiro. 2021b. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377250_por. Acesso em: 12 dez. 2021.

VAILANT, Bianca. Parque Tecnológico de Vitória tem edital lançado para início de obras. **Gazeta Online**, set. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/09/parque-tecnologico-de-vitoria-comeca-a-sair-do-papel-1014101334.html>. Acesso em: 17 fev. 2022.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na análise crítica do discurso. Braga: Edições Húmus, 2017.

VAN DIJK, Teun A. **Ideología y discurso**. Barcelona: Ariel, 2003.

VEREADORES derrubam veto e Parque Tecnológico será de uso misto. **CBN Vitória**, maio 2021. <https://www.cbnvitoria.com.br/reportagens/vereadores-derrubam-veto-e-parque-tecnologico-sera-de-uso-misto-0818>. Acesso em: 20 nov. 2021.

VIEIRA, Josenia; MACEDO, Denise. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JÚNIOR, José R. L.; SATO, Denise T. B.; MELO, Iran F. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.

VITÓRIA. Centro de inovação: espaço para tecnologia tem obras iniciadas. **Prefeitura Municipal de Vitória**, 26 set. 2017a. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/parque-tecnologico-de-vitoria-obras-do-centro-de-inovacao-sao-concluidas-1220>. Acesso em: 14 fev. 2022.

VITÓRIA. Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória. **Prefeitura Municipal de Vitória**, [S.d.] Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/cdtiv>. Acesso em: 6 mar. 2021.

VITÓRIA. **Lei nº 7.871, de 21 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre medidas de incentivos à inovação e a pesquisa tecnológica, ao desenvolvimento da engenharia e a consolidação dos ambientes de inovação nos setores produtivos e sociais na cidade de Vitória, no âmbito da organização do sistema municipal de ciência, tecnologia e inovação e da ampliação da política municipal de ciência e tecnologia. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L78712009.html>. Acesso em: 6 nov. 2021.

VITÓRIA. O PDU (Lei 9.271/2018. **Prefeitura Municipal de Vitória**, [S.d.]. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/minhavitoriapdu/o-pdu>. Acesso em: 14 fev. 2022.

VITÓRIA. PDU: Plano Diretor Urbano. **Prefeitura Municipal de Vitória**. 2018. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/plano-diretor-urbano>. Acesso em: 12 mar. 2021.

VITÓRIA. Seminário destaca importância da implantação do Parque Tecnológico em Goiabeiras. **Prefeitura Municipal de Vitória**, 20 jan. 2017b. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/seminario-destaca-importancia-da-implantacao-do-parque-tecnologico-em-goiabeiras-22064>. Acesso em: 22 nov. 2020.

VOGAS, Vitor. Rebelião: Câmara derruba veto do prefeito sobre Parque Tecnológico. **A Gazeta**, 9 set. 2018. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/vitor-vogas/rebeliao-camara-derruba-veto-do-prefeito-sobre-parque-tecnologico-0818>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ANEXOS – TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS

TEXTO 1 – GAZETA ONLINE, 20/01/2017

Licitação para Parque Tecnológico será relançada

Licitação anterior foi cancelada após ação judicial da empresa que ficou em 2º lugar. Prefeito diz que parque é a principal aposta para os cofres municipais nos próximos cinco anos

Publicado em 20/01/2017 às 13h32 Atualizado em 20/01/2017 às 15h14

Após o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) decidir pelo cancelamento da licitação para a construção do Centro de Inovação, primeiro prédio a ser construído no Parque Tecnológico de Vitória, em Goiabeiras, a Prefeitura de Vitória vai relançar ainda em janeiro o novo edital.

A expectativa é de que as obras comecem nos próximos meses, no primeiro semestre. A construção deve ser concluída em 15 meses e o investimento, já em caixa, será de R\$ 6,8 milhões.

A licitação anterior foi cancelada após ação judicial movida pela empresa que foi desclassificada na seleção por não apresentar um dos documentos exigidos pelo edital. A Prefeitura de Vitória entrou com um recurso em segunda instância, mas o TJES decidiu pela reformulação do edital. A publicação com a anulação da licitação também será feita nos próximos dias.

"A Procuradoria Geral do Município recebeu a decisão do TJES pela anulação do edital e estamos preparando um novo. Os técnicos estão fazendo ajustes na planilha orçamentária, já que alguns dos valores tiveram que ser corrigidos por conta da inflação", afirma a diretora de Desenvolvimento Econômico e Sustentável da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV).

Nesta sexta-feira (20), o prefeito Luciano Rezende e representantes de outros parques tecnológicos participaram de um seminário, no auditório da faculdade Multivix, para discutir o projeto.

Para o prefeito da capital, é preciso mudar a vocação de trabalho e renda de Vitória. Ele revelou que o parque tecnológico é a principal aposta de receita para o cofre municipal para os próximos cinco anos.

"Nossa referência é o parque tecnológico de Florianópolis, que em cinco anos de existência representa 49% da receita da cidade. Daremos um grande passo para entrar de vez no século XXI, queremos entrar nesse ecossistema de Inovação e tecnologia que está sendo criado no país. Nossa cidade tem 32% da população com curso superior, acredito que temos o perfil, só falta virar a chave e mudar a cultura econômica", conta o prefeito

Qualidade de vida é o maior atrativo para empreendedor tecnológico

Tido como modelo para o empreendimento em Vitória, o Parque Tecnológico de Florianópolis (SC) teve como principais fatores para o seu sucesso a participação das universidades locais e a qualidade de vida que a cidade catarinense oferecia para os investidores.

"Assim como a capital capixaba, Florianópolis também é uma ilha e enfrentava dificuldades para expandir sua geração de renda, já que possuía um território mais restrito. A cidade sempre foi linda, muita gente queria morar lá, mas precisavam sair para buscar empregos nos grandes centros. Desde 2010, quando começamos as obras do primeiro Centro de Inovação não imaginávamos que poderíamos chegar a representar 49% da receita da prefeitura municipal", afirma o diretor do Parque Tecnológico de Florianópolis, Leandro Carioni.

Hoje, o condomínio empresarial catarinense já conta com mais de 600 empresas, entre elas a fabricante de aeronaves Embraer, a montadora de veículos BMW e a multinacional de tecnologia General Eletrics. O projeto já corresponde a 13,9 mil empregos diretos e 50 mil indiretos. Segundo o diretor, para cada R\$ 1 investido pela Prefeitura de Florianópolis na obra inicial, o parque já retorna R\$ 1,50 em impostos por ano para a cidade.

A expectativa do para a estrutura em Goiabeiras é de que sejam geradas 16 mil empregos diretos e mais de 41 mil indiretos em 20 anos. Carioni diz que a principal forma de atrair investidores para esse tipo de empreendimento é apostar nos profissionais locais.

"Inicialmente, nos oferecíamos diversas vantagens para atrair empresas, mas nunca recebíamos propostas concretas. Quando as startups locais começaram a desenvolver seus projetos, os investidores perceberam o potencial dos profissionais locais e isso, o ser humano, é o maior atrativo para um parque tecnológico. Mais do que as isenções, para o setor de tecnologia, são as pessoas que atraem as grandes empresas", explica o diretor do parque catarinense.

HISTÓRICO

Projeto do parque tecnológico de Goiabeiras começou a ser desenhado a partir de 1994. Em 2015, o Ministério de Ciência e Tecnologia assinou um convênio para o repasse de R\$ 9 milhões para o projeto. A previsão, segundo o presidente da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) da época, André Gomyde, era que a obra se iniciasse em 2015 e o Centro de Inovação pudesse funcionar a partir de 2016.

A licitação, no entanto, só foi lançada em junho de 2016. Na ocasião, Gomyde chegou a afirmar que "a obra iria cumprir o prazo, já que o recurso já estava em caixa. A previsão de entrega era até o fim de 2017.

TEXTO 2 – GAZETA ONLINE, 26/09/2017

Parque Tecnológico de Vitória começa a sair do papel

Obras do primeiro prédio, em Goiabeiras, começaram ontem e devem ir até 2019

Publicado em 26/09/2017 às 07h24

A novela do Parque Tecnológico de Vitória parece ter data para chegar ao fim. Após anos de promessas e obras adiadas, a Prefeitura da Capital deu nesta segunda-feira (25) o sinal verde para iniciarem as obras do primeiro prédio no local. O orçamento previsto para a construção do prédio é de mais de R\$ 5 milhões. O Centro terá três pavimentos e ocupará uma área de 2.098 metros quadrados.

A construção do Centro de Inovação, ponto de partida para atender à proposta de inovação e desenvolvimento de Vitória, já foi adiada algumas vezes ao longo dos anos. O último prazo estabelecia que as obras começariam em julho de 2015. "O Parque Tecnológico é um sonho muito importante e necessário para o município. Um sonho de 30 anos", afirmou o prefeito da capital, Luciano Rezende (PPS).

A Prefeitura de Vitória garantiu que, após o início das obras na tarde de ontem, o prazo inicial para a entrega do prédio é de 15 a 18 meses. "Esse primeiro prédio que estamos é o cérebro e o coração do parque. Ele é parte direta desse ecossistema de inovação que estamos implantando na Capital", disse o presidente da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), José Vicente Pimentel.

Funcionamento

O Centro de Inovação será utilizado para capacitar jovens empreendedores a desenvolver e lançar seus produtos no mercado. A ideia é não perder os talentos capixabas para os mercados de estados vizinhos. "Acreditamos que os capixabas são muito criativos e inventivos", disse o presidente da CDV.

O empreendimento atenderá empresas de base tecnológica como laboratórios, empresas de certificação de produtos, agentes de fomento à ciência, incubadoras e empresas de software.

A produção será destinada às empresas locais de petróleo, games, celulose e minério de ferro. Há também a expectativa de expansão para o mercado externo focado na robótica, biotecnologia e nanotecnologia, Estima-se que sejam gerados 140 empregos diretos já no primeiro ano.

A NOVELA DO PARQUE

Algumas promessas

2004

Especialistas avaliaram que Vitória tinha condições de receber um Parque Tecnológico de "primeiro mundo". Um espaço foi reservado para o parque.

2008

As obras do parque foram adiadas e as previsões diziam que não seriam iniciadas antes de 2010

2011

Um projeto do parque foi apresentado para representantes de empresas chinesas, mas as obras não foram iniciadas.

2013

Uma nova promessa de entrega da obra para o ano de 2013 não foi cumprida.

2014

Foi divulgado em dezembro de 2014 que as obras começariam em julho de 2015.

2017

Em setembro a obra do primeiro prédio do parque recebeu sinal verde.

A obra

Custo

A construção do Centro de Inovação tem um orçamento previsto de R\$ 5.403.718, 1.

Prazo

O prazo inicial para a entrega da obra é de 18 meses.

Como fazer parte

As empresas que desejarem se instalar no parque deverão procurar a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), onde serão feitos os contratos.

TEXTO 3 – GAZETA ONLINE, 20/03/2018**Grupo Dadalto: "Venda de imóveis pode esperar PDU de 2028"**

Empresário Leonardo Dadalto afirma que empresa não tem pressa em vender área destinada ao Parque Tecnológico, avaliada em R\$ 132,5 milhões

Publicado em 20/03/2018 às 22h34

O empresário Leonardo Dadalto é taxativo ao se referir a situação das empresas que lidera e compõe o Grupo Dadalto. "A Nossa situação mudou. Não estamos mais enforcados". Em decorrência disso, garante que sua família não tem urgência em vender a área localizada na Região de Goiabeiras, inserida no perímetro do Parque

Tecnológico, hoje avaliada em R\$ 132,5 milhões. "Os 34 lotes já estão à venda por R\$ 2,5 mil o m². Se ninguém comprar, vamos esperar o PDU de 2028", assinala.

> Empresas desistem de Parque Tecnológico em Vitória

O imóvel da família está no centro de uma aquecida discussão na Câmara, cujos vereadores votam no próximo dia 27 o novo Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória. O projeto da prefeitura, que conta com o apoio do setor de tecnologia, é de uso exclusivo da região para empresas, mas uma emenda dos parlamentares, apoiada pelas lideranças comunitárias, propõe o uso misto, permitindo a construção também de residências. A polêmica já chegou ao Ministério Público Estadual, a partir de uma denúncia feita pelo próprio empresário.

HISTÓRIA

Minha família comprou aquele terreno há 37 anos. Neste período tomamos conta da área para não ser invadida e o custo foi alto. Enfrentamos uma batalha na Justiça após um clube de futebol reivindicar a posse da área. Foram mais dez anos de luta. Depois que vencemos a batalha judicial, decidimos que era hora de empreender na região. Em 2012 fizemos um projeto de loteamento que foi aprovado pela Prefeitura de Vitória. A permissão foi dada conforme o PDU em vigor, para uma região que já é ZPT (Zoneamento para Parque Tecnológico) e cujos usos permitidos são: residência unifamiliar e multifamiliar e empresas tecnológicas. Com a aprovação, investimos mais R\$ 15 milhões na construção de ruas, meio-fio, escoamento de água, rede elétrica. Em paralelo, o debate sobre o parque tecnológico estava quieto.

PROBLEMAS

Em 2015 vieram os nossos problemas, pedimos recuperação judicial e ficamos muito fragilizados. Na época começamos a prospectar pessoas para comprar os lotes, mas ninguém quis comprar, nos mandaram buscar outros interessados. Diante da nossa situação, queriam esperar para o preço baixar e comprarem a preço de banana. De fato era o último grande ativo da família. Mas a situação foi mudando e a instituição financeira que tinha dado prejuízo de R\$ 15 milhões conseguiu fechar 2016 com lucro de R\$ 26 milhões. Pagamos as dívidas trabalhistas e as de pequenas empresas. Na manhã desta terça-feira (20), inaugurei a primeira loja Dadalto em sistema de franquias, que é o futuro. Vamos abrir mais cinco filiais da Dadalto e dez filiais da Dacasa Financeira, as duas empresas mais fortes do grupo. A projeção de resultado para 2018, para a instituição financeira, é de R\$ 20 milhões positivo. A varejista, vai ainda ficar no zero a zero por conta da recuperação judicial, mas estes números mostram que tiramos a corda do nosso pescoço. E com eles foi-se a necessidade de vender o nosso imóvel às pressas. Podemos esperar.

ÁREA

O Parque Tecnológico tem 332 mil m², mas a discussão gira em torno da área da minha família. Isto porque parte da área total pertence à União e ainda não foi cedida ao município. Uma segunda é alvo de um espólio. A única que está pronta para a comercialização é a da família Dadalto. São 53 mil m² que estão disponíveis, em 34 lotes. Então, hoje o parque se resume a nossa área. Para o local defendo o uso livre da área na forma como o loteamento foi aprovado, em 2012, de acordo com a

legislação em vigor. Mas já que é inviável politicamente, aceitamos a solução intermediária. Atualmente os parques de terceira e quarta geração mesclam tecnologia, comércio, comércio de apoio e residências. O que foi proposto é que parte da área seja de livre negociação, outra parte destinada somente para as empresas de tecnologia, e que uma área equivalente a cerca de 14 lotes seja partilhada da seguinte forma: 60% dela para empresas de tecnologia e 40% para residências, sendo que os 40% só podem ser construídos quando os 60% estiverem garantidos. Com isto, é o empreendedor que tem que ir atrás dos empresários de tecnologia para viabilizar a construção das residências. Além disso, houve aumento do percentual construtivo. Na prática, a área destinada as empresas nesta proposta é a mesma se o parque for 100% das empresas.

TIPOS

Outro ponto importante é que os 90 parques existentes no Brasil se dividem em dois tipos: em uma destas modalidades o terreno é público e o governo doa a área para os empreendedores da tecnologia. A outra opção é uma PPP (Parceria Público Privada). É o caso de Florianópolis, em Santa Catarina. Lá o proprietário da área era dono de 400 milhões de m² e doou 1% da área para os empresários de tecnologia, e com isto conseguiu valorizar o restante. Vitória é a única cidade em que a área não é do governo e está sendo enfiada goela abaixo do proprietário, mas esta estratégia tem um problema. Eles precisam do dono do terreno para vender os lotes. E os 34 lotes já estão à venda, há dez meses. O mais bem localizado está ao lado do Centro de Inovação que está sendo construído pelo município. Uma área de 1.269 m², que vale R\$ 3,17 milhões. O preço é de 2.5 mil pelo m². Até agora não recebemos uma única proposta.

MUDANÇA

O que não estão levando em consideração é que o Grupo Dadalto não está mais enforcado. Já saímos da dificuldade e não tenho mais urgência em vender a área. Volto a dizer, o preço é R\$ 2,5 milo m² e se engana quem pensa que vamos vender mais barato. Não vai rolar. Se ninguém quiser comprar, vamos esperar o próximo PDU, de 2028. Os que apostam que com o uso exclusivo da área para fins empresariais, está turma que está gritando vai pagar este preço, se enganam. Eles não querem pagar o preço que o terreno vale. Garanto que daqui a dez anos vai estar tudo vazio. Neste período, meu custo vai ser o de tomar conta do imóvel. Vou murar tudo e em 2028 a gente resolve.

COMERCIALIZAÇÃO

Com a presença de um novo sócio no grupo e graças ao nosso trabalho, não temos mais a necessidade de vender a área a preço de banana, como muitos empresários de tecnologia desejam. Isso foi verdade no passado, mas não é a nossa realidade hoje. O preço já está posto para quem quiser comprar os lotes, seja para uso residencial, misto ou empresarial. E não é por ganancia ou revanchismo. E o que remunera o nosso capital pelos 37 anos e pelo que investimos. O preço vale hoje e até 2028, com a devida atualização da inflação até lá. Hoje o preço da área é de R\$ 132,5 milhões. Mas a Prefeitura disse que estas empresas vão gerar R\$ 600 milhões de impostos, o que significa que vão faturar R\$ 12 bilhões. Então, não vão ter dificuldades para pagar o preço que estamos pedindo pelo metro quadrado.

DESAPROPRIAÇÃO

Já ouvimos boatos de que nossa área pode ser desapropriada pelo município, mas não acredito que a prefeitura irá usar o dinheiro do contribuinte para indenizar uma propriedade e doar o imóvel para outros empresários, no caso os de tecnologia. Mas se entrarem com este tipo de ação, vamos levar a briga para o túmulo. Vamos até o Supremo Tribunal Federal (STF). Compramos a área há 37 anos, tomamos conta do imóvel, brigamos na Justiça por ele, já investimos R\$ 15 milhões. Tudo isto não foi feito para que a área seja desapropriada para um bando de meninos que querem o terreno de graça. Se partirem para a desapropriação, nossa família vai brigar até a morte. E a nossa propriedade não é a única área disponível para um parque tecnológico. Existe uma área até maior em Joana D'Arc, onde que a Prefeitura está alterando a sua caracterização de Proteção Ambiental para Ocupação Controlada. Então, existem outras alternativas, mas é muito fácil falar no que está sendo feito para o bem da cidade com a nossa propriedade.

DENÚNCIA

Já encaminhamos para o Ministério Público uma denúncia sobre a situação que está ocorrendo e pedindo uma avaliação urgente. O que se percebe é que querem limitar o uso do solo na região, o que provocaria uma depreciação do nosso imóvel e levaria a uma venda com preços menores. Mas isto não vai acontecer.

TEXTO 4 – GAZETA ONLINE, 27/03/2018

Novo PDU: aprovado uso misto no Parque Tecnológico

A emenda permitindo construções residenciais além de empresas de tecnologia passou com nove votos a cinco na Câmara

Publicado em 27/03/2018 às 17h03

A área destinada para o Parque Tecnológico, na região de Goiabeiras, em Vitória, deverá ser de uso misto, ou seja, para empresas e residências. Foi o que aprovaram os vereadores de Vitória nesta terça-feira (27). A emenda do Plano Diretor Urbano (PDU) do município teve nove votos a favor e cinco contrários. A votação da minuta do PDU está sendo votada hoje Câmara de Vereadores

O projeto apresentado pela prefeitura previa que a Zona do Parque Tecnológico fosse utilizada para implantação de atividades "não residenciais de inovação tecnológica e economia criativa". Ou seja, a proposta da administração da Capital era de que o local fosse de uso exclusivo das empresas de tecnologia.

A emenda aprovada prevê que, além de empresas, no local sejam instaladas também residências, o que não agrada empresários do setor. Eles já haviam se manifestado contra o uso misto e ameaçado se instalar em outros municípios caso a emenda fosse aprovada.

Segundo o Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Espírito Santo (Sindinfo), com o resultado da votação, a cidade corre o risco de sofrer uma debandada por parte dos empresários.

"Muitas empresas já estão falando em sair de Vitória. Já existia esse temor de que houvesse essa debandada e isso deve acontecer. Assim como a gente perde empresas para outros Estados, agora vamos perder também para outras cidades na Grande Vitória. A gente está transformando Vitória em uma cidade dormitório", disse Emilio Augusto Barbosa, tesoureiro do Sindinfo.

Já Leonardo Dadalto, dono do terreno onde a prefeitura pretende instalar o Parque, afirmou que a proposta vencedora era a ideal para a cidade. Ele acredita que o momento é de conversa e que será necessário alguém muito habilidoso para que seja feita uma negociação entre as empresas de tecnologia, a academia e a família Dadalto para que o parque realmente aconteça.

TEXTO 5 – GAZETA ONLINE, 04/04/2018

Empresários: Fábrica de Ideias não resolve problema

Novas áreas cedidas pela Prefeitura de Vitória não atendem setor de tecnologia

Publicado em 04/04/2018 às 22h29

A implantação de espaços para as empresas de tecnologia e inovação em Vitória, a chamada Ilha Criativa anunciada na última terça-feira (3) pelo prefeito Luciano Rezende, nem de longe atende os interesses do setor. E o que garantem empresários ouvidos pela reportagem.

As novas áreas oferecidas pelo município - a Fábrica de Ideias e a região do Centro de Vitória - não substituem o Parque Tecnológico, que seria instalado em Goiabeiras. A proposta é considerada "um tapinha nas costas" que não atende as empresas. Na avaliação dos empresários, a criação de uma área exclusiva para este tipo de setor oferece atrativos que vão muito além do espaço físico.

INCENTIVOS

Dentre eles, destaca Evandro Milet, consultor em inovação e comentarista da rádio CBN Vitória, está a criação de uma marca. "Um parque já consolidado vira uma marca. É como uma grife, uma chancela que ajuda as empresas na hora, por exemplo, de disputar concorrências. E quanto mais empresas atraindo, mais forte fica a marca", observa.

Outro ponto importante são os incentivos que uma ZPT (zona de Parque Tecnológico) oferece, como pondera Adriano D'el-Rey, vice-presidente e cofundador da Inflor. Ele questiona qual a atratividade que este tipo de projeto oferece para empresas como a dele.

"Empresas constituídas precisam de capital, com uma taxa de juros viável ao meu negócio, acesso a recursos especiais por estar em uma ZPT, mão de obra qualificada

perto de mim, ter insumos de tecnologia. Dentro de um parque gero valor para a minha cadeia", pondera.

D'el-Rey vai mais longe ao avaliar que a discussão em torno do Parque Tecnológico carece também de foco. Lembra que o parque de Florianópolis começou com setores específicos, como o aeroespacial, eletrônico e eletromédico. "Porque não começamos com inteligência artificial? Tem que ter um propósito, criar um ambiente propício, uma ZPT. Mas hoje não conseguimos usufruir de nada disso porque o terreno tem dono e o prefeito avalia que estamos precisando apenas de m2 (espaço físico)", desabafa.

DESÂNIMO

Outro a quem a nova proposta também não agradou é Marcos Martins, da Frame You. "Não resolve o problema de maneira geral. Pode ajudar a empresas como a minha, uma startup, mas as mais maduras, com infraestrutura, não atende", relata.

Para Marcos, nada substitui a ambiência, a concentração de empresas do setor em um mesmo espaço físico. "Isto não tem preço. Se a decisão da Câmara de uso misto não for revertida, vou mudar o domicílio fiscal da minha empresa. Não tenho interesse de ficar em Vitória", acrescentou.

Outro problema do projeto, aponta o presidente da TecVitória, Fábio Oliveira, é que a promessa de ocupação da Fábrica de Ideias não será tão rápida quanto o prometido pelo município, em 90 dias. "A Fábrica de Ideias pode ser interessante, mas porque deixaríamos o nosso atual prédio sem nem saber em que condições a ocupação ocorrerá", pondera.

E não fica so neste ponto. Fábio relata que o Instituto federal do Espírito Santo (Ifes), a quem o prédio já foi cedido, tem projetos para o local. "Se todos eles forem executados, não haverá espaço para mais empresas", relata, acrescentando que a Tec Vitória foi convidada para reunião com o prefeito para Ouvir informações sobre o setor e acabou sendo surpreendido com o anúncio. "Minha posição é clara, a peça fundamental para o nosso ecossistema é o Parque Tecnológico, que Vitória precisa, mas que não vamos ter".

Para o empresário e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Alvaro Abreu, que propôs a criação do parque em 1991, a cidade está pondo em risco o seu futuro.

O VAIVÉM DO PARQUE

PROJETO

Cidade

A Prefeitura de Vitória encaminhou o projeto do novo PDU da Cidade, para a Câmara, propondo que na Região de Goiabeiras a Zona de Parque Tecnológico (ZPT) fosse de uso exclusivo para as empresas do setor de tecnologia e inovação.

MUDANÇA

Vereadores

Após longas discussões, vereadores votaram o projeto, no dia 27 do mês passado, com alterações. O uso exclusivo da ZPT caiu. Foi autorizado o chamado uso misto, que permite a construção de residências na região, com algumas restrições.

REVOLTA

Empresários

A medida não agradou empresários do setor de tecnologia, que já alertaram que não vão se instalar numa área que não é de uso exclusivo.

Empresários

A medida não agradou empresários do setor de tecnologia, que já alertaram que não vão se instalar numa área que não é de uso exclusivo. A principal alegação é de que este setor precisa de um ambiente favorável a troca de conhecimentos que só é viabilizado com a presença de um grande número de empresas da área, o que não seria possível com a construção de casas.

VETO

Expectativa

A expectativa é de que o prefeito Luciano Rezende vete as mudanças feitas pela Câmara. Mas o problema é que pode não haver justificativas legais para sua derrubada. Há ainda o fato de que os vereadores podem derrubar o veto.

NOVA

Proposta

Em meio a uma discussão de criação do Parque Tecnológico de uso exclusivo que ainda está longe do fim, o prefeito anunciou a criação da Ilha criativa, oferecendo dois novos espaços para o setor: a Fábrica de Ideias, em Jucutuquara, e a região do Centro, com novos incentivos. Proposta que não agradou os empresários do setor.

TEXTO 6 – GAZETA ONLINE, 18/07/2019

Tribunal de Justiça suspende uso misto do parque tecnológico em Vitória

Área volta a ser destinada apenas a construções de empresas do setor de tecnologia. Decisão foi retroativa ao início da lei, em maio do ano passado

Publicado em 18/07/2019 às 18h31

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) suspendeu, na tarde desta quinta-feira (18), três alterações que foram feitas no Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória pelos vereadores da Capital. Uma delas trata da criação do Parque Tecnológico, espaço que volta a ser de uso exclusivo para as empresas do setor.

O assunto foi tema de muitas discussões no ano passado. A Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) e os empresários de tecnologia queriam que o espaço fosse de uso exclusivo para o setor. E foi desta forma que o projeto seguiu para a Câmara dos Vereadores. Mas os parlamentares municipais, assim como o proprietário da maior

área onde será construído o parque, Leonardo Dadalto, foram contrários a prefeitura vetou as mudanças, mas elas foram sancionadas pelos parlamentares municipais.

O município ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade Adin) e foi neste processo, por maioria de votos dos desembargadores, é que as emendas foram suspensas pelo Pleno do TJES.

Em seu voto o desembargador Annibal de Rezende Lima, relator do caso, disse que os relatórios técnicos apresentados pela prefeitura mostram que as emendas realizadas no PDU são incompatíveis com a integridade do meio ambiente ecologicamente equilibrado e com a expansão ordenada e segura da ocupação urbana.

Resta demonstrado, portanto, o perigo de dano e a sua irreversibilidade, haja vista a possibilidade de expedição de permissão para construção a particulares e desordenada expansão urbana com observância de lei cuja constitucionalidade assegura-se sub judice Annibal de Rezende Lima, desembargador

O desembargador determinou ainda que os efeitos da decisão sejam retroativos, valendo a partir da data em que a nova lei entrou em vigor, ou seja, a partir de 21 de maio do ano que passou. A medida foi para evitar, por exemplo, que projetos de novas construções fossem autorizados nas áreas questionadas se valendo período em que a lei estava em vigor com as mudanças feitas pela Câmara.

À justiça a Prefeitura aponta que na alteração promovida em relação ao Parque, de uso exclusivo para uso misto, "a aprovação de coeficientes de aproveitamento mais elevados pode implicar em ocupação com riscos de sobrecarga sobre a estrutura urbana instalada", sendo que a região do bairro Goiabeiras e entorno caracteriza-se por sistema viário de baixa capacidade com restrições de acesso", além de que "uma das diretrizes que balizou o processo de revisão do Plano Diretor Urbano de Vitória, foi a não elevação dos coeficientes de aproveitamento do solo estabelecidos pela Lei 6705/2006".

OUTRAS

O município também questionou outras duas alterações feitas pelos vereadores no PDU. Uma delas diz respeito à alteração da área de proteção permanente da Ilha do Crisogono (Ilha de Santa Cruz), que deixaria de ser zona de proteção ambiental. De acordo com relatório da Secretaria de Meio Ambiente para a Justiça, a modificação "não considera as fragilidades e as demais restrições técnicas e legais". E concluem pela "inviabilidade que possível ocupação urbana da Ilha de Santa Cruz poderá resultar em significativos prejuízos à sua função ecológica destacada (terra firme) junto ao complexo de Unidades de Conservação e manguezais que a circunda."

A outra mudança é considerada uma situação ainda mais crítica. Ela trata da área de proteção permanente situada no bairro Fradinhos (Sítio Gege), e que também deixaria de ser zoneamento de proteção ambiental. O relatório da Secretaria de Meio Ambiente aponta que a modificação "não considera a localização em Área de Risco Grau 3, relacionada à instabilidade do solo, conforme o Plano Municipal de Redução de Riscos". O mesmo documento destaca que a área é imprópria para ocupação urbana", e mais, que é "desaconselhável ao poder público homologar propostas com objetivos contrários à segurança da população".

Estas duas emendas também foram suspensas pelo Tribunal de Justiça.

Em nota, a Prefeitura Municipal de Vitória informou que o Tribunal de Justiça atendeu o pleito da Procuradoria Municipal no sentido de resguardar áreas de proteção permanente e coibir a construção de edifícios residenciais na zona do parque tecnológico, até que haja o julgamento em definitivo da ação.

A reportagem aguarda o retorno sobre o assunto da Câmara dos Vereadores e ainda do empresário Leonardo Dadalto, proprietário da maior área da região onde será instalado o parque tecnológico e ainda do segmento de tecnologia. Assim que recebermos as respostas elas serão acrescentadas a esta matéria.

MORADORES REPROVAM DECISÃO DO TJ

Os moradores de Goiabeiras e Bairro República, regiões que ficam no entorno da área que é delimitada para o Parque Tecnológico, reprovam a decisão do Tribunal de Justiça de suspender o uso misto, impedindo a construção de casas e comércio no local. Para eles, a maior insatisfação é o fato de que o espaço ficará deserto quando as indústrias que se instalarem no local fecharem - fora de horário comercial e nos fins de semana.

"Então a audiência pública que nos fizemos, com mais de 500 moradores da Grande Goiabeiras, não vale de nada? Audiência pública perdeu seu valor? Eu tenho prova de que os moradores estavam todos lá e decidiram pelo uso misto do terreno.

"Então a audiência pública que nos fizemos, com mais de 500 moradores da Grande Goiabeiras, não vale de nada? Audiência pública perdeu seu valor? Eu tenho prova de que os moradores estavam todos lá e decidiram pelo uso misto do Parque Tecnológico", diz a presidente da Associação de Moradores de Goiabeiras, Héliida Regina Rangel.

Segundo ela, foi feita uma reunião entre moradores e representantes da Câmara de Vitória em que ficou claro que a preferência dos munícipes era pelo uso misto do Parque Tecnológico, incrementando a região com casas e lojas. "Depois dessa audiência pública não teve nada, mas o que nos decidimos foi o uso misto", reitera, indicando que nem empresas e nem poder público se mobilizaram para realizar novas pesquisas com a comunidade.

O presidente da Associação de Moradores de Bairro República, Walter Guedes, também acredita que a construção do Parque Tecnológico sem o uso misto é prejudicial. No entanto, pondera que é melhor que ele seja construído assim do que não saia do papel: "Não é o ideal. Mas nós tentamos. Se não deu, paciência",

De acordo com o líder comunitário, o que se pensou foi mesmo em incrementar o bairro, que já possui uma faculdade particular, que poderia alavancar a exploração do comércio no local. "Nós pensamos em praça e em lojas. Moradias também, mas era importante que o lugar ficasse sempre movimentado. Fim de semana, principalmente, aquilo ficaria um deserto total", justifica.

TEXTO 7 – GAZETA ONLINE, 19/07/2019**Parque Tecnológico: "Vamos parar e esperar o que vai acontecer"**

Dono da maior área diz que projeto de parque já estava avançado

Publicado em 19/07/2019 às 22h54

"Vamos parar tudo e esperar, nos próximos anos, o que vai acontecer. Espero que o bom senso prevaleça." A afirmação foi feita por Leonardo Dadalto, que lidera as empresas do Grupo Dadalto e cuja família detém 53 mil m² na região destinada ao Parque Tecnológico. A área que a eles pertence é uma das mais disputadas por ser a única pronta para comercialização. As demais enfrentam discussão judicial ou não têm regularização fundiária.

Leonardo recorda que sua família era contrária ao uso exclusivo da região para o setor de tecnologia, e que chegou a protocolar na Prefeitura de Vitória um projeto de loteamento residencial. "Nós queríamos a regra do PDU antigo, quando nosso loteamento foi aprovado. Investimos R\$ 15 milhões em urbanização de ruas e esgoto. Quando já tínhamos aplicado 95% do investimento mudaram as regras. Isto causa uma insegurança jurídica gigantesca para quem faz investimento", relatou.

Ainda assim, a família, conta Dadalto, aceitou a alteração promovida no PDU pelos vereadores, que passaram o zoneamento da região para uso misto de empresas e residências. Desde então, relata o empresário, eles passaram a investir em projetos para o parque.

PLANOS

Um deles foi a contratação de um concurso nacional de arquitetura para a elaboração de um projeto arquitetônico para o parque (veja foto). "Oito escritórios participaram e o Nós Arquitetura venceu com um projeto lindo", relata Leonardo.

O passo seguinte, conta, era viabilizar um contrato com a Fundação Certi. "Estávamos orçando um contrato com eles para viabilizar o parque. Eles são especialistas em soluções inovadoras para atrair investimentos. Eles implantam o parque, o deixam juridicamente funcional", explica, acrescentando que, em paralelo, iria começar a realizar as obras dos prédios residenciais a medida em que as empresas fossem surgindo.

Mas diante da liminar que suspendeu o uso misto, Dadalto decidiu suspender todas as suas atividades na área. "Fui pego de surpresa pela notícia. Estávamos muito comprometidos com a ideia de tirar o parque do papel. É difícil de entender porque preferem um parque de segunda geração, já ultrapassado, ao invés de parques de terceira geração, mais modernos que mesclam residências e lojas, com as empresas", pontua.

Diante do cenário ele pretende deixar suas terras em paz". "Vou ficar esperando", relatou. Venda da área para possíveis investidores, destaca, só se o preço for justo. "Não vendo nada a preço de banana. Na região da Avenida Fernando Ferrari o m² está sendo comercializado a R\$ 4,5 mil".

Aos interessados, volta a afirmar que vende a terra pelo preço do ano passado, com o m2 a R\$ 2,5 mil. "Não adianta apresentar proposta de R\$ 500 pelo m2. Não quero atrapalhar a cidade de Vitória, mas isto não vamos aceitar", assinalou,

justo. "Não vendo nada a preço de banana. Na região da Avenida Fernando Ferrari o m2 está sendo comercializado a R\$ 4,5 mil".

Aos interessados, volta a afirmar que vende a terra pelo preço do ano passado, com o m2 a R\$ 2,5 mil. "Não adianta apresentar proposta de R\$ 500 pelo m2. Não quero atrapalhar a cidade de Vitória, mas isto não vamos aceitar", assinalou, observando ainda que desrespeitaram as discussões feitas com a comunidade. "Eles preferem o uso misto".

SINDICATO: "EMPRESAS VÃO DESISTIR DE INVESTIR"

A novela por trás do Parque Tecnológico de Vitória se arrasta há décadas. E "enquanto Vitória discute se haverá ou não moradia, outras cidades construíram dezenas de centros de inovação que geram receita", compara o presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Espírito Santo (Sindinfo), Luciano Raizer. Ele, que defende o fim do uso misto, comemorou um possível avanço no local a partir de 2020 e, agora, acredita que será mais difícil o projeto sair das ideias.

Segundo ele, muitos empresários e startups vão preferir investir em outras grandes cidades a esperar a Capital ter, de fato, um ambiente propício às práticas de tecnologia e inovação.

"A gente estima que Vitória não tenha nem 100 startups. Em outras cidades, como Florianópolis, há mais de 4 mil dessas empresas. Isso mostra que não há, aqui, nem um décimo do interesse que há em outros lugares", completa.

LUCRO PERDIDO

Segundo o presidente da Sindinfo, ter o empresariado mais presente faria com que a receita com impostos, por exemplo, também aumentasse. Ele aponta que em grandes centros que já desenvolveram parques tecnológicos, o que se arrecada com as taxas é até duas vezes maior do que em outros setores de peso no mercado, como o turismo.

"Em Florianópolis, por exemplo, que é uma cidade que tem um apelo turístico imenso, o que se arrecada com esse tipo de atividade é o dobro do que se ganha com o turismo. Imagina o quanto não estamos perdendo aqui", corrobora, indicando que do jeito que está as empresas só vão se desmotivar cada vez mais a aguardar o centro tecnológico capixaba.

Luciano também enxerga que se perdem lucros e oportunidades com a ausência de fomento à inovação. Ele diz que esse tipo de atividade dá emprego a milhares de jovens, que muitas vezes têm poucas chances de engrenar na carreira se não for por meio desses aparelhos tecnológicos que propiciam crescimento. "Essa mão de obra não vai ficar esperando oportunidade. Eles vão atrás delas", lamenta.